



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**MAYARA CAROLINNE BESERRA DE ARAÚJO**

**REPORTAR E AFETAR (-SE):  
ATOS DE OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA  
GRANDE NARRATIVA IMPRESSA “VIÚVAS DO VENENO”**

**FORTALEZA  
2019**

MAYARA CAROLINNE BESERRA DE ARAÚJO

REPORTAR E AFETAR (-SE):  
ATOS DE OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA  
GRANDE NARRATIVA IMPRESSA “VIÚVAS DO VENENO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais.

Orientador: Prof. Dr. Edgard Patrício.

FORTALEZA  
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- A69r Araújo, Mayara Carolinne Beserra de Araújo.  
Reportar e afetar(-se): : atos de objetivação e subjetivação na grande narrativa impressa "Viúvas do Veneno" / Mayara Carolinne Beserra de Araújo Araújo. – 2019.  
199 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Edgard Patrício.
1. Subjetividade. 2. Objetividade. 3. Jornalismo. 4. Narrativa. 5. Complementaridade. I. Título.  
CDD 302.23
-

MAYARA CAROLINNE BESERRA DE ARAÚJO

REPORTAR E AFETAR (-SE):  
ATOS DE OBJETIVAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO NA  
GRANDE NARRATIVA IMPRESSA “VIÚVAS DO VENENO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, do curso de Comunicação Social, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Comunicação. Área de concentração: Mídia e Práticas Socioculturais.

Aprovada em: 15/02/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Edgard Patrício (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Marta Regina Maia  
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

---

Prof. Dr. Ricardo Jorge de Lucena Lucas  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



## AGRADECIMENTOS

Diante do contexto histórico, político e social em que me percebo, preciso quebrar protocolos e agradecer primeiramente à existência de uma universidade pública, gratuita e de excelência. Hoje, sou o que sou porque a Universidade Federal do Ceará – e os sujeitos que a valorizam e por ela lutam – existe e resiste. Nesse sentido, agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro, tão necessário e urgente ao desenvolvimento da pesquisa, da inovação e do conhecimento no Brasil.

E, então, agradeço a todas e todos que me permitiram chegar até aqui. Aos meus pais – a costureira Dona Diva e o funcionário público Seu Aluizio – que souberam, com inteligência e paixão, construir um lar e nos dar – a mim e à minha irmã, Gabriella (assistente social e funcionária pública, a quem igualmente agradeço) – condições para estudar e, desse modo, revolucionar nossas vidas. Agradeço porque aprendemos, com a experiência empírica da rua e o amparo dos livros, a importância da empatia nos serviços que prestamos. Obrigada pelos almoços, pelos banhos de piscina e pelas muitas orações e torcidas, mesmo sem saber ao certo o que era que eu tanto escrevia nessas páginas! Se a minha trajetória acadêmica conseguir convencer pessoas de fora da universidade – como os meus pais – sobre a importância de preservá-la e de lutar pela democratização do Ensino Superior, tudo terá valido a pena.

Sou grata ao meu esposo, Dhenis Maciel, que admirou de perto o desenvolvimento profissional (e identitário) de uma Mayara jornalista, vivenciou o surgimento de uma Mayara professora e, posteriormente, auxiliou na construção de uma pesquisadora (ressalte-se: sustentando não só emocionalmente, mas – muitas vezes – financeiramente, já que, infelizmente, seria difícil quitar as despesas apenas com uma bolsa de estudos). Amor... A você: tudo. Nossa família (você, Isis e eu) e nossos cafés da manhã são o meu sustento. Faço minhas as palavras de João Cavalcanti, na voz de Roberta Sá: “ele é o grande amigo que o destino concedeu. Só tem sentido o nego e eu”.

Ao meu orientador, Edgard Patrício, e aos professores Ricardo Jorge (UFC) e Marta Maia (UFOP), que compuseram a banca examinadora, todos muito atentos, provocadores e propositivos. Certamente, vocês me tornarão uma pesquisadora melhor. Que suas observações me guiem nos próximos quatro anos de doutorado que se avizinham!

Agradeço ao jornalista Melquíades Júnior, que confiou sua história a mim, através de longas e reveladoras conversas, em meio a bloquinhos e pedaços do bolo de laranja da Lis. Sem a sua entrega, companheiro, este trabalho não seria possível.

Aos colegas de Práxisjor: Rafael Rodrigues, Rapha Batista, Thais Jorge, Thays Lavor, Tathiany Nascimento, Wanderson César, Mari Nascimento, Jeferson Cândido, Adriana Rodrigues, Bruno Balacó e, em especial, a Naiana Rodrigues, com quem troquei muitos audiões de Whatsapp!

Sou grata ainda à turma 2017 do PPGCOM-UFC – diversa e, por isso, rica. Pessoas que souberam ser leves durante as aulas, mas firmes nos embates burocráticos, na tentativa de construir uma política mais justa de distribuição de bolsas nesse cenário patético de boicote à universidade pública através do corte de verbas. Às mulheres e aos homens desta turma que conseguiram conciliar trabalho(s), família, vida social e pesquisa: toda a minha admiração. Vocês são valentes! Agradeço em especial aos meus chegados: Márcio Moreira, meu “Maraíso”, e à minha eterna orientanda – Camila Holanda. Que o futuro de vocês seja brilhante e que a distância nunca nos separe integralmente.

Agradeço – por fim, mas não menos – às minhas amigas e aos meus amigos (da serra e do mar, jornalistas ou não), com os quais compartilhei alegrias e tristezas, certezas e dúvidas, longas viagens filosóficas e frustrações esporádicas. Aos que, direta ou indiretamente, fizeram um bem danado a essa pesquisa (e pesquisadora), chegando a mim com provocações sobre a profissão ou com uma cerveja gelada, uma conversa boa, um riso fácil – para aliviar o peso do trajeto.

Ah, pra não esquecer: “Ninguém solta a mão de ninguém”.

#EleNão.

#EleNunca.

“Não pode haver ausência de boca nas  
palavras: nenhuma fique desamparada  
do ser que a revelou”

Manoel de Barros

## RESUMO

A operação dos conceitos de subjetividade e objetividade no jornalismo está inserida em um profuso contexto de transformações (ainda em curso) econômicas, sociais, tecnológicas e paradigmáticas (CHARRON; BONVILLE, 2016; MARCONDES FILHO, 2000; MEDINA, 2014; DEUZE, 2015;), resultando em formas múltiplas de apreensão do real. Considerando tal panorama, o presente estudo analisa o lugar da subjetivação e da objetivação no caderno especial Viúvas do Veneno, produzido pelo jornalista Melquíades Júnior, do Diário do Nordeste – originado, portanto, em uma redação convencional e hegemônica (FAIRCLOUGH, 2016; MIGUEL; BIROLI, 2010), e a partir da interação de diversos narradores: jornal, jornalista e fontes (MOTTA, 2013). Intentamos, a partir desta pesquisa, perceber como a interação entre objetivação e subjetivação se revela no texto e nas rotinas produtivas do repórter. Para tanto, desenvolvemos um procedimento metodológico específico, a que intitulamos (para fins didáticos) Análise de Atos de Objetivação e Subjetivação em Jornalismo (Anatos), a partir de contribuições, sobretudo, da Análise Crítica da Narrativa (MOTTA, 2013) e da Análise do Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2016). Constatamos que, em vez de uma relação estritamente opositiva, subjetividade e objetividade podem desenvolver complementaridades, apontando para um jornalismo complexo (MORIN, 2007).

**Palavras-chave:** subjetividade; objetividade; jornalismo; narrativa; complementaridade.

## **ABSTRACT**

The operation of the concepts of subjectivity and objectivity in journalism is embedded in a profuse context of economic, social, technological and paradigmatic transformations (still in progress) (CHARRON, BONVILLE, 2016, MARCONDES FILHO, 2000, MEDINA, 2014, DEUZE, 2015; ), resulting in multiple forms of apprehension of the reality. Considering this context, the present study analyzes the place of subjectivation and objectification in the special report “Viúvas do Veneno” (Widows of Venom), produced by the journalist Melquíades Júnior, from the *Diário do Nordeste* – originated so in a conventional and hegemonic place (FAIRCLOUGH, MIGUEL; BIROLI, 2010) and from the interaction of several narrators: newspaper, journalist and sources (MOTTA, 2013). We try, from this research, to understand how the interaction between objectification and subjectivation is revealed in the text and in the productive routines of the reporter. To do so, we build a specific method, entitled (just for didactic purposes) Analysis of Acts of Objectivation and Subjectivation in Journalism (Anatos), based mainly on Critical Narrative Analysis (MOTTA, 2013) and Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH, 2016). We find that, instead of a strictly oppositional relationship, subjectivity and objectivity can develop complementarities, pointing to a complex journalism (MORIN, 2007).

**Keywords:** subjectivity; objectivity; journalism; narrative; complementarity.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Atos/ Indicadores de objetivação nos textos e nas rotinas produtivas.....	p. 70
Tabela 2 – Atos/ Indicadores de subjetivação nos textos e nas rotinas produtivas.....	p.83
Tabela 3 – Etapas da análise de atos de objetivação/subjetivação em jornalismo (Anatos).....	p.84
Tabela 4 – Instâncias narrativas presentes no percurso de produção/apuração.....	p.110
Tabela 5 – Linha do tempo de produção/apuração e atos de objetivação/subjetivação.....	p.110
Tabela 6 – Atos de objetivação/subjetivação em escrita/edição.....	p. 118
Tabela 7 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 17 de abril.....	p.142
Tabela 8 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 19 de abril.....	p.164
Tabela 9 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 20 de abril.....	p.181

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capas das três edições de Viúvas do Veneno.....	p. 85
Figura 2 – Trajeto da viagem realizada pela equipe de reportagem.....	p. 100
Figura 3 – Peças gráficas publicadas em 17 e 19 de abril, primeiro e segundo dias de publicação especial, com foto da viúva de Zé Maria no último dia.....	p.117
Figura 4 – Quadro editado, divulgado no último dia de especial.....	p.117
Figura 5 – Capa do jornal – dia 17 de abril de 2013.....	p.119
Figura 6 – Página 1: Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros.....	p.121
Figura 7 – Página 1: texto em detalhe.....	p.123
Figura 8 – Página 2: Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos.....	p.124
Figura 9 – Página 2: texto em detalhe.....	p.125
Figura 10 – Página 3: Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’ não me deixe morrer.....	p.130
Figura 11 – Quadro “evolução da doença”.....	p.131
Figura 12 – Página 3: texto em detalhe.....	p.132
Figura 13 – Páginas 4 e 5.....	p.135
Figura 14 – Página 4: texto em detalhe.....	p.136
Figura 15 – Página 5: texto em detalhe.....	p.140
Figura 16 – Capa do jornal – dia 19 de abril de 2013.....	p.144
Figura 17 – Página 1: A vida no canavial com dia para começar e terminar.....	p.145
Figura 18 – Página 2: Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer..	p.147
Figura 19 – Página 2: texto em detalhe.....	p.149

Figura 20 – Página 3: Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital.....	p.151
Figura 21 – Página 4: Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica.....	p.156
Figura 22 – Página 5: O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli.....	p.162
Figura 23 – Página 1: Viúva aos 23 anos, Gerlene luta para superar a ausência.....	p.167
Figura 24 – Página 2: A escalada dos “defensivos” e a produção de mais alimentos.....	p.168
Figura 25 – Página 2: texto em detalhe.....	p.171
Figura 26 – Página 3: Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei.....	p.174
Figura 27 – Páginas 4 e 5: Moradores bebem e pagam por água contaminada.....	p.178
Figura 28 – Página 4: texto em detalhe.....	p.179



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>p.15</b>
<b>2 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE: ANDANÇAS CONCEITUAIS E HISTÓRICAS.....</b>	<b>p.24</b>
2.1 Cenário norte-americano.....	p.31
2.2 Cenário brasileiro.....	p.40
2.3 Contemporaneidade: um aceno para o fim das dicotomias.....	p.50
<b>3 CONSTRUINDO UM MÉTODO PARA ROTINAS PRODUTIVAS E PRODUTOS JORNALÍSTICOS.....</b>	<b>p.54</b>
3.1 Primeira premissa: jornalismo como narrativa plurivocal.....	p.54
3.2. Segunda premissa: um olhar para além do texto.....	p.58
3.3. Construção de indicadores de objetivação e subjetivação.....	p.63
3.3.1. Atos/Indicadores de objetivação.....	p.64
3.3.2. Atos/Indicadores de subjetivação.....	p.71
a) Valorização dos sujeitos e resistência à compressão do tempo.....	p.74
b) Negociações com a política editorial da empresa e parcialidade justificada.....	p.75
c) Mescla de discursos, impressões do repórter e imprecisões.....	p.78
d) Reorientação da hierarquia e dos valores da informação e ruptura à fronteira opinião-informação.....	p.81
<b>4 AS VIÚVAS DE MELQUIADES.....</b>	<b>p.85</b>
4.1 Análise da narrativa processual.....	p.86
4.1.1 Dinâmicas entre vozes: de colaborador a jornal, de jornal a jornalista.....	p.86
4.1.2 Contato com as fontes: “o tempo é outro”.....	p.90
4.1.3 Escrita: “correntezas não olham para trás”.....	p.111
4.2 Marcas do entalhe: análise textual.....	p.118
4.2.1 Edição do dia 17 de abril de 2013.....	p.118
a) Capa do jornal.....	p.118
b) Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros.....	p.120
c) Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos.....	p.123
d) Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: “‘Mãinha’, não me deixe morrer”.....	p.129
e) Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil.....	p.134
f) “Eu ainda penso que ele vai voltar”, diz esposa de agricultor.....	p.139

4.2.2. Edição do dia 19 de abril de 2013.....	p.144
a) Capa do jornal.....	p.144
b) A vida no canavial com dia para começar e terminar.....	p.144
c) Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer.....	p.146
d) Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital.....	p.150
e) Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica.....	p.154
f) O destino cruel de Rosalia, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli... ..	p.160
4.2.3. Edição do dia 20 de abril de 2013.....	p. 166
a) Viúva aos 23 anos, Gerlene luta para superar a ausência.....	p. 166
b) A escalada dos “defensivos” e a produção de mais alimentos.....	p. 168
c) Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei.....	p. 173
d) Moradores bebem e pagam por água contaminada.....	p.177
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>p.183</b>
<b>POSFÁCIO.....</b>	<b>p.193</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>p.195</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O que é o jornalismo hoje? Quem são os jornalistas hoje? Estas perguntas têm surgido com certa constância, estando no cerne de diversos estudos contemporâneos de jornalismo (BATISTA, PATRÍCIO, 2017; CHARRON, BONVILLE, 2016; DEUZE, 2015, 2016; FIGARO, 2013; PATRÍCIO, SILVA, 2018; PONTES, MICK, 2013; PONTES, 2017;), em um esforço de acompanhamento das transformações inerentes ao campo. Nesta pesquisa que aqui se inicia, seguimos semelhante caminho de questionamentos, abrindo, no entanto, uma vereda paralela, à beira da estrada, circunscrita nos estudos sobre a problemática da narratividade no discurso jornalístico (MOTTA, 2013; RESENDE, 2007): como fazemos jornalismo hoje? Como narramos o (social, político e jornalisticamente constituído) acontecimento? Interessa-nos investigar, nesse sentido, os modos de apreensão da realidade operados pelo jornalismo – que singra histórica e conceitualmente entre fatos e valores (SCHUDSON, 2010) – e, assim, compreender minimamente como construímos e somos construídos pelo real. Para tanto, voltamo-nos aos sujeitos, buscando identificar como se dá a interação entre objetivação e subjetivação no texto jornalístico e em suas práticas de produção e, mais especificamente, ensaiando a construção de indicadores de atos de subjetivação nesses ambientes de fruição.

Pensar em como o jornalismo se enverga ao Outro na contemporaneidade é entrevê-lo numa rede espessa (porém dinâmica) de poderes, firmada à base de pequenas e grandes resistências, e em um cenário de transições. As rupturas paradigmáticas ocorridas no campo, uma vez afetadas por transformações nas práticas sociais (FAIRCLOUGH, 2001) – dada a relação umbilical do jornalismo com o modelo sócio-político-econômico capitalista, urbano e industrial, interferem diretamente no modo como os conceitos de objetividade e subjetividade foram/são operados pelos múltiplos sujeitos da narrativa jornalística, estimulando e desestimulando, autorizando e desautorizando, abrindo espaços ou silenciando objetivações e subjetivações (assim, no plural), seja nos textos ou nas práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2001) ao longo da história do Jornalismo.

Autores como Ciro Marcondes Filho (2000), no Brasil, e Charron e Bonville (2016), no Canadá, distinguem marcos temporais que ajudam a elucidar as transformações no campo jornalístico. A cada ruptura paradigmática, também o discurso se transforma: fatos e valores são abordados nas narrativas jornalísticas de maneiras distintas, influenciadas por fatores de diversas ordens – tecnológica, política, econômica, cultural. Marcondes Filho (2000) divide a trajetória do jornalismo em pré-história, primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo,

abarcando de 1631<sup>1</sup> até o tempo presente. Na ‘pré-história’ constam experiências iniciais de divulgação e reprodução de informações, anteriores à Revolução Francesa. Depois dela, tem início o ‘primeiro jornalismo’, que segue até a metade do século XIX e tem como principal fenômeno o jornalismo político-literário, “em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância, programas político-partidários, plataformas de políticos, de todas as ideias” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 11). É também neste período que se inicia o processo de profissionalização dos jornais, com as primeiras redações, que se consolidam no ‘segundo jornalismo’ (de 1830 a 1900). Estimulada pelas inovações tecnológicas da metade do século XIX, a atividade jornalística “começava agora a se constituir como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com os jornais populares e sensacionalistas” (p. 13).

Já no século XX, a indústria publicitária, as agências de notícias e as assessorias de imprensa transformam os modos de captação do real. Marcondes Filho (2000) sugere como fenômeno principal do ‘terceiro jornalismo’ (de 1900 a 1960) o que chama de notícias fabricadas: pautas vendidas pelas assessorias, gerando a ascensão do entretenimento (cinema, teatro, música) e de núcleos temáticos, como turismo, infantil e feminino. Por fim, o ‘quarto jornalismo’, iniciado por volta dos anos 1960 e presente até os dias atuais, é marcado por uma crise de confiabilidade do público nas instituições jornalísticas e por uma overdose de dados decorrente, entre outros fatores, da produção descentralizada de informações. Segundo o autor, esta “informação produzida e circulante nas redes” desafia “o papel histórico do jornalista como um ‘contador de histórias’ (repórter), mas também como um ‘explicador do mundo’ (analista/comentarista)” (MARCONDES FILHO, 2000, p.28), questionando sua identidade.

A divisão proposta por Marcondes Filho (2000) encontra grande semelhança na de Charron e Bonville (2016). Os autores distinguem quatro períodos em que as práticas jornalísticas passaram por transformações paradigmáticas. No ‘jornalismo de transmissão’, em meados do século XVIII, o impressor atuava como um curador de anúncios, notas, pequenos registros. Funcionava como um “elo entre ‘fontes’ e leitores” (p.28), mas não necessariamente desenvolvia uma identidade discursiva – o que aconteceria a partir do século XIX, com o ‘jornalismo de opinião’:

---

<sup>1</sup> Este marco se justifica pelo lançamento da La Gazette, em 30 de maio de 1631. A publicação de atualidades e anúncios de recrutamento, produzida pelo médico francês Théophraste Renaudot (1586-1653), “já tinha todas as características básicas” (MARCONDES FILHO, 2000, p.10) de um jornal impresso.

Num contexto de transformação das instituições políticas (debates sobre o direito do voto e responsabilidade ministerial, desenvolvimento de um sistema partidário, etc.) o gazeteiro, transformado em editor, põe o jornal a serviço das lutas políticas. Lugar de expressão e de combate políticos, o jornal de opinião prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.29).

Nesta fase, ainda que os jornais tenham se tornado um importante campo de disputas por poderes simbólico e político, o analfabetismo e os poucos recursos tecnológicos, de acordo com os autores, impedem os periódicos de alcançar um maior público leitor. É durante o ‘jornalismo de informação’ (no início do século XX) que, de fato, os produtos jornalísticos chegarão a uma quantidade considerável da população, interferindo de forma mais relevante e estratégica no cotidiano das sociedades urbanas. Isto se dá graças a uma série de transformações ocorridas à época: industrialização, produção em massa, melhoria dos transportes e investimentos em publicidade (consequência da evolução das práticas de comércio). Este momento é marcado, portanto, pela percepção do jornalismo como oportunidade de negócio.

Os empresários percebem que, se abandonarem os debates políticos, fonte de divisão na população, em proveito de conteúdos mais suscetíveis a interessar um grande número de leitores, mesmo entre os menos escolarizados, os jornais poderão incrementar substancialmente seu leitorado e, por consequência, os ganhos publicitários (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.29).

Inicialmente, o ‘jornalismo de informação’ se insinua nas grandes cidades norte-americanas entre os anos de 1880 e 1910, e se torna dominante a partir dos anos 1920.

Importante ressaltar que, ainda que os autores – tanto Marcondes Filho (2000) quanto Charron e Bonville (2016) – estabeleçam marcos temporais para essas viradas paradigmáticas, percebe-se, na verdade, uma fluidez entre esses “jornalismos”, com características da primeira fase atravessando a segunda, desta atravessando a terceira e vice-versa, num movimento dinâmico, a depender de diversos fatores – econômicos, políticos, tecnológicos, culturais.

Este dinamismo é perceptível, sobretudo, na passagem do ‘jornalismo de informação’ para a fase mais recente: o ‘jornalismo de comunicação’, iniciado por volta das décadas de 1970 e 1980, ainda em curso. Nele, a prática jornalística se caracteriza pela multiplicação dos suportes midiáticos, pela busca de novos mercados e por uma superabundância de ofertas. Diante desse contexto, como estratégia de diferenciação, os jornalistas estariam investindo na aproximação com os leitores.

Os jornalistas deixam transparecer mais abertamente sua subjetividade e tentam estabelecer com o público, cada vez mais ‘especializado’, laços de convivência e de intersubjetividade. Os gêneros jornalísticos que dão amplo espaço ao comentário

estão em nítida ascensão. (...) O hibridismo entre o discurso de imprensa e as outras formas do discurso midiático é tolerado, até mesmo encorajado: a ficção se mistura à realidade (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 30).

As fases aqui expostas a partir dos dois trabalhos ajudam a perceber a trajetória nada linear do discurso e das práticas jornalísticas, marcados, entre outros, pelo tensionamento entre objetividade e subjetividade, fatos e valores, informação e opinião.

O ‘jornalismo de transmissão’ (CHARRON; BONVILLE, 2016) ou a ‘pré-história’ (MARCONDES FILHO, 2000) apontam para um estágio inicial, quando os jornais funcionavam como canais, cujos conteúdos não obedeciam necessariamente a critérios pré-estabelecidos. No ‘jornalismo de opinião’ (CHARRON; BONVILLE, 2016) ou ‘primeiro jornalismo’ (MARCONDES FILHO, 2000), no entanto, parcialidade e subjetividade dão o tom dos conteúdos, produzidos com claras intenções de ataque e revide. Já durante a fase do ‘jornalismo de informação’ (CHARRON; BONVILLE, 2016), equivalente ao ‘segundo jornalismo’ e ‘terceiro jornalismo’ (MARCONDES FILHO, 2000), vive-se uma nova virada, desta vez apontando para a consolidação da imparcialidade e da objetividade como princípios norteadores da produção jornalística – fenômeno justificado, entre outros fatores, como uma estratégia comercial de ampliação do público alvo.

Na contemporaneidade, por sua vez – *lócus* do ‘jornalismo de comunicação’ (CHARRON; BONVILLE, 2016) ou do ‘quarto jornalismo’ (MARCONDES FILHO, 2000) – percebem-se intenções/demandas de ruptura com princípios até então canônicos, como a objetividade, a imparcialidade e a percepção do jornalismo como a verdade dos fatos – tentativas estas que se revelam em pesquisas acadêmicas e em experimentações midiáticas, dentro e fora das redações. No entanto, inclusive como marca da dinâmica entre paradigmas, ainda que tais princípios já sejam amplamente contestados (fazendo com que tal discussão soe datada), eles ainda são operados por muitas empresas de comunicação e por jornalistas, como modo de atrair leitores (MIGUEL; BIROLI, 2010)<sup>2</sup>, apostando ainda nesses princípios como indicadores de credibilidade.

Assim, diante do cenário contemporâneo marcado pela: descrença no jornalismo, paulatina perda de centralidade das redações na produção jornalística, fragmentação/precarização do trabalho (DEUZE, 2016; FÍGARO, 2013), notam-se movimentos contrários e concomitantes, dos jornalistas e das empresas jornalísticas, a partir

---

<sup>2</sup> “(...) os ideais de objetividade e imparcialidade permanecem em posição central na auto-imagem dos jornalistas, na constituição dos esquemas práticos de atribuição de valor a seu trabalho, na defesa desse trabalho diante das pressões internas e externas ao campo jornalístico e na construção de um referencial ético compartilhado pelos próprios jornalistas” (MIGUEL, BIROLI, 2010, p. 59).

de tentativas (ainda nebulosas) de leitura/decifração das demandas de um público disperso, sufocado por informações e tateante na função de produtor (MARCONDES FILHO, 2000): de um lado, reforça-se o investimento na lógica objetivada de apreensão do real, insistindo no potencial publicitário de termos como imparcialidade, neutralidade e objetividade, e na robotização do profissional da informação – que deve ser “acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações” (MARCONDES FILHO, 2000, p.36) e abandonar convicções/opiniões para produzir, como se isso fosse realmente possível; de outro, alerta-se para a necessidade de ruptura com esses conceitos, entendendo-os, inclusive, como prejudiciais ao processo de formação para a mídia e para o pensamento complexo (MORIN, 2007). Como afirma Maia e Barretos (2018, p. 131): “os novos contornos estruturais, profissionais e estéticos do jornalismo atual expõem a fragilidade de antigos discursos sobre a prática, como os da objetividade e da imparcialidade, que buscavam esconder o elemento persuasivo da atividade jornalística”.

Segundo as autoras, a possibilidade de ruptura com a lógica homogeneizante (pouco diversa) do fazer jornalístico ainda hegemônico se dá também pela crítica ao próprio jornalismo, expressa por repórteres ou mesmo por leitores. “A própria prática é reveladora de uma crítica, tanto no que se refere aos seus próprios rumos, como nas abordagens sobre as diversidades que as produções jornalísticas encetam” (MAIA; BARRETOS, 2018, p. 125), crítica esta que “se configura a partir de novas experiências jornalísticas, pela ação e modificação de formatos e modos de narrar”.

A ideia de transgressão nos campos do discurso e da prática jornalística dialoga com a guinada subjetiva (SARLO, 2007), perceptível sobretudo nos estudos das Humanidades, e, no Jornalismo, com os estudos de Medina (2014) sobre as narrativas da contemporaneidade, ambos ensaiados a partir da década de 1970. Medina (2014) compreende esse cenário recente de transformações como um momento de revisão de conceitos basilares do jornalismo e de se assumir um fazer jornalístico que abraça a subjetivação, a contradição, a pluralidade de vozes – que se afete. Para a pesquisadora, o que se observa é uma espécie de transição do jornalismo de explicação ao ‘jornalismo de compreensão dos sujeitos’.

Segundo a autora, a matéria interpretativa “passou, ao longo das últimas décadas do século passado à atualidade do século XXI, por inúmeras crises” (MEDINA, 2014, p.39) e, entre elas, está posta a crise da noção racionalista do jornalismo. “Os narradores da contemporaneidade abdicam então da arrogante divulgação de realidades e de protagonistas preestabelecidos na generalização plana e linear” (p.44), dando lugar à sensibilidade e a fontes não-convencionais, não-oficiais, complexas.

Quando se constrói um personagem ou uma história de vida, as fronteiras do real e do imaginário se borram. O método do questionário em uma entrevista, com a pré-pauta estabelecida e os resultados previsíveis, cai por terra na interação humana criadora de um encontro sem cartas marcadas. Também a crença de um rigor profissional que chegue à fidelidade objetivista, em última instância a uma única verdade, só persiste em atitudes arrogantes (MEDINA, 2014, p. 43).

É nesse cenário de permanências e rupturas, de reforço de objetivação e de transgressão a partir da subjetivação, que essa pesquisa está circunscrita. Para compreender as aproximações entre real e imaginário/informação e opinião, indicada pelos autores (CHARRON; BONVILLE, 2016) como sendo tão própria do ‘jornalismo de comunicação’<sup>3</sup>, assumimos o repórter como narrador, como sujeito que conta histórias de outros sujeitos. Partindo desta mesma premissa, investigamos de que modo o produto jornalístico pode ser definido como resultado da atuação de diversos narradores e não de apenas um – o narrado como fruto da interação entre, pelo menos, três instâncias narrativas: o jornalista, as fontes e a empresa jornalística (MOTTA, 2013).

Ao assumir essas chaves de leitura, compreendendo o jornalista enquanto narrador e o produto jornalístico como resultado de uma ação coletiva de produção de sentidos, questionamos: como subjetivação e objetivação se revelam em produtos jornalísticos circunscritos neste cenário de transformações? Como objetividade e subjetividade se alternam, fluem, nessas narrativas jornalísticas (que formas assumem)? E, considerando a influência dos fatores externos, de que modo as rotinas produtivas do repórter e a lógica empresarial da redação estão relacionadas à construção dos discursos?

Como objeto de análise, selecionamos o caderno “Viúvas do Veneno” (2013), desenvolvido pelo jornalista Melquíades Júnior (pertencente à editoria de reportagem) e publicado no jornal cearense Diário do Nordeste. Veiculado entre os dias 17 e 20 de abril de 2013, o especial “Viúvas do Veneno” denuncia o uso indiscriminado de agrotóxicos no nordeste brasileiro, a partir de pesquisas científicas e de histórias de dor dos que perderam familiares por envenenamento. O caderno reúne em si muitas gestações.

A maior parte da apuração tem como berço sete dias de viagem com uma equipe de cinco pessoas, até então praticamente desconhecidas, que percorreram juntas cerca de seis mil

---

<sup>3</sup> Tendo reconhecido a existência de outros estudos que também distinguem fases do jornalismo, como o de Ciro Marcondes Filho (2000), optamos por adotar as divisões de Charron e Bonville (2016) como fundo contextual desta pesquisa por: 1. Explicitarem a valorização da subjetivação como fenômeno do jornalismo de comunicação; 2. Incorporarem a dimensão discursiva como critério de análise. Para os autores, a existência das regras tácitas adotadas nas rotinas produtivas “só aparece (...) quando elas são textualmente transgredidas” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 69). Entende-se, portanto, que seja possível interpretar as rupturas ocorridas nos processos de trabalho a partir dos discursos (proposição que dialoga teórica e metodologicamente com a pesquisa aqui empreendida).



quilômetros, em busca de “histórias de contaminação e saudades”, como o repórter define. Encerra ainda um processo anterior, de mais uma década de pesquisas paralelas e de cultivo de fontes por parte do jornalista, Melquíades Júnior (35 anos, formado em Ciências Sociais e Jornalismo, e natural da cidade cearense Limoeiro do Norte (no Vale do Jaguaribe), região estratégica para a produção fruticultora do Nordeste). O caderno é ainda fruto de uma relação não menos afetiva entre Melquíades e as fontes acadêmicas, como a pesquisadora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), Raquel Rigotto, e os hematologistas Ronald Pinheiro e Luís Evandro, da mesma instituição.

Como Melquíades explicita no especial, o comércio de agrotóxicos no Brasil, que movimentava R\$ 2,5 bilhões em 2002, saltou para R\$ 8,9 bi dez anos depois. O crescimento faz do País um dos maiores consumidores mundiais de veneno. O uso dos produtos no Brasil é uma atividade regulamentada pelo poder público federal, a Lei de Agrotóxicos (nº 7.802/1989), mas cerca de 30 projetos de lei (conhecidos como Pacote do Veneno) vêm sendo analisados em Comissão Especial e visam alterar significativamente o texto da legislação. Entre as mudanças defendidas pela Frente Parlamentar Agropecuária estão: a alteração da nomenclatura dos agrotóxicos para ‘defensivos fitossanitários’ e ‘produtos de controle ambiental’; a flexibilização da definição de ‘riscos aceitáveis’ do produto; a possibilidade de liberação do produto para comercialização mesmo que Ibama e Anvisa não concluam suas análises de riscos; e ainda a autorização da recomendação de misturas de agrotóxicos e a prescrição de uso de químicos antes mesmo da ocorrência da praga.

Além destas, uma das mudanças propostas pode, inclusive, ter consequência direta em uma conquista recente dos ativistas ambientais cearenses: em 2018, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou o projeto de lei 18/2015, de autoria do deputado Renato Roseno (PSOL), que proíbe a pulverização aérea no Estado. Ocorre que uma das alterações do Pacote do Veneno é justamente a redução da autonomia de estados sobre as legislações relativas aos agrotóxicos, o que poderia facilitar a revogação da lei local<sup>4</sup>.

Estudos sobre os impactos dessas substâncias à saúde da população e informações sobre o correto manuseio não acompanham o crescimento vertiginoso do comércio, prejudicando sobretudo a população rural. A pulverização aérea, por exemplo – uma prática ilegal, mas comum em áreas rurais – contamina reservatórios, aquíferos, e banha de veneno os moradores, vizinhos das extensas plantações.

---

<sup>4</sup> Informações extraídas do Jornal O Povo (<https://www.opovo.com.br/jornal/farol/2018/12/pulverizacao-aerea-e-proibida-no-ceara.html>) e do portal Terra de Direitos (<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/pacote-do-veneno-quais-sao-as-mudancas-propostas-pelos-projetos-de-lei-para-uso-de-grotoxicos-no-brasil/22825>). Acesso em: jan.2019.

Em “Viúvas do Veneno”, o jornalista Melquíades Júnior procura apresentar uma leitura panorâmica do problema dos agrotóxicos no País (impactos na saúde, óbitos por intoxicação, contaminação de águas, oligopólio da indústria de agrotóxicos e histórias de envenenamento), a partir, principalmente, do contexto nordestino, contando histórias e divulgando pesquisas de sujeitos situados nas áreas produtivas do Baixo Jaguaribe (CE), do Vale do São Francisco (PE) e em Campina Grande (PB).

“Viúvas do Veneno” nasce ainda no contexto da chegada de Melquíades à editoria de reportagem, após três anos como correspondente do Diário do Nordeste em Limoeiro do Norte, e, portanto, no seio de uma série de mudanças de rotina e de negociações com seus superiores para aprovação da pauta. Dedicada à produção de conteúdos mais extensos – que exigiam mais tempo de apuração, produção e escrita, a editoria de reportagem do jornal era composta, à época, por quatro repórteres (Melquíades Júnior, Iracema Sales, Samira Castro e Fernando Maia) e uma editora (Maristela Crispim). As pautas produzidas pelo núcleo eram originárias de sugestões da equipe, submetidas à aprovação do editor-chefe da redação (Idelfonso Rodrigues), ou demandadas pela própria editora, que, no entanto, dava aos repórteres bastante autonomia em relação aos materiais produzidos, permitindo que os jornalistas participassem de todo o processo de produção, desde o desenvolvimento da pauta até o planejamento gráfico e a edição l0p.

Esse cenário é importante para situar geográfica e culturalmente tanto o jornalista quanto esta pesquisa. Principalmente durante o século XX, o espaço das redações foi (e ainda é) a majoritária referência de emprego e de organização do trabalho em jornalismo (DEUZE, 2015), mas já não pode ser visto como o único modelo possível. Para Deuze (2015), no contexto de precarização, enxugamento e fragmentação do trabalho jornalístico, seria problemático e limitante investir apenas em pesquisas dentro das redações. Nesse sentido, entendemos que nosso trabalho, ainda que verse sobre rotinas produtivas nativas desse *lócus* convencional de produção do jornalismo – na redação do Diário do Nordeste, não intenta compreender o jornalista Melquíades Júnior como um profissional *de* redação, mas *na* redação, já que grande parte de sua formação jornalística se deu como correspondente, trabalhando em sua própria casa e sendo ‘ouvido’ pelos seus leitores (pois suas matérias para a plataforma impressa eram lidas na rádio de Limeiro do Norte, como detalharemos no tópico de análise). A mudança para o trabalho em redação e as transformações que esse ambiente sofre com o passar dos anos interferem em sua rotina pessoal, produtiva e até mesmo na construção de sua identidade profissional, elementos que também interessam a esta pesquisa, já que dizem da forma como narrador-repórter e narrador-jornal interagem.

Para perceber que formas objetivação e subjetivação assumem em “Viúvas do Veneno” e a interação de múltiplos narradores nesse processo, valemo-nos, metodologicamente, de um percurso próprio de análise, que aqui nos empenhamos em construir, a partir da contribuição de diversos autores (MOTTA, 2013; FAIRCLOUGH, 2010; TUCHMAN, 1999; MEDINA, 2014; MIGUEL, BIROLI, 2010;). A Análise de Atos de Objetivação e Subjetivação em Jornalismo (Aatos) se constitui de dois movimentos analíticos: das rotinas produtivas (narrativa processual) e do produto jornalístico (narrativa textual). As análises processuais serão feitas com base em entrevistas semiabertas ao repórter e matérias anteriores ao caderno especial, e as análises ao produto jornalístico terão como foco a linguagem textual, fazendo apenas breve explanação sobre aspectos da imagem (elementos gráficos e fotografia)<sup>5</sup>.

Antes, é relevante refletirmos sobre as definições de subjetividade e objetividade, e como esses conceitos estão circunscritos na história do jornalismo.

---

<sup>5</sup> Apesar de termos percebido, ao longo do trabalho, diversos pontos de confluência das análises textual e processual com as fotografias e os elementos gráfico-visuais do caderno analisado, acabamos por nos deter pouco a essas demais linguagens, por questões de tempo e de recorte, condicionantes pragmáticas da pesquisa. Reforçamos desde já, no entanto, a relevância (e o nosso interesse) de orientar estudos no sentido de incorporar outras linguagens ao debate sobre valorização da subjetivação no campo do jornalismo.

## 2 OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE: ANDANÇAS CONCEITUAIS E HISTÓRICAS

Histórica e conceitualmente, objetividade e subjetividade são vistos como aspectos opostos e estão relacionados à forma como o sujeito se relaciona com o mundo, com a realidade e consigo. Segundo Abbagnano (2007, p. 922)<sup>6</sup>, citando Johann Christian Lossius, “entendia-se por objetiva ‘uma propriedade dos objetos’, e por subjetiva ‘uma representação da relação entre as coisas e nós, ou seja, uma relação com quem as pensa’”. Assim, a objetividade estaria relacionada a algo próprio do real, das “coisas”, e a subjetividade a uma interpretação dos sujeitos a esse real. Daí que, de modo geral, a primeira seja associada a ideias de concretude, imparcialidade, distanciamento, neutralidade; e a segunda à particularidade, íntimo, representação, versão, imprecisão.

Filosofia, Psicologia, Comunicação e Jornalismo são apenas alguns dos campos nos quais objetividade e subjetividade tencionam-se, oscilando seja por fenômenos específicos a essas ciências, seja sob a influência de tendências ainda mais amplas de apreensão do mundo e de construção do conhecimento, circunscritas histórica, social e culturalmente. Por exemplo, o fenômeno de valorização da objetividade, em diversos âmbitos, pode ser relacionado ao positivismo moderno e à ideia de enaltecimento da racionalidade, da verdade e da ciência. Nesse período, adotar uma postura objetiva implicava necessariamente retirar a subjetividade do processo de construção do conhecimento, já que os aspectos subjetivos não podiam ser verificados. Japiassú (2008, p.205) afirma que, em um sentido epistemológico, a objetividade seria a

(...) tentativa de constituir uma ciência que se afaste da sensibilidade e da subjetividade, baseando suas conclusões em observações controladas, em verificações, medidas e experimentos, cuja validade seja garantida pela possibilidade de reproduzi-los e testá-los.

Os dois termos, no entanto, apesar de operados de formas diferentes a depender do campo e dos autores, são, em geral: 1. vistos como opostos; 2. pensados como métodos, ferramentas. Segundo Amaral (1996), no caso da Filosofia, por exemplo, ambos estão relacionados aos modos de interpretação da verdade:

A objetividade e seu contrário, a subjetividade, são, na verdade, um dos problemas centrais da filosofia, fonte de divisão na batalha entre realistas e idealistas e entre teorias absolutas e relativistas da verdade. Para os realistas, a verdade deve ser interpretada como a correspondência com a realidade (objetividade); para os pragmatistas, a verdade é aquilo que é vantajoso para nós crermos (subjetividade)

<sup>6</sup> LOSSIUS, 1775, p. 65 *apud* ABBAGNANO, 2007

(AMARAL, 1996, p. 19).

Essa mesma relação se estabelece no campo da Psicologia, mas com os ‘fatos psíquicos’ (SANTOS, 1964). Ao explicar os métodos utilizados por essa ciência, Santos (1964)<sup>7</sup> também sugere haver uma clara oposição entre os termos:

É por meio dos sentidos que conhecemos os fatos físicos; mas os fatos psíquicos conhecemo-los diretamente pela consciência e indiretamente pelos sentidos. Se nos colocamos do ângulo da consciência para observarmos os fatos psíquicos, tomamos uma posição subjetiva (introspecção); se nos colocamos do ângulo dos sentidos, tomamos uma posição objetiva (extrospecção) (SANTOS, 1964, p. 1176).

Assim, os fatos psíquicos podem ser apreendidos por dois caminhos: pela via dos sentidos, assim como os fatos físicos (objetividade) ou pela via da consciência (subjetividade). Na contemporaneidade, ainda que percebidas como opostas, essas posturas de análise tendem a ser sugeridas como complementares. Santos (1964), por exemplo, nesta mesma obra, defende posteriormente que, na Psicologia, se desenvolva um “método objetivo-subjetivo, pois não é possível obter-se bons resultados na introspecção nem na extrospecção sem que se considere a objetividade e a subjetividade” (SANTOS, 1964, p. 1176). Japiassú (*apud* AMARAL, 1996) também faz ressalvas à oposição radical dos termos, chegando, inclusive, a questionar a existência da objetividade:

Ora, a objetividade não existe. O que existe é uma objetivação, uma *objetividade aproximada* ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Bachelard fala de *conhecimento aproximado*. Sem dúvida, o projeto de conhecimento científico é atingir a realidade naquilo que ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos; o sujeito constrói o objetivo de sua ciência. A objetividade não passa de um ideal: nenhum sujeito a realiza. Onde o conceito de objetivação (AMARAL, 1996, p. 23).

Ocorre que a concepção contemporânea de autonomia do sujeito e de realidade enquanto construção social e cultural possibilitou uma nova percepção dos termos, limando radicalismos: retirando da objetividade a primazia epistemológica de apreensão do real e da verdade, e reafirmando, aos poucos, a importância da subjetividade nesse exercício.

Essa tendência também se estabelece no campo do Jornalismo, no qual a realidade é princípio fundante. Dá-se, contudo, não sem ser precedida por uma longa trajetória de embates entre os dois polos, assim como ocorreu (e segue ocorrendo) em outros campos do

---

<sup>7</sup> SANTOS, Mário Ferreira dos. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. Logos, 1964. Disponível em: <https://goo.gl/EMAL4F>

saber. O debate conceitual sobre objetividade e subjetividade no jornalismo pode ser acessado ora em bibliografia centrada na práxis jornalística – livros produzidos por repórteres experientes ou por pesquisadores com vivência de redação, em geral com caráter de manual/referência (como as produções de Rossi (1984), Lage (1985), Amaral (1996) e Pereira Júnior (2006)), ora em estudos voltados ao jornalismo como forma de conhecimento (obras de Genro Filho (2012), Meditsch (1998) e Medina (2008) são alguns exemplos).

A subjetivação no jornalismo, mais especificamente, é, em geral, interpretada como o simples antônimo de objetivação ou como parcialidade (TUCHMAN, 1999), e ainda como elemento que se deva dosar/evitar (ROSSI, 1984; BELTRÃO, 1976). Quando, no entanto, relacionada a formatos jornalísticos em que tende a encontrar mais espaço para se desenvolver, como reportagem e crônica (LAGE, 2001; MELO, 1985; CHAPARRO, 2008; SALGADO, 2006;), e a estudos sobre as aproximações entre literatura e jornalismo (LIMA, 2009; VILLAS BOAS, 2002), a subjetivação é percebida como elemento de diferenciação e de experimentação, em geral associada a atributos estilísticos do repórter (WOLFE, 2005).

Na contemporaneidade, uma leva de pesquisadores relaciona ainda a valorização dos sujeitos, da afetividade e da sensibilidade a uma via de revisão paradigmática do jornalismo e de superação da lógica positivista, e o fazem a partir da perspectiva complexo-compreensiva de Morin (2002; 2007), da epistemologia de Medina (2003; 2008; 2014) e da dialogia de Buber (1982). Como objetos de análise, encontramos pesquisas que adotam repórteres afeitos à subjetivação, como Eliane Brum (ABIB; VENTURA, 2016); e grandes reportagens, publicadas em livro ou revistas, como espaço privilegiado de manifestação da narrativa complexa-compreensiva (KÜNSCH, 2005; AZUBEL, 2013;).

Há ainda outra via de estudo da subjetivação que aponta para o fenômeno da pós-verdade, considerada a palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford (LLORENTE, 2017). Circunscrita no contexto contemporâneo de perda de credibilidade do jornalismo e de fortalecimento das redes sociais como canais de trocas de informações, a pós-verdade se caracteriza pela valorização “do emocional ou da vontade de sustentar crenças, apesar dos fatos demonstrarem o contrário” (LLORENTE, 2017, p.9), revelando como o desajuste radical da balança discursiva para a emoção, assim como para a razão, tende a ser problemático.

Ao tratar do que se compreendia por objetividade e subjetividade no início da história do jornalismo nos Estados Unidos, Schudson (2010) afirma serem os conceitos lidos como tendências à valorização dos fatos e dos valores, respectivamente.

Todavia, a crença na objetividade é apenas isto: a ideia de que se pode e se deve separar fatos de valores. Fatos, nesta perspectiva, são declarações sobre o mundo abertas a uma validação independente. Eles se colocam além das influências distorcedoras de quaisquer preferências pessoais. E os valores, nesta perspectiva, são as predisposições conscientes ou inconscientes de um indivíduo sobre o conceito de mundo; em última análise, eles são vistos como subjetivos e, portanto, sem sustentação legítima sobre outras pessoas. A crença na objetividade é uma confiança nos “fatos”, uma desconfiança dos “valores”, e um compromisso com a segregação de ambos [grifo nosso] (SCHUDSON, 2010, p. 16).

Notemos que, nesse contexto, os ‘fatos’ apontados pelo autor não eram entendidos como “declarações humanas a respeito do mundo, mas aspectos do próprio mundo” (SCHUDSON, 2010, p. 16). Desse modo, por ‘influências distorcedoras’ pode-se considerar não apenas a opinião pessoal dos sujeitos, mas as pluralidades de percepção do mundo, que contribuem para a construção do real. “Essa visão era insensível à forma como o ‘mundo’ é algo que as pessoas constroem por meio do uso dinâmico de suas mentes e pela aceitação dos modos de ver e falar convencionais – e não necessariamente ‘verdadeiros’” (SCHUDSON, 2010, p. 16).

Como bem explica De Melo (2007, p. 1), “a concepção inicial de objetividade jornalística parte do princípio de que não há uma distinção entre a realidade e a notícia. Ou seja, a notícia seria o reflexo e a imitação da realidade”. No entanto, essa afirmação aponta para duas premissas bastante questionáveis na contemporaneidade: “Primeiro, a de que existe uma realidade, única, universal e imutável. Segundo, de que não há qualquer mediação ou interferência simbólica, cultural e ideológica entre a realidade e a notícia” (DE MELO, 2007, p. 1). Genro Filho (2012), ao propor uma visão marxista do fazer jornalístico, faz um importante trabalho de crítica a essa construção objetivada da notícia como padrão de normalidade. O autor exemplifica com a teoria de Rossi (1984) sobre fatos objetivos e ‘impressões puramente pessoais’ (ROSSI, 1984, p.10) dos jornalistas:

Se fosse possível o relato estritamente objetivo de um fato somado apenas às impressões puramente pessoais, a tese da objetividade estaria, no fundamental, correta. (...) Seria possível um jornalismo ‘imparcial’ (...), desde que a subjetividade (individual) ficasse confinada a certos parâmetros, que não impedissem o público de distinguir o diamante bruto que seriam os fatos objetivos por baixo das sobreposições emocionais do redator. (...) O que Rossi não percebe é que os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, não são puramente objetivos (GENRO FILHO, 2012, pp.43; 45)

A dificuldade de empreender uma objetividade jornalística ‘pura’ está, portanto, na dificuldade de se delimitar o que é propriamente o sujeito e o objeto dentro do vasto universo de atuação do fazer jornalístico. Bucci (2000) questiona justamente a possibilidade de se admitir essa distância, em comparação com as investigações promovidas por outras ciências:

Diferentemente do que ocorre com o antropólogo que encara o índio bororo sob o sol dos tristes trópicos, não há nenhum distanciamento cultural entre o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação. De onde pode então emergir a objetividade? Objetividade é uma palavra que vem de objeto. Diz-se que tem objetividade o discurso em que se expressam as características próprias do objeto – e não as do autor do relato (o sujeito). O jornalismo, produto que é do senso comum, adota a pressuposição tácita de que uma descrição pode ser objetiva, ou seja, ser inteiramente fiel às características do objeto, sem que o sujeito a deforme (BUCCI, 2000, p. 92).

O autor dá sequência a este raciocínio indicando que, sim, existem informações inteiramente objetivas, como a temperatura marcada em um termômetro na Avenida Paulista ou o placar de um jogo de futebol. No entanto, em casos como a reunião de um presidente da república com ministros, a notícia não se basta. É preciso saber do que se trata a reunião, quem a convocou, que ministros são, etc. “A objetividade passará a depender de iniciativas subjetivas daqueles que são notícia, e estas, por sua vez, só podem ser observadas por habilidades também subjetivas daqueles encarregados de informar o público” (BUCCI, 2000, p. 93). Há, portanto, para o autor, que se observar as limitações próprias da natureza de uma investigação de sujeitos sobre sujeitos. Para Genro Filho (2012, p.45), “não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento”.

Considerando esta lógica da notícia como uma construção social do acontecimento é que se pode apontar o jornalismo como forma de produção (e não apenas de reprodução) de conhecimento acerca da realidade. Nesse sentido, o pragmatismo de Robert Park, nos anos 1940, contribui para se pensar o lugar no jornalismo, que, para o pesquisador, se situa “entre um ‘conhecimento de’ utilizado no cotidiano e um ‘conhecimento sobre’, sistemático e analítico, como o produzido pelas ciências” (MEDITSCH, 1998, p.27).

Contudo, numa abordagem posterior à teoria de Park, passa-se a afirmar que o jornalismo “não revela mal nem menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente” (MEDITSCH, 1998, p.27). Para isso, o questionamento à noção positivista de infalibilidade da ciência, empreendido em diversos campos do saber, fora essencial. “Ao relativizarem as verdades científicas, estas correntes críticas permitiram também a aceitação de outras verdades como eventualmente válidas e relativas, de acordo com os seus pressupostos e objetivos” (MEDITSCH, 1998, p.28).

Essa corrente de questionamentos ao positivismo e de percepção dos sujeitos pode ser



percebida desde a década de 1930, a partir da História Social<sup>8</sup>, mas se apresenta com mais vigor entre as décadas de 1960 e 1970, em movimentos na Linguística (com a Análise do Discurso Francesa, de Michel Pêcheux, que passa a considerar o contexto dos discursos e as negociações de poder nele imbricadas) e na etnografia social de Michel de Certeau, centrada nos sujeitos marginais, “‘caçadores furtivos’, que podem fazer da necessidade virtude, que modificam sem espalhafato e com astúcia suas condições de vida” (SARLO, 2007, p.16).

Esse reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, sustenta grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970. Coincide com uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas. Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera ‘ideologia’ ou ‘falsa consciência’, isto é, discurso que encobria esse depósito escuro de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava (SARLO, 2007, p.18-19).

O que se nomeia como guinada subjetiva ajuda a recortar as características de uma produção subjetivada também no jornalismo. Segundo Serelle (2009), durante a década de 1970, percebe-se uma profusão de conteúdos jornalísticos “em que a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado” (SERELLE, 2009, p.39). Essa produção subjetiva é ainda a que “deu a voz, por meio do testemunho, àqueles até então excluídos dos discursos majoritários” (p.39).

Assim, conceitualmente, subjetivação seria “a recuperação do ‘eu’ em narrativas jornalísticas contemporâneas”, que ocorreria quando

o sujeito, implicado naquilo que conta, confere ao relato o efeito de verdade principalmente pelo testemunho, desvelando, pela assunção da subjetividade e da afetividade, filigranas do outro, que normalmente escapam à percepção objetiva, e, por vezes, reivindicando, de modo engajado, a intervenção na realidade imediata (SERELLE, 2009, p.34).

Como dito, distinguem-se ainda características do que seria uma produção jornalística afeita à subjetivação a partir de estudos sobre gêneros e formatos jornalísticos. Situada como o formato-protagonista do gênero interpretativo (BELTRÃO, 1976) ou como lugar do relato ampliado no jornalismo informativo (MELO, 1985), a reportagem, cuja origem remonta aos esforços de produção de conteúdos extensivos e intensivos durante a I Guerra Mundial (que

---

<sup>8</sup>Movimento cujo marco está circunscrito na francesa Escola dos Annales, a História Social amplia o espectro de sujeitos observados pelas lentes historiográficas, considerando a vida cotidiana e as atividades corriqueiras como universo de pesquisa e voltando seus esforços epistemológicos ao estudo das mentalidades. Lucien Febvre, Marc Bloch e Jacques Le Goff são alguns de seus representantes.

conseguissem apresentar o conflito de maneira panorâmica, deitando sobre ele um olhar analítico), é considerada espaço de maior tendência à subjetivação, por diversos motivos.

Segundo Melo (1985), entende-se por reportagem “o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (p.49). Sodré (1986) corrobora com a conceituação de Melo (1985), situando a reportagem como “extensão da notícia” (p.11), mas também como “forma-narrativa do veículo impresso” (p.11), promovendo, desse modo, a possibilidade de leitura do jornalismo como uma produção narrativa. Segundo o autor,

(...) o desdobramento das clássicas perguntas a que a notícia pretende responder (quem, o quê, como, quando, onde, por quê) constituirá em pleno direito uma narrativa, não mais regida pelo imaginário, como na literatura de ficção, mas pela realidade factual do dia-a-dia, pelos pontos rítmicos do cotidiano que, discursivamente trabalhados, tornam-se reportagem (SODRÉ, 1986, p.11)

Para Sodré (1986), a predominância da forma narrativa é condição *sine qua non* da reportagem, mas, além dela, outras características se acentuam: humanização do relato, texto de natureza impressionista e objetividade dos fatos narrados (este último interpretado como sinônimo de precisão). Sobre humanização, assim o autor define:

Diretamente ligada à emotividade, a humanização se acentuará na medida em que o relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas também participa dos fatos. O repórter é aquele ‘que está presente’, servindo de ponte (e, portanto, diminuindo a distância) entre o leitor e o acontecimento (SODRÉ, 1986, p.15)

Abordando também as características da reportagem, Lage (1987) relaciona o formato às condições de produção. De acordo com o autor, reportagens são o levantamento de um assunto conforme a angulação estabelecida, portanto, “a distância entre reportagem e notícia estabelece-se, na prática, a partir da pauta, isto é, do projeto do texto” (LAGE, 1987, p. 47). E segue: “reportagens supõem outro nível de planejamento. (...) A pauta deve indicar de que maneira o assunto será abordado (...), o tempo de apuração, os deslocamentos da equipe, o tamanho e até o estilo da matéria” (p.47).

Sobre o estilo da reportagem, Lage diz tratar-se de “menos rígido do que o da notícia: varia com o veículo, o público, o assunto” (p.47) e faz referências à possibilidade de rompimento com a pirâmide invertida: “Pode-se dispor as informações por ordem decrescente de importância, mas também narrar a história, como um conto ou fragmento de romance. (...) em certos casos, admite-se que o repórter conte o que viu na primeira pessoa” (p.47).

Em “A Prática da Reportagem”, espécie de manual informal de produção, apuração e

redação de reportagens escrito por Ricardo Kotscho (1995), o autor, experiente repórter, incorpora às definições do formato o discurso subjetivado que, segundo ele, a reportagem mereça. Inicia o texto, por exemplo, apontando como atributos do repórter honestidade, caráter e princípios, ao que continua: “não, não estou falando da tal ‘objetividade jornalística’, da ‘neutralidade’, essas bobagens que inventaram para domesticar os profissionais que não se dobram aos poderosos de plantão” (p. 8). Para Kotscho, o repórter não deve ter “medo de tomar posição” (p.15), mas sim assumir-se no relato como um representante do próprio leitor, fazendo eco à ideia de humanização do relato (SODRÉ, 1986): “o objetivo dessas matérias é fazer com que o leitor viaje junto, o repórter cumprindo sua função primeira: colocar-se no lugar das pessoas que não podem estar lá, e contar o que viu como se estivesse escrevendo uma carta a um amigo” (KOTSCHO, 1995, p. 16).

Desse modo, pelo que nos indica a revisão bibliográfica brevemente exposta, para a produção da reportagem, o jornalista aciona alguns ‘atos de subjetivação’ (aos quais detalharemos no capítulo posterior), tais como: resistência à compressão do tempo destinado às rotinas produtivas (já que estende seus prazos de apuração e escrita em função do formato); relação empática com as fontes, sem temer qualquer parcialidade em função da valorização dos sujeitos; maior autonomia em relação às decisões inerentes à reportagem; e, no campo do estilo, adoção de menor rigor quanto à estrutura textual, com possibilidade de ruptura com a pirâmide invertida.

## **2.1. Cenário norte-americano**

Situando historicamente a oscilação entre objetividade e subjetividade no jornalismo, é possível perceber pontos de maior intensidade de cada um dos polos e suas consequências na produção jornalística e na apreensão do real pelas sociedades desses períodos. Neste estudo, tomamos por base os cenários norte-americano e brasileiro. O primeiro se justifica por ter servido de modelo para o desenvolvimento da imprensa no Brasil, como afirma Biroli (2007). Analisando a constituição do jornalismo e da identidade do jornalista moderno no Brasil, a autora relaciona o fenômeno, entre outros fatores, à “influência do chamado modelo norte-americano de jornalismo, que tem uma inserção específica na prática dos jornais e jornalistas brasileiros” (BIROLI, 2007, p.119).

A imprensa político-partidária que marcaria a primeira metade do século XIX, circunscrita no ‘jornalismo de opinião’, esteve interessada sobretudo em difundir a visão de mundo de certos indivíduos ou grupos específicos, pesando na apreensão dos ‘valores’ muito mais do que dos ‘fatos’, se lidos à luz de Schudson (2010). Como afirma Amaral (1996, pp.

25-26), “comprava-se (assinava-se) jornal para saborear a versão parcial dos acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários, quase sempre pessoais, procedentes ou não”. Essa forma subjetiva/parcial de apreensão dos acontecimentos políticos e essa percepção do papel da imprensa só mudariam a partir dos primeiros 30 anos do século XX, em países como Inglaterra, França e Estados Unidos, quando ocorre o que Amaral (1996, p. 26) chama de:

(...) passagem da imprensa politizante para uma imprensa comercializada. A partir de então, a objetividade, ou melhor, aquilo que mais tarde ganharia o nome de objetividade, passa a se identificar com uma mistura de estilo direto, imparcialidade, factualidade, isenção, neutralidade, distanciamento, alheamento em relação a valores e ideologias.

Amaral (1996) pontua, em termos gerais, quatro principais acontecimentos que teriam contribuído para a adoção definitiva do princípio da objetividade no Jornalismo: o advento das agências de notícias, o desenvolvimento industrial, o advento da publicidade e das relações públicas e as duas guerras mundiais.

É a partir de uma série de transformações sociais, tecnológicas e culturais que esse jornalismo de ‘valores’ dá lugar ao investimento nos ‘fatos’. Aqui, o uso do termo ‘investimento’ é sensato, já que a objetividade passa a ser percebida como uma via próspera para a rentabilidade dos jornais. Vender o maior número de notícias para grupos distintos implica em não se aliar a uns ou outros, mas sim trilhar o caminho da neutralidade: essa era a fórmula adotada pelas agências de notícias.

Era preciso então que elas oferecessem um produto capaz de atender às necessidades específicas de cada cliente, refletindo o caráter social do mercado e levando em conta seus interesses, valores e preconceitos. Passaram a vender notícias uniformes, neutras e imparciais a jornais politicamente diversos. Daí a adoção do conceito que mais tarde seria chamado de objetividade e que alguns autores creditam à Associated Press (AMARAL, 1996, p. 28).

Contudo, apesar de norteadas pelo ideal da objetividade, muitas mídias seguiram praticando um jornalismo incrustado de valores. Em tese, objetividade e subjetividade relacionam-se estrita e respectivamente aos gêneros informativo e opinativo, mas não necessariamente. A trama tecida por objetividade, subjetividade, informação e opinião é muito mais complexa.

Observemos, por exemplo, o fenômeno da *penny press* (jornal-centavo), a imprensa popular, desenvolvida ao longo do século XIX, nos Estados Unidos. Se, no campo profissional, esse fenômeno foi responsável por uma verdadeira revolução jornalística (ao inventar o conceito de notícia, pautar o cotidiano da sociedade, valorizar a figura do repórter a

partir de contratações e orientar-se para a venda avulsa), na apuração das notícias manteve-se bastante parcial, tendo sido marcado por abusos éticos. Para ilustrá-los, Amaral (1996) cita o depoimento de Joaquim Nabuco, que atuou como secretário de embaixada em Nova Iorque e Washington entre os anos de 1876 e 1877: “Para a reportagem, não existe linha divisória entre a vida pública e a privada. O adversário está sujeito a uma investigação sem limites e sem escrúpulos, e não ele somente – todos que lhe dizem respeito” (NABUCO, 1966 *apud* AMARAL, 1996, p. 33).

Os primeiros jornais comerciais feitos para serem populares exigiam dos repórteres precisão, reprodução pormenorizada dos fatos, mas eram sensacionalistas. Essa perspectiva alerta para uma distinção entre os binômios objetividade-subjetividade e informação-opinião: é possível que haja opinião objetiva e informação subjetiva. Objetividade na escrita, na forma, mas caráter opinativo (parcialidade) na apuração, na escolha das pautas e das fontes. Esse período da imprensa reforça ainda que objetividade não implica necessariamente rigor ético. Em nome da valorização dos fatos, muitos repórteres ultrapassaram os limites entre público e privado, valendo-se de métodos antiéticos para conseguir informações.

Se é possível pontuar esse momento como uma demonstração de opinião objetiva, ou objetividade parcial, também é possível pensar no jornalismo praticado nas guerras como uma fagulha de informação subjetiva ou como a perspectiva pessoal do repórter pode ser crucial para a construção da reportagem. Com a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918), o jornalismo voltou a duvidar da solidez dos fatos. Como explica Schudson (2010, p. 17):

Antes de 1920, os jornalistas não pensavam muito sobre a subjetividade da percepção. Eles tinham relativamente pouco incentivo para duvidar da firmeza da realidade na qual viviam. A sociedade norte-americana, a despeito de sérios problemas, permanecia numa dinâmica de esperança e promessa. (...) Poucas pessoas duvidavam da inevitabilidade do progresso. Após a I Guerra Mundial, porém, isto mudou. Jornalistas, assim como outros profissionais, perderam a confiança em verdades tidas como certas numa sociedade democrática de mercado.

A experiência com “a propaganda de guerra mostrou à comunidade jornalística as diversas maneiras como um fato pode ser apresentado, manipulado – ou simplesmente criado” (AMARAL, 1996, p. 30). Neste cenário, era preciso assumir como complementar aos fatos o olhar atento, comprometido e singular do repórter: os valores. “O desafio do texto interpretativo ao jornalismo convencional (para dar mais substância às notícias) foi feito pelos correspondentes que sentiram profundamente a necessidade e tinham autonomia operacional para tentá-lo” (p. 37).

Em “O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”, Walter Benjamin

(1987), atribui a extinção das narrações, entre outros motivos, à perda da habilidade humana de intercambiar experiências, causada sobretudo pela Grande Guerra, esta que nos teria deixado “mais pobres em experiência comunicável” (BENJAMIN, 1987, p. 198). “Nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a estratégica pela guerra de trincheiras, a econômica pela inflação, a experiência do corpo pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes” (p. 198). Para o autor, a profusão de vivências traumatizantes durante o conflito nos teria deixado apáticos, dormentes, como ficaram os soldados sobreviventes: tanto viram, ouviram, cheiraram, sentiram... que retornaram mudos do campo de batalha.

Sob essa perspectiva, é interessante e revelador perceber que, quando a humanidade perde a capacidade de comunicar o terror da guerra, empalavram-se finalmente os correspondentes, que reportaram o conflito, segundo Amaral (1996, p.37), porque “sentiram profundamente a necessidade” e “tinham autonomia operacional”. Essa dupla motivação sugere componentes substanciais à construção da reportagem: sensibilidade e aparato técnico.

Livres para relatar e explicar o conflito, atendendo aos interesses do país e às suas simpatias pessoais, os correspondentes não só relataram como interpretaram a seu modo a realidade. Assim agindo, eles abriram mais uma brecha no sistema que continuava exigindo, na retaguarda, uma apreciação rigorosamente objetiva dos fatos (AMARAL, 1996, p. 37).

O fenômeno da subjetivação neste período, de 1920 a 1930, é percebido por Schudson (2010) justamente como uma demanda da guerra e da popularização da indústria da propaganda e das Relações Públicas. Do ato de reportar os conflitos internacionais eclodem as *by-lines*: depoimentos geralmente em primeira pessoa, que acompanhavam uma notícia ou um artigo, e que continham a assinatura do repórter. “No início dos anos 20, as *by-lines* eram publicadas com parcimônia” (SCHUDSON, 2010, p. 170), mas ao final daquela década passaram a ser usadas “livremente, tanto para a correspondência doméstica quanto para a internacional” (p. 170). O jornalista Turner Catledge, em “My Life and The Times”, atribui ao início dos anos 1930, por causa das *by-lines*, inclusive um crescimento do *status* dos repórteres em relação ao *copydesk*, os revisores das notícias (SCHUDSON, 2010).

Já em resposta às propagandas, outro fruto da subjetivação na imprensa foi a especialização: a contratação de repórteres aptos a tratar de determinados temas, como medicina, saneamento, agricultura, etc. “Se as *by-lines* concederam uma autoridade maior ao repórter em relação ao *copydesk*, a especialização poderia proporcionar ao repórter um progresso na capacidade de se tornar um crítico de suas fontes” (SCHUDSON, 2010, p. 170).

Um exemplo de especialização, mencionado no Journalism Bulletin, em 1924, foi a demanda por “críticos de automóvel que atirariam na lixeira as notícias dos agentes de publicidade sobre os últimos modelos, e escreveriam artigos críticos sobre as novas máquinas, tão logo surgissem” (p. 171).

O principal fruto dessa tendência à subjetivação fora, possivelmente, a reportagem interpretativa, ainda que nem todos a tenham atribuído ou associado à ideia de subjetividade<sup>9</sup>. No final da década de 1930, Curtis MacDougall, autor de um compêndio de jornalismo chamado *Interpretative Reporting*, afirmava que a população dos Estados Unidos estivera despreparada para lidar com a I Guerra Mundial porque as agências de notícias e os jornais não interpretavam os acontecimentos, apenas lançavam relatos – com ou sem a opinião/impressão pessoal dos seus correspondentes, e que durante a depressão de 1929 o mesmo ocorrera.

No entanto, é interessante perceber que mesmo MacDougall, defensor da reportagem interpretativa, não a percebia necessariamente como uma produção subjetiva. Isso fica claro quando o autor descreve o que ele acredita que serão os “mais bem-sucedidos jornalistas do futuro”:

(...) serão aqueles com ampla formação acadêmica, com o conhecimento de um especialista em uma ou mais áreas, a capacidade de evitar emocionalismos e permanecer objetivo(a), um estilo descritivo, o poder de observação, e, acima de tudo, uma habilidade de compreender o significado das notícias imediatas em relação a tendências sociais, econômicas e políticas mais amplas (MacDOUGALL, 1938, p.251 *apud* SCHUDSON, 2010, p. 173).

Já para alguns correspondentes de guerra, subjetividade implicava opinião e era de fundamental importância para a compreensão do mundo. Assim afirma Raymond Gram Swing, correspondente estrangeiro do Chicago Daily News por 20 anos (*apud* SCHUDSON, 2010, p. 173):

Se é para compreender a notícia europeia sob qualquer circunstância, ela tem que ser explicada. E se ela é explicada, isto tem que ser feito subjetivamente. Não há persuasão nisso; na Europa, o indivíduo mais valioso para o seu jornal é aquele que manifesta opiniões em seus escritos.

---

<sup>9</sup> Para Beltrão (1976), por exemplo, o jornalismo interpretativo seria, na verdade, a forma mais autêntica de dar subsídios aos leitores, para que eles tirem as suas próprias conclusões, limando qualquer possibilidade de “sujeição da objetividade à linha político-filosófica do jornalista” (p.46). Segundo o autor: “o jornalismo interpretativo (...) nada tem a ver com boas intenções, com malabarismos ou truques, e ainda menos com opiniões pessoais e/ou de grupos interessados. O jornalismo interpretativo é o objetivismo multiangular da atualidade apresentado pelos agentes da informação pública para que nós próprios, os receptores, o analisemos, julguemos e possamos agir com acerto” (BELTRÃO, 1976, p.46).

Em 1920, Walter Lippmann, um dos grandes defensores da objetividade, associava, no entanto, a opinião ao amadorismo, o que ia de encontro aos esforços de profissionalização do jornalismo. Objetividade, sim, implicava fazer jornalismo profissionalmente, relacionando este ideal às noções de independência, transparência e credibilidade. Para Lippmann, era preciso estar vigilante quanto à subjetividade. Em um momento de popularização das chamadas colunas sindicadas (assinadas por jornalistas, nas quais opinavam sobre política e economia), não era adequado que as notícias se tornassem “as expectativas dos profissionais que compunham a organização jornalística” (2010, p. 180). “Quando você considera o quão profundamente dependente da notícia é o mundo moderno, a fragilidade da natureza humana se torna um argumento não para a complacência e a apologia, mas para a vigilância eterna” (LIPPMANN; MERZ, 1920, p. 32 *apud* SCHUDSON, 2010, p. 181).

Nesse caso, quando se fala em subjetividade, trata-se muito mais da subjetivação dos fatos, expressados pela via da opinião, do que da adoção de um estilo subjetivo na redação dos textos. A subjetivação da escrita, que culminaria nos experimentalismos da forma, ganharia contornos mais delimitados na década de 1960, quando novamente a objetividade jornalística é posta em cheque.

Isso ocorre, segundo Schudson (2010), por dois fatores primordiais: o primeiro, a percepção pela imprensa de que as autoridades governamentais haviam construído uma cultura de administração da notícia, de gerenciamento das pautas dos jornais, de modo que a investigação, a interpretação, a apuração aprofundada dos fatos e para além das fontes hegemônicas estariam severamente comprometidas. A partir da II Guerra Mundial, o estabelecimento de uma “presidência imperial” por parte dos Estados Unidos transformou a política de notícias do governo, especialmente em matéria de política externa e, assim, “no exato momento em que o público e a imprensa tinham cada vez mais razões para se interessarem pela política externa, as novas instituições de segurança nacional frustravam os esforços para compreendê-la” (SCHUDSON, 2010, p. 198).

É preciso que se diga, no entanto: os jornalistas, até meados de 1960, reclamavam, mas não contestavam as rotinas de administração da notícia por parte do governo. Schudson (2010) cita diversos episódios em que New York Times, Washington Post, Miami Herald e tantos outros jornais preferiram não escrever sobre desmandos da administração Kennedy ou sobre espionagens e invasões ilegais em nome “dos interesses da segurança nacional”. “A preocupação sobre estas questões era episódica, não cumulativa, e não produziu respostas institucionalizadas” (SCHUDSON, 2010, p. 200). No entanto, em 1960, essa postura



conformada dos jornais começou a mudar. A Guerra do Vietnã rompeu com qualquer relação de confiança entre a imprensa e o governo.

Aliada a essa desconfiança, estabelecia-se nas redações uma nova geração de repórteres e, na sociedade, de leitores, que naquele período chegava às universidades e se via em posição de julgar, argumentar e revisar.

As pessoas mais jovens, cuja antipatia ao comunismo havia sido herdada, não adquirida, podiam questionar seus pontos de vista ou se desviar deles. E eles descobriram, à medida que começaram a criticar o governo e, especialmente, as instituições da política externa, que tinham um público receptivo. Era um público erudito. Um público universitário (SCHUDSON, 2010, p. 207).

Esse ‘público’, no entanto, não constituía apenas uma nova massa de leitores, mas de fontes. E os jovens jornalistas, enviados a campo para cobrir os movimentos de direitos civis e antiguerra, viram-se influenciados por eles.

Muitas vezes se sentiam desconfortáveis em seus papéis de repórter, quase como se fossem agentes da sociedade ‘honesta’, espionando uma cultura subversiva. Descobriram-se simpáticos às ideias e aos valores daqueles sobre os quais escreviam e cada vez mais céticos, inconformados ou indignados com a alteração que suas reportagens sofriam no caminho entre o *copydesk* e a página impressa (SCHUDSON, 2010).

Não se tratava, no entanto, apenas de uma crise geracional, já que também editores e profissionais mais velhos – igualmente desconfiados das ações do governo – tinham razões para compartilhar das indignações dos mais jovens. Essa cultura de oposição se espraiava de diversas formas no jornalismo daquele período, seja no investimento – a contragosto do governo – em reportagens investigativas, nas quais torna a pesar a impressão do repórter, dessa vez revelando também os bastidores do fazer jornalístico, discutindo a experiência da apuração dentro do relato; seja no retorno às tradições literárias e a uma escrita emocionalmente potente.

O movimento conhecido como *New Journalism* (ou Novo Jornalismo, em português), surgido entre as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, tinha por essência uma proposta aparentemente simples, mas transgressora: fazer jornalismo como se fora ficção. “No começo dos anos 60, uma curiosa ideia nova (...) começou a se insinuar na nos estreitos limites da statusfera das reportagens especiais (...) era que talvez fosse possível escrever jornalismo para ser... lido como um romance”. Assim o jornalista Tom Wolfe (2005, p. 19) descreveria o gatilho de um período da produção jornalística estadunidense no qual técnicas

de redação e número de caracteres pouco importavam diante da possibilidade de se narrar, sem tantas amarras, uma história.

Wolfe (2005) dedica-se a traçar as bases e o caminho feito por profissionais da época, desmitificando a ideia do Novo Jornalismo como um movimento organizado. O autor prefere defini-lo como uma animada disputa entre impacientes e entediados repórteres especiais dos jornais norte-americanos, que ansiavam iniciar já nas suas reportagens a escrita “do Romance”, revelando desde já as relações existentes entre as demandas próprias do mundo do trabalho jornalístico e as transformações no campo da linguagem.

Segundo o autor, no Romance, o bravo repórter especial aposentado conseguiria utilizar todo o seu fôlego e, com as experiências acumuladas na redação, finalmente narrar uma história memorável, com liberdade de apuração e de estilo. Mas, até lá, por quanto tempo ainda precisariam escrever dentro dos padrões? Germina desta inquietação uma nova possibilidade para o jornalismo.

O que me interessava não era simplesmente a descoberta da possibilidade de escrever não-ficção apurada com técnicas em geral associadas ao romance e ao conto. Era isso – e mais. Era a descoberta de que é possível na não-ficção, no jornalismo, usar qualquer recurso literário, dos dialogismos tradicionais do ensaio ao fluxo de consciência, e usar muitos tipos diferentes ao mesmo tempo, ou dentro de um espaço relativamente curto... para excitar tanto intelectual como emocionalmente o leitor (WOLFE, 2005, p. 28).

A pedra fundamental do Novo Jornalismo nos Estados Unidos fora posta entre 1965 e 1966 com a escrita e a publicação de “A Sangue Frio”, obra-prima de Truman Capote, que levaria a proposta narrativa do movimento para além do pequeno nicho dos repórteres especiais em seus suplementos dominicais. O termo “The New Journalism” é utilizado pela primeira vez para definir esse tipo de produção em 1973, numa coletânea homônima, de autoria de Tom Wolfe. A coleção incluiu, além de trabalhos dele, textos de Truman Capote, Hunter S. Thompson, Norman Mailer, Gay Talese, entre outros. Além dos livros, as reportagens ao estilo New Journalism ganharam as revistas, como Esquire, The New Yorker, Rolling Stone e outras. Além das experimentações estéticas, aos repórteres adeptos do Novo Jornalismo interessava repensar as fontes jornalísticas e os modos de apuração: sujeitos anônimos, marginais e pouco convencionais nas páginas cotidianas de jornal eram priorizados (WOLFE, 2005).

Já a reportagem investigativa, cujo marco fora a investigação do Washington Post no caso Watergate, foi também resultante desse panorama da década de 1960 anteriormente citado. Ainda que os adeptos do Novo Jornalismo também tenham produzido investigações

aprofundadas, em reportagens especiais e livros-reportagem, Schudson (2010) propõe uma fronteira entre os dois fenômenos: “Enquanto o jornalismo literário contrapõe a paixão à objetividade ‘fria’, a tradição investigativa distingue sua agressividade da passividade da reportagem objetiva” (2010, p. 220).

Popularizam-se, nesse período, as equipes de repórteres investigativos e esse tipo de produção jornalística, ainda que bastante onerosa às empresas de comunicação. Para uns, tratava-se de modismo; para outros, de um modo de atender à demanda do público por fiscalização e transparência da administração pública.

Segundo Schudson (2010), o fato é que Watergate tornou-se tão icônico que firmou a importância de um jornalismo que aliasse a subjetividade como método de apreensão do real, no sentido de compreendê-lo como complexo, plural e constituído não só pelas fontes hegemônicas; e a objetividade como técnica, sorvendo desse conceito as noções de independência, credibilidade e transparência. Para o autor, Woodward e Bernstein, autores da reportagem (transformada no livro “Todos os homens do presidente”), “produzem um caso de jornalismo fiel a um ideal de objetividade e infiel às falsas convenções justificadas em nome dele” (2010, p. 220).

Pensando nas rupturas que os estudos e as práticas contemporâneas apontam, retornamos ao já pontuado no início deste documento: a percepção do produto jornalístico como reflexo exato do real se tornou insustentável, por diversos motivos. De Melo (2007), em artigo sobre a narrativa intersubjetiva no jornalismo, pontua alguns deles: 1. A especificidade da linguagem jornalística, que possui técnicas narrativas particulares e, portanto, não seria “natural ou idêntica ao real, mas simbólica e cultural” (2007, p. 2); 2. O processo de seleção dos acontecimentos, “o que refuta a ideia de que a notícia reflete o real, pois apenas parte dos acontecimentos são publicados. Hierarquia essa definida por critérios e filtragens individuais e organizacionais” (p. 2); 3. A ordenação temporal do jornalismo, que é distinta da do acontecimento: “mais do que seguir o tempo social, o jornalismo age em um tempo ou ciclo próprios” (p. 2); 4. As relações de poder entre as instâncias narrativas: empresa jornalística, repórter e fontes noticiosas, o que limita a percepção do jornalismo “como um relato imparcial, já que uma série de parcialidades está em jogo” (p. 2); e, finalmente, 5. A interferência da realidade socialmente, culturalmente e historicamente constituída. É a partir dela que se faz jornalismo e não diante do real absoluto.

Em suma, não se pode dizer que o jornalismo produz o real, pois lida com uma realidade social e culturalmente construída, mas também não se pode dizer que não contribua com essa

construção, já que interfere, muitas vezes, nas transformações e nos desfechos dos acontecimentos, como o caso Watergate interferiu. Como afirma De Melo (2007, p. 3),

(...) o jornalismo é um subsistema inserido e em diálogo com um sistema maior: o seu contexto sócio histórico e cultural. E, como subsistema, o jornalismo possui uma “relativa autonomia” em relação ao sistema que se insere, já que possui um “modus operandi” próprio que se superpõe e interage com o sistema. Dessa forma não corremos o risco nem de superestimar o poder da mídia – que é condicionada culturalmente – nem muito menos menosprezamos sua importância – já que possui relativa autonomia no sistema social além de ter uma posição institucionalmente importante e reconhecida nele.

## 2.2. Cenário brasileiro

No Brasil, o caminho traçado é bastante semelhante, apontando para as mudanças paradigmáticas descritas por Charron e Bonville (2016). Durante o ‘jornalismo de opinião’, os folhetins nacionais, rudimentares em sua maioria, ou se detêm a disputas políticas ou simplesmente compilam informações da corte, acenando ainda para o ‘jornalismo de transmissão’. No ‘jornalismo de informação’, os periódicos brasileiros se beneficiam das muitas transformações ocorridas no período de transição entre os séculos XIX e XX. Segundo Bahia (2009), o desaparecimento dos folhetins políticos e a consolidação da imprensa nacional comercial se dá, entre outros fatores, pelo desenvolvimento tecnológico e técnico da impressão.

A segunda fase da imprensa brasileira começa em 1880, 72 anos passados da instalação do pesado material de impressão da Gazeta do Rio de Janeiro. É um tempo de aventura industrial – mais investimentos, renovação do parque gráfico, maior consumo de papel – que abre ao jornal a dimensão de empresa (BAHIA, 2009, p. 111).

Chega-se ao século XX com a certeza de que a notícia é, de fato, a grande prioridade dos jornais. É tempo de incorporar à atividade jornalística o agendamento do cotidiano das cidades e de desenvolver formas de apreendê-lo. Bahia (2009) descreve em alguns parágrafos o espírito da época:

A informação diária se populariza com a divulgação do sorteio de bichos, a publicação de folhetins, o destaque aos eventos policiais e esportivos; porém há algo mais que os leitores esperam, como o relato político menos engajado, a visão ampla do que acontece no exterior e, sobretudo, a incorporação à pauta das ocorrências locais.

O tímido registro de um acontecimento, manipulado pela restrição de opinião ou pelo rigor do critério de importância, dá lugar a procedimentos flexíveis, ágeis, dinâmicos, que transformam ocorrências em reportagens e simples registros em detalhados relatos. Pouco a pouco, as redações acolhem repórteres, noticiaristas, setoristas. (...)

Mas é no curso da I Guerra Mundial que a imprensa assimila os efeitos de profundas mudanças na sociedade e nas relações dos povos com o sistema de comunicação de massa. De 1910 a 1920, são mais visíveis os sinais de evolução no conteúdo e na produção dos jornais e das revistas. (...)

A notícia viaja de bonde, de trem e de navio, os meios de transporte de que se valem repórteres em missões de maior mobilidade. O jornal é menos literário e mais noticioso. Nem por isso deixa de atrair escritores e publicistas consagrados. Nas oficinas, a linotipo despede o motor a gás e passa a utilizar o motor elétrico. (BAHIA, 2009, p. 137)

Aqui nota-se uma sutil discrepância entre o cenário de países como Inglaterra, França e Estados Unidos, com uma atividade jornalística já consolidada, e a conjuntura brasileira: se, nesses países, o conflito surge como um indicativo de retorno à subjetividade (valorizando o relato do repórter), no Brasil, implica investimento na objetividade, como marca da adoção de um jornalismo empresarial (lógica que, como já pontuamos, permeou a imprensa norte-americana na segunda metade do século XIX). Por isso, Juarez Bahia (2009), ao pensar sobre as transformações no universo dos conteúdos jornalísticos, atribui a esse período a primazia da notícia e o fato de os jornais se tornarem menos literários e mais noticiosos.

Contudo, é importante salientar que os jornais dos anos 1920 continuaram sendo o espaço de maior visibilidade da produção literária do País e principal meio de vida de muitos escritores. “Antes de ser profissão, o jornalismo é um bico, um subemprego que procura compensar o baixo salário com o prestígio da letra de forma” (BAHIA, 2009, p. 143). Segundo afirma o poeta Rodrigo Otávio, citado na obra “Pena de Aluguel”, de Costa (2005, p. 23): “Muitos de nós, os chamados homens de letras brasileiros, somos realmente, na generalidade, professores, empregados públicos, advogados”.

A produção jornalística desse período era, portanto, resultado da sugestão objetivada da lógica empresarial, que primava pelo “relato político menos engajado”, a influência subjetivada que chegava dos jornais do exterior e a linguagem própria dos repórteres, que, na verdade, se tratavam de escritores-jornalistas. Essa miscelânea ajuda a compreender, por exemplo, a intensa e tão idiossincrática produção de crônica no Brasil. Sobre isso, Costa (2005, p. 25) afirma:

Era a imprensa que dava as condições de sobrevivência e de divulgação para a produção dessa massa crescente de intelectuais brigando por um lugar ao sol. (...) Segundo Sérgio Micelli: ‘os escritores profissionais viam-se forçados a ajustar-se aos gêneros havia pouco importados da imprensa francesa: a reportagem, a entrevista, o inquérito literário e, em especial, a crônica.

Nesse sentido, destacam-se as crônicas reportageiras de João do Rio (SALGADO, 2006), pseudônimo de Paulo Barreto<sup>10</sup>. A ele foi atribuída a inauguração do jornalismo moderno no Brasil, ao de fato cumprir o que diria Edvaldo Pereira Lima (2009) sobre a autêntica aproximação entre Jornalismo e Literatura: “a objetividade da captação linear, lógica, somava-se à subjetividade impregnada de impressões do repórter, imerso dos pés à cabeça no real” (p. 195). Sobre a atuação de João do Rio, Costa (2005) vale-se das palavras de Brito Broca:

Cronista por excelência do 1900 brasileiro seria Paulo Barreto (João do Rio). E uma das principais inovações que ele trouxe para a nossa imprensa literária foi a de transformar a crônica em reportagem – passagem por vezes lírica e com vislumbres poéticos. Machado de Assis, Bilac e outros eram cronistas sem o temperamento de repórteres; o primeiro, principalmente (...) jamais lhe passaria pela cabeça ir à cadeia ver de perto o criminoso e conversar com ele. Foi essa experiência nova que João do Rio trouxe para a crônica, a do repórter (BROCA *apud* COSTA, 2005, p. 41).

Também Lima (2009, p. 219) revela essa dualidade repórter-escritor em características de Paulo Barreto:

A contribuição de João do Rio não seria tão grande quanto ao tratamento estilístico, insuficiente para marcar uma forma jornalística. Mas deixaria seu pioneirismo inconfundível pela observação detalhada da realidade, pela coleta de informações por meio de entrevistas a fontes (...), pela descrição subjetiva de ambientes (...), pela superação do tempo jornalístico imediato.

De 1920 a 1950, a produção jornalística brasileira vive significativas instabilidades. Até a segunda metade dos anos 30 ainda é possível sentir os efeitos da Semana de 22 (a efervescência cultural, política e simbólica do modernismo), mas o jornalismo brasileiro, que mal havia experimentado estéticas e técnicas, vê-se impelido a consolidar-se e profissionalizar-se (ainda que não houvesse necessariamente refletido sobre os parâmetros definidores dessa profissionalização), mais uma vez baseado no jornalismo praticado nos Estados Unidos, como explica Biroli (2007, p.136): “Foi comum, neste tipo de posicionamento, uma confusão explícita entre um modelo (o norte-americano), os ideais a ele ligados e as noções de modernidade e progresso”. À gana de perseguir esse profissionalismo

---

<sup>10</sup> João Paulo Coelho Barreto, mais conhecido como João do Rio (1881-1921), representou, no início do século XX, um tipo não-convencional de repórter brasileiro. Adotou o jornalismo como sua principal atividade (e não como emprego secundário, como boa parte dos escritores da época (COSTA, 2005)) e enveredou-se pelas ruas e classes sociais do Rio de Janeiro em busca de histórias – dos salões da elite aos terreiros de candomblé. Entre fevereiro e abril de 1904, realizou uma série de reportagens intituladas “As Religiões no Rio”, reconhecidas como importantes (e pioneiras) análises de cunho antropológico e sociológico sobre os cultos africanos na capital carioca (SALGADO, 2006).

aos moldes norte-americanos, a incursão do discurso jornalístico brasileiro na literatura fora breve, como aponta Resende (2009):

Esse tipo de discurso, com propensões literárias, deixou marcas profundas no jornalismo brasileiro (...). No entanto, ele teve breve sobrevida, e, em um curto espaço de tempo, o jornalismo no Brasil já se via impelido a se inserir em uma lógica de mercado. É certo que não, particularmente, nos moldes hoje conhecidos, mas, vale ressaltar, datam já do final do século XIX as primeiras manifestações de uma grande imprensa no Brasil. Assim, em termos de organização, conhecimento e vivência do jornalismo como prática discursiva, mal se teve tempo de experimentar uma certa “espontaneidade” – o que na história da imprensa europeia durou todo o século XVIII – e tornou-se já obrigatório inteirar-se das demandas técnico-operacionais que impunham um discurso mais formatado (RESENDE, 2009, p.84).

Depois de 1937, com a ditadura de Vargas, emergem períodos de aridez. “A censura se abate sobre o país no contexto de um Estado policial, totalitário. Não só a imprensa é vítima, mas também toda a nação é ofendida pela ditadura”, como explica Bahia (2009, p. 210). O pós II Guerra Mundial traz consigo as mudanças mais significativas vividas pela imprensa brasileira. Ao final dos anos 40, acontece o que Dines (1986, p. 25) define como a passagem “à funcionalidade e à eficiência”. Detalha Amaral (1996, p. 74):

Dos Estados Unidos veio a ideia do lead e do copy-desk (...). A ideia era uniformizar o texto e torná-lo objetivo. A adoção da novidade americana (que já não era tão nova assim lá fora) foi um choque para o setor mais conservador da imprensa carioca, a de maior destaque nacional na época. Alguns profissionais consagrados reagiram negativamente àquela verdadeira revolução.

O copy-desk era o redator encarregado de reescrever as matérias dos repórteres, de limpar os textos, de dar um ar jornalístico aos press releases (...). Era o homem eleito para acabar com a literatice. Ninguém mais podia ser literato na redação, a não ser em textos assinados, e olhe lá – lembra Ruy Castro, biógrafo de Nelson Rodrigues.

Nelson Rodrigues chamava os copy-desks de “os idiotas da objetividade”: “Se o copy-desk já existisse naquele tempo, os Dez Mandamentos teriam sido reduzidos a cinco”.

O beletismo que marcara a imprensa nacional tornava-se o grande inimigo dos editores, cada vez mais convencidos da necessidade de textos enxutos, diretos, e produzidos a partir de apurações neutras – é o período de popularização do *lead* e de novo salto tecnológico e industrial de muitos jornais nacionais. Essa tendência é seguida pela adoção dos manuais de redação e pela especialização do jornal em editorias, refletindo as transformações que se seguiam em outros campos (como o das ciências), na década de 1950, mas sobretudo nos anos 60. Segundo Dines (1986, p. 27):

Já nos anos 60 começava a chegar ao Brasil a tendência da compartimentação das ciências, a era da especialização científica. A Filosofia repartiu-se, as próprias ciências exatas se subdividiram para serem mais exatas ainda. As ciências humanas, à medida que aumentava o conhecimento sobre o homem, reclassificavam-se numa dúzia de especialidades estanques, como a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, a Lingüística, a Comunicação.

Mais adiante, ao discutirmos particularmente o desenvolvimento das rotinas produtivas no Brasil, pretendemos nos deter à observação dos manuais de redação, mas desde já é importante apontá-los como decisivos para a constituição da lógica objetivada ainda presente no *habitus* (BOURDIEU *apud* BARROS FILHO, 2003), das redações, aliados à formação dos cursos superiores de Jornalismo que começavam a ser inaugurados no País<sup>11</sup>.

Segundo Biroli (2007, p.118), em “uma série de textos escritos a partir da década de 1940 – compêndios de normas, manuais de redação, estudos sobre as mudanças no jornalismo brasileiro, ensaios escritos por jornalistas sobre a profissão” é possível perceber o protagonismo normativo da objetividade, lida como sinônimo de precisão, exatidão e neutralidade – elementos essenciais à produção jornalística empresarial, “que consiste basicamente em informar sem comprometer-se” (DINES, 1986, p. 91).

Entre os exemplos citados por Biroli (2007) está o ‘Programa de Ação das Folhas’, produzido em 1948, “quando Nabantino Ramos dirigia a empresa Folha da Manhã, foi pioneiro nos esforços de padronização e disciplinamento de jornais e jornalistas no Brasil” (p.133). Nele, segundo a autora, Ramos aborda, entre outros assuntos, “um dos temas que seriam recorrentes nos manuais que surgiram a partir dos anos 1950, nas discussões de jornalistas ativos na época ou em suas memórias: a delimitação entre informação e opinião” (p.133). No item ‘Informação’, o documento da Folha enfatizava a ‘fidelidade aos acontecimentos’ (“Sejam bons ou maus, agradem ou não a quem quer que seja, os fatos aparecerão sempre nas Folhas, com o relevo adequado, conforme se trate do matutino ou do vespertino”<sup>12</sup>). Já no item Opinião, sugeria que os assuntos fossem abordados “sem paixão”, preferindo opiniões “mais seguras do que brilhantes”<sup>13</sup>.

As análises da autora concluíram ainda que

A contraposição entre o jornalismo europeu (ou o modelo francês, como é em geral definido) e o norte-americano foi bastante utilizada, nas fontes pesquisadas das décadas de 1940-60, para reforçar o vínculo entre jornalismo objetivo e moderno, que deixaria para trás o jornalismo de opiniões e de indisciplinados (BIROLI, 2007, p.135).

<sup>11</sup> A primeira escola brasileira de Jornalismo foi inaugurada na Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, em 1947.

<sup>12</sup> CAPELATO; MOTA, 1980, p.134 *apud* BIROLI, 2007, p.133.

<sup>13</sup> *Idem*.



Para Resende (2009), essa alternância de determinações discursivas – entre a escrita que se imbuía da prosa literária e dos diários de bordo e a sintética e neutra exigida para ser ‘moderno e profissional’ – em períodos de tempo tão curtos, no Brasil, afetou diretamente o processo de construção de conhecimento e

(...) fez do discurso jornalístico, do ponto de vista epistemológico, um campo relativamente frágil, facilmente influenciável e influenciado por um rigor conceitual e uma determinação normatizante vindos de fora. (...) O mercado, nesse contexto, torna-se o censor e é um agente fundamental porque parte-se de uma lógica que visa a entender o poder de consumo como símbolo do próprio desenvolvimento (RESENDE, 2009, p. 85).

Assim, as demandas de mercado, no Brasil, atrofiaram a discussão sobre narratividade no jornalismo, levando a prática jornalística a apenas seguir regras e não refletir sobre elas: “o ato de narrar, que nunca chegou a ser uma problemática do discurso jornalístico, jamais então o seria, pois este discurso passava a ser definitivamente regido por determinações conceituais: ser objetivo e imparcial, por exemplo” (RESENDE, 2009, p.86).

A crítica de Resende (2009) encontra reforço nas análises de Biroli (2007). Segundo a autora, nos documentos que tratam das demandas formativas dos ‘novos jornalistas’,

a questão da autoria mais autônoma ou da pluralidade de opiniões e visões é silenciada em nome da técnica e da especialização: “aquela figura boêmia dos tempos românticos do jornalismo ficou para o passado”, afirmava o então diretor do curso de jornalismo da PUC-RJ, Walter Ramos Poyares, em sua apresentação ao manual de Fraser Bond. Menos boemia e mais rendimento, menos marcas subjetivas no trabalho e maior adaptação à rotina das redações compunham os argumentos sobre o jornalismo moderno. Os cursos não formariam “doutores em jornalismo”, dizia, em uma resposta a debates da época sobre o caráter dos cursos, mais voltados para as humanidades ou mais técnicos. Com eles, explica, “simplesmente estamos vencendo o tempo, reduzindo o período de adaptação, praticamente ultrapassando a era do ‘foca’. O bom curso apresentará o diplomado já apto a trabalhar com bom rendimento” (BIROLI, 2007, p.138-139).

Assim, os cursos superiores, em vez de estimularem a criticidade de futuros jornalistas às rotinas produtivas impostas pelo mercado de trabalho e levarem os estudantes a reconhecer as potencialidades das suas subjetividades (por exemplo, através de aproximações curriculares com áreas como Linguística, Psicologia, Filosofia e Sociologia), ao contrário, colaboraram com a consolidação de um *habitus* objetivado das redações, ao reforçar o vínculo entre as práticas de rendimento e desempenho e a identidade de jornalista moderno; e ao disciplinar olhares e escritas também sob a perspectiva dessas práticas (condutas acadêmicas estas que só sofreriam transformações duas décadas depois).

Sob o ponto de vista político e econômico, a neutralidade que se adota como paradigma naquele momento vira silenciamento, alimentada pela repressão da Ditadura Militar (1964-1984) e pelas estratégias importadas do marketing e das relações públicas. Ao discorrer sobre a falência do gênero investigativo no Brasil, Dines (1986) aponta como “golpe fatal” justamente a proliferação da comunicação nas instituições públicas e privadas, paradoxalmente.

Organismos privados ou públicos passaram a organizar seus departamentos de informações para filtrar e divulgar através de notas e releases, a matéria de seu interesse ou que lhes era solicitada. O autoritarismo de 1964 trouxe nossa imprensa para a era da “nota oficial”, o repórter recebe o texto em vez de cavar suas próprias informações em várias fontes. O máximo que o jornalista se permite é acrescentar uma cabeça ou lead. Esta mentalidade de comunicação às avessas faz com que as fontes de informação se fechem, ao invés de se abrir ao trabalho individual de cada repórter, deixando apenas um guichê por onde são liberadas as informações que lhes convém (DINES, 1986, p. 91).

Nesse ponto, cabe-nos retomar um debate que perpassa, inclusive, as etapas metodológicas deste trabalho: a relação entre objetividade, subjetividade e hegemonia. Para o crítico Michael Parenti, citado por Luiz Amaral, o que passa por objetividade jornalística significa, muitas vezes, a “aceitação de uma realidade social formulada pelas forças dominantes da sociedade – sem qualquer exame crítico das agendas escondidas da realidade, seus interesses de classe e suas tendências ideológicas” (AMARAL, 1996, p. 63). Daí a importância de compreendermos os contextos históricos e de relacioná-los às variações entre objetividade e subjetividade na produção jornalística.

Além dos manuais de redação, outro parâmetro interessante para a compreensão dos modelos ideais são as premiações. Segundo Dias (2014, p. 123), “os prêmios em Jornalismo figuram como elementos de normatividade e prescrição de *ethos*, valores e procedimentos na cultura profissional jornalística”. No Brasil, o Prêmio Esso de Jornalismo, instituído na década de 1950 pela multinacional petrolífera *Standard Oil Company of Brazil*, num contexto de embates com o governo Getúlio Vargas e sua política nacionalista ‘O Petróleo é Nosso’, funciona como termômetro na medida em que, inicialmente, reforçou a objetividade e o profissionalismo das redações como pré-requisitos à prática do ‘bom jornalismo’. Ainda na década de 50, o prêmio

(...) era bem prescritivo com este aparato relativo à adoção dos critérios de objetividade (isenção, imparcialidade, anulação do sujeito, valorização da função do repórter, separação dos conteúdos noticiosos entre informação e opinião, além de ênfase no Jornalismo Investigativo) (DIAS, 2014, p.126).

A partir da estipulação de categorias, na esteira de premiações internacionais como o Pulitzer, a premiação tanto incorporou a cultura fragmentária que se instaurava nas redações quanto contribuiu para a construção de modelos de jornalismo. Além do prêmio principal (o Esso de Jornalismo), “os jornalistas concorriam nas categorias Reportagem, Regional e Fotografia. Com a especialização das editorias nos anos 1960, surgiram os prêmios de Reportagem Esportiva, Informação Econômica e Informação Científica” (CASTILHO, 2009, p. 6). Nesse sentido, o Esso foi

(...) um divisor de águas também entre o dito “profissional” e o amador (exatamente por fomentar o modelo de Jornalismo Informativo, em detrimento do Jornalismo Literário), informação e opinião (pelos mesmos modelos), além da separação entre redações e assessorias (com o Jornalismo Investigativo munido da denúncia, em detrimento do Jornalismo Empresarial, posteriormente chamado de Jornalismo Institucional, munido da promoção). (DIAS, 2014, p. 127)

No entanto, como bem pontua Castilho (2009), havia nos regulamentos algo de paradoxal em relação ao que se exigia do pretenso vencedor da categoria reportagem.

Enquanto os julgadores conferem o Prêmio Esso de Jornalismo ao trabalho de melhor qualidade dentre todos os inscritos, o Esso de Reportagem transforma-se em uma categoria que representa, de certa forma, a essência da atividade jornalística. A leitura (...) do regulamento do concurso demonstra como os valores construídos em torno da ideia do repórter como aquele que descobre as novidades e denuncia as mazelas escondidas da sociedade são reconhecidos pelo campo e contribuem para a formação de uma certa identidade profissional (CASTILHO, 2009, p. 7).

Pode-se apontar, portanto, uma particularidade na construção identitária do jornalista moderno brasileiro identificada também por Biroli (2007): uma tentativa aparentemente contraditória de valorização do trabalhador normatizado e vocacionado:

ao mesmo tempo em que o disciplinamento, a rapidez maquinal e a objetividade deveriam estruturar o comportamento do trabalhador (o que implica o império da norma sobre a subjetividade), ele deveria sentir-se imbuído de uma nobre missão para a qual servirá tão melhor quanto maior for sua vocação (o que implica a valorização da subjetividade e da competência jornalística como uma espécie de característica nata). Mais uma vez, controle e identidade do grupo constituem uma mesma dinâmica. (BIROLI, 2007, p.129)

No Brasil, este ideário de jornalista vocacionado e denunciador pode ser percebido mais explicitamente no jornalismo de revista. Apesar do pós Segunda Guerra Mundial e da Ditadura Militar terem suscitado, entre os anos 50 e 60, um fortalecimento da objetividade nas redações, a repressão política, por outro lado, também promoveu a eclosão de diversos jornais

alternativos, que procuravam de algum modo expor versões outras dos fatos – noticiados e silenciados. Além disso, em consonância com o *new journalism* norte-americano, esse período foi também marcado pelo jornalismo interpretativo das revistas e dos livros-reportagem lançados à época.

A revista O Cruzeiro, fundada em 1928, tem seu auge nos anos 1950 e início da década seguinte. Crescem os nomes de repórteres como David Nasser, livros-reportagem despontam produzidos por Joel Silveira, Edmar Morel, entre outros. A efervescência cultural no Brasil é grande no período, com um inédito intervalo de liberdades democráticas formando um ambiente estimulador para a experimentação e a renovação, que mesmo a Revolução de 1964 tarda um pouco a conter (LIMA, 2009, p. 222).

Segundo Lima (2009), o principal exemplo da guinada do jornalismo interpretativo e subjetivado neste período seria a revista Realidade, surgida em abril de 1966 e, portanto, em plena Ditadura Militar. Realidade fora a “resposta jornalística” (LIMA, 2009, p. 224) a um contexto de transformações intensas: “o mundo agitava-se com a continuidade da Guerra Fria, a corrida espacial, a rebelião hippie, as novas propostas de liberação sexual. E a nova audiência (...) queria compreender o país em mudança, os novos tempos, o planeta” (p. 224). A revista respondeu a essa demanda adotando alguns pilares, entre eles a tentativa de revelar ao leitor “o Brasil em suas múltiplas facetas” (p. 224) e de

(...) desvendar como se fazem as coisas – a telenovela, o jornal de todo dia, o preparo dos campeões de boxe na academia, a corrida contra a morte no pronto-socorro do grande hospital. Fala do candomblé e da parteira, do torcedor ao cardiologista e ao cientista, ao indigenista e ao matemático moderno. Avança para o terreno da moral em mutação – “Sou padre e quero casar”, “Sou mãe solteira e me orgulho disso” –, desvenda quem são os nossos semelhantes em suas complexidades individuais. Perfis humanizados: o palhaço Arrelia e o jóquei Dendico, o pequeno Grande Otelo e o médium curador Zé Arigó (LIMA, 2009, p. 225).

Além disso, valeu-se da periodicidade mensal para ampliar o tempo de apuração e, assim, também subjetiva-lo. Desse modo, segundo o autor, o repórter vai “ao encontro do universo que tem de cobrir, mistura-se com ele, confunde-se até onde é possível, para captar pelo cérebro e pelas entranhas, pela emoção e pela razão, as componentes lógicas e subjetivas da vida que o trespassa” (LIMA, 2009, p. 228-229).

Apesar da severa repressão que marcara o fim dos anos 60 e os anos 70 no Brasil, o jornalismo aqui praticado dá vazão a tentativas de romper com certas amarras, espírito este insuflado, posteriormente, também no ambiente acadêmico, como revela Dines.

Os anos 70 representam ou tendem para uma inversão na metodologia do saber. Estamos, ao que parece, em plena era da multidisciplinaridade, em que o conhecimento se liberta dos limites da especialização e cacoetes dela decorrentes. Agora, filosofia e ciência se juntam, arte e ciência se entrosam, ciências antagônicas (físico-química) se aglutinam e se completam. E de se supor, por conseguinte, uma revanche do humanismo.

Para o jornalista e para o comunicador, profissionalmente, isso vai representar novo momento de grandeza. Pois a estruturação “empresarial” dos anos 60 deixou-o isolado nas mãos de economistas, administradores, engenheiros. A abertura que se preconiza, a justaposição de vários conhecimentos, permitirá outra vez ao jornalista e comunicador assumir a preponderância perdida dentro dos próprios veículos, na fase da exagerada especialização. Deverá ser agora que a universalidade intrínseca à atividade jornalística poderá mostrar sua validade e sua força num momento de transição, como este por que passa a humanidade em geral e os meios de comunicação em particular (DINES, 1986, p. 27).

Segundo Dines (1986), esta abertura da teoria jornalística acaba se estendendo também às redações, numa tentativa de aplacar as “doutrinas da informação” recebidas pelos estudantes universitários, tecnicamente preparados, mas “sem qualquer treinamento subjetivo e sensorial” (p.27). Para o autor, uma nova formação se fazia também necessária, que combinasse “as teorias científicas com atitudes psicológicas fundamentais, como o inconformismo, a disponibilidade e o dinamismo intelectuais” (1986, p. 27).

Medina (2014) ensaia em seu livro ‘Atravessagem’ um retrospecto das pesquisas empreendidas por ela. Sobre a década de 1970, pontua significativos avanços, seja no estudo do jornalismo interpretativo (desdobrado em laboratórios de reportagem), seja na discussão da produção cotidiana de notícias. No primeiro campo de investigação, viviam-se “os desafios da grande narrativa autoral” (MEDINA, 2014, p. 42), como ela mesma define; no segundo, “as dinâmicas jornalísticas na sociedade urbana e industrial” (p. 42), tomando a notícia como estrutura nuclear.

A autora recorda que “no contexto de então, estudar a noção racional de interpretação, as forças socioempresariais ou arquetípicas, era julgado como algo ‘violento’ e ‘comprometedor’ pelo regime repressivo, que sufocava a experiência e as mentalidades da década de 70” (p. 42). Segundo Medina (2014, p. 42),

(...) as sociedades latino-americanas, sob regimes autoritários, mobilizavam a resistência e a criação de uma linguagem de sutilezas. As estratégias narrativas, como diziam súmulas do Deops, iam no sentido de driblar, pela competência informativa, a vigilância e a denúncia, cujos olhos e ouvidos dos órgãos repressores se instalavam tanto na universidade quanto nas redações jornalísticas.

O ‘inconformismo’ e o ‘dinamismo intelectual’ desejados por Dines (1986) estavam incluídos na essência do que os laboratórios de reportagem de Medina experimentavam. Havia neles um interesse em aprofundar a reportagem interpretativa, “propor e praticar diante

das barreiras do autoritarismo militar a narrativa polifônica e polissêmica, não só nos veículos periódicos ou no livro-reportagem como no jornalismo diário” (MEDINA, 2014, p. 40).

Na década de 1970, publica ‘A arte de tecer o presente’ (livro homônimo à pesquisa) e, nele, constrói o que chama de um quadro de tendências ou ingredientes básicos de uma reportagem:

(...) o aprofundamento do contexto (ou das forças que atuam sobre o factual imediato), a humanização do fato jornalístico (tratamento de perfis, histórias de vida ou protagonismo social), as raízes históricas do acontecimento atual e os diagnósticos e prognósticos de fontes especializadas do saber científico (MEDINA, 2014, p. 39).

Segundo a autora, neste período, construía-se um ‘novo jornalismo à brasileira’ e a principal diferença entre as experimentações aqui praticadas e as dos Estados Unidos era a ampliação da subjetivação para além da estética. Os recursos narrativos eram utilizados não apenas para revolucionar a forma, mas também a captação, a edição do conteúdo, a apreensão da pauta, a escolha dos temas, a ida ao Outro – atos de subjetivação percorrendo toda a rotina produtiva do jornalista.

Se a estética da narrativa chamava a atenção, não se tratava, porém, da forma pela forma. (...) A seleção das peças interpretativas que sensibilizavam os autores do projeto eram justamente as que denotavam aprofundamento temático. (...) O desafio para os pesquisadores nos laboratórios de ‘A arte de tecer o presente’ não se concentrava na experimentação linguística, fotográfica, gráfica ou cinematográfica (...), mas nas necessidades expressivas da realidade e do protagonismo social contemporâneos (MEDINA, 2014, p. 40-41).

Com o passar dos anos, segundo Medina (2014) denuncia, “tornou-se banal falar de contextualização do fato, de perfis jornalísticos” (p. 39), de entrevistas “com especialistas no tema da pauta” (p. 39). A reportagem volta a viver momentos de crise e as bases lançadas na década de 1970 já não dão conta da totalidade do que seria uma narrativa jornalística contemporânea.

### **2.3. Contemporaneidade: um aceno para o fim das dicotomias**

Obra importante para suscitar pistas sobre as transformações no jornalismo brasileiro na segunda metade do século XX, a pesquisa de Manuel Chaparro (2008) recorta uma amostragem de 164 edições de nove veículos impressos do País<sup>14</sup>, de 1945 a 1995, a fim de caracterizar as classes de texto predominantes no período e as principais transformações estilísticas. Toma como base a categorização de Melo (1985), com a listagem de 12 gêneros

<sup>14</sup> O Estado de S. Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Jornal da Tarde, Última Hora, Diário Carioca, Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Diário de São Paulo.

jornalísticos<sup>15</sup>. Dos resultados apontados pelo autor podemos pinçar elementos característicos da contemporaneidade, tais como: 1. A consolidação dos formatos artigo e reportagem como essenciais ao jornalismo brasileiro, cada vez mais presentes no repertório dos jornais. Sobre este último, o autor destaca o fato de, entre as subespécies de reportagem identificadas no *corpus* da pesquisa, as de ação e investigativas tiveram ocorrência discreta, fortalecendo a ideia de tendência da reportagem brasileira à subjetivação.

2. Maior frequência do uso da entrevista, que, segundo Chaparro (2008, p.130), “começou a crescer como forma discursiva no jornalismo brasileiro depois de 1975, indicando ter aptidão especial para tempos de liberdade”. Ainda sobre o formato, o autor justifica a relevância da entrevista por ser espécie discursiva “que naturalmente dá evidência à notoriedade de pessoas” (CHAPARRO, 2008, p.131);

3. Permanência da crônica como elemento particular da produção jornalística brasileira. No espaço argumentativo dos jornais, a crônica perde apenas para os artigos. Segundo análise do autor, na década de 1990, o formato “tornou-se uma espécie em ascensão, pulmão ao mesmo tempo poético e crítico, arejando o perfil de um jornalismo que, depois de 15 anos de maturação na liberdade, consolidava características que identificavam um tempo novo na imprensa brasileira” (p.132).

4. A insustentabilidade da divisão do discurso jornalístico em ‘opinião versus informação’. De acordo com Chaparro (2008, p.136): “A leitura de textos de Reportagens, Notícias, Entrevistas, Artigo e Colunas evidenciou que o Relato Jornalístico consistente acolhe cada vez mais a elucidação opinativa, e que o Comentário da atualidade exige cada vez mais a sustentação de informações qualificadas”. Todos esses traços do conteúdo jornalístico contemporâneo indicam 1. uma tendência à valorização de formatos que evidenciam os sujeitos; e 2. uma complementaridade entre espécies discursivas objetivadas e subjetivadas.

No percurso dessas leituras detectou-se, à exaustão, o que facilmente se pode destacar na leitura de qualquer jornal diário de qualquer época: a evidência de que Informação e Opinião integram - como partes solidárias, interativas, complementares reciprocamente inevitáveis - o TODO do jornalismo e o INTRÍNSECO de cada tipo de texto (CHAPARRO, 2008, p.160. Grifos do livro).

Em seus estudos recentes sobre as narrativas da contemporaneidade, Medina (2014) ensaia um caminho para o fazer jornalístico contemporâneo que se coaduna tanto com a guinada subjetiva da década de 1970, quanto com a valorização da subjetividade observada

<sup>15</sup> José Marques de Melo, em “A Opinião no Jornalismo Brasileiro” (1985), aponta os seguintes formatos: em jornalismo informativo, nota, notícia, reportagem e entrevista; em jornalismo opinativo, editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta.

por Charron e Bonville (2016) no contexto do ‘jornalismo de comunicação’ e com os movimentos de complementaridade discursiva apontados pela pesquisa de Chaparro (2008). Medina (2014) propõe ao jornalista o mergulho na experiência, a audição atenta às vozes dos sujeitos sociais (sobretudo os postos às margens), e a adoção do pensamento complexo e do caos em contraposição à rigorosa racionalidade.

Quando se enfrenta, na comunicação social, a experiência da rua e se vai ao mundo para resgatar os perfis dos protagonistas sociais, sobretudo àqueles que ainda não se consagraram como vedetes (olimpianos, segundo Edgar Morin), não está em jogo a razão ou a irracionalidade. Emerge uma esfera que transcende a dicotomia racional/irracional: o universo fluido e misterioso da ‘não racionalidade’ (MEDINA, 2014, p. 43).

No trecho, a autora subverte, portanto, o lugar da ‘experiência da rua’, ampliando-o para além dos muros do jornalismo e realocando-o no seio da ‘comunicação social’. Também estende a percepção objetivada do processo de apuração, entendendo-o como um ir “ao mundo para resgatar os perfis dos protagonistas sociais” (p.43). E propõe ainda que se transcendam dicotomias. Para a pesquisadora, é tempo de alinhar os discursos a uma noção de complexidade, o que implica contrapor “práticas narrativas em que se verifica a fragmentação das ideias, a dispersão interpretativa dos acontecimentos, a incapacidade dos nexos de sentido” (MEDINA, 2008, p. 78).

Ocorre que, como afirma Traquina (2005), em séculos de construção da cultura jornalística (do conjunto de normas, crenças e condutas dos profissionais), a objetividade – seja sob a perspectiva da adoção de procedimentos predeterminados ou de mediação equilibrada entre versões de um mesmo fato:

(...) está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais (...). Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional (TRAQUINA, 2005, p. 143).

Assim, o que se pode ensaiar na contemporaneidade é o fim de uma percepção dualista entre objetividade e subjetividade, assumindo-os ambos como conceitos fundantes do jornalismo, com suas contribuições e limitações. E, se ambos servem à produção jornalística, acena-se aqui a possibilidade de serem percebidos como estratégias complementares, operadas de forma fluida por sujeitos narradores, no texto e ao longo do processo produtivo da narrativa jornalística.



Para Bucci (2000), por exemplo, jornalismo é também experiência, não se tratando apenas de reportar informações objetivas, mas de “pôr ideias em confronto, realizar o debate público, suprir os habitantes do planeta das notícias diversas de que eles passaram a precisar para se mover e tomar decisões na democracia moderna” (2000, p. 93). Para o autor, a resposta à possibilidade de se fazer jornalismo objetivamente é subjetiva: “a objetividade depende de quem for o jornalista e de qual for a história a ser investigada e contada. A melhor objetividade no jornalismo é, então, uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade” (BUCCI, 2000, p. 93).

Intersubjetividade, nesse sentido, implica justamente esse intercâmbio de saberes e experiências entre os sujeitos envolvidos no acontecimento, direta e indiretamente. Ou, por outro lado, essa co-criação (MOTTA, 2013) entre os diversos narradores. “Quando o jornalismo busca a objetividade, está buscando estabelecer um campo intersubjetivo crítico entre os agentes que aí atuam: os sujeitos que produzem o fato, os que o reportam, e os que tomam conhecimento do fato por meio do relato” (BUCCI, 2000, p. 94).

Propõe que se reconheça, portanto, o jornalismo como uma construção coletiva de sujeitos para sujeitos: “O jornalista é, portanto, um sujeito falando de outro sujeito para um terceiro sujeito. Ou é um sujeito falando com outro sujeito sobre um terceiro. E um quarto. Rigorosamente, então, o jornalismo não tem objetos – só tem sujeitos” (BUCCI, 2000, p. 93), o que dialoga com a perspectiva de múltiplos narradores encampada por Motta (2013): não apenas o jornalista narra, mas também a empresa jornalística e as fontes (com influências e intencionalidades distintas, constantemente em negociação).

O que esses autores contemporâneos apresentam, portanto, é um convite a se repensar o modo como definimos o próprio jornalismo, que deixa de ser encarado como a produção massificada de uma entidade jornalística idem para uma população ibidem para ser lido como uma narrativa construída por sujeitos, sobre sujeitos, para sujeitos.

### 3 CONSTRUINDO UM MÉTODO PARA ROTINAS PRODUTIVAS E PRODUTO JORNALÍSTICO

Como demonstrado no capítulo anterior, o ato de tecelagem da realidade, portanto, constitui-se por meio de diversos narradores e ao longo de etapas: produção, apuração, edição, planejamento gráfico (ERBOLATO, 1978), o que impõe a essa pauta desafios de ordem epistemológica e metodológica, inclusive. Repensar a narrativa jornalística implica repensar suas rotinas, as dinâmicas entre seus narradores, e de que modo essas interações se indiciam. Tais premissas são fundamentais para a construção dos indicadores de objetivação e subjetivação utilizados neste trabalho e construídos como modo de atender às demandas metodológicas desta pesquisa. Antes de apresentar os indicadores mapeados, convém detalhar as premissas nas quais o procedimento se sustenta.

#### 3.1 Primeira premissa: jornalismo como narrativa plurivocal

Uma das particularidades essenciais da Análise Crítica da Narrativa (ACN) e mais ricas a essa pesquisa é pensar o produto jornalístico como narrativa e, portanto, como um modo de a humanidade empalavrar o mundo. Tentamos compreender a realidade e dá-la a compreender contando histórias, a partir de nossas cargas culturais e experiências em comunidade. Na contemporaneidade, quando a linguagem assume um papel fundamental na experiência humana, “pensar, compreender, comunicar passou a ser sinônimo de categorizar linguisticamente” (MOTTA, 2013, pp. 63-64). A linguagem, desse modo, ultrapassa o conceito de veículo, sendo compreendida como uma forma particular e genuína de construção da realidade: assimilamos o mundo na medida em que o traduzimos em palavras, quando superamos o emudecer que se abateu sobre os soldados da I Grande Guerra retratados por Benjamin (1987).

O mesmo se aplica à compreensão dos sujeitos – emoções, sensações, histórias de vida se apresentam na medida em que ‘empalavramos’ os protagonistas do acontecimento. É possível perceber algo de revolucionário nesta ação:

Para o autor [Lluís Duch], exercer o ofício de homem equivale a dar consistência verbal à realidade. Viver, resume, é um *affair* linguístico: o homem só pode conhecer, conjecturar, assombrar-se, duvidar ou questionar a realidade mediante a linguagem (DUCH, 1998). A linguagem é o instrumento privilegiado pelo qual o homem se nega a aceitar o mundo tal como ele é. (MOTTA, 2013, p. 64).

O termo ‘empalavrar’, cunhado pelo antropólogo catalão Lluís Duch e citado por Motta

(2013), coaduna-se com a atividade jornalística. Para além da divulgação de eventos, o jornalismo se propõe a empalavrar sujeitos, mediando a contação de suas histórias. Narrar é, portanto: “relatar eventos de interesse humano enunciados em um suceder temporal encaminhado a um desfecho” (MOTTA, 2013, p.71). Aplicado ao universo jornalístico, de acordo com Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari (1977 *apud* LIMA, 2009, p.152), “os acontecimentos (desde a mais simples notícia até a grande reportagem), situados no nível de uma sequência temporal, constituem uma narrativa”. Portanto, mesmo nas notícias curtas dos jornais diários é possível – ao, por exemplo, agrupá-las por tema – traçar uma espécie de caminho narrativo e perceber, no encadeamento desses acontecimentos, a aventura humana (BUCCI, 2000) – a presença dos sujeitos. Também Medina (2014, p. 44) aponta para a leitura do jornalismo enquanto narrativa ao afirmar que os “protagonistas anônimos do cotidiano, espelhados nos personagens da arte, tecem a aventura humana da realidade social”.

A narrativa, no entanto, pode ser compreendida não apenas como o produto do ato de narrar. Para Genette (1995) – um dos nomes importantes da escola estruturalista francesa, ao lado de Tzvetan Todorov, A.J. Greimas, Umberto Eco e outros, há pelo menos três possibilidades de sentido para o termo ‘narrativa’: o acontecimento em si, o acontecimento contado (transformado em discurso) e o ato de contação. Assim explica Resende (2009, p.35):

No que diz respeito à narrativa, de acordo com Genette (1995), são três os níveis que se deve considerar: o como, o quê e o quem. Trata-se, sob a perspectiva deste autor, de levarmos em consideração o discurso da narrativa, onde é preciso refletir sobre o contexto e o modo narrativo, além de considerar o sujeito que narra a história. Para Genette, “num primeiro sentido, (...) narrativa designa o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos” (1995, p.23); o como contar é a questão nodal. Num segundo sentido, “narrativa designa a sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objeto desse discurso, e as suas diversas relações de encadeamento, de oposição, de repetição” (1995, p.24); o conteúdo é o que concerne a essa definição. E, em um terceiro momento, na perspectiva da narração, Genette traz à tona o quem da narrativa, quando esta “designa, ainda, um acontecimento: já não, todavia, aquele que se conta, mas aquele que consiste em que alguém conte alguma coisa: o ato de narrar tomado em si mesmo” (1995, p.24).

Segundo Resende (2009), nessa perspectiva, os estudos dos textos jornalísticos costumam se deter à narrativa como conteúdo, propondo, entre outras, “reflexões que partem dos conceitos de objetividade e imparcialidade, exemplos de estudos que se dedicam a pensar os conceitos que têm servido para definir o fazer jornalístico” (RESENDE, 2009, p. 35). No entanto, para o autor, é fundamental ampliar o olhar para a narrativa jornalística como discurso, ou seja, para a dimensão relacional das narrativas.

Para Resende (2009), diante das transformações próprias da contemporaneidade – o alargamento do espaço público, o avanço tecnológico, a midiaticização das relações e das sociabilidades, olhar para a narrativa jornalística como discurso é também romper com as dicotomias que permeiam as discussões do campo.

Em se tratando de narratividade – espaço que não sobrevive de dicotomias como opinião/informação/interpretação ou objetivo/subjetivo, para tratarmos somente de algumas das noções com as quais opera a epistemologia dominante no jornalismo –, um dos aspectos que prevalece diz respeito à ordem própria da vida: não ser estanque. A narratividade – e aí vale pensar a discursividade em seu sentido ampliado – busca conhecer as falas, inclusive nas suas dissonâncias, com suas respectivas personagens, naquilo que elas também apresentam de contraditório. Ela busca reconhecer, além de tudo, o contexto em que os fatos se dão, sempre no intuito de redimensionar os acontecimentos. Na perspectiva de uma análise da narrativa, por exemplo, podemos perceber o quanto as verdades também se revelam nos interditos e nos espaços aparentemente menores (RESENDE, 2009, p.89).

Tais narrativas não podem, portanto, ser concebidas nem como um texto isolado, muito menos solitário. “As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente” (MOTTA, 2013, p. 120). É nesse âmbito que Motta (2013) adota contribuições da Análise Estrutural da Narrativa, mas rompe com ela, aderindo ao que intitula Análise Crítica da Narrativa (ACN): o autor se preocupa não apenas com a estruturação e os elementos do conteúdo narrativo, mas incorpora, com especial atenção, o primeiro e o terceiro sentidos de narrativa apontados por Genette (1995): o como se conta e o quem conta. Para Motta (2013, p.79), a narratologia é o “estudo dos processos de relações humanas que produzem sentido através de expressões narrativas (...). Procura entender como os sujeitos sociais constroem intersubjetivamente seus significados pela apreensão, representação e expressão narrativa da realidade”.

Nesse sentido, uma das perspectivas de análise proposta por Motta (2013) serve de base para nosso procedimento metodológico: o estudo das vozes narrativas, partindo de uma perspectiva plurivocal<sup>16</sup> da produção jornalística. Segundo o autor, analisar a narrativa jornalística é perceber as negociações entre os narradores, que ora falam, ora silenciam (ora se silenciam), ora reordenam os discursos uns dos outros. Assim, “a partir do modelo de Genette

---

<sup>16</sup> Plurivocalidade e polifonia são conceitos cuja origem, na Análise do Discurso (AD), remonta aos estudos de Mikhail Bakhtin à obra dostoievskiana. Bakhtin atribui polifonia à obra de Dostoiévski pela “multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos, que se combinam numa unidade de acontecimento” (BAHKTIN, 2013, p.5). Para o autor, os heróis de Dostoiévski não representam nem se inspiram em características do escritor, não são objetos do seu discurso, “mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante. (...) a consciência do herói é dada como a outra, a consciência do outro” (p.5). Contudo, no caso do uso específico do termo neste estudo, a plurivocalidade é citada em referência aos estudos de Motta (2013), que, por sua vez, dada sua filiação aos estudos narrativos (e não à AD), atribui a noção de polifonia a Ricoeur (1983). O significado do termo, de modo geral, se mantém: plurivocalidade implica presença de múltiplas vozes.

(1988) para análise de domínio das vozes narrativas, Motta (2013) desenvolveu um diagrama por meio do qual pudesse observar os níveis de poder das narrações jornalísticas. Neles (...) verificamos três instâncias narrativas, por meio das quais as enunciações têm lugar” (SOSTER, 2015, pp.27-28): Primeiro-narrador (narrador-jornal), Segundo-narrador (narrador-jornalista) e Terceiro-narrador (narrador-personagem<sup>17</sup>).

Ao se considerar que a instituição jornalística (Primeiro-narrador) e os personagens das matérias (Terceiro-narrador) também narram, retira-se do narrador-jornalista (Segundo-narrador) o mito de total autonomia em relação ao texto final e a todo o processo produtivo.

O Primeiro-narrador, o jornal como instituição que fala, é extradiegético: enuncia uma história da qual não tomou parte, não testemunhou nem apurou diretamente. O jornalista, Segundo-narrador, desempenha o papel de narrador intradieético, dentro da história, porque ele apura, seleciona, dispõe e hierarquiza as ações, conflitos, personagens, cenas e enredo. A personagem, Terceiro-narrador, é um narrador definitivamente intradieético e detém menor poder de voz que o jornal e jornalistas na cadeia. (MOTTA, 2013, p. 225).

No *corpus* selecionado para esta investigação, intentamos identificar a presença de três grupos de narradores: o narrador-jornal (a instituição jornalística, neste caso o Diário do Nordeste), o narrador-jornalista (Melquíades Júnior) e os narradores-fonte (indivíduos, empresas e grupos sociais diversos consultados pelo narrador-jornalista). Interessa-nos perceber com que frequência surgem, de que modo influenciam uns aos outros e com que intencionalidades. É importante, no entanto, considerar a parcela de subjetividade inerente ao método, principalmente por que nem sempre a negociação se expressa como “um jogo explícito de forças colocadas sobre a mesa por esses atores. Realiza-se mais frequentemente por meio de sutis jogos de interesses (...) como um poder que está em toda parte e em parte alguma” (MOTTA, 2013, p. 224).

Ainda que Motta (2013) reforce a existência de uma hierarquia de poder, “que flui de fora para dentro, do Primeiro para o Segundo-narrador, e deste para o Terceiro” (MOTTA, 2013, p. 225), ele mesmo alerta posteriormente que a negociação é constante, podendo ocorrer deste poder simbólico “refluir de dentro para fora, dependendo do capital político de cada ator e da correlação de forças em cada situação concreta” (p. 226). Adiantamos que a análise textual e as entrevistas com o repórter apontam diversos momentos em que essa hierarquia é posta à

---

<sup>17</sup> O terceiro narrador, intradieético, representa ‘indivíduos e grupos sociais’ citados nas matérias: “personagens-testemunhas, que também se digladiam no relato, trazendo para o dramatismo da história a ótica de seus próprios pontos de vista sobre os incidentes que presenciaram ou de que participaram” (MOTTA, 2013, p.220).

prova ou mesmo subvertida. Além disso, até mesmo a delimitação dos narradores pode ser questionada diante da dinamicidade de transformações apontadas pelo paradigma do ‘jornalismo de comunicação’ (CHARRON; BONVILLE, 2016): muitas vezes, a influência exercida pelo narrador-jornal pode torná-lo parte da história.

### **3.2. Segunda premissa: um olhar para além do texto**

Segundo Traquina (2005), quando a fé nos fatos entra em crise – ainda durante o ‘jornalismo de informação’ (CHARRON; BONVILLE, 2016), os jornalistas passam a substituí-la por uma fé nas regras e nos procedimentos, fazendo da objetividade não uma “negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade” (TRAQUINA, 2005, p. 139). Desse modo, a questão da objetividade passa a se revelar mais explicitamente pelas rotinas produtivas e não só como um elemento de angulação textual: “Forçado pela exigência de rapidez, o jornalista precisa de métodos que possam ser aplicados fácil e rapidamente. Assim, a objetividade ajuda o jornalista a vencer as ‘horas de fechamento’” (TRAQUINA, 2005, p. 141). Ocorre que, como afirma Biroli (2007), a técnica objetividade, prescrita nos manuais de redação, por exemplo, aparenta ser imune a críticas, “muitas vezes, apresentada como dado natural e não como um conjunto de formas de organização e racionalização do trabalho em busca de efeitos determinados” (BIROLI, 2007, p.129).

A definição das rotinas produtivas no jornalismo brasileiro se vincula a uma série de normatizações objetivadas, oriundas das transformações no mundo do trabalho dos jornalistas ocorridas desde a década de 1940, como o desenvolvimento tecnológico e estrutural das redações e a concomitante exigência de profissionalismo. A objetividade enquanto norma aplicada às rotinas de trabalho dos jornalistas pode ser explicada por dois vieses, apontados por Schudson (apud BIROLI, 2007, p.119):

Um deles, de caráter durkheimiano, diria respeito à constituição de normas sociais compartilhadas por meio das quais o grupo se identifica e legitima suas práticas. Outro, de caráter weberiano, ressaltaria o controle hierárquico, o caráter disciplinador das normas. Assim, a necessidade de coesão social (Durkheim) e a necessidade de controle social (Weber) definiriam sua articulação.

As rotinas produtivas tinham, portanto, por função garantir aumento de desempenho e controle de padrões, isto através dos manuais de redação, das transformações estruturais da própria redação (como a evolução tecnológica das ferramentas de trabalho, servindo à consolidação das rotinas) e o estabelecimento paulatino de uma cultura (ou *habitus*) da

redação, com seu sistema de regras, recompensas e saberes compartilhados entre jornalistas e realimentados a cada geração.

Prova disso é o fato de, epistemologicamente, o tema das rotinas produtivas no Jornalismo estar majoritariamente concentrado em manuais de redações ou livros produzidos por jornalistas de redação (atuantes ou não), também com teor de manual, como “Técnicas de Codificação Em Jornalismo”, de Mário Erbolato<sup>18</sup>, “A Prática da Reportagem”, de Ricardo Kotscho<sup>19</sup>; “A arte de fazer um jornal diário”, de Ricardo Noblat<sup>20</sup>, e “A arte de entrevistar bem”, de Thaís Oyama<sup>21</sup>; e coleções como “Fazer Jornalismo”, organizada por Clóvis de Barros Filho. Recentemente, pesquisas vinculadas ao mundo do trabalho dos jornalistas têm investigado o tema com maior criticidade, diagnosticando as condições de produção e os efeitos delas nos trabalhadores-jornalistas, recortando perfis desses trabalhadores e denunciando a precarização do trabalho jornalístico (DEUZE, 2015, 2016; FIGARO, 2013; MICK, LIMA, 2013; PONTES, 2017).

Nessa mesma trajetória, estudos no campo da linguagem, como os de Van Dijk (1980, 2005), no âmbito da Análise do Discurso Crítica (ADC), apontam para o vínculo entre as rotinas produtivas e o discurso produzido, reforçando a perspectiva de que objetividade e subjetividade se exprimem, para além dos textos, também no processo de construção do conteúdo. Ao questionar-se como os jornalistas “selecionam qual conhecimento incluir, e qual conhecimento excluir daquilo que reportam nas notícias” (DIJK, 2005, p.14) ou “como o conhecimento que os jornalistas têm sobre os eventos noticiosos se reflete nas várias estruturas (manchetes, tópicos, esquemas noticiosos, significados, pressuposições, etc)” (p.14), o analista do discurso incorpora a dimensão de produção da notícia à sua tríade de investigação – discurso-cognição-conhecimento.

Apontando, por sua vez, para a subjetivação das técnicas, Medina (2014) propõe que as marcas dos sujeitos partícipes da reportagem subvertam também os métodos jornalísticos. Deixa isso claro quando, por exemplo, alerta para “a importância da experiência sensível do contato com o mundo vivo, que sacode a rotina técnica” (MEDINA, 2008, p. 85); ou quando afirma que “o método do questionário em uma entrevista, com a pré-pauta estabelecida e os resultados previsíveis, cai por terra na interação humana criadora de um encontro sem cartas marcadas” (2014, p. 43).

---

<sup>18</sup> ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo: redação captação e edição no jornalismo diário**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

<sup>19</sup> KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.

<sup>20</sup> NOBLAT, Ricardo. **A arte de fazer um jornal diário**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

<sup>21</sup> OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

Ao descrever o que seria a reportagem fruto do cenário contemporâneo de transformações, a autora afirma:

Há uma competência técnica (racionalidade complexa), uma sensibilidade ética (cumplicidade afetiva) e originalidade estética (marca de autor) ao orquestrar múltiplas e dissonantes vozes, bem como ao editar a pluralidade conflitiva de significados. Já escrevi sobre a personalidade do jornalista como leitor cultural dos acontecimentos contemporâneos. O exercício dessa virtualidade faz dele um produtor de sentidos, um agente da produção simbólica de seu tempo (MEDINA, 2014, p. 19).

Na concepção de Medina (2014), portanto, para que um jornalista se torne ‘um agente da produção simbólica’ da contemporaneidade, as marcas de subjetividade precisam se apresentar não só no produto final, mas em diversas instâncias: nas rotinas produtivas (competência técnica), na conduta profissional (sensibilidade ética) e no conteúdo (originalidade estética). Sob o ponto de vista de Medina, a subjetivação dessas dimensões constrói as bases do repórter contemporâneo, já que ela associa à técnica a demanda por uma “racionalidade complexa” e não fragmentada; à ética uma “cumplicidade afetiva”, em vez de distanciamento ou neutralidade; e à estética uma marca de autoria, uma assinatura textual própria, em vez de padronização objetivada.

Nesse sentido, ficam-se as bases para que analisemos não apenas como objetivação e subjetivação interagem no discurso dos produtos jornalísticos, mas nos processos de produção, entendendo a narrativa textual precedida de uma outra, constituída pelas rotinas produtivas: uma narrativa processual.

Fairclough (2001) associa o campo do discurso jornalístico com as práticas e as diversas forças que não apenas o orbitam, mas que incidem sobre ele. Nesse sentido, o autor defende a necessidade de uma síntese entre estudos de linguagem e pensamento social. Entre outras contribuições teóricas (como Gramsci (1999)<sup>22</sup>, Althusser (1985)<sup>23</sup> e Giddens (1989)<sup>24</sup>), Fairclough (2001) lança mão do pensamento de Michel Foucault<sup>25</sup> para construir sua proposta metodológica, sobretudo por que, para Foucault, “os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, eles as constroem ou as ‘constituem’(...) e posicionam as pessoas de diversas maneiras como sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Além disso, o filósofo atenta para a forma como os discursos estão inseridos no curso da

<sup>22</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

<sup>23</sup> ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, v. 2, 1985.

<sup>24</sup> GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

<sup>25</sup> Entre as referências de Fairclough (2001) constam seis obras do filósofo: “A ordem do discurso” (1971), “A arqueologia do saber” (1972), “Vigiar e punir” (1979), “História da sexualidade” (1985), “The subject and power” (1982) e “The order of discourse” (1984).



História e “como diferentes discursos se combinam em condições sociais peculiares para produzir um novo e complexo discurso” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22).

Para Fairclough, o discurso, portanto, é elemento constituinte e não só constituído – colabora para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença – e possui uma dimensão ‘tridimensional’: “Qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 22). Importante ressaltar que a análise desses três aspectos se dá separadamente muito mais por uma questão didática, já que se tratam de partes intercambiantes de um todo.

Na dimensão do texto, Fairclough (2001) analisa as costuras internas do objeto: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. Na dimensão da prática discursiva, o analista se dedica a perceber os “processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106-107). O autor, inclusive, detalha essa etapa usando como exemplo a produção jornalística:

(...) um artigo de jornal é produzido mediante rotinas complexas de natureza coletiva por um grupo cujos membros estão envolvidos variavelmente em seus diferentes estágios de produção – no acesso a fontes, tais como nas reportagens das agências de notícia, na transformação dessas fontes (...) na primeira versão de uma reportagem, na decisão sobre o local do jornal em que entra a reportagem e na edição (FAIRCLOUGH, 2001, p. 107)

Já a prática social constitui-se terreno em que hegemonia e poder atravessam o objeto analisado. Para o autor, hegemonia é “a construção de alianças e a integração, muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões nos meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). Fairclough (2001) associa, portanto, a luta hegemônica a uma negociação constante, que se reflete e constrói em todas as dimensões do discurso, justamente porque em todas elas o aspecto ideológico está presente. Observemos que essa perspectiva dialoga com a visão plurivocal de Motta (2013), ao apontar a importância de se perceber a atuação de múltiplos narradores-negociantes.

A ideologia é compreendida como elemento responsável por negociar essas relações de dominação e por articular as dimensões social e discursiva, principalmente, interferindo não apenas na reformulação de discursos, mas nos modos de produzi-lo: “minha referência à transformação aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da

reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117). Ao que reforça ainda:

Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2001, p. 123-124).

Nesta pesquisa entendemos como premissa o ato de voltar nosso olhar analítico não apenas para o produto jornalístico, mas para o processo de produção. É nesse sentido que Fairclough (2001) contribui, ao perceber a importância de se investigar as condições de produção do discurso jornalístico.

O autor britânico dá pistas de como analisar os processos de produção ao afirmar que eles estão necessariamente relacionados aos “recursos disponíveis pelos membros” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 113) e à “natureza específica da prática social da qual fazem parte” (p. 113). Por recursos dos membros, entende que sejam “estruturas sociais efetivamente interiorizadas, normas e convenções, como também ordens do discurso (...) que foram constituídos mediante a prática e a luta social passada” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 113). Essa visão dialoga com a forma como, segundo Charron e Bonville (2016), a cultura jornalística se consolida. Para os autores:

(...) no curso de sua socialização profissional, o aprendiz de jornalista incorpora por mimetismo os modelos de comportamento profissional e esquemas cognitivos que tenderá a reproduzir mais ou menos fielmente, quer dizer, adaptando-os eventualmente às condições concretas e particulares do exercício de seu ofício (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 46).

Para a análise da prática discursiva, Fairclough (2016) sugere que, para se compreender como os participantes produzem e interpretam textos é preciso antes conhecer “a natureza dos recursos dos membros (como também das ordens do discurso) a que se recorre para produzir (...), e se isso procede de maneira normativa ou criativa” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 120). Mais adiante, ao propor uma aplicação do método, o autor lança, em relação às condições da prática discursiva, algumas perguntas-chave: “o texto é produzido individual ou coletivamente? Há estágios distintos de produção? As pessoas do(a) animador(a), autor(a) e principal são as mesmas ou diferentes?” (p. 297).

Aplicando as contribuições de Fairclough (2016) ao nosso *corpus*, entendemos que analisar as condições de produção de Viúvas do Veneno implica conhecer de que “recursos” a

equipe dispôs – a que convenções, normas, estratégias de produção, apuração, escrita e edição estiveram vinculadas – e se se tratavam de recursos normativos (ou convencionais, já impostos pela instituição à qual está vinculada a equipe ou à cultura profissional de que fazem parte) ou criativos/autorais (improvisados ou resultantes de uma inovação às regras já existentes). Fairclough (2016), ao associar as condições de produção à natureza da prática social da qual os autores fazem parte, desafia-nos a justamente perceber a produção dessas reportagens inserida no contexto de transformações próprio do paradigma do ‘jornalismo de comunicação’: como as características do paradigma, a cultura profissional e as relações assimétricas de poder interferem nas etapas de produção.

### **3.3. Construção de indicadores de objetivação e subjetivação**

A fim de identificar os sujeitos narradores e os atos de objetivação e subjetivação nos textos e nas práticas discursivas, optamos por construir um procedimento metodológico específico (ao qual, para fins didáticos, denominamos Análise de Atos de Objetivação e Subjetivação em Jornalismo (Anatos)), constituído de duas etapas: análise da narrativa textual (do produto jornalístico. No caso deste estudo, as reportagens do especial “Viúvas do Veneno”) e da narrativa processual (da trajetória de produção e desenvolvimento do caderno, desde a afetação do repórter pelo tema à escrita, passando por apuração, checagem e redação da pauta, narrativa esta obtida a partir de entrevistas semiestruturadas com o repórter). Em ambas as etapas, pretende-se: 1. Identificar e perceber a atuação dos narradores; 2. Identificar os atos de objetivação e subjetivação por eles empregados (e como interagem). O método aqui exposto vem sendo produzido a partir de contribuições da Análise Crítica da Narrativa (ACN), desenvolvida por Motta (2013), da Análise do Discurso Crítica (ADC), de Fairclough (2001; 2016), além de outros autores – Tuchman (1999), Medina (2014), Figaro (2013), Miguel e Biroli (2010), Marocco (2018) e Tanikawa (2017).

Para a análise textual, buscamos, sobretudo, a contribuição do sexto movimento da ACN (MOTTA, 2013), relativo à identificação das estratégias comunicativas, dos dispositivos retóricos presentes nas narrativas jornalísticas. Para Motta (2013, p. 196), “toda narrativa é um permanente jogo entre os efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.)”. Partindo desse princípio, o autor aponta alguns indícios desses efeitos, que podem ser percebidos em recursos linguísticos e extralinguísticos.

Já na etapa de análise processual pretendemos elencar indicadores próprios de objetivação e subjetivação, com base nos demais autores acima citados, isto porque as

produções que relacionam subjetividade e rotinas produtivas são um tanto escassas. Ao promover discussões sobre o binômio objetividade/subjetividade no jornalismo, pesquisadores costumam sugerir somente marcas de objetividade no processo produtivo ou considerar, dentro das muitas facetas de subjetividade, apenas a parcialidade; ou ainda entender as marcas de subjetividade simplesmente como o oposto de objetividade, ainda numa visão orientada à dicotomia. Decidimos, portanto, produzir/elencar categorias próprias, a partir de revisão bibliográfica, e adaptá-las para esta investigação.

Seguindo o princípio de Fairclough (2016), ensaiamos que objetivação e subjetivação nos processos produtivos se revelam nas condutas, normas, convenções, portanto nos ‘recursos dos membros’, normativos ou criativos, cujas raízes estão fincadas na natureza da prática social a que pertencem. Considerando isto, perguntamo-nos que atitudes (condutas, normas, convenções, estratégias) dos narradores, afinal, poderiam apontar/indicar objetivação/subjetivação nos processos de produção jornalísticos? O que seria agir mais objetivamente e agir mais subjetivamente no trabalho jornalístico? E assim constituímos os indicadores.

Como *corpus* de análise, lançaremos mão de entrevistas com o jornalista e de produções relativas ao período de construção da pauta e de cultivo de fontes para reconstituir a narrativa processual. Segundo Quaresma e Boni (2005, p. 75), tanto entrevistas abertas como semiestruturadas “colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos”. Além disso, acreditamos que a entrevista semiestruturada será o método mais adequado para perceber a relação do repórter com as fontes e a instituição jornalística na qual atua, evidenciando também a negociação com os outros narradores. Como complementa Figaro (2013, p.12), “ao se observar o mundo do trabalho do jornalista, a partir de sua fala sobre a atividade de trabalho e da configuração de seu perfil, compreenderemos os problemas, os desafios e as tendências do seu exercício profissional”. A seguir, apresentaremos os indicadores (ou atos, já que representam ações) de objetivação e subjetivação até então mapeados.

### **3.3.1. Atos/indicadores de objetivação**

Segundo o sexto movimento da ACN, o jornalismo “oferece ao leitor um lugar empírico de onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular sobre o futuro” (MOTTA, 2013, p. 199). Portanto, “ainda que não seja ‘a realidade’, o texto jornalístico tem veracidade e recorre a recursos de linguagem para parecer factual, objetivo e verdadeiro”

(MOTTA, 2005, p. 10). Sob a perspectiva da atualidade, estabelecendo um marco temporal no presente, o jornalismo “organiza a história como sucessão” (MOTTA, 2013, p. 200), construindo através da narrativa sua versão de neutralidade e objetividade. Desse modo, a ideia de atualidade (e tudo aquilo que prende a narrativa jornalística ao real, ao concreto, e dá ao leitor a sensação de que o fato se autoexplica) se constitui como efeito de real.

Alguns indicadores de objetivação apontados pelo autor são: a “profusão de advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar” (p. 200); o uso de citações das fontes; “estratégias de referenciação” (p. 200); e identificação sistemática de lugares e de personagens. Por estratégias de referenciação o autor entende “o uso de diversos recursos de linguagem no texto narrativo para ancorar a significação na realidade referente” (p. 200). “Será preciso perguntar: (...) o que faz a linguagem dar a impressão de que as coisas pareçam evidentes? Quais operações linguísticas realizam a tarefa de convencer o leitor de que o texto é uma representação fiel da verdade e da realidade do mundo?” (p. 201). Alguns desses referenciais são: de **atualidade**: “(dimensão de instantaneidade, de algo que acaba de acontecer, de momento presente)” (p. 201), **geográfico**: “(dimensão de um espaço configurado, de uma localização identificada)” (p. 201), de **autoridade para dizer**: “(dimensão de poder técnico, perito ou político) que autentica e legitima a relação” (p. 201), de **condições de verdade**: “(a precisão, a lógica da transparência jornalística, da representação fiel)” (p. 201). Este último está relacionado também à identificação sistemática de lugares e de personagens, já que esse recurso “cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas” (p. 202).

Quanto à precisão, o uso de dados numéricos e estatísticos é, em geral, atribuído à objetivação, por primar pela síntese da informação. Segundo Pereira Júnior (2006), a infografia “se revela um recurso útil para a economia narrativa quando: o texto tem informação numérica que faria o leitor perder-se em cifras” (p.125) ou ainda quando “se perderia tempo em descrever com palavras a localização de um fato, a evolução de um processo ou a descrição de um objeto” (p.125)<sup>26</sup>.

Recorrendo aos manuais de redação brasileiros, podemos pinçar ainda outros indicadores textuais. Segundo Biroli (2007), as observações a aspectos formais e estilísticos dos textos nesses relatórios não eram tão detalhadas, exigindo-se do jornalista, nesse sentido,

---

<sup>26</sup> No entanto, ainda que os dados estatísticos sejam aqui considerados indicadores de objetivação, é importante ressaltar que a linguagem infográfica (e gráfico-visual como um todo, incluindo o projeto gráfico) carece de estudos mais aprofundados. É simplista a visão de que infografias necessariamente servem à lógica objetivada dos produtos jornalísticos. Deteremo-nos a este debate com mais detalhamento no capítulo de análise.

principalmente a adoção à norma culta da língua, mas fazendo certas concessões para manter a aproximação com os leitores (impedindo qualquer beletismo). A supressão de adjetivações é ainda outra norma apontada:

O jornalista – ou o mau jornalista – seria, assim, prevenido quanto à sofisticação da linguagem e o uso de adjetivos, não permitidos em normas das décadas de 1940 e 50 – “Não serão permitidos adjetivos no noticiário, bem como insinuações ou comentários do autor de cada notícia”, diziam as normas da Agência Meridional de Notícias, pertencente aos Diários Associados – ou em manuais mais recentes, como o “Novo Manual da Redação” da Folha de S.Paulo, que previne os repórteres quanto ao uso de adjetivos em textos noticiosos (principalmente os que implicam juízos de valor, considerados “duvidosos”) e explica que há maior liberdade para seu uso em editoriais, comentários, críticas e artigos: “mesmo assim, recomenda-se usá-lo com sobriedade. A opinião sustentada em fatos é mais forte do que a apenas adjetivada” (BIROLI, 2007, p.135).

Seguindo para os indicadores de objetivação para além do texto, vale recordar como Biroli (2007) resume as motivações para a adoção da objetividade no jornalismo norte-americano e no cenário brasileiro: 1) pelas relações entre jornalismo e política; 2) pela promoção de uma identidade profissional para os jornalistas; 3) como ‘ritual estratégico’ para dirimir críticas aos jornalistas (TUCHMAN, 1999); e 4) em nome de noções de progresso e modernidade (BIROLI, 2007, pp. 135-136). Considerando os atos de objetivação nas rotinas produtivas, a principal contribuição advém justamente da pesquisa de Tuchman (1999), citada por Biroli (2007).

O estudo de Tuchman (1999) aponta que jornalistas definem a objetividade como “um ritual estratégico”, utilizado com o objetivo de proteger “o jornalista dos riscos de sua profissão”, “impostos pelos prazos de entrega de material, pelos processos difamatórios e pelas reprimendas dos superiores” (TUCHMAN, 1999, p. 74, p. 76). Desse modo, percebe-se uma referência à objetividade que transpõe o texto, revelando-a como uma necessidade procedimental que, em tese, reduziria uma série de problemas próprios do mundo do trabalho dos jornalistas. Por exemplo, segundo Tuchman (1999, p. 77),

(...) os fatos são lidos tanto pelo leitor comum quanto pelo “leitor interessado” (a pessoa que o artigo cita, descreve e/ou noticia). Se o leitor interessado sentir que pode provar que houve prejuízo para o seu negócio, reputação, etc., ele pode instaurar um processo por difamação. (...) Ao pôr em perigo a reputação de um jornal, um processo de difamação também pode afetar a propensão do leitor comum para a compra do jornal.

Além disso, matérias menos objetivas tenderiam a serem refeitas (se questionadas) e isso impossibilitaria o cumprimento dos prazos estabelecidos nas rotinas de produção. Assim, “eles (os jornalistas) defendem que, se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘fatos’

de um modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados” (p. 78).

Partindo desse pressuposto, Tuchman (1999) elenca algumas estratégias de objetivação utilizadas pelos jornalistas. A primeira delas, apontada indiretamente pela pesquisadora, é a própria **adoção de uma rotina** – seguir um ritual formal de produção já daria ao repórter autoridade para definir-se objetivo em sua atuação (e, portanto, profissional)<sup>27</sup>: “os atributos formais das notícias e dos jornais parecem necessitar de rituais estratégicos para justificar o direito de se reivindicar objetivos. Eles permitem a um jornalista dizer, apontando para as suas provas: ‘eu sou objetivo porque usei aspas’” (TUCHMAN, 1999, p. 89).

Dando sequência, o primeiro procedimento diretamente apontado pela autora é a **verificação dos fatos**, que garantiria uma redução considerável do risco de processos difamatórios. No entanto, nem tudo é verificável ou talvez a verificação não seja logisticamente/financeiramente viável (porque tornaria o desenvolvimento da notícia muito lento, acarretando o não cumprimento de prazos, por exemplo).

Nesse caso, “se a verificação é necessária, mas não pode ser obtida, o jornalista pode seguir outras estratégias” (p. 78). Além da verificação, a pesquisadora aponta outros quatro procedimentos estratégicos para se conseguir a objetividade: o primeiro é a “**apresentação de possibilidades conflituais**” (p. 79): se não é possível verificar a verdade de uma afirmação, o repórter deve, pelo menos, buscar uma outra que a contraponha/critique ou que reflita sobre ela, a fim de comprovar sua postura imparcial. “Ao apresentar tanto a versão A (...) quanto a B (...), o jornalista pode, então, reivindicar que está a ser objetivo, pois apresenta ‘os dois lados da questão’ sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político” (p. 79).

A autora faz, no entanto, um adendo, reforçando quão problemático é associar, isoladamente, essa estratégia ao fomento da objetividade: primeiramente porque não existem apenas dois lados, mas muitos, cada um com a sua verdade. Assim, mais do que fornecer dados suficientes para o leitor chegar a uma conclusão, o que se faz é cultivar “um pântano de pretensões de verdades contraditórias” (p. 80), que acabam funcionando como um convite à percepção seletiva, “pois cada versão da realidade reclama a mesma validade potencial” (p. 80). A pesquisadora então alerta que, no momento em que o repórter transfere para o sujeito leitor a seleção da verdade, esse comportamento passa a ser muito mais subjetivo do que objetivo, já que se desfaz a lógica de que os fatos falam por si.

---

<sup>27</sup> Importante desde já destacar essa característica apontada pela pesquisa de Tuchman (1999): o fato de se relacionar objetividade a profissionalismo – associação comum a diversos momentos da história do jornalismo, como expusemos anteriormente, e particularmente presente durante o ‘jornalismo de informação’.

Outro procedimento de fomento à objetividade é a “**apresentação de provas auxiliares**” (TUCHMAN, 1999, p. 80): “consiste na localização e citação de ‘factos’ suplementares, que são geralmente aceites como ‘verdadeiros’” a fim de ‘calçar’ uma informação interpretada (principalmente pelos editores) como subjetiva. Assim, por exemplo, uma adjetivação, se justificada por um fato, passa a ser lida como informação e não apenas como recurso de linguagem. A autora exemplifica o procedimento com o caso de um repórter que foi julgado parcial por ter escrito que determinado artista era um “músico excepcional”, mas ‘redimido’ pelos editores ao complementar a expressão com destaques do currículo do instrumentista.

Ainda em relação às provas suplementares, o terceiro procedimento apontado é o “**uso judicioso das aspas**” (TUCHMAN, 1999, p. 81): “os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam ‘os factos’ falar”. Essa interpretação dialoga, inclusive, com a de Motta (2013), que também entende o uso das aspas como estratégia de efeito de real. Para o autor, “as citações encobrem muito bem a subjetividade, porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar. As citações produzem a sensação de uma proximidade entre a fonte e o leitor, dissimulam a mediação” (MOTTA, 2013, p. 202).

O quarto artifício é a “**estruturação da informação numa sequência apropriada**” (TUCHMAN, 1999, p. 83). Para os jornalistas entrevistados pela pesquisadora, adotar a lógica da pirâmide invertida e, na apuração, buscar respostas para as perguntas clássicas (quem, fez o quê, quando, como, onde e porquê) lhes dá a garantia de que estão sendo objetivos. No entanto, a decisão entre fatos concorrentes para a estruturação da matéria, que recai estritamente sobre o repórter, é bastante relativa, tendo o jornalista que recorrer ao seu histórico profissional e a indicadores de qualidade, como profissionalismo e credibilidade, para justificar suas escolhas.

Nesse sentido, a autora aponta para uma dimensão já destacada neste estudo que estamos empreendendo: as negociações entre narradores. Ainda que, em tese, a busca por “fatos materiais, concretos” e a construção convencional de *lead* garanta o rótulo de objetividade, muitas vezes, “os jornais e os repórteres podem não estar de acordo na identificação dos factos materiais” (TUCHMAN, 1999, p. 84), o que indicia a interferência da política editorial da empresa (a presença do narrador-jornal) na definição da informação mais importante/interessante de um acontecimento, tornando essa busca pela objetividade ainda mais complexa. Não apenas Tuchman (1999), mas Amaral (1996) e outros pesquisadores da objetividade jornalística dão a entender que o repórter, muitas vezes, é visto pelos seus



superiores como objetivo (e, portanto, com menores chances de ser repreendido por eles) ao **seguir as recomendações editoriais da empresa**, apesar das limitações que elas lhe impõem (que podem estar presentes em diversas etapas do processo).

Os manuais investigados por Biroli (2007) reforçam alguns dos indicadores apontados por Tuchman, sobretudo quanto à necessidade de adoção de uma rotina e a de seguir as recomendações da empresa, ambas relacionadas com as exigências ligadas ao tempo. Segundo a autora: “a rapidez na coleta e redação da notícia constituiria uma das principais habilidades do jornalista, ao lado da capacidade de síntese e concisão: economia de tempo e de espaço caminham juntas e constituem parte central da rotina produtiva” (BIROLI, 2007, p. 124).

Importante salientar que essa velocidade como competência jornalística não diz respeito apenas à capacidade de acelerar os processos, mas de se adaptar a eles, o que nos leva a interpretar que a aceleração do tempo não serve apenas como garantia de desempenho, mas também como forma de controle: “Trata-se, nesse caso, não da velocidade de realização do trabalho como variável independente, mas da adequação às rotinas de trabalho, com os critérios de seleção, valorização e percepção do cotidiano que implicam” (BIROLI, 2007, p. 124), ou seja: trata-se de adequação ao sistema de trabalho da empresa jornalística para a qual se trabalha.

Outra exigência à identidade do jornalista moderno apontada pelos manuais é a disponibilidade para o trabalho:

(...) o profissional será mais valorizado quanto mais disponibilidade tenha para o trabalho jornalístico – em termos cognitivos, já que essa disponibilidade inclui ver a realidade com olhos de jornalista, e em termos de disposição objetiva de seu tempo, já que deve ser jornalista mesmo fora de seu horário de trabalho – e quanto menos envolvimento tenha com a realidade extrajornalística, que incluiria posicionamentos, parcialidade, envolvimento, crenças” (BIROLI, 2007, p.132).

Assim, contraditoriamente, o jornalista é, ao mesmo tempo, instado a estar integralmente a serviço do veículo de comunicação para o qual trabalha e impedido de misturar sua vida profissional à ‘realidade extrajornalística’, adotando quaisquer ‘posicionamentos e crenças’ (ainda que o ‘objeto’ sobre o qual versa sua atividade jornalística esteja justamente fora e não dentro da redação). A quinta e última estratégia apontada na pesquisa de Tuchman (1999) é relativa principalmente aos atributos formais do jornal, mas também está relacionada com essa distinção demandada à identidade jornalística: a **separação dos conteúdos objetivos e subjetivos**. Segundo Tuchman (1999, p.84),

(...) os jornalistas usam o rótulo de ‘análise’ para colocar uma barreira entre o artigo controverso e os outros artigos das páginas de informação geral. Do mesmo modo que as aspas estabelecem, teoricamente, a distância entre o repórter e a notícia e assinalam que as matérias nelas incluídas podem ser problemáticas, ‘análise’ indica que as matérias que a acompanham nem representam as opiniões da administração nem são necessariamente ‘verdadeiras’. Estas matérias são a interpretação do repórter dos ‘factos’.

Sobre isso, vale recordar o trecho já citado do artigo de Biroli (2007), no capítulo anterior, em que a autora pontua a divisão entre informação e opinião como um dos temas de maior preocupação dos manuais de redação e dos jornalistas.

Para melhor visualizarmos os indicadores de objetivação aqui comentados, construímos um quadro, apontando em que dimensões podem ser aplicados:

**Tabela 1 – Atos/indicadores de objetivação nos textos e nas rotinas produtivas**

Indicadores de objetivação	Aplicáveis...		
	ao texto	às rotinas produtivas	a ambos
Estratégias de referênciação: de atualidade, de lugar, de autoridade, de transparência/precisão (MOTTA, 2013)			
Uso de aspas (MOTTA, 2013; TUCHMAN, 1999)			
Dados numéricos e infográficos (MOTTA, 2013; PEREIRA JÚNIOR, 2006)			
Seguir/adaptar-se a uma rotina produtiva (TUCHMAN, 1999; BIROLI, 2007)			
Atender à política editorial da empresa (TUCHMAN, 1999; AMARAL, 1996; BIROLI, 2007)			
Verificação dos fatos (TUCHMAN, 1999)			
Apresentação de possibilidades conflituais (TUCHMAN, 1999)			
Apresentação de provas auxiliares (TUCHMAN, 1999)			
Estruturar a informação em uma sequência apropriada (TUCHMAN, 1999)			
Separar conteúdos subjetivos e objetivos em espaço específico (TUCHMAN, 1999; BIROLI, 2007)			

Fonte: quadro construído pela pesquisadora.

Importante reforçar que Tuchman (1999), nas considerações finais, se mostra crítica a esses procedimentos, apontados por seus entrevistados, pontuando sobretudo o perigo de se adotar essa perspectiva datada de que os fatos falam por si e de se acreditar numa relação quase de sinônimos que se estabelece entre objetividade procedimental e profissionalismo. Não apenas no jornalismo, mas em diversas profissões, segundo Tuchman (1999), o desenvolvimento de procedimentos ritualizados existe para proteger os profissionais de críticas. Nesse sentido, no paradigma do ‘jornalismo de informação’ (CHARRON; BONVILLE, 2016), um repórter que ‘deixar escapar’ subjetividade durante as etapas produtivas corre o risco de ferir sua credibilidade e de entrar em um embate com a empresa na

qual atua. E se assim o é, imagine a falta grave que cometeria um profissional que opta propositadamente por adotar a subjetivação nas suas rotinas produtivas.

### **3.3.2. Atos/indicadores de subjetivação**

Para pensarmos os indicadores de subjetivação precisamos primeiramente considerar as andanças históricas e teóricas dos dois conceitos, já explanadas no capítulo anterior. De modo geral, a objetividade se alinha historicamente à homogeneização de produtos e à padronização de processos, com vistas à continuidade de uma lógica hegemônica (SCHUDSON, 2010; AMARAL, 1996; TRAQUINA, 2005). Já a subjetividade aponta para a humanização e a particularização dos processos, o que muitas vezes gera, em consequência, resistências às hegemonias vigentes e propostas alternativas a elas (MEDINA, 2014; BUCCI, 2000; RESENDE, 2007).

Pode-se, portanto, repensar o binômio objetividade-subjetividade como um embate entre ordens discursivas que privilegiam aspectos distintos, sob o ponto de vista das contribuições teórico-metodológicas de Fairclough (2016). Para o autor, o conceito de hegemonia é indispensável à análise das práticas sociais (onde residem e se constituem os discursos) e se define como um “equilíbrio instável”, que se dá a partir de “construção de alianças e integração, muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento” (FAIRCLOUGH, 2016, p.127). Ler objetividade-subjetividade segundo essa lógica é salutar porque situa o embate não como uma rigorosa distinção dominador-dominado, mas como uma troca dinâmica de posições, acionadas por interesses e intencionalidades distintas, através de concessões/convencimentos. Nesse contexto:

Pode-se considerar uma ordem do discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens do discurso são, consequentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem do discurso existente (...), mas também as relações sociais e assimétricas (FAIRCLOUGH, 2016, p.129).

Assim, consideramos haver ordens discursivas objetivadas e subjetivadas, que articulam e rearticulam procedimentos a todo momento, com vistas a suprir seus interesses. Seguindo a lógica de Tuchman (1999), que aponta para a objetividade como ritual estratégico utilizado para dirimir riscos, acelerar processos e, assim, preservar uma cultura organizacional hegemônica, a subjetividade poderia ser entendida também um ritual estratégico neste

‘jornalismo de comunicação’, cuja finalidade seria reorientar os mesmos procedimentos para agendar a humanização das pautas e dos processos (fortalecendo o princípio de responsabilidade social do jornalismo), a afetação dos narradores, a emoção (MEDINA, 2014; BUCCI, 2000; CHARRON; BONVILLE, 2016;)<sup>28</sup>.

Assim, a primeira consideração basilar para a construção de indicadores de subjetivação nos processos produtivos do jornalismo é a de que eles não são necessariamente uma contraposição aos de objetivação, mas uma reorientação, com vistas ao alcance dos insumos simbólicos anteriormente apontados. A segunda é a leitura cuidadosa das particularidades do paradigma em que o jornalismo recente está inserido, entendendo, por exemplo, as variáveis de Tuchman (1999) dentro de um contexto que já pode ter sofrido alterações.

E a terceira é que, ao aproximar a lógica subjetivada da ideia de humanização e de comprometimento com questões sociais, não se pode supor que a lógica objetivada necessariamente fuja aos princípios deontológicos do jornalismo. A discussão ética atravessa ambas as ordens discursivas e, como veremos de forma mais explícita ao longo da análise do *corpus*, essas ordens muitas vezes se complementam.

Considerando os indicadores de subjetivação aplicáveis aos textos, temos que, para Motta (2013), a subjetivação tem por objetivo humanizar os fatos brutos, além de produzir identificação e efeitos catárticos no leitor, comovê-lo. Ainda que o produto jornalístico seja instantaneamente relacionado à objetividade, sabe-se que “a linguagem jornalística é por natureza dramática e a sua retórica é tão ampla e rica quanto a literária” (MOTTA, 2005, p. 11), sobretudo porque narra a tragédia e a comédia humanas, gerando “intencionalmente ou não, (...) inúmeros efeitos de sentido emocionais” (p. 11).

Assim, os recursos linguísticos e extralinguísticos que indiciam a subjetivação estão, segundo o autor:

(...) nas escolhas léxicas, no uso de verbos prospectivos, verbos de sentimento, verbos negativos, verbos de conselho, de advertência, etc.; no uso de adjetivos afetivos, potenciais ou adjetivos de possessão; no uso de substantivos estigmatizados como terroristas, radicais, pivetes, etc. Estão nas exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições e reticências, mais comuns no noticiário que se pensa. Estão nas figuras de linguagem (metáforas, sinédoques, sinonímia, hipérboles). Estão nas ironias e paródias, que abrem âmbitos de significação. Estão

<sup>28</sup> Acreditamos que a adoção de um ritual estratégico subjetivado por repórteres e empresas jornalísticas, no contexto do jornalismo de comunicação, não seja necessariamente hegemônica, tanto quanto a de uma lógica objetivada (aos moldes do que sugere Tuchman (1999)). É possível que a subjetivação como estratégia produtiva esteja relacionada apenas a ‘nichos’ explorados por determinados profissionais, que conseguem ‘furar’ o bloqueio de estratégias contrárias, ou ainda a apostas das empresas jornalísticas em momentos pontuais para angariar premiações. Em suma, o que salientamos aqui é a importância de se considerar o contexto, as negociações e as motivações inerentes aos atos de objetivação/subjetivação, assumidos pelo repórter e pelas empresas jornalísticas.

nos conteúdos implícitos, nas implicaturas de advérbios como “apenas”, “de novo”, “só”, “ainda”, comuns nas manchetes. Estão nas pressuposições e tantos outros recursos linguísticos e extralinguísticos que proliferam na linguagem jornalística verbal e audiovisual (MOTTA, 2005, p. 12).

Nesse sentido, o trabalho do analista consiste em “revelar a presença de cada recurso da retórica jornalística, investigar sua dimensão semântica e relacioná-lo à estratégia narrativa do narrador e do meio que utiliza” (MOTTA, 2005, p. 12). Diante da grande quantidade de estratégias de subjetivação possíveis, pesquisadores costumam selecionar e analisar apenas alguns desses indicadores, como Essensfelder (2017, p. 200), que, ao aplicar este movimento de análise a reportagens *longform* do site Brio, reduz os efeitos de sentido identificados em apenas quatro: descrição pormenorizada, figuras de linguagem, verbos de sentimento, ênfase/intensidade.

Já em relação aos indicadores aplicáveis ao processo produtivo, proposições fundamentais do repertório epistemológico de Medina (2014) ajudam a construir os indícios de subjetivação aqui propostos. Conceitos como “narrativas da contemporaneidade”, “signo da relação” e “pensamento complexo”, que representam o cerne do trabalho da pesquisadora, sugerem transformações profundas no fazer jornalístico, reorientando-o à valorização dos sujeitos. Medina (2014) toma como base as mudanças de noções cognoscitivas propostas por De Gregori<sup>29</sup> para defender a revisão de técnicas de produção jornalística. Para ela, “a concepção que sustenta determinado artigo, notícia, reportagem, editorial ou crítica no jornalismo, na generalidade dos casos” não condiz com “a crise de paradigmas” (MEDINA, 2014, p.118) enfrentada pelas ciências. Daí afirmar que:

Os laboratórios de epistemologia podem trabalhar com as atrofia mentais, e justamente as técnicas ortodoxas da produção jornalística são temas prioritários. A fórmula de pirâmide invertida e a arbitrária (autoritária) seleção de fatos mais importantes e menos importantes; o esquematismo do lide sumário, abertura de narrativa jornalística que responde à fórmula quem, o quê, quando, como, por quê?; a entrevista pergunta-resposta que colhe apenas informações do mundo das ideias; o narrador de terceira pessoa que se traveste de imparcialidade e objetividade. Eis então um laboratório de vida inteira, pois a herança técnica está aprisionada numa visão de mundo emperrada nessas e em outras fórmulas (MEDINA, 2014, p.118).

---

<sup>29</sup> “De Gregori enumera seis noções mutantes que questionam os conceitos estratificados na decifração do real: 1. Da noção de causa e efeito, passamos à noção de intercausalidade; 2. Da noção de sujeito e objeto, passamos à noção de sujeitos intercondicionantes; 3. Da noção de universo sólido, passamos à noção de universo poroso, como um enxame, um redemoinho; 4. Da noção de massa destrutível ou massa indestrutível, passamos à noção de que a massa está em transformação; 5. Da noção de substância e acidente, passamos à noção de relação complexa; 6. Da noção de que existe o ser da matéria e existe sua atividade, passamos à noção de que o ser da matéria e sua atividade não podem ser separados – constituem aspectos diferentes da mesma realidade” (MEDINA, 2014, pp. 117-118).

Assim, a partir das bases apontadas, indicamos como marcas de subjetivação dos procedimentos jornalísticos as seguintes condutas: **resistência à compressão do tempo, reorientação das rotinas produtivas à valorização dos sujeitos da narrativa jornalística, negociações com a política editorial da empresa jornalística (com vistas à responsabilidade social do produto), adoção eventual de imprecisões (afrouxamento de referenciais), parcialidade justificada, mescla de discursos entre narradores (sobretudo narrador-jornalista e narrador-fonte), legitimação de impressões do repórter como provas auxiliares, reorientação da hierarquia da informação e diluição das fronteiras entre informação e opinião.**

A resistência à compressão do tempo e as negociações com a política editorial da empresa são categorias mais relacionadas às dinâmicas do mundo do trabalho dos jornalistas e às disputas de poder, sobretudo entre jornalista e jornal; a reorientação das rotinas produtivas, da hierarquia da informação, a adoção de impressões do repórter e a parcialidade justificada estariam mais vinculadas ao planejamento da pauta, à apuração e ao trato com as fontes; a adoção de imprecisões e a mescla de discursos entre narradores estariam mais vinculadas aos processos de redação e edição/curadoria da informação; já a diluição de fronteiras entre opinião e informação seria associada, sobretudo, à seleção de conteúdos, à edição e ao projeto gráfico. A seguir detalharemos uma a uma:

#### **a) Valorização dos sujeitos e resistência à compressão do tempo**

Como dito, transformações recentes no campo do jornalismo interferem diretamente na definição dessas categorias. A compressão do tempo é um exemplo. Entendida como uma das principais características pós-fordistas assimiladas pelas rotinas de produção jornalística,

(...) a nova concepção de temporalidade tem transformado a cadência nas redações de jornais. Citam-se aqui três desses imperativos: encurtamento e supervalorização do tempo de confecção do produto jornal (o deadline), alongamento da jornada de trabalho e desmantelamento dos limites entre funções (GRISCI E RODRIGUES, 2007, p.48).

Figaro (2013) também aponta para o encurtamento do tempo como transformação substancial das rotinas produtivas:

Uma série de funções desapareceu do cenário das rotinas produtivas do métier do jornalista. Os produtos jornalísticos impressos, televisivos ou radiofônicos são produzidos de maneiras completamente diferentes do que há cerca de 20 anos. O tempo e o espaço, comprimidos pelas possibilidades das tecnologias de comunicação e informação, foram assimilados nos processos de produção de modo a

reduzir o tempo para a reflexão, a apuração e a pesquisa no trabalho jornalístico (FIGARO, 2013, p.1-2).

Assim, como já debatemos no tópico das premissas, agir objetivamente no contexto do jornalismo de comunicação implica não só seguir as etapas de uma rotina produtiva, como sugere Tuchman (1999), mas o mais rápido possível. Ao escrever sobre os processos de edição jornalística, Pereira Júnior (2006) aponta para a resistência à pressa não apenas como um desafio, mas como um imperativo para o exercício ético da profissão:

Nas redações, as pessoas não param mais para refletir juntas sobre o ofício. As reuniões – de pauta, de negociação – são orientadas para o ‘fazer’, a funcionalidade técnica das exigências empresariais a que devem responder. Frear o fluxo é hoje uma obrigação e uma necessidade. (...) Talvez mais do que qualquer outra profissão, puxar o freio da rotina seja hoje condição para o jornalista ser fiel aos princípios que diz defender, a si mesmo e a toda sociedade (PEREIRA JÚNIOR, 2006, p. 17).

Uma ordem discursiva subjetivada aponta para uma resistência a esse imperativo temporal, perseguindo “o tempo para a reflexão, a apuração e a pesquisa” (FIGARO, 2013, p.1-2) que a lógica hegemônica de trabalho retira do jornalista. Sugere ainda, de modo geral, a reorientação dos métodos já utilizados em prol da valorização dos sujeitos da narrativa jornalística, como indica Medina (2014). Na dinâmica do processo produtivo, essa resistência está presente quando o repórter, por exemplo, opta por deter-se mais a determinadas etapas, como a apuração, aguardando uma fonte específica (sujeitando-se, portanto, ao tempo dela) ou ainda substituindo fontes e ouvindo um maior número de pessoas, em vez de simplesmente forçá-las a ‘caber’ na pauta, em função do *deadline*. Ou quando o jornalista, mesmo já mergulhado no processo de escrita, percebe que, para valorizar os sujeitos narrativos, precisa dedicar mais tempo à mesma fonte (não necessariamente por dificuldades impostas pelo entrevistado, mas para ‘apreender’ o discurso/os modos de falar dele) ou retornar à apuração, ou até mesmo à etapa de planejamento. Aquilo que seria lido como refação (e, portanto, prejuízo) passa a ser interpretado como um aprendizado necessário ao processo.

#### **b) Negociações com a política editorial da empresa e parcialidade justificada**

Outra característica do atual paradigma é a aproximação entre jornalismo, publicidade e marketing, como aponta Figaro (2013, p.10): “o limite e a separação entre as orientações da redação de um veículo de comunicação e a área comercial da empresa, antes tão fundamentais para a credibilidade do exercício profissional, hoje sequer faz parte do repertório das novas gerações”. Nesse sentido, ser objetivo no ‘jornalismo de comunicação’ não significa apenas

“atender à política editorial da empresa”, mas também estar alinhado à lógica de atendimento “às demandas desenhadas pelo setor comercial” (2013, p.10).

Ao considerar esse aspecto, entende-se por marca de subjetivação negociações e enfrentamentos às limitações impostas pela política editorial da empresa jornalística quando esta cria obstáculos para a valorização dos sujeitos e o protagonismo da responsabilidade social do jornalismo. Um jornalismo que se afeta, que encampa certas bandeiras sociais e políticas, está sujeito a chocar-se com os interesses empresariais do narrador-jornal, que, dentro da lógica capitalista, orienta sua produção para que seja não apenas sustentável, mas lucrativa.

A adoção de uma parcialidade justificada também está parcialmente relacionada a esse tópico: quando se prioriza a responsabilidade social do jornalismo à mera escuta aos ‘dois lados’ do acontecimento. A ideia de parcialidade justificada está presente sobretudo em estudos sobre jornalismo de causas e sobre as aproximações entre jornalismo e ativismo. De Assis et al (2017) atravessa essa discussão ao articular os conceitos de autonomia, ativismo e produção jornalística, pontuando as distinções entre os termos “independente”, “alternativa” e “radical”, utilizados para caracterizar iniciativas de resistência a estruturas hegemônicas. Nesse contexto de combate a uma lógica de poder específica e de adesão a bandeiras, a parcialidade se justificaria.

Miguel e Biroli (2010) associam o ideal de imparcialidade praticado pela sociedade e pela mídia ao papel de silenciamento de perspectivas antagônicas e de reprodução de estereótipos. Os autores apontam a imparcialidade, portanto, como um risco à democracia, porque invalidaria as diferenças, as especificidades dos grupos, num esforço de homogeneização que acaba servindo aos interesses hegemônicos.

Ao ser ativada como um valor de referência para a avaliação do grau de democracia, justiça e pluralidade presente nos meios de comunicação, ou como um parâmetro para a avaliação do trabalho jornalístico pelos próprios jornalistas e pelos críticos credenciados, não permite considerar uma parte relevante das dinâmicas de opressão. A imparcialidade, como valor-guia, colabora para a ocultação dos lugares de enunciação dos discursos e das redes de diferenciação que os caracterizam e fazem com que circulem por determinados espaços e sejam aceitos como verdadeiros (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.66).

Para os autores, a posição do jornal e do jornalista, nesse sentido, é determinante para o modo como a noção de imparcialidade será operada, uma vez que

(...) o equilíbrio entre as diferentes tendências, construído no noticiário, é a reiteração das perspectivas dos jornalistas – constituídas por sua posição na pirâmide social, pela ideologia profissional compartilhada, pelas pressões e imposições das



empresas, pelas relações com os agentes do campo político. A adaptação aos critérios de relevância aceitos por eles como auto-evidentes (e portanto inquestionáveis), bem como a utilização do padrão discursivo imposto como adequado, é condição para o ingresso no debate (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.71).

Como alternativa a essa imparcialidade reducionista, os autores apontam para a explicitação dos conflitos nas narrativas jornalísticas, num movimento contrário ao simulacro de neutralidade proporcionado pela técnica de escuta igualitária aos “dois lados”, pois “(...) o conhecimento mais abrangente das relações sociais se funda justamente na interação entre as diferentes perspectivas” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.71), e citam Young (2000, p. 119) para melhor definir o conceito de interação entre ‘outros multiplamente situados’:

A inclusão não deve significar simplesmente a igualdade formal e abstrata entre todos os membros de um público de cidadãos. Ela significa considerar explicitamente as divisões e as diferenciações sociais e encorajar grupos diversamente situados a dar voz a suas necessidades, interesses e perspectivas sobre a sociedade, de maneira que correspondam a condições de publicidade e razoabilidade.

É preciso, portanto, revelar o diferente e fazê-lo como tal, não necessariamente buscando adequá-lo ao normativo ou igualá-lo ao hegemônico, como tende a acontecer, segundo os autores. Para eles,

(...) a promoção da interação entre ‘outros multiplamente situados’ (Young, 2000) não se dará dentro dos limites das representações da política como consenso ou gestão neutra dos interesses comuns. É preciso que os diferentes grupos sociais tenham possibilidade de produzir informações a partir de suas próprias perspectivas, o que implica no descentramento do padrão de profissionalismo jornalístico e dos padrões de hierarquização da expressão – sobretudo, dos discursos políticos (MIGUEL; BIROLI, 2010, p.72).

Assim, a ideia de parcialidade justificada estaria relacionada a essa explicitação de realidades e perspectivas, múltiplas, a partir de seus próprios atores, sem temer o conflito entre versões e o desajuste da balança discursiva. O ‘consenso’ ou ‘a gestão neutra dos interesses comuns’ nem sempre é alcançável e o produto/a produção jornalístico/a não deixa de ser menos profissional por abrir mão dessas metas – pelo contrário. A parcialidade justificada nas etapas de planejamento, apuração e edição também se evidencia quando o jornalista redimensiona o peso das fontes no produto jornalístico, conferindo protagonismo a sujeitos historicamente silenciados. Nesse sentido, a ruptura da lógica asséptica de “apresentação de possibilidades conflituais” (TUCHMAN, 1999, p. 79), através da mescla entre as vozes dos narradores, também pode ser caracterizada, portanto, como parcialidade justificada. Medina (2014, p. 76), por exemplo, defende uma ideia de “fidelidade ao Outro

reportado (...) que não é o mesmo que objetividade”. Para a pesquisadora, um trato subjetivado demanda estabelecer uma relação EU-TU com as fontes de informação.

O jornalista que apenas *divulga* não participa da esfericidade do *signo da relação*, não compreende a dimensão humana na plenitude do encontro sujeito-sujeito. O Outro não passa de uma fonte de informação, objeto indistinto da rotina profissional. Por sua vez, esse *objeto* assim tratado apenas declara o conveniente e o aparente, oferece ao público a informação permitida pela razão instrumental. Nem repórter nem fonte se alteram (MEDINA, 2014, p.76-77. Grifos da autora).

### c) Mescla de discursos, impressões do repórter e imprecisões

A mescla de discursos entre narradores está estreitamente associada ao tópico anterior. Quando se cumpre a relação sujeito-sujeito, à qual Medina (2014) refere-se, ambos os partícipes do diálogo se abrem às incertezas, às imprevisibilidades, e se põem em igual condição. A ação transformadora advinda de uma entrevista pormenorizada, atenta aos detalhes, e sobretudo empática, em que sujeito-repórter e sujeito-fonte se alteram, exercitando a empatia, promove essa mescla de discursos. A adoção de impressões do repórter como provas auxiliares consiste na compreensão de que a afetação do narrador-jornalista à pauta importa. A forma como ele sente a pauta, como ela o afeta, pode ser determinante na definição da angulação e na pluralidade de fontes escolhidas, atravessando, inclusive, outros indicadores como a parcialidade justificada e a reorientação da hierarquia da informação.

Adotar a alteridade e a empatia como pilar da *práxis* jornalística e estimular os relatos em primeira pessoa são condutas representadas neste indicador. Alteridade implica “ser outro, colocar-se ou constituir-se como outro” (ABBAGNANO, 2007, p.34). Para Levinas (2014), a alteridade está associada principalmente ao construir-se Outro numa perspectiva cabal: o Eu jamais será o Outro (daí que o Outro não seja simplesmente diferente de mim, mas sim uma coisa outra)<sup>30</sup>.

O Outro metafísico é outro de uma alteridade que não é formal, de uma alteridade que não é um simples inverso da identidade, nem de uma alteridade feita de resistência ao Mesmo, mas de uma alteridade anterior a toda a iniciativa, a todo o imperialismo do Mesmo; outro de uma alteridade que constitui o próprio conteúdo do Outro; outro de uma alteridade que não limita o Mesmo, porque nesse caso o Outro não seria rigorosamente o Outro: pela comunidade da fronteira, seria, dentro

<sup>30</sup> Aristóteles faz essa distinção entre diferença e alteridade. Assim explica Mora (1978, p.72): “A diferença entre duas coisas implica determinação daquilo em que diferem. Assim, por exemplo, entre uma bola branca e uma bola preta há diferença, que se determina, neste caso, pela cor. A alteridade não implica, em contrapartida, uma determinação; assim, um cão é um ser diferente de um gato. Contudo, a diferença não é incompatível com a alteridade, e vice-versa. Assim, a terra é diferente do sol, porquanto diferem em que, sendo ambos corpos celestes, um não tem luz própria e o outro tem. Mas, ao mesmo tempo, a terra é uma coisa diferente do sol e o sol uma coisa diferente da terra”. Disponível em: <http://www.portalconservador.com/livros/Jose-Ferrater-Mora-Dicionario-de-Filosofia.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2018

do sistema, ainda o Mesmo. O absolutamente Outro é Outrem; não faz número comigo. A coletividade em que eu digo “tu” ou “nós” não é um plural de “eu”. Eu, tu, não são indivíduos de um conceito comum. (...) Sobre ele não posso poder, porquanto escapa ao meu domínio num aspecto essencial, mesmo que eu disponha dele: é que ele não está inteiramente no meu lugar. (LEVINAS, 2014, p.25)

Segundo o autor, diferentemente das coisas, pelas quais temos necessidades saciáveis, os sujeitos são irreduzíveis. Não é possível transformar o Outro em Mesmo. A relação com o Outro não se sacia ou reduz e, portanto, não está na ordem da necessidade, mas do desejo, que tende ao infinito. Sob essa perspectiva, é leviana qualquer tentativa de se pôr no lugar do outro. O sujeito, na verdade, estabelece relação de empatia e exerce sua subjetividade de maneira ética no momento em que assume responsabilidade pelo Outro. Assim, interpretando a filosofia de Levinas (2014) no campo das práticas jornalísticas, quando não leva em conta o princípio da alteridade, o repórter pode tender a considerar a fonte não como Outro – autônomo, íntegro, dotado de sua própria subjetividade e irreduzível, mas como apêndice/colaborador da produção jornalística protagonizada pelo (e de propriedade do) jornalista. Ao desconsiderar a alteridade, corremos o risco de ler o Outro como Mesmo – ou de força-lo a assim se tornar. A empatia seria, nesse sentido, o modo como, enquanto sujeitos civilizados – em contraposição à barbarie (TODOROV, 1982), reconhecemos a humanidade do outro, apesar de seus diferentes modos de viver, e nos colocamos em seu mesmo plano, sem sobrepujá-lo.

O estímulo aos relatos em primeira pessoa – entre aspas ou em discurso indireto livre – também se relaciona à interpretação levinaziana de alteridade. Serelle (2009, p.39), em texto sobre a guinada subjetiva, aponta a retomada dos relatos como característica do cenário das grandes guerras e dos regimes totalitários<sup>31</sup>, “ou seja, em casos-limites, que colocam em ‘primeiro plano argumentos morais apoiados no respeito ao sujeito que suportou os fatos sobre os quais fala’ (SARLO, 2007, p. 37)”. Segundo o autor, os relatos são “portadores de uma verdade que é eticamente insuportável questionar” (p.39) e ainda “uma forma de cura, de libertação dos direitos oprimidos da primeira pessoa, em que a experiência comunicada, de lastro biográfico, acabaria por livrar o sujeito da alienação” (SERELLE, 2009, p.39).

Considerando ainda a presença integral do sujeito-repórter na construção da narrativa (portanto também com suas vulnerabilidades), a negação do jornalista à determinada pauta também constitui ato de subjetivação. Simplesmente porque há histórias que não somos

---

<sup>31</sup> É também a partir deste cenário bélico e totalitarista que a filosofia de Levinas se constrói. O autor lituano, de origem judia, chega a afirmar em seus escritos que a memória do horror nazista lhe atravessa a vida (LÉVINAS, 2006, p.1). Levinas foi capturado por alemães e exilado por cinco anos. Teve parte de seus familiares assassinados pelo regime nazista, salvando-se apenas sua esposa e filha, protegidas por amigos.

capazes de contar. Há experiências que, naquele dado momento da vida do repórter, ele não se sente psicologicamente/emocionalmente apto a viver. Essa negativa, ainda que contrarie a lógica industrial da empresa jornalística (que empacota, generaliza e homogeneiza a experiência particular de cada acontecimento na embalagem da ‘pauta’ e que condiciona seus profissionais, muitas vezes, à precariedade do enxugamento de equipes), é legitimada pela cláusula de consciência do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2016)<sup>32</sup>.

Outro aspecto importante relacionado às impressões do repórter é a corporeidade. Tão excluído dos estudos de jornalismo e sobre jornalistas, o corpo do profissional pode ser um fator diferenciador na construção da pauta, principalmente durante a experiência de ida a campo. Para Marocco (2018)<sup>33</sup>, o ‘autor repórter’ é aquele que:

(...) abre mão da clássica posição de distanciamento obtida com a “objetividade jornalística”, herdada do cientificismo, apresentando-se como um corpo que se coloca no lugar de emergência do acontecimento, se expõe à experiência, reconhece a alteridade e descreve suas sensações. Sob essas novas condições de possibilidade, o repórter toma para si o desenvolvimento de uma relação de comunicação que possibilitará a participação do outro como indivíduo ativo, não somente fonte da informação. (MAROCCO, 2018, p.9)

Nesse sentido, uma das características deste ‘autor repórter’ seria justamente a revisão do “apagamento do corpo e das sensações do jornalista” (p.11):

O repórter se apropria do corpo como dispositivo da experiência sensorial que move a sua prática. Não interessa ouvir somente declarações das fontes para cumprir a pauta, mas fazer funcionar os sentidos do tato, da visão, da audição em uma relação de cognição afetiva entre seres humanos, como se o jornalista fosse um corpo do leitor, que ele ali estivesse como enviado especial do leitor. (MAROCCO, 2018, p.11)

Quando a equipe de reportagem vai à rua, desloca-se inteira: mente e corpo. E os modos de projeção do corpo e as sensações por ele testemunhadas podem auxiliar ou não no processo de apuração e na composição da narrativa jornalística. De que adiantam perguntas empáticas no ato da entrevista se a forma de abordagem e a postura do jornalista (ou do fotógrafo/cinegrafista) diante da fonte inspirarem distanciamento/presunção? Assim, entende-se por ato de subjetivação a expressão de alteridade do jornalista também através do corpo, do

<sup>32</sup> “Art. 13. A cláusula de consciência é um direito do jornalista, podendo o profissional se recusar a executar quaisquer tarefas em desacordo com os princípios deste Código de Ética ou que agridam as suas convicções. Parágrafo único. Esta disposição não pode ser usada como argumento, motivo ou desculpa para que o jornalista deixe de ouvir pessoas com opiniões divergentes das suas” (FENAJ, 2016).

<sup>33</sup> Neste artigo, a autora tem por finalidade apresentar características do que seria o ‘autor repórter’ contemporâneo, presente nos livros de repórter, traçando um paralelo com o ‘novo intelectual’ de Vattimo (2016) e valendo-se de contribuições teórico-metodológicas de Foucault (2006).

modo como se apresenta, como se comporta diante da fonte, e o que sente durante o processo de apuração.

Nesse sentido, cabe ainda pontuar que a presença do corpo vivo na pauta implica a experiência vivida por todos os sentidos: visão, audição, tato, paladar e olfato. Sobre isso, é salutar pontuar o alerta de Luis Carlos Restrepo (*apud* Medina, 2008) ao analfabetismo afetivo que nos assola comumente.

Para Restrepo, olhamos o que queremos com um distanciamento sujeito-objeto e ouvimos o que nos interessa, caso típico das declarações de fontes jornalísticas. O autor adverte, no entanto, que são os sentidos do olfato, do tato e do paladar que, com a visão e a audição, promovem-nos a seres humanos em relação. (MEDINA, 2008, p. 48)

#### **d) Reorientação da hierarquia e dos valores da informação e ruptura à fronteira opinião-informação**

Quanto à estrutura objetivada de ordenamento da informação, pesquisas de análise de conteúdo, como a desenvolvida por Tanikawa (2017), apontam para uma revisão não apenas da estruturação dos primeiros parágrafos das notícias, rompendo com a pirâmide invertida, mas também da presença das chamadas “notícias diretas” ou “notícias duras” nas primeiras páginas de jornais, mesmo em periódicos de tradição objetiva, como os norte-americanos.

Segundo a autora, “os jornais estão se tornando como revistas de notícias (...) ao mesmo tempo exibindo *layouts* que priorizam cada vez mais fotografias” (TANIKAWA, 2017, p.3.520). A justificativa para essa transformação é o advento da mídia on-line, com cujos fechamentos a imprensa não pode concorrer. Assim, “os jornais se destacam reforçando a profundidade da informação, análise e cobertura de tendências que não são publicadas em outro lugar” (p.3.520).

Ainda que os jornais procurem manter sua identidade, é possível perceber um maior investimento em históricos, panoramas e interpretações a acontecimentos, “desfocando a linha entre notícias diretas e artigos analíticos. Notícias diretas podem também empregar tipos de leads situacionais, anedóticos e outros descritivos, em vez da tradicional estrutura de pirâmide invertida” (TANIKAWA, 2017, p.3520).

O estudo de Tanikawa (2017) revela que, considerando as publicações de 2013, 53% das notícias diretas do *corpus* por ela analisado não continham referências de tempo no *lead*, “sugerindo que muitas notícias não recorrem ao resumo como forma de abrir a história, mas adotam uma abordagem mais elegante, analítica ou contextual para introduzir o assunto” (p.3.533). Os jornais impressos atualmente seriam, portanto, “feitos para complementar o

comportamento de busca de informações dos leitores, realizada em outros lugares, fornecendo textura narrativa e profundidade, e, assim, proporcionar uma experiência abrangente de valor agregado para os leitores” (p.3.532).

Essa tendência alinha-se à relativização do real apontada por Charron e Bonville (2016) como característica do ‘jornalismo de comunicação’. Segundo os autores, “os jornalistas estão conscientes de poder ‘criar’ algo real a partir do real, por exemplo, escolhendo o ângulo sob o qual abordar as ocorrências (...) ou ainda se interessando por partes menos evidentes do real, como as ‘vivências’ das pessoas comuns” (2016, p. 199). É diante desse panorama que se desenha a subjetivação: a valorização do *ethos* interpretativo dos jornais impressos abre espaço para a incorporação de outros valores aos critérios de noticiabilidade, não apenas nas grandes reportagens (historicamente entendidas como gênero e *locus* de experimentação), mas também na produção diária de notícias – o que proporciona uma ampliação de possibilidades de temas, fontes e angulações antes não categorizadas como socialmente relevantes ou interessantes.

Jornalista e narrador-jornal agem subjetivamente ao reorientar, a partir de sua interação, o que entendem por relevante ou interessante, tendo como norte os sujeitos do acontecimento. O incentivo a angulações que privilegiem o protagonismo anônimo, “a vivência das pessoas comuns” (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.199), a pluralidade de vozes (com distintos posicionamentos), é um exemplo de reorientação dos valores-notícia. Por sua vez, a ruptura à pirâmide invertida e a adoção de uma construção textual que priorize o fluxo narrativo e a escrita criativa, humanizando o relato do acontecimento e tornando-o mais atrativo ao leitor são indícios de reorientação da hierarquia da informação em função da valorização dos sujeitos.

Finalmente, assim se resumem os indicadores de subjetivação, aplicáveis ao texto e/ou às rotinas produtivas:

**Tabela 2 – Atos/Indicadores de subjetivação nos textos e nas rotinas produtivas**

Indicadores de subjetivação	Aplicáveis...		
	ao texto	às rotinas produtivas	a ambos
Verbos de sentimento, catárticos, de conselho (MOTTA, 2013)			
Adjetivos/locuções adjetivas afetivas (MOTTA, 2013)			
Substantivos estigmatizados (MOTTA, 2013)			
Exclamações, reticências, repetições (MOTTA, 2013)			
Ênfases, ironias (MOTTA, 2013)			
Conteúdos implícitos e silêncios (MOTTA, 2013)			
Mescla de discursos entre narradores, relatos em primeira pessoa (MEDINA, 2014; SERELLE, 2009)			
Adoção de imprecisões e lexicalizações (MEDINA, 2014; FAIRCLOUGH, 2016)			
Ruptura à pirâmide invertida (CHARRON; BONVILLE, 2016)			
Resistência à compressão do tempo (FIGARO, 2013; MEDINA, 2014; PEREIRA JÚNIOR, 2006;)			
Enfrentamentos à política editorial da empresa (FIGARO, 2013; MIGUEL; BIROLI, 2010)			
Parcialidade justificada (MIGUEL; BIROLI, 2010)			
Impressões do repórter (corporeidade) (MEDINA, 2014; MAROCCO, 2018)			
Reorientação dos valores-notícia (TANIKAWA, 2017; CHARRON; BONVILLE, 2016)			
Diluição de fronteiras entre opinião e informação (TANIKAWA, 2017; CHARRON; BONVILLE, 2016)			

Fonte: quadro construído pela pesquisadora.

Detalhados os indicadores, ressaltamos, por fim, o caráter provisório dos quadros descritos neste capítulo metodológico. As características apontadas como condutas ora mais objetivas, ora mais subjetivas nos processos produtivos serão observadas (ou não) no objeto desta pesquisa, mas não intentam ser amarras, engessando a análise. De modo algum. Elas devem funcionar como faróis, orientando o olhar da pesquisadora, mas poderão (e arrisco dizer que tenderão a) ser modificadas ao longo deste estudo.

Além disso, assim como estabelecido como formato para a explanação deste percurso metodológico, na criação de indicadores e procedimentos, faremos uso, durante a análise, de quadros de resumo (como o que sucede este parágrafo), mas a apresentação e a interpretação do objeto deverão se dar majoritariamente a partir de textos corridos e fluidos, sendo apenas retomados em tabelas, para efeito didático e de organização de ideias.

Tabela 3 – Etapas da Análise de Atos de Objetivação e Subjetivação em Jornalismo (Anatos)

<b>Primeira etapa: narrativa processual</b>	<b>Segunda etapa: narrativa textual</b>
<b>Descrever processos de trabalho</b>	<b>Descrever produto(s) jornalístico(s)</b>
Que estratégias de produção, apuração, escrita e edição foram utilizadas? Tratam-se de recursos normativos (já impostos pela empresa jornalística ou próprios da cultura da redação) ou criativos (improvisados ou resultantes de uma subversão às regras já existentes)?	Data de lançamento, tipo(s) de plataforma(s), quantidade de páginas, disposição, elementos gráficos etc.
<b>Identificar narradores</b>	<b>Identificar narradores</b>
Quem são eles? De que modo interagem/negociam/influenciam uns aos outros?	Quem são eles? De que modo interagem/negociam/influenciam uns aos outros?
<b>Identificar/interpretar atos de objetivação e subjetivação</b>	<b>Identificar/interpretar atos de objetivação e subjetivação</b>
Que indicadores se manifestam ao longo das rotinas produtivas? Com que intencionalidade?	Que indicadores se manifestam ao longo do produto jornalístico? Com que intencionalidade?

Fonte: quadro desenvolvido pela pesquisadora.



#### 4 AS VIÚVAS DE MELQUIÁDES

Segundo Motta (2013), desembaraçar os fios da estória é também um modo de ressubjetivá-la. A fim de perceber em que momentos do processo produtivo os narradores agem mais objetivamente ou mais subjetivamente, intentamos decompor e recompor a narrativa da grande narrativa: quais as motivações para o desenvolvimento da reportagem? Que estratégias de produção, apuração, redação e edição foram adotadas? O que o jornalista nos revela das suas condutas e das dos demais narradores?

O caderno especial Viúvas do Veneno é veiculado entre os dias 17 e 20 de abril de 2013, hospedado na editoria Regional do jornal cearense Diário do Nordeste. A publicação fora composta por uma matéria de abertura (uma espécie de editorial) e três reportagens, no dia 17; quatro reportagens e uma capa com fotolegenda, no dia 19; e três reportagens e uma capa com fotolegenda, no dia 20.

Figura 1 – Capas das três edições de Viúvas do Veneno



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

A gestação da trilogia, no entanto, durou um ano, entre pesquisas, entrevistas e idas a campo. Durante 15 dias, já na fase final da apuração, a equipe de reportagem, composta por cinco pessoas (Melquíades Júnior, repórter; Waleska Santiago, fotógrafa; repórter e cinegrafista da TV Diário, emissora do mesmo grupo empresarial do Diário do Nordeste; e motorista) percorreu mais de seis mil quilômetros entre Pernambuco, Ceará, Paraíba e Bahia. Melquíades viajou ainda a Campinas (SP) para ouvir representantes do agronegócio e fabricantes de agrotóxicos.

#### **4.1. Análise da narrativa processual**

Neste tópico processual, descrevemos e analisamos aspectos mais gerais da trajetória profissional de Melquíades Júnior e pretendemos reconstituir os caminhos por ele percorridos para chegar às fontes das matérias do especial, entre elas as acadêmicas, como as pesquisadoras Raquel Rigotto (UFC) e Sayonara Fook (Ceatox-PB), e as viúvas do Veneno: Maria, esposa de Valderi (retratado na reportagem “Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha, não me deixe morrer’”); Helena, companheira de Liberato (“‘Eu Ainda penso que ele vai voltar’, diz esposa de agricultor”); Sueli, cônjuge de Luiz (“Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital”); Gerlene, viúva de Vanderlei (“Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei”) e Marizaldo, viúvo de Rosália (“O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli...”), além do cacique Marcos, da tribo Xukuru, e do agricultor Pedro Gabriel e da filha Luciana, presentes na matéria “Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica”. Todas essas reportagens serão analisadas também no âmbito textual.

Para esta primeira etapa, realizamos entrevistas com Melquíades e reunimos um inventário de notícias sobre o tema, publicadas por ele ao longo da produção do especial – discursos que revelam direta ou indiretamente pormenores do processo produtivo do caderno (da afetação do repórter pelo tema à publicação) e interações entre os narradores.

No primeiro tópico, 3.1.1., apresentamos a construção profissional do repórter, que nos ajuda a identificar as dinâmicas entre jornal e jornalista; no segundo, 3.1.2., detalhamos os processos de produção e apuração, introduzindo as fontes e refletindo sobre a interação delas com as outras duas instâncias narrativas; por fim, em 3.1.3., debruçamo-nos sobre o processo de produção textual do repórter e de edição, discutindo paralelamente os jogos de poder entre os narradores. Em todos eles, é possível perceber, de modo mais ou menos acentuado, as alternâncias e complementaridades entre objetivação e subjetivação.

##### **4.1.1. Dinâmicas entre vozes: de colaborador a jornal, de jornal a jornalista**

Como dito, Viúvas do Veneno é fruto de um ano de apuração sistemática. No entanto, é, além disso, a consolidação de uma década de pesquisas de Melquíades Júnior, num esforço pessoal pela cobertura do tema, para além dos prazos regulamentados pela empresa jornalística e desde antes de sua contratação efetiva. Em entrevistas a esta pesquisadora, o repórter relatou ter atuado como colaborador do jornal Diário do Nordeste por pelo menos dois anos, de 2001 a 2003, até que a empresa instituísse uma sucursal em sua cidade natal, Limoeiro do Norte (CE), quando passou a ser contratado como pessoa jurídica.

Antes, é importante localizarmos a instituição jornalística. Fundado em 1981 pelo industrial Edson Queiroz, o Diário do Nordeste é um jornal brasileiro editado na capital do Ceará, Fortaleza, com sucursais nas cidades cearenses: Crato, Iguatu, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Sobral, e ainda em Brasília (DF) e Recife (PE). Compõe, juntamente com os veículos TV Verdes Mares, TV Verdes Mares Cariri, TV Diário, Rádio Verdes Mares, FM 93, Recife FM, Portal Verdes Mares e G1 Ceará, o grupo de comunicação Sistema Verdes Mares (SVM), iniciado na década de 1960 pelo mesmo empresário e ainda gerido pela família Queiroz. Segundo informações disponibilizadas pela empresa<sup>34</sup>, o Diário do Nordeste circula em 122 dos 184 municípios cearenses e, somente em Fortaleza, é lido por 660 mil pessoas. De acordo com dados de 2017 do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), a circulação do jornal é de 21.889 exemplares nos dias úteis e 22.246 exemplares aos sábados e domingos (nos quais circula apenas uma superedição, desde maio de 2016). Em 2002, lançou sua primeira página na web e, em 2014, passou por uma grande reformulação estrutural para se tornar a primeira redação convergente do Estado, na qual todas as editorias produzem para a página on-line do veículo e para o impresso.

A colaboração de Melquíades para o Diário do Nordeste tem início em 2001, quando ainda sequer havia concluído o curso de Jornalismo na Faculdade Integrada do Ceará (FIC). Produzia de forma voluntária, recebendo do jornal apenas o custeio dos traslados para apuração das pautas.

A primeira matéria que eu fiz foi sobre os jogos olímpicos comunitários de Limoeiro do Norte. Fiz, mandei por e-mail e ninguém me respondeu, mas dias depois eu vi a matéria publicada. Fiquei morto de feliz! E comecei a fazer matéria de falta d'água... coisas mais ligadas ao Interior. Depois, eles começaram a pedir. "Olha, o Dudu [Idelfonso Rodrigues, editor chefe do jornal] tá perguntando se você não pode mandar uma matéria sobre isso e aquilo". Eles [a chefia do jornal], às vezes, nem demandavam, só perguntavam o que eu tinha, o que eu poderia fazer (informação verbal)<sup>35</sup>.

Como revela em sua fala, ao longo do período como colaborador, Melquíades passou a assumir a função de pauteiro, contando com o suporte da redação para tomadas de decisões mais complexas. Chegou a trabalhar, nesse intervalo de dois anos, produzindo notícias e reportagens, mas ainda não se cogitava a possibilidade de transformar o Vale do Jaguaribe em sucursal. Em 2003, no entanto, um furo jornalístico transformaria a relação trabalhista do

<sup>34</sup> Dados extraídos da apresentação geral do veículo, disponível em: [http://midiakit.verdesmares.com.br/app/uploads/2017/06/wordpress\\_apresentacao-geral-dn-2017.pdf](http://midiakit.verdesmares.com.br/app/uploads/2017/06/wordpress_apresentacao-geral-dn-2017.pdf). A pesquisa sobre leitores de jornais em Fortaleza foi encomendada pelo Diário do Nordeste à empresa Ipsos Connect, em 2016. Acesso em: 20 mai.2018.

<sup>35</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

jovem colaborador.

Teve uma chacina em Limoeiro e eu tava na boca da cena. Aconteceu às 22h e 22h15 eu já estava no local, fazendo matéria, fotos... Eu mandei matéria na mesma noite e todo mundo ficou estarecido porque, de manhã, tinha jornal que não sabia nem que a chacina tinha acontecido, e o Diário já estava lá com a matéria de capa e tudo. Nessa época, eu já tinha feito matérias especiais, mas aquele episódio fez a edição ver a importância de criar uma sucursal. Tinha em outras cidades já, mas não em Limoeiro. E eles perceberam que o Vale do Jaguaribe era uma área estratégica (informação verbal)<sup>36</sup>.

Aqui, uma primeira revelação das dinâmicas entre vozes narrativas: a presença do jornalista no local do acontecimento e a conquista do furo jornalístico demandam ao jornal outro tipo de conduta. Nesse instante, no jogo discursivo, o repórter toma as rédeas da *práxis*, assumindo-se repórter, fotógrafo, pauteiro e editor de si mesmo. Estando ali enquanto instituição. Além disso, lança mão de recursos criativos na ‘boca da cena’, no cerne da prática discursiva, já que não chega a se reunir previamente com sua editora para alinhar as estratégias de apuração e escrita adotadas na ocasião.

As dinâmicas de poder entre os narradores e os distintos sistemas de convenções e inovações (PEREIRA, 2011) também podem ser percebidos quando Melquíades detalha como era a sua rotina em Limoeiro do Norte (CE).

Eu começava a trabalhar às 6h30, 7h, com o rádio ligado, procurando pautas, porque às 8h tinha reunião com a Valéria [editora do Regional, à época. As reuniões aconteciam por telefone]. Às 9h, com certeza, eu já sabia qual era a minha pauta do dia e ia fazer. Meio dia, por aí, eu terminava e até 13h tinha que mandar o material, mas como o fechamento de lá era até 15h, eu ficava à disposição até esse horário, pra tirar qualquer dúvida ou atualizar informações. O que mudou na minha rotina é que, depois das 15h, eu tomava um banho, almoçava e dormia por uma hora. Quando comecei aqui em Fortaleza, nesse horário de manhã que vai até o comecinho da tarde, eu ficava tentando me segurar pra não dormir pelos cantos! (...) Em Limoeiro, eu era muito flutuante. Ao contrário dos outros colegas, acabava me deslocando mais. Às vezes, tinha matéria no Cariri e o Dudu pedia que eu fosse, acho que também porque queriam que fosse o meu texto, mas também por causa desse meu jeito de trabalhar, sempre indo de um lado para o outro. (...) Todo esse trabalho como correspondente do Regional eu fazia só. Eu com a minha mochila. E aí eu tinha que ser meu guia: não tinha carro nem moto... Era só uma câmera, um gravador, carona, ônibus... (informação verbal)<sup>37</sup>.

Na descrição das reuniões de pauta e do processo de apuração, percebe-se mais uma vez como o jornalista aglutina outras funções, revelando-se plurivocal. Nesse caso, um único sujeito é jornal e jornalista. Por estar fora dos limites da redação, o repórter tinha mais autonomia para se deslocar e acabava sendo pautado para coberturas que não eram

<sup>36</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>37</sup> *Ibid.*

originalmente de sua alçada. Além dessa motivação para sua contratação posterior, Melquíades já pontua outra, que diz das estratégias de apuração e de escrita adotadas por ele: “acho que também porque queriam que fosse o meu texto” (MELQUÍADES JÚNIOR, 2018). Mesmo não sendo contratado pela empresa, o repórter já tinha conseguido, na dimensão textual e da prática discursiva, imprimir uma assinatura, uma marca de autoria (MEDINA, 2014). Aglutinar em si as posições de jornal e jornalista, enquanto correspondente, tinha vantagens e desvantagens. O vínculo com o Diário do Nordeste fez de Melquíades referência e ponte para muitas fontes da comunidade, que não sabiam a quem recorrer, ajudando a construir a reputação do jornalista:

(...) as pessoas passaram a me procurar porque percebiam que outros veículos não tratavam desse assunto de contaminações por agrotóxico, de demarcações de terras e tudo mais (...). Para elas, não era só mais um meio de comunicação, era o Diário do Nordeste. Então, se saísse uma matéria, como de fato saía, até as rádios locais se sentiam obrigadas a falar sobre isso, até que as multinacionais também começaram a comprar horários nas rádios, para que não houvesse esse tipo de assunto (informação verbal)<sup>38</sup>.

Sua atuação enquanto jornalista-jornal agendou – não apenas no Diário do Nordeste, mas nas rádios do Interior – temas de enfrentamento que, de outro modo, não teriam espaço, e que levaram as multinacionais a buscar meios de confrontá-los no próprio *lócus* das rádios (como se fosse preciso combater uma narrativa com outra, no mesmo ambiente comunicativo). A apresentação objetiva do crachá, no entanto, não era suficiente para ter acesso a certas fontes e, nisso, a disseminação de sua atuação através das rádios ajudou consideravelmente.

No interior, meu maior público leitor me ouvia, porque as minhas matérias eram lidas nas rádios. E o interessante é que os colegas das rádios liam e davam a assinatura, diziam: “essa matéria é do colega Melquíades Júnior, daqui de Limoeiro”, ao ponto de que eu chegava nas comunidades onde não chega jornal e as pessoas diziam: “ah, é o Melquíades? Eu te conheço, eu escuto as suas matérias”. Já aconteceu de eu chegar numa zona rural de Alto Santo, numa cidade que conheço pouco, numa comunidade que eu conheço menos ainda, e, de repente, o meu nome abrir portas (informação verbal)<sup>39</sup>.

As desvantagens do vínculo se revelam principalmente na personificação das perseguições, que não se dirigem à instituição jornalística, mas ao sujeito repórter, individualmente. Falando sobre o contato exclusivo que tivera com o líder comunitário Zé Maria, pivô da produção de Viúvas do Veneno, Melquíades afirma:

<sup>38</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>39</sup> *Ibid.*

(...) o meu lamento é que colegas de outros jornais só souberam do Zé Maria depois de morto. Do contrário, até teria fortalecido a coisa, porque o que o atingia repercutia em todos os que estavam à sua volta. Era tudo individual: um líder comunitário, um repórter conduzindo as denúncias, então tudo isso pra mim era muito ruim (informação verbal)<sup>40</sup>.

A contratação efetiva de Melquíades pelo Diário do Nordeste, com carteira assinada, ocorre apenas em 2012, quando o jornalista se muda para Fortaleza e passa a trabalhar dentro da redação, para a editoria de Reportagem. As mudanças – de cidade, de horário de trabalho e de editoria – influenciariam não apenas sua rotina pessoal e produtiva, mas também seu texto (como explica mais adiante, no tópico 3.1.3). Antes, sigamos a ordem cronológica da narrativa processual, detalhando de que modo manteve contato com as fontes de Viúvas do Veneno.

#### **4.1.2. Contato com as fontes: “o tempo é outro”**

Entre os anos de 2002 e 2003, ainda enquanto colaborador voluntário do jornal, Melquíades havia produzido matérias com o agricultor e líder comunitário Zé Maria do Tomé, que sofria ameaças de morte por denunciar a invasão de terras públicas pelas multinacionais e os males causados pela pulverização aérea de pesticidas. Nesse período, nove anos antes de Viúvas do Veneno, o repórter mantinha contatos esporádicos com Zé Maria, em fóruns e reuniões de trabalhadores rurais.

Numa outra frente, cultivava fontes também entre os movimentos sociais locais, sobretudo a Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte, de onde partiu a mediação para sua primeira grande matéria sobre contaminações na Chapada do Apodi, em 2004. Segundo Melquíades, as famílias interioranas que não aceitavam vender seus terrenos para a multinacional Del Monte<sup>41</sup> sofriam uma espécie de assédio: para tornar o pH do solo levemente ácido (e assim conseguir cultivar abacaxi na região), a empresa depositava enxofre em pó no solo, “e eles faziam isso perto da cerca, ao lado das casas” (informação verbal)<sup>42</sup>. Numa comunidade chamada Km 69, o repórter constatou a contaminação:

<sup>40</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>41</sup> Del Monte Fresh Produce é uma multinacional voltada à produção, distribuição nacional e exportação de produtos hortícolas frescos e frutas processadas desde 1982. No Brasil, implantou sua primeira fazenda de produção de bananas em 1998, no Vale do Assu (RN). Logo em seguida, expandiu para a região de Quixeré (CE) e Limoeiro do Norte (CE), com fazendas de melão, melancia, abacaxi, banana e coco verde (informações disponíveis em: <http://delmontebrasil.com.br/quem-somos/>).

<sup>42</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

(...) vi roupa no varal alaranjada, que é a cor do enxofre, o mau cheiro... Eu, que sou asmático, logo que cheguei senti falta de ar... E o que me doeu muito foi ver esse impacto nas pessoas, as crianças com o corpo ferido e eu perceber que aquela contaminação... É claro que a empresa sabia para onde o vento estava indo! Você tinha um horizonte infundo de terreno da empresa, mas eles fizeram isso perto da cerca mesmo, questão de dez metros das casas (informação verbal)<sup>43</sup>.

Para aquela pauta, a empresa jornalística adotou um procedimento diferente:

(...) o jornal decidiu mandar uma equipe pra região (com repórter, fotógrafo e motorista), sendo que ele já me tinha como uma equipe lá. Mas eu senti que o envio de representantes da redação era um tanto pra constatar, porque era uma coisa muito relevante (...) e foi bom porque, com o carro, pudemos ir a mais lugares (informação verbal)<sup>44</sup>.

Esta passagem inspira duas análises interessantes para se pensar, desde já, sobre como objetivação e subjetivação operam nas rotinas produtivas: primeiramente, é possível perceber nesta apuração *in loco* a afetação do repórter à questão central da qual resultaria Viúvas do Veneno. Segundo ele, as sensações que o episódio lhe causou (ter sentido falta de ar, visto as roupas sujas e as feridas nas crianças) estimularam a continuidade da pauta, reforçando a importância de o jornalista “abrir os poros da sensibilidade para que os impulsos afetuosos da não razão sacudam a razão arrogante” (MEDINA, 2014, p.44).

Outro ponto de destaque, nesse sentido, é a centralidade do corpo nos processos produtivos jornalísticos (sobre a qual já tratamos no capítulo metodológico). Reportar acontecimentos reais, narrar a história humana, demanda mente e corpo. E a porção que cabe ao corpo, do repórter e das fontes, na experiência, desde a gestação da pauta ao nascimento da reportagem, nem sempre é considerada/estudada. Mas o corpo está presente: sofrendo com as intempéries das dinâmicas trabalhistas do jornalismo, comungando do contato com o outro, justificando e ressignificando, muitas vezes, a ida a campo e a relevância da pauta. O jornalismo é, entre outras coisas, uma experiência sensorial. Nesse caso, cabe recordar o conceito de alfabetização afetiva de Luis Carlos Restrepo (*apud* Medina, 2008): permitindo-se ir a campo com olfato, tato e paladar (não apenas com visão e audição), promove-se a ser humano em relação.

Por outro lado, interessa-nos também observar as decisões do narrador-jornal diante das oportunidades e dos riscos suscitados pela pauta. Enviar uma equipe, nesse caso, implicou ampliar a apuração, mas também deter mais controle sobre ela, evitando ou dirimindo críticas, o que, segundo Tuchman (1999), é uma das principais justificativas à objetivação das práticas

<sup>43</sup> Entrevista concedida por MELQUIADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>44</sup> *Ibid.*

jornalísticas; e, de acordo com Biroli (2007), um dos motivos para a consolidação dos manuais objetivados nas redações. Assim, se, por um lado, a ampliação da equipe resultou em mais estrutura para ir a outras localidades e sentir ainda mais o acontecimento (afetar-se ainda mais por ele), por outro, foi também uma forma de garantir certa segurança jurídica, inclusive, demandando a um profissional contratado do jornal a responsabilidade pela pauta, já que Melquíades não possuía ainda vínculo empregatício com o Diário do Nordeste.

Após a publicação desta reportagem, em setembro de 2004<sup>45</sup>, a rede de contatos do repórter aumenta. Em 2007, Melquíades conhece Maria e Valderi Rodrigues, que protagonizam a primeira reportagem sobre viúvas, que analisaremos mais adiante.

Teve um protesto no Dia Internacional da Mulher, na Chapada do Apodi, e por conta das fontes que eu já tinha (e que cultivo até hoje), eu sempre ficava sabendo antes. Naquela noite, eles me avisaram: ‘Melquíades, a gente vai subir a Chapada às 3h da madrugada e vai interromper a subida dos trabalhadores’. Então você imagina que são cinco mil trabalhadores e que um dia da Chapada do Apodi parada é prejuízo de um milhão [de reais]. Nesse dia, foram mulheres, um ônibus cheio delas (foi um negócio de arrepiar, eu lembro até hoje!), tocando fogo em pneus. E o Valderi e a esposa estavam lá (informação verbal)<sup>46</sup>.

Mais uma vez, é possível relacionar elementos do especial (neste caso, o encontro com aquela que seria a primeira viúva retratada na série) a coberturas afetivas ao repórter, que lhe marcaram a carreira jornalística, e à corporeidade (o arrepiar de Melquíades, durante a cobertura e no momento em que recorda a passagem). O acompanhamento à vida daquele casal renderia outras matérias, que, aliás, ajudam a perceber como o jornalista redireciona objetivação e subjetivação também entre suportes.

Desde a criação da sucursal em Limoeiro do Norte, o conteúdo produzido por Melquíades era publicado no jornal impresso e no blog Diário do Vale do Jaguaribe, hospedado no portal do veículo. Analisando as matérias produzidas e as postagens do blog, percebem-se pequenas (porém relevantes) diferenças. Ambas eram orientadas por acontecimentos factuais e traziam marcas de objetivação (como a presença de *lead* e o uso de *aspas*). No entanto, as do blog possuíam mais marcas de subjetivação, como textos escritos em primeira pessoa e descrições ‘de bastidores’ da reportagem, numa clara adoção das impressões do repórter como provas auxiliares.

<sup>45</sup> BARROS, Evelane; MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. **Famílias reclamam de contaminação**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 set. 2004. Disponível em: [http://servicos.prt7.mpt.gov.br/mpt\\_na\\_midia/2006/setembro/25\\_09\\_06\\_DN\\_agrotoxicos\\_contaminacao.htm](http://servicos.prt7.mpt.gov.br/mpt_na_midia/2006/setembro/25_09_06_DN_agrotoxicos_contaminacao.htm). Acesso em: jul. 2016

<sup>46</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).



Além disso, o conteúdo do blog revela outra vertente de subjetivação: a parcialidade. Na pesquisa de Tuchman (1999), os repórteres por ela entrevistados relacionaram imparcialidade à apresentação de provas conflituais. Segundo ela, “ao apresentar tanto a versão A (...) quanto a B (...), o jornalista pode, então, reivindicar que está a ser objectivo, pois apresenta ‘os dois lados da questão’ sem favorecer qualquer indivíduo ou partido político” (p. 79). No caso das postagens de Melquíades (mais do que no impresso), ainda que ele abra espaço para as empresas de agrotóxicos, percebe-se no texto um tom de denúncia, em favor dos trabalhadores rurais. Essa distinção fica clara em dois conteúdos produzidos sobre o caso de Valderi. No primeiro, para o jornal impresso, o repórter menciona a luta do trabalhador rural para se aposentar.

O agricultor José Valderi Rodrigues, de Limoeiro do Norte, briga na justiça para conseguir aposentadoria por invalidez, após perder parte da perna direita por uma infecção que, segundo os médicos que amputaram o membro, teria sido causada por uma substância contida nos agrotóxicos que ele jogava na plantação. A empresa, que nega qualquer responsabilidade no caso, não teria fornecido Equipamento de Proteção Individual (MELQUÍADES JÚNIOR, 2008<sup>47</sup>).

Já na postagem do blog, feita em 2011, Melquíades divulga uma foto ainda inédita, tirada no mesmo dia de apuração da matéria de 2008, e descreve:

A foto ao lado eu fiz meses antes da morte de seu Valderi. Ele foi contratado de forma temporária e emergencial para fazer a aplicação de agrotóxicos na plantação de banana de uma grande empresa agrícola. Não havia Equipamentos de Proteção Individual (EPI) suficientes para todos, então em uma das aplicações contaminou-se um dos dedos do pé, depois o pé, em seguida metade da perna, depois a perna inteira, depois a outra. Valderi morreu. A empresa alegou que não tem qualquer responsabilidade sobre a doença. Alegou que o trabalhador rural sofria de diabetes, que seria a causa do mal que o atacou. Laudos médicos atestam o contrário. Até hoje a família do trabalhador briga na justiça por direitos que lhe teriam sido negados (MELQUÍADES JÚNIOR, 2011<sup>48</sup>).

A distinção de abordagem a que mencionamos se indicia a partir de algumas marcas textuais. No impresso, a fonte é apresentada como “o agricultor José Valderi Rodrigues”; no blog, “seu Valderi”. Na matéria de 2008, o jornalista resume o acontecimento fatídico a “perder a perna direita por uma infecção”; na postagem de 2011, detalha a *via crucis* do corpo: “um dos dedos do pé, depois o pé, em seguida metade da pena, depois a perna inteira,

<sup>47</sup> MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. **Agrotóxico é usado de forma indiscriminada no Ceará**. Diário do Nordeste, Fortaleza, 29 abr. 2008. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/agrotoxico-e-usado-de-forma-indiscriminada-no-ceara-1.724692>. Acesso em: jul. 2016

<sup>48</sup> MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. **Centro de Referência da Saúde do Trabalhador será implantado em Limoeiro**. Diário Vale do Jaguaribe [Blog Internet]. Limoeiro do Norte: 19 set.2011. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/valedojaguaribe/sem-categoria/centro-de-referencia-da-saude-do-trabalhador-sera-implantado-em-limoeiro>. Acesso em: jul. 2016.

depois a outra”. No primeiro excerto, mune-se de citação indireta dos médicos para relacionar o ocorrido ao uso de agrotóxicos: “segundo os médicos que amputaram”, e, através da conjugação do verbo, abre o precedente da dúvida à empresa agrícola: “não **teria** fornecido EPI”; no segundo, no entanto, o repórter afirma que a contaminação do trabalhador se dá, sim, durante a aplicação de agrotóxicos (atividade, aliás, fruto de uma contratação ‘temporária e emergencial’, reforçando o descuido da empresa responsável). Além disso, as marcas de estilo, como o uso frequente de pontos-finais na postagem do blog, são também indícios de uma abordagem distinta, que ensaia, em menor proporção, o que seria Viúvas do Veneno dois anos depois (como perceberemos durante a análise da narrativa textual).

As matérias do repórter sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos, tanto no blog quanto no impresso, intensificam-se em decorrência principalmente da morte dos agricultores e da divulgação de pesquisas sobre o tema. Curiosamente, o contato com os estudos científicos afetou Melquíades tanto quanto as conversas com os agricultores, tornando-se fio condutor para o acompanhamento intensivo do repórter, como se a narração das histórias de dor e indignação das famílias dependesse da credibilidade da ciência para chegar com mais autoridade às páginas do jornal (lógica bastante presente ao longo das negociações entre jornalista e jornal).

Em 2005 ou 2006, não lembro ao certo, o município de Limoeiro apareceu em umas estatísticas de internação por intoxicação. Era assim um negócio absurdo mesmo, sei lá, se a média era 300 o de Limoeiro chegava a 1.100. Então, isso chamou atenção da Raquel Rigotto e de outros pesquisadores lá do Tramas, um núcleo ligado à faculdade de Medicina da UFC. Então, como as minhas matérias já divulgavam casos de pessoas contaminadas, eles se interessaram em saber se tinha algum nexos entre as duas coisas. E isso fez com que a Raquel mobilizasse uma equipe pra pesquisar em Limoeiro e, daí, começou a surgir essas fontes (informação verbal)<sup>49</sup>.

Como o repórter explica, as pesquisas realizadas em Limoeiro reforçaram no processo produtivo do caderno a resistência à compressão do tempo. O jornalista admite que a espera aos relatórios dos estudos e a construção de confiança com a Academia foram determinantes para o desenvolvimento do conteúdo.

Ela [Raquel Rigotto] me dizia muito isso: “Melquíades, a gente ainda tá estudando, não dá pra eu te dizer nada ainda”. E eu insistia: “Mas me diga só o que pode ser dito”. Então, nos dois primeiros anos, a minha relação com a Raquel, que é uma fonte muito importante nesse percurso, foi uma relação de se conhecer, de conquistar confiança (...). Mas também havia uma pressão muito grande do jornal,

<sup>49</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

que ficava me cobrando: “e aí, como é que tá? Tem alguma novidade?” Havia essa pressa pra se confirmar (informação verbal)<sup>50</sup>.

Essa passagem é interessante para perceber as dinâmicas entre narradores e como a apuração (especificamente a relação jornalista e fontes) é influenciada pelo tempo. No caso de *Viúvas do Veneno*, conta-se com pelo menos cinco grupos de fontes: os agricultores e suas famílias, os movimentos sociais, os cientistas, o governo e as empresas (produtoras e utilizadoras de agrotóxicos). Cada um deles com tempos de resposta e influências distintos, o que exigia do repórter estratégias de apuração idem (normativas e criativas). Com a ciência, Melquíades aprendeu principalmente sobre o tempo e também sobre como as fontes se influenciam entre si.

Depois da primeira matéria que fiz com uma fonte científica, divulgando que aquilo estava sendo estudado, chegaram burburinhos aqui em Fortaleza, e aí a disputa de forças começou a tentar interferir, sabe? E então a Raquel teve medo, ficou mais reservada, porque não imaginava a repercussão que teria. Quando ela viu aquilo tudo na capa do Regional, deve ter pensado: “peraí, eu tô com a imprensa. E não é local, vai pro Estado todo”. (...) Eles temiam que houvesse interferência no trabalho deles. Em que medida? Os pesquisadores faziam o pedido para entrar nas empresas e, se a instituição permitisse, eles conversavam com os trabalhadores. Então, temiam que as empresas achessem que a pesquisa tinha o intuito de necessariamente comprovar algo contra. Aí eu entendi muito o lado da ciência nesse momento, eu tinha uma pressão de dar respostas, eu também queria as minhas respostas, mas eu tive que entender que o tempo da ciência é diferente. Não foi uma conclusão rápida, não, foi um processo (informação verbal)<sup>51</sup>.

Entender o tempo de cada fonte tornou-se um desafio particular no processo de apuração do repórter. Além de lidar com a urgência das famílias e dos movimentos sociais, o recuar da ciência (a exigir parcimônia) e a pressa do jornal por atualizações (além de sua ansiedade pessoal, evidente quando diz: “eu também queria as minhas respostas”), precisou procurar alternativas para driblar a demora das empresas, com as quais acabou iniciando um distanciamento inevitável, revelando marcas de parcialidade justificada.

As empresas não me tinham como um inimigo, até então. Quando começou a intensificar essas matérias e quando começaram a ver que as informações científicas tinham muito mais espaço do que as deles (e não é só a questão de você dar mais espaço a um ou outro, é uma questão de informação. Se eles não têm mais elementos, eu não vou ficar repetindo o que já disse só pra ficar com a mesma quantidade de caracteres!) e aí quando eles perceberam que predominava no texto a

<sup>50</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>51</sup> *Ibid.*

interpretação dada pelas fontes científicas, acadêmicas (...), isso começou a gerar ruídos na nossa relação (informação verbal)<sup>52</sup>.

Melquíades relata que a dificuldade de receber retornos das empresas chegou ao ponto de ele precisar pedir a um colega jornalista que ligasse para a Fapija (Federação das Associações do Perímetro Irrigado de Jaguaribe e Apodi) a fim de conseguir respostas para suas matérias “porque se dissesse que era pra mim... eles achavam que era algo meu, era o Melquíades que estava perseguindo” (informação verbal)<sup>53</sup>, explicitando, desse modo e novamente, uma vertente de subjetivação dos processos: a personificação, a fusão jornalista-fonte/ jornalista-causa. Se a presença do sujeito Melquíades abria as portas das casas simples dos agricultores, garantindo-lhe um contato privilegiado com a dor e a luta daquelas famílias, por outro lado, como já revelado pelo repórter anteriormente, também lhe onerava a vinculação direta e pessoal à reivindicação de um grupo.

Entre 2010 e 2011, houve silêncio por parte de Melquíades e das demais fontes, sobretudo familiares e pesquisadores: a morte do líder comunitário Zé Maria<sup>54</sup> trouxe consigo mistério, revolta e temor. Apenas em dezembro de 2011, o jornalista posta no Diário do Vale do Jaguaribe notícia sobre o lançamento de um estudo da professora Raquel Rigotto (UFC) sobre o uso de agrotóxicos no Baixo Jaguaribe. No texto, o repórter aproveita para fazer um apanhado do que vem apurando e desabafa sobre os obstáculos inerentes ao processo.

Como é de conhecimento de muitos, o Caderno Regional do jornal Diário do Nordeste tem feito, ao longo dos últimos cinco anos, diversas reportagens, algumas delas ocupando um caderno inteiro, sobre problemas de uso indiscriminado e contaminação por agrotóxicos. As primeiras matérias feitas por este blogueiro que vos escreve se antecipam aos trabalhos de Raquel Rigotto, mas foi a partir dela e de dezenas de especialistas que o que um dia era reclamação da população transformou-se em comprovação científica.

Até hoje o assunto é polêmico, há conflitos (de ideias ou não) de todos os lados. Este repórter também não escapou de sofrer alguma pressão de segmentos que se sentiam (sentem) incomodados com as reportagens. É natural, até, que, por se dar um destaque às pesquisas científicas sobre o tema, os que discordam das comprovações de tais pesquisas reclamem de umas e outras reportagens. Mas sempre ouvindo os lados, sem deixar de esquecer que fato comprovado é mais abordado, o nosso trabalho continua, e na medida em que as pesquisas avançam fazemos um olhar crítico sobre elas (MELQUÍADES JÚNIOR, 2011)<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>53</sup> *Ibid.*

<sup>54</sup> Em novembro de 2009, graças às denúncias do líder comunitário Zé Maria, a Câmara de Vereadores de Limoeiro do Norte promulga uma lei que proíbe a pulverização aérea na região. Cinco meses depois, o agricultor é encontrado morto com 25 tiros. Um mês depois do homicídio, a lei é revogada.

<sup>55</sup> MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. **Livro com estudo sobre agrotóxicos na Chapada do Apodi será lançado quarta**. Diário Vale do Jaguaribe [Blog Internet]. Limoeiro do Norte: 13 dez. 2011. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/valedojaguaribe/sem-categoria/livro-com-estudo-sobre-agrotoxicos-na-chapada-do-apodi-sera-lancado-quarta/>. Acesso em: jul.2016.

Aqui, novamente, é possível entrever como a pretensa dicotomia objetividade/subjetividade transborda para além do texto, residindo também em embates fundantes da *práxis* jornalística. Melquíades, apesar de, diversas vezes, se valer de subjetivações, demonstra certa reverência à ciência ao afirmar que “o que um dia era reclamação da população transformou-se em comprovação científica” (MELQUÍADES JÚNIOR, 2011), colocando-a quase que em uma posição ‘redentora’ por sua neutralidade e imparcialidade aparentes.

Mais à frente, percebem-se no texto reforços a uma conduta objetivada por ele adotada, tanto em relação às possíveis críticas dos representantes das multinacionais quanto de outros pesquisadores: ‘sempre ouvindo os lados’, ‘fato comprovado é mais abordado’ e ‘fazemos um olhar crítico’ são alguns exemplos. Novamente, podemos fazer referência aos estudos de Tuchman (1999) sobre a adoção da objetividade como ritual estratégico para dirimir críticas/questionamentos.

Viúvas do Veneno é publicado um ano e cinco meses após essa postagem, logo depois da transferência de Melquíades para a editoria de Reportagem. Em 2012, ano em que deixa a sucursal de Limoeiro do Norte e se muda para Fortaleza, o jornalista já havia produzido um especial para a nova editoria (Excluídos, sobre povos indígenas)<sup>56</sup>. Fazer parte efetivamente da Reportagem o estimulou a iniciar um trabalho longo, mas necessário: compilar apurações anteriores, documentos, fontes e argumentos para convencer o jornal da importância de se reportar a questão dos agrotóxicos de maneira mais aprofundada. “Viúvas é um material que nasceu quase como uma conclusão (...) de um assunto” (informação verbal)<sup>57</sup> e que, portanto, precisava, segundo o jornalista, abarcar com certa amplitude tanto as pesquisas científicas quanto as histórias de vida. Naquele ano, após muitas negociações com a chefia do jornal (que chegou a derrubar algumas viagens do cronograma, como a ida de Melquíades a Mato Grosso – referência em agronegócio e histórias de envenenamento por agrotóxico), consegue permissão para uma viagem de 15 dias em busca de fontes.

<sup>56</sup> Em “Excluídos”(caderno produzido entre os anos de 2011/2012), Melquíades Júnior, ainda correspondente de Limoeiro do Norte, cava sua primeira participação na editoria de Reportagem. Neste caderno, já investe em uma apuração mais densa e em uma escrita com maior liberdade estilística (como nas páginas ímpares de Viúvas do Veneno). “Viúvas” é o segundo especial produzido pelo repórter para a editoria. Depois dele, Melquíades segue produzindo reportagens relacionadas a questões ambientais, como as secas no Nordeste e a vastidão do Rio Jaguaribe (em “Dossiê Seca”(maio de 2016) e “Jaguaribe – caminho das águas” (novembro de 2013), respectivamente), mas explora também pautas investigativas, como os esquemas de corrupção envolvendo o seguro defeso (em “Pescador de Mentira”(abril de 2015)) e as condições precárias dos ônibus escolares no interior do Estado (“(Des)caminhos da Escola”(junho de 2015)). Em 2016, as grandes reportagens (com mais páginas, investimento financeiro e tempo de apuração) são reduzidas e pulverizadas nos chamados Docs, cadernos especiais menores, produzidos em três semanas (em média) e por repórteres de quaisquer editorias.

<sup>57</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

A empresa jornalística, no entanto, exige que uma equipe da TV Diário (repórter e cinegrafista) vá junto, aproveitando a pauta para uma reportagem audiovisual. Assim, viajaram: Melquíades, a fotógrafa Valeska, o motorista e outros dois profissionais da emissora pertencente ao mesmo grupo de comunicação do Diário do Nordeste. Melquíades, como líder da equipe e produtor da pauta, decidiu ir primeiro às localidades mais distantes para, ao final, deslocar-se a Limoeiro.

Como eu já acompanhava os casos do Ceará, eu queria ir logo para o que eu não conhecia. (...) Além disso, acho que não fomos direto também porque só depois eu fui explicar pra equipe qual era a minha relação com Limoeiro, no sentido de ameaças, e aí eu disse: “olha, a gente tá indo para um território complicado, a gente vai combinar com muita precisão os lugares aonde a gente vai porque aqui morreu Zé Maria, aqui é assim, assim...” e fui dizendo. E todo mundo no carro calado, só ouvindo, e com medo, né? Eu não queria, por exemplo, que a gente corresse o risco de entrar no terreno de alguém sem autorização... porque isso já poderia trazer complicações para a pauta. Eu já fui preparando eles pra isso (...) Na verdade, eu estava com vários receios em começar por Limoeiro, e um deles era, inclusive, a pauta cair. Era justamente eu chegar lá, gerar esse burburinho, e o jornal mandar “volta”. Mas do jeito como aconteceu, a gente já tinha rodado o Nordeste, já tinha reunido muito material, então mesmo que ligassem pro jornal fazendo pressão, a gente tinha como dizer: “calma, vamo terminar, vai dar certo” (informação verbal)<sup>58</sup>.

Essas passagens são reveladoras, novamente, das dinâmicas entre as instâncias narrativas: no trabalho de campo, Melquíades não atuaria sozinho enquanto jornalista-jornal, como estava acostumado em seu tempo de correspondente. Ao contrário, respondia por uma equipe, tendo que, durante a viagem, ocupar-se de produzir, apurar, determinar rotas, procurar fontes e gerenciar um grupo com o qual nunca havia trabalhado até então. Além da ordem de integração da TV, advinda da empresa jornalística, é possível perceber, na escolha do trajeto, a influência dos demais narradores.

O temor de derrubada da pauta diz não só da pressão exercida pelo narrador-jornal, mas da influência das empresas de agronegócio, já que, segundo Melquíades dá a entender no excerto citado, uma ligação, por exemplo, da Fapija seria capaz de, no mínimo, ‘sacudir’ a pauta. Como adiantamos no capítulo metodológico, em concordância com Motta (2013), ainda que a influência dos narradores tenda a ocorrer do Primeiro (jornal) para o Terceiro (fonte), os jogos de poder entre instâncias hegemônicas são capazes de subverter essa ordem, fazendo com que, muitas vezes, certas fontes tenham igual ou maior influência junto ao narrador-jornal do que o Segundo-narrador (jornalista).

Nesse sentido, vale antecipar como a objetivação é resgatada pelo jornalista para

<sup>58</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

sustentar a pauta: mesmo com a viagem realizada e as entrevistas feitas, foi necessária uma certa pressão do jornalista para a publicação do material. Para tanto, valeu-se de uma importante atualização do tema: “A questão era: ‘o que teria de novo, se eu já falava tanto disso?’ Foi aí que mais uma pesquisa foi concluída, e dessa vez era um dado muito pertinente! O trabalho de mestrado em Medicina na UFC do doutor Luís, sob a orientação do doutor Ronald” (informação verbal)<sup>59</sup>. Na pesquisa, os médicos hematologistas Ronald Pinheiro e Luís Evandro, através de um longo trabalho de convencimento, conseguiram colher 43 amostras de medula óssea de trabalhadores rurais da Chapada do Apodi e, delas, 11 apresentaram alterações cromossômicas,

(...) que é o primeiro passo para as neoplasias, então é um dado brutal. Brutal. Derruba qualquer argumento (...). Essa matéria foi o que precisava pra amarrar tudo, porque é um dado muito relevante: alteração de cromossomos indica alto risco de câncer... E quem fez essa pesquisa? A UFC e o Hemoce, duas instituições respeitadíssimas. Por quase um ano. E aí esse foi o mote pra dizer: “ó jornal, vale a pena, eu tenho esse material, tenho essa pesquisa”. Isso e o fato de O Povo e a TV Globo já estarem interessados no tema. A cada matéria que saía, eu ficava mais tenso (informação verbal)<sup>60</sup>.

Os dados das fontes acadêmicas e a produção da concorrência tiveram grande influência na definição da data de publicação do material, indicando como a objetividade dos números e as negociações acabam servindo de alicerce para a difusão das histórias das famílias. Sobre a ocasião da defesa da pauta para sua editora e para o editor-chefe do jornal, Melquíades afirma que os relatos das viúvas, ainda que fossem considerados interessantes e relevantes, não continham o valor de novidade e de credibilidade das pesquisas científicas. Além disso, a *causa mortis* de muitos dos trabalhadores era contestada pelas empresas, que não a atribuíam diretamente ao uso de agrotóxicos. Nesse sentido, a existência de laudos e estudos médicos comprobatórios garantiu a viabilidade da pauta.

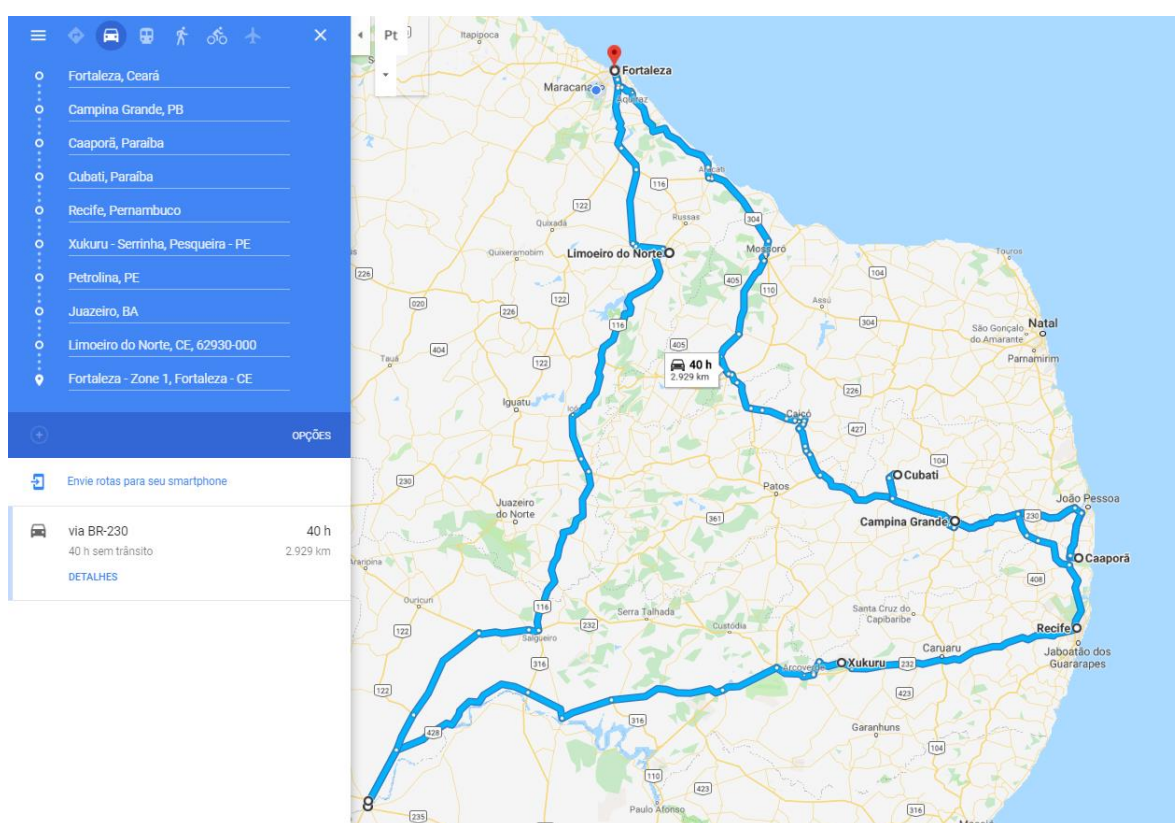
Fechando esse parêntese e retornando à apuração em campo, a equipe de reportagem, sob a liderança de Melquíades, fez o seguinte trajeto: saindo de Fortaleza (CE), deslocaram-se a Campina Grande (PB), onde se reuniram com a pesquisadora Sayonara Fook, do Centro de Assistência Toxicológica (Ceatox-PB); depois, a Caaporã (PB), localidade da viúva Sueli; e Cubati (PB), onde vive Marizaldo, viúvo de Rosália. Da Paraíba, seguiram para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em Recife (PE), e, juntamente com pesquisadores da instituição, visitaram a aldeia dos índios Xukuru, em Pesqueira (PE), e a residência de Pedro Gabriel e

<sup>59</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>60</sup> *Ibid.*

Luciana, em Ribeira do Ipojuca (ainda no território indígena). De lá seguiram para a Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina (PE), para conversar com a biofarmacêutica Chelda Bedor; e atravessaram a ponte para Juazeiro (BA), terra da viúva Helena. Ali, iniciaram o retorno ao Ceará, fazendo sua derradeira parada em Limoeiro do Norte (CE), onde entrevistaram Maria (de Valderi), Gerlene (de Vanderlei) e Lucinda Xavier (mais conhecida como Dona Branquinha, viúva de Zé Maria do Tomé, cuja reportagem foi derrubada).

Figura 2 – Trajeto da viagem realizada pela equipe de reportagem



Fonte: cartografia produzida pela pesquisadora a partir do Google Maps.

Durante a viagem, o trabalho com uma equipe maior do que a esperada por Melquíades trouxe obstáculos à apuração subjetivada por ele pretendida, perceptíveis em diversos momentos da entrevista, quando comenta, por exemplo,

(...) talvez eu devesse me habituar a isso, né, mas é que eu estava aqui fazendo uma pergunta, mantendo um tom de voz manso e tal e o cara da TV vinha com aquele “tomzão” dele, falando mais alto, e aquilo quebrava, sabe? E aí quando eu estava conduzindo a entrevista e chegando a alguns lugares, tinha ali umas bifurcações, por



conta do outro repórter. Eram perguntas pertinentes, sim, mas que eu talvez deixasse mais para o final, entende? (informação verbal)<sup>61</sup>

Se a desarmonia com a equipe de trabalho afetava negativamente a apuração, o contrário também se dava: a escolha da parceria traria, na perspectiva de Melquíades, resultados positivos ao processo. Ao falar da fotógrafa, o jornalista é enfático: “Valeska foi escolhida a dedo” (informação verbal)<sup>62</sup>. Curiosamente, no entanto, para justificar a escolha, vale-se de certa lógica objetiva:

A gente sempre fica acompanhando o que os fotógrafos fazem, no dia a dia do jornal, e comenta. E aí, a Valeska fez uma reportagem com o Fernando sobre seca. Aí, pô, eu passei dez anos escrevendo e fotografando seca. Lá vem mais uma matéria sobre seca. Mas a foto que a Valeska fez... me tocou. Eu conheço o sertão, e eu vi uma sensibilidade na foto... E eu falei pra Maristela: “olha, eu queria que fosse ela na minha equipe, ela vai saber dar o exato tratamento pra essa pauta” e foi. Deu certo. E, olhe, Valeska tinha acabado de se formar e de ser contratada, se eu fosse por isso, tinha dito: “ah, não! Vamos chamar os dinossauros!”, mas não, eu fui pelo trabalho (informação verbal)<sup>63</sup>.

Pode-se interpretar, a partir do discurso do jornalista, que, para ele, sua escolha foi justa por se ater ao trabalho da fotógrafa e não a afinidades pessoais ou preferências relacionadas a hierarquias e tempo de redação. No entanto, ao mesmo tempo em que Melquíades acredita ter sido ‘imparcial/neutro’ por se ater ao produto e não a quem produziu, agiu também movido de afetação pela imagem, não tendo sido, portanto, integralmente objetivo, como parecia pretender. Sobre isto, vale retomar o princípio de intersubjetividade de Bucci (2000): são sujeitos se decidindo por sujeitos com base em fotografias sobre sujeitos.

A sensação de desarmonia com a equipe de TV, no entanto, levou alguns quilômetros para ser desfeita. Esteve mais latente durante a apuração da história de Marizaldo. Sobre isso, interessante perceber que a mensuração da afetação do repórter pelas pautas passa pelo crivo da memória, expressa nas lembranças selecionadas durante a entrevista e a mim, pesquisadora, narradas. O repórter relatou com detalhes a visita a Marizaldo, mas recordou principalmente esses desajustes da equipe e o primeiro contato com a história de Rosália.

Segundo Melquíades, o acesso às fontes se dava muito em redes: os pesquisadores se indicavam e, estes, os agricultores. Também as pastorais e os movimentos sociais com os quais Melquíades mantinha contato alimentavam essa rede de narrativas. Mas como selecionar o que vai ou não para o especial? O repórter, em diversos momentos da entrevista,

<sup>61</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>62</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>63</sup> *Ibid.*

chega a nomear como ‘feeling’, ‘sentir a pauta’ ou ‘faro jornalístico’, mas se preocupa prontamente em tentar definir e categorizar esse atributo. Exemplifico: no caso de Rosália, esposa de Marizaldo, Melquíades chega à história dela com pouquíssimas informações, descobertas através de um buscador, na internet.

O texto da matéria que estava na internet não tinha detalhes, só tinha a CPT [Comissão Pastoral da Terra] como fonte e palavras-chave. Aí liguei pro CPT, disse que estava fazendo uma matéria sobre agrotóxicos, e me passaram um endereço... na verdade, basicamente só o nome de uma comunidade, porque nem eles tinham muitos detalhes. Aí descobri que a matéria da internet nasceu assim: houve uma reunião para discutir essa questão dos agrotóxicos em João Pessoa (PB), alguém da cidade da Rosália estava nessa reunião, aí abriram a plenária pra quem quisesse se pronunciar e essa pessoa contou a história da Rosália. Pessoal do CPT ficou sabendo, tentou pegar mais informações e isso, em algum momento, foi parar na internet (informação verbal)<sup>64</sup>.

Mesmo com poucos elementos, Melquíades incluiu, no projeto da pauta, o nome de Marizaldo como possível fonte, colocando-se “tão convicto da história de Rosália quanto em relação às outras, que já conhecia” (informação verbal)<sup>65</sup>. E assim justifica:

Não é bem um tiro no escuro... é um tiro naquele horário da tardinha, quando o sol tá começando a cair, sabe? (risos) Você vê, mas não vê. (...) Eu precisava assumir o risco porque alguma coisa me dizia... você vê as informações, conversa com pessoas, e atesta que aquilo está muito no caminho do que você vem apurando. Na medida em que você vai estudando sobre o tema da pauta, no meu caso os agrotóxicos, você vai adquirindo esse feeling, de perceber que histórias vão render ou não. Eu cheguei a descartar algumas. Mas nesse caso da Rosália eu senti que ia dar... Como é sentir? Veja só, tem uma base. Por exemplo, quando disseram que o marido dela trabalhava com produção de tomate, eu já pensei: “há muitos casos de envenenamento relacionados a plantações de tomate”, e também o tipo de veneno que era usado. Então, alguns casos eu acompanhava, mas outros eram histórias das quais eu sabia muito pouco (informação verbal)<sup>66</sup>.

Para o jornalista, o pouco contato prévio com a história é apenas um dos aspectos que pode tornar uma apuração menos subjetivada, não o único determinante. A falta de entrosamento da equipe, por exemplo, no momento da entrevista e durante a estada na casa de Marizaldo, segundo Melquíades, interferiu muito mais no processo<sup>67</sup>.

<sup>64</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>65</sup> *Ibid.*

<sup>66</sup> *Ibid.*

<sup>67</sup> Melquíades reforça esse argumento comparando com a apuração de Helena, em Juazeiro (BA): a equipe chegou à Helena praticamente sem informação alguma e, mesmo assim, a conversa rendeu, pois os profissionais já estavam um pouco mais entrosados. Já no caso da entrevista com o cacique Marcos, da tribo Xukuru, em Pesqueira (PE), o repórter até possuía dados de pesquisas realizadas na aldeia, mas a conversa não rendeu, não o afetou. É nesse sentido que se pode dizer da diversidade de razões possíveis para a construção de um texto mais subjetivado.

No caso da Rosália, o que foi que eu combinei [com a equipe]: “olha, nós vamos parar o carro algumas casas mais à frente, porque o carro é adesivado com a marca do jornal e chama logo atenção, e vai chamar gente pra lá. Não vamos fazer isso. Primeiro, eu vou conversar com eles e depois a gente chega com os equipamentos. Fiquem aqui de olho que, se eu der o sinal, vocês vêm. Se eu não der nenhum sinal, esperem eu chegar aqui no carro”. Só que aí, antes de eu sair na porta da casa, o carro vem e encosta, já colocando os equipamentos na calçada da casa. E aí tirou todo o processo, porque o cara estava muito reticente.

Para o jornalista, os procedimentos que compõem a sua técnica própria de entrevista são: chegar com discrição, apresentar-se, puxar uma conversa desinteressada, conhecer a casa, aceitar um café, fazer uma pré entrevista olhando nos olhos do entrevistado, utilizando um tom de voz brando, semelhante ao dele, aguardar os silêncios... e, só então, pedir para fazer fotos e vídeos, já que Valeska também estava fazendo registros audiovisuais para um possível material extra, multimídia, que seria disponibilizado na internet. Para a equipe de TV, no entanto, segundo Melquíades, os procedimentos eram outros: chegar, fazer a pré entrevista enquanto o cinegrafista monta o equipamento, gravar com o entrevistado, registrar imagens de apoio e sair. Durante as entrevistas para esta pesquisa, o repórter, em diversos momentos, critica procedimentos pouco empáticos adotados por profissionais de empresas de comunicação, relevando-se preocupado.

Tem esse problema, a gente já não tem mais tanto tempo pra fazer uma reportagem como tinha antes, mas se eu for olhar o tempo que eu tive com algumas pessoas da viúva, foi curto. Algumas pessoas eu só tive um dia de contato. E eu acho que falta, às vezes, em muitos de nós jornalistas, já que o tempo é curto, trabalharmos a nossa conduta. Tudo bem, 15 minutos é pouco tempo pra você conquistar uma pessoa, dependendo de quem vai falar, mas depende também de quem vai ouvir! (...) Poxa, a pessoa tá abrindo a casa pra você. “Bom dia!”. Diga pelo menos isso. Dê um sorriso. Se você não souber sorrir, pelo menos tente. As pessoas não sabem como chegar, não dão “bom dia”, e quando eu chego nos lugares... Eu me preocupo porque, olha, eu me sinto muito mal por não rolar empatia, aí as informações não saem direito, as pessoas podem se sentir violadas, há um abuso na reportagem, sabe? Só que, às vezes, ninguém percebe. O jornalista não se dá conta de que está violando o espaço do outro, porque ‘ah, o espaço do jornalista é onde ele quiser chegar’ e não é bem assim! (informação verbal)<sup>68</sup>

Noutra perspectiva, o repórter reforça que nem sempre se trata de se distanciar do entrevistado, respeitando a delimitação de espaços, mas o contrário: às vezes, a empatia pode se manifestar justamente no rompimento de fronteiras. Ao relatar as visitas feitas à casa de pessoas no interior – nas quais quase sempre a entrevistada (já que reforça acabar

<sup>68</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

entrevistando majoritariamente mulheres) oferece algo para beber ou comer, Melquíades insiste na importância de se aceitar a gentileza.

Ela precisava de um retorno. É o avesso do estar invadindo: você precisa entrar mesmo, pra pessoa não se sentir ofendida. Existem lugares em que se você não chegar pra dormir e ficar, você está ofendendo. Em outros casos, dependendo da pauta, eu falo mais de mim antes de escutar. Não de mim, da minha vida, mas falo o que eu acho, porque que eu tô ali, qual é o objetivo da pauta, e converso, converso muito com as pessoas, até pra elas entenderem porque eu me identifico com a luta delas, com a dor delas. Você precisa dar alguma coisa, entende? (informação verbal)<sup>69</sup>

Entendemos que tais atitudes, assumidas por Melquíades como verdadeiros procedimentos de apuração, estimulam a empatia entre repórter e fonte porque valorizam o princípio de alteridade na *práxis* jornalística: lê-se o outro como Outro – sujeito livre (no sentido de indômito), irreduzível, com quem o Eu-jornalista deve estabelecer uma relação de responsabilidade, exercendo assim uma conduta ética (LEVINAS, 2014). Além disso, reforçam a hipótese de atos de subjetivação relativos às rotinas produtivas, porque dizem de ações deliberadas desde o planejamento da pauta.

No caso de Marizaldo, o repórter acredita que seu modo de apurar acabou “preparando o terreno pra TV” (informação verbal)<sup>70</sup>. Por estar ainda desconfortável, o viúvo aceitou gravar com Valeska apenas em contraluz, sem se identificar, mas “depois, ele ficou tão à vontade com a nossa conversa que deixou a TV filmar com ele aparecendo, sem contraluz” (informação verbal)<sup>71</sup>.

As histórias ouvidas em Pernambuco também ajudam a recortar que fatores tenderiam a tornar as apurações menos subjetivadas. Em Recife, a equipe procurou a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e, juntamente com uma pesquisadora da instituição, pegou a estrada rumo ao aldeamento indígena dos Xukurus, em Pesqueira, a 215km de Recife.

A ideia de falar sobre agrotóxicos sendo utilizados em uma aldeia indígena se encaixava nos critérios de noticiabilidade construídos por Melquíades para aquele especial, já que tinha caráter de novidade e relevância: “eu, como um egresso das Ciências Sociais, na minha época da UECE, pensei: ‘poxa, se há um aldeamento, ainda há presença de tradição indígena e tal, mas apesar disso eles estão usando veneno? Interessante!’” (informação verbal)<sup>72</sup>.

---

<sup>69</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>70</sup> *Ibid.*

<sup>71</sup> *Ibid.*

<sup>72</sup> *Ibid.*

Contudo, apesar de acreditar na relevância da pauta, de ter estado em campo e entrevistado o cacique e moradores do aldeamento, a reportagem (posicionada às páginas 4 e 5 do segundo dia de especial), textualmente, tende muito mais à objetivação do que à subjetivação (como revelaremos na análise textual, no próximo capítulo). Questionado sobre isso, Melquíades assim interpreta:

Acho que isso se deu pela rapidez. Foi um dia que a gente amanheceu, foi pra Recife, de lá pra Pesqueira, ali foi falar com o cacique, que tava aquela coisa, de qualquer jeito... E depois encontrar essa outra história... Nessa conversa com o Pedro e a filha a gente passou, sei lá, umas duas horas só. E, naquela pauta, eu soube racionalmente as informações, assim, mas eu não senti... Como eu posso dizer? Sei lá, tudo aquilo me tocou racionalmente, eu entendi, mas sabe quando não vem aquela energia, sentimento mesmo, de lá pra cá? Talvez não me afetou como os outros me afetaram. Eu ouvi tanto quanto os outros, tá tudo ali, mas naquele momento não afetou (informação verbal)<sup>73</sup>.

Interessante notar a distinção que Melquíades faz entre saber ‘racionalmente as informações’ e se sentir afetado. A dicotomia revelada no discurso do jornalista remete à noção positivista de oposição entre o real e o quimérico, entre a precisão e a abstração, que “não tolera a intuição individual” (MEDINA, 2008, p. 21). Segundo Medina (2008, p.25), trata-se de uma herança ainda “poderosamente operante”. Diante da pauta, “os comandos mentais que conduzem a operação simbólica espelham a força da concepção de mundo positivista” (p.25).

Para a autora, é preciso, nesse sentido, “enlaçar razão e emoção”. Ocorre que nem sempre – por diversos fatores – a afetação/conexão repórter-fonte acontece. Como Medina (2008, p.47) pontua, entendemos que “o signo que acontece no processo de comunicação não se esgota nem nas intenções argumentativas da racionalidade instrumental nem na ilusão da eficiência fria das máquinas”, mas sim na “cultura da relação” (p.48). Contudo, essa cultura está alicerçada justamente no “estar afeto a” (p.48) e quando, por quaisquer motivos, essa afetação não se consolida, existe o entendimento racional do conteúdo da conversa, mas não catarse/ação transformadora – que qualificaria o diálogo possível (MEDINA, 1986).

Além da interpretação direta que o jornalista faz da não-afetação pela pauta, é possível confirma-la pelo modo como, durante a entrevista, refere-se àquele momento da viagem:

Quando cheguei, a pesquisadora me passou um artigo do trabalho dela e de lá seguimos pra uma localidade de... Salgueiro. Salgueiro? Não, não. Saboeiro também não é, Saboeiro é no Ceará. Acho que é Pesqueira, isso! Confere aí. (...) Quando

<sup>73</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

chegamos lá, procuramos o cacique, acho que o nome dele era Marcos. (...) Aí eu falei com o cacique... ele não foi muito simpático... (...) Falou de um senhor, que a filha dele tava com câncer, mas que ela até já tava bem. Chegando na casa, eu comecei a conversar com esse senhor... É Pedro, o nome? Acho que sim (informação verbal)<sup>74</sup>.

Como se pode notar, em diversos momentos, a memória do repórter vacila ao narrar sobre os bastidores dessa pauta, e pouco se demora em detalhes ou pontua o que lhe chamou atenção. A narrativa desse processo segue burocrática, assim como o texto da reportagem acaba soando.

Em resumo, a partir do que se pode interpretar do discurso do repórter, a compressão do tempo de apuração, a falta de informações prévias, a desarmonia com a equipe e a falta de afetação/conexão com o entrevistado (a sua história ou mesmo o ambiente da entrevista) são fatores que podem interferir no trato subjetivado dos acontecimentos, que culminaria em um texto menos subjetivado. No entanto, tais ocorrências não são por si só determinantes e dificilmente se dão de forma isolada. Além disso, uma vez solucionadas ou amenizadas algumas dessas intempéries, é possível, apesar das adversidades, fazer nascer um produto jornalístico mais subjetivado. É o que Melquíades dá a entender quanto à apuração da história de Helena, de quem não tinha nenhum conhecimento prévio.

O encontro com Helena foi fruto de uma empreitada da equipe, de porta em porta, cruzando a ponte entre Petrolina (PE) e Juazeiro (BA): “E olhe só: eu ainda não tinha o nome dessa reportagem, mas lá estava eu perguntando de casa em casa por histórias de contaminação por agrotóxico e encontrando mais uma viúva” (informação verbal)<sup>75</sup>.

E aí eu começo a conversar com ela sobre a história do marido, os sintomas... ele acordava com calor, às três horas da manhã tava tomando banho, porque estava com o corpo muito quente; aí foi pra Salvador, fazer tratamento, e a filha... Nossa, tem umas coisas tão massas que a filha gravou, o último depoimento dele... Emocionante mesmo. Essa senhora, eu lembro, ela estava muito durona no começo, sabe, mas, até falando um pouco sobre essa história de equipe, estávamos num momento em que todo mundo já tava fazendo tudo junto. (...) Ela foi bem segurona, mas no final ela se emocionou, quando eu pergunto como era o dia dela sem ele. Mas porque perguntar isso? Porque quando eu falo de agrotóxicos, eu não tô falando só de veneno, mas de um marido, um pai, uma pessoa da família que se foi. Então por isso é importante perguntar como é o dia sem a pessoa, porque dessa forma eu poderia mostrar o impacto do veneno não só pelos números, mas sim dizer “olha, o impacto é todo esse” (informação verbal)<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> *Ibid.*

<sup>75</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>76</sup> *Ibid.*

Em alguns trechos do relato, percebe-se como a apuração da história de Helena se distingue da dos índios ou mesmo de Marizaldo. Apesar do encontro ‘às cegas’, nascido sem nenhuma produção, a afetação de Melquíades pela história da viúva de Juazeiro está presente em seu relato, seja pela recordação de imagens do esposo narradas pela viúva (‘às três horas da manhã tava tomando banho’) ou pela emoção com os registros da filha de Seu Liba. Além disso, reforça sua conduta de valorização dos sujeitos durante a apuração quando justifica a pergunta que leva Helena a se emocionar: ‘eu não tô falando só de veneno, mas de um marido, um pai, uma pessoa da família que se foi’.

Outra diferença importante é o entrosamento da equipe, já mais alinhada do que nas primeiras entrevistas, como indica o trecho ‘estávamos num momento em que todo mundo já tava fazendo tudo junto’. Pode-se auferir, portanto, que apesar de alguns dos fatores acima elencados ainda estarem presentes – como o pouco tempo e a falta de informações prévias –, a resolução ou pelo menos a minimização de alguns deles permitem/estimulam, de certo modo, a manifestação de empatia entre repórter e fonte, garantindo uma experiência mais afeta e um texto com trato mais subjetivado.

Apesar das diferenças com a equipe, bastante pontuadas no início da viagem, Melquíades tinha consciência de que o sucesso da pauta dependia de uma equipe coesa e entrosada, reforçando, mais uma vez, a importância da co-construção (MOTTA, 2013) no processo produtivo jornalístico. E, para afetar sua equipe, valeu-se de nada menos do que de narrativas:

Eu estava acompanhando esse assunto há muitos anos. Eles não. Então eu estava lá super entusiasmado, podendo, a partir dessa reportagem, ampliar essa denúncia num grito muito maior. Eles não. Então, eu era quase um contador de histórias dentro desse carro, porque eu precisava que a equipe comprasse essa batalha, junto comigo! E pra que eles comprassem a pauta, eu precisava, durante a viagem, ir contando das matérias, das pessoas, das pesquisas. (...) E acho que, de todo modo, a equipe entrou de um jeito nessa viagem e saiu de outro. Depois de ouvir os relatos que nós ouvimos, as histórias todas gravadas, que envolvem mães, filhos, maridos, irmãos... não tem como você não sair diferente (informação verbal)<sup>77</sup>.

A apuração das sagas de Maria e Valderi, Gerlene e Vanderlei, Zé Maria do Tomé e Dona Branquinha, os casais de Limoeiro do Norte, se deu, portanto, ao final da viagem, já estando a equipe mais envolvida com a pauta e atenta às intempéries, como Melquíades ilustra:

---

<sup>77</sup> *Ibid.*

Mas porque foi bom dizer tudo isso, das ameaças? Porque quando a gente chegou em Limoeiro, já estava todo mundo “repórter investigativo”: “Melquíades, aquele cara tá ligando no rádio pra alguém” e eu dizia: “é, daqui a pouco vai chegar aqui alguém de moto, pra saber o que a gente quer...” Então, já estava todo mundo ligado. E, pra todos os efeitos, estávamos fazendo matéria sobre produção agrícola. Porque senão iam dar um jeito de que eu sáísse de lá. Naquele momento, depois da morte do Zé Maria e das matérias que eu já tinha feito... quaisquer laços já estavam desconstruídos. Estava tudo desconstruído pra mim, as fontes oficiais... as portas estavam fechadas (informação verbal)<sup>78</sup>.

É possível perceber como o repórter adiciona ao processo de apuração o elemento da tensão. Nesse caso, os riscos de repressão – desde a censura da pauta ao perigo físico corrido pela equipe – se tornam fatores também determinantes nas decisões de tempo de permanência na pauta, de fontes a serem ouvidas e de locais a serem visitados (inclusive a ordem desses lugares). A falta de comunicação da equipe ou de entrosamento poderia causar prejuízos não só à pauta, mas aos sujeitos nela envolvidos. Ao dizer que ‘tudo estava desconstruído’ e que ‘as portas estavam fechadas’, o repórter entende que, naquele momento, ainda que representasse um veículo hegemônico e de massa como o Diário do Nordeste, pagava o preço do seu principal ato de subversão/contra hegemonia: o agendamento midiático do uso abusivo de agrotóxicos.

A passagem por Limoeiro do Norte foi breve. Além das limitações acima citadas, as fontes residentes ali já eram acompanhadas por Melquíades há muitos anos. A parada, portanto, foi necessária muito mais em função das fotografias e filmagens. O encontro *in loco* com as ‘viúvas de Limoeiro’, como o repórter nomeia Maria, Gerlene e dona Branquinha, no entanto, foi importante não apenas para a costura final dos textos, mas para o ‘empalavrar’ das mulheres, algumas delas ainda convalescentes da afonia do luto. Na entrevista de Gerlene, por exemplo, Melquíades saíra com a sensação de ter mediado um diálogo inédito.

Se não era aquela a primeira vez em que algumas daquelas mulheres estavam pensando sobre o que eu perguntei, era a primeira em que estavam falando. Falando alto. Porque, às vezes, a gente até pensa sobre aquilo, mas cala o pensamento. Exemplo: a Gerlene, no meio da entrevista, começa a se perguntar... Sabe aquela coisa do “se”? “Se tivesse feito isso, se tivesse feito aquilo...” aí ela fala isso e a mãe intervém: “Mas Gerlene, não adianta pensar assim!”, isso era a mãe dela, ela e o filho na mesma sala durante a entrevista. E me pareceu que elas nunca tinham tido aquele diálogo antes (informação verbal)<sup>79</sup>.

<sup>78</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

<sup>79</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista IV. [jul. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (146 min.).



Dona Maria, a mais ‘faladeira’ das três, de acordo com Melquíades, tornou fácil o processo de entrevista. Já havia ali um laço de confiança consolidado entre repórter e fonte, que se coaduna com a noção de diálogo possível (MEDINA, 1986), quando as fronteiras entrevistador-entrevistada se borram.

(...) a dona Maria é uma pessoa excelente. Ela é daquelas, como é que a gente pode dizer... faladeiras mesmo! E isso é muito bom pra quem precisa ouvir. Você ter alguém que vai falar muito e não só isso, é a qualidade da fala, a sinceridade, a fala espontânea, é a entrega. E olhe que interessante: no caso das outras viúvas, eu tinha como saber da perspectiva de outras pessoas (parentes, amigos, vizinhos...), no caso dela, não. Porque os filhos moravam longe, eles dois não tinham outros parentes, então só ela poderia me contar e olha que bom, que compensador. Ela é que acabava me falando das outras pessoas, muitas vozes vinham dela. Então, eu não tinha acesso, mas ela me contava (informação verbal)<sup>80</sup>.

A fala do repórter aponta para uma leitura interessante sobre a dinâmica entre narradores: a perspectiva de que também a fonte se assume repórter de si mesma, apurando sua própria história, selecionando fatos, hierarquizando informações e fazendo da sua fala uma narrativa polifônica, na medida em que insere o que Melquíades nomeia como ‘sujeitos transitórios’.

Por exemplo, uma amiga que perguntou pra dona Maria porque ela não largava o marido... enfim, dando a entender que o Valderi tinha se tornado um fardo ou algo assim, entende? Porque ela encarar esse fardo? E aí, olha que interessante, ela se fez perguntas na voz dessas outras pessoas que eu não sei se eu faria. Eu nunca perguntaria pra ela se o Valderi tinha se tornado um fardo. Então, se na minha construção já havia esse “sujeito transitório”, eu-narrador passeando, na própria fala dela também tinham esses outros “sujeitos transitórios”. Quando ela fala no lugar de outra pessoa e me responde ela traz esse outro sujeito pra conversa e amplia a minha leitura (informação verbal)<sup>81</sup>.

A descrição pormenorizada dos fatos e a reconstituição de cenas, marcas evidentes de subjetivação em textos jornalísticos, surgem, segundo Melquíades, justamente de conversas como essa, desfiada com Maria, como se quanto mais terreno a fonte desse para que o jornalista passeasse pela memória dela, mais viva se tornaria a tradução dessa flanação para o leitor, independentemente da linguagem utilizada ou do suporte.

O passeio, entretanto, custa caro aos sujeitos repórter e fonte, mesmo os que já se conhecem. Em alguns momentos da entrevista para esta pesquisa, o jornalista reforça que o “inquietava sempre o fato de que elas iam falar sobre algo que queriam esquecer... Sabendo

<sup>80</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista IV. [jul. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (146 min.).

<sup>81</sup> *Ibid.*

que nunca vão esquecer. E aí eu tentava colocar esse mesmo argumento a meu favor: elas nunca vão esquecer. E a fala pode ajudar” (informação verbal)<sup>82</sup>.

Recentemente, Melquíades voltou a manter contato com Maria para um possível segundo e longo capítulo da narrativa do casal: em 25 de junho de 2018, a indenização a Valderi foi finalmente paga pela empresa agrícola Banesa, batalha que se estendia desde o falecimento do agricultor, em 2008, e, portanto, há uma década. Também Gerlene teve decisão favorável em ação contra a norte-americana Del Monte e, pela primeira vez, a morte de um agricultor foi judicialmente reconhecida como relacionada à exposição prolongada a agrotóxicos. O repórter pretende retornar a Limoeiro do Norte durante as suas férias, em agosto de 2019, para uma nova entrevista com as ‘viúvas de Limoeiro’. Com as outras viúvas e com Marizaldo não teve mais contato, assim como com as pesquisadoras, apesar de procurar atualizar-se sempre que possível das descobertas acadêmicas quanto ao tema.

Tabela 4 – Instâncias narrativas presentes no percurso de produção/apuração

Vozes atuantes na construção da narrativa processual		
Jornal	Jornalista	Fontes
Editor-chefe	Melquíades Júnior	<b>Agricultores:</b> Zé Maria do Tomé e Branquinha; Maria e Valderi; Helena, Liberato e família; Gerlene e família; Sueli, Francisca e Suênia; Cacique Marcos Xukurú, Pedro Gabriel e Luciana; Marizaldo e Sueli.
Editoria Regional		<b>Movimentos sociais:</b> Cáritas Diocesana, Movimento 21.
Editoria Reportagem		<b>Ciência:</b> Raquel Rigotto (Núcleo Tramas UFC); Ronald Pinheiro e Luís Evandro (hematologistas); Sayonara Fook (Ceatox-PB); Chelda Bedor (Univasf); Glaciene Gonçalves (Fiocruz-PE);
		<b>Empresariado:</b> Del Monte, Fapija, Banesa.
		<b>Governo:</b> Município (Limoeiro do Norte), Estado; Órgãos reguladores: Anvisa.

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora.

Tabela 5 – Linha do tempo de produção/apuração e atos de objetivação/subjetivação

Atos de subjetivação/objetivação ao longo do processo de produção/apuração		
Ano	Acontecimento (s)	Atos
2004	Reportagem sobre contaminações no Km 69	<b>Adoção de impressões do repórter como prova auxiliar:</b> afetação do jornalista através do corpo, via presença <i>in loco</i> ;  <b>Controle da empresa jornalística (narrador-jornal) pelo envio de equipe:</b> fortalecimento da verificação dos fatos e resguardo jurídico à empresa;

<sup>82</sup> *Ibid.*

2005/2006	Início do contato com as fontes acadêmicas	<b>Resistência à compressão do tempo</b> (e enfrentamentos à empresa jornalística em função disso);  Demanda por <b>apresentação de provas auxiliares e verificação dos fatos</b> ;
2007	Protestos no Dia Internacional da Mulher (primeiro contato com Valderi e Maria)	<b>Reorientação das rotinas produtivas a fim de valorizar sujeitos:</b> acompanhamento aproximado às fontes da reportagem e reforço à afetação do repórter pelo tema;
2008 e 2011	Matérias sobre os casos de Valderi e Vanderlei / Lançamento do estudo de Raquel Rigotto (UFC)	<b>Parcialidade justificada:</b> jornalista sai em defesa do agricultor e promove enfrentamentos à empresa contratante de Valderi e às produtoras de agrotóxicos, ainda que, tecnicamente, faça uso da <b>apresentação de possibilidades conflituais</b> , ao publicar a versão das empresas;  Utiliza ainda o princípio de <b>verificação dos fatos</b> para fortalecer a <b>parcialidade</b> , a partir das publicações científicas;
2012	Pesquisas dos hematologistas (UFC) / Produção efetiva de Viúvas do Veneno	<b>Resistência à compressão do tempo:</b> definição de produção do especial se dá em função do tempo da publicação científica;  A publicação revela o <b>peso dos dados para definição/sustentação da pauta</b> , descartando, assim, a reorientação do valor-notícia;
2012/2013	Viagem com equipe de reportagem	<b>Imposição de equipe por parte da empresa jornalística, desalinhamento da equipe em campo, compressão do tempo e falta de empatia entre repórter e fonte</b> se revelam fatores que contribuem para uma apuração menos subjetivada. Por outro lado, a adoção de <b>procedimentos que valorizem o princípio de alteridade</b> estimula a empatia entre repórter e fonte.  <b>Riscos de censura à pauta e de ameaças à integridade da equipe também são aspectos considerados na tomada de decisões em campo</b> , interferindo no tempo de permanência e, algumas vezes, consequentemente, na construção de confiança e empatia entre repórter e fonte.
2012/2013	Visita à casa de Valderi e Maria, em Limoeiro do Norte	<b>Afetação da equipe</b> pela pauta através das narrativas ressuscitadas da lembrança do repórter;  <b>Corporeidade/sensibilidade no ato da apuração:</b> Melquíades reforça a importância do tom de voz no contato com a fonte e de reorganização das perguntas, durante a entrevista, para não quebrar o contrato de confiança/alteridade ali estabelecido.  <b>Atuação ativa do Terceiro-narrador:</b> Maria, ao incorporar outros sujeitos à sua fala, dá indícios de que é também repórter de si mesma, apurando, selecionando e reordenando fatos de sua história para só então narra-la ao jornalista.

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora.

#### 4.1.3. Escrita: “correntezas não olham para trás”

Apesar de as principais demandas atuais para profissionais jornalistas serem a multimídia e a capacidade de serem multitarefas (FIGARO, 2013), a qualidade da produção textual ainda aparenta ter impacto sobre a constituição da identidade jornalística e a valorização do profissional, como uma espécie de comodite do trabalhador-repórter. Segundo

Melquíades, seu estilo de escrita esteve, sim, entre os aspectos considerados na ocasião de sua contratação. Ao migrar para a editoria de Reportagem, no entanto, as mudanças nas rotinas produtivas também interferiram na sua produção textual.

Enquanto no Regional eu escrevia diariamente, na Reportagem eu passei meses sem escrever, a ponto de sentir saudades. O que também é uma grande mudança de rotina, você acostumado a escrever todo dia, todo dia, durante praticamente dez anos e depois você não saber mais nem quando vai ser a sua próxima matéria? É diferente, sim (informação verbal)<sup>83</sup>.

O repórter aponta como principal mudança da produção de notícias para a de reportagens a troca da “escrita diária por apuração diária” (informação verbal)<sup>84</sup>, em mais uma referência às transformações de temporalidades que se dão no interior das práticas discursivas (FAIRCLOUGH, 2016). A menor pressão de tempo para a escrita, no entanto, não é necessariamente uma vantagem, na perspectiva de Melquíades:

(...) Não sei se entra na conta da ansiedade, mas o fato de eu ter que escrever uma matéria que 13h tinha que estar pronta, me fazia sentar, escrever e pronto. Não é que eu não procurasse palavras, mas eu as encontrava mais rapidamente, talvez. Eu não sei até que ponto ajuda eu ter tempo pra procurar palavras. Às vezes eu tô escrevendo e penso: “poxa, se eu tivesse que escrever essa página pro Regional, já estaria pronta”. Então, na verdade, dizer que eu melhorei meu texto porque tenho mais tempo pra escrever... isso não é bem resolvido. Porque, às vezes, esse *deadline* é um impulso importante (informação verbal)<sup>85</sup>.

Para o jornalista, a dinâmica de horários da redação ainda é um obstáculo a ser batido, principalmente na etapa de produção textual.

A gente ainda vive num sistema de trabalho que, por mais que seja uma produção sua, autoral, a gente ainda precisa arregimentar aquilo numa carga horária e entre as quatro paredes da redação, como se realmente fosse preciso estar lá pra produzir. (...) Já tive situações de pedir pra não ir pro jornal pra poder ficar em casa escrevendo (informação verbal)<sup>86</sup>.

Os rituais de escrita também se insinuam como indícios de subjetivação no processo de redação. Para Melquíades, a lógica objetivada do ambiente de trabalho acaba constringendo o respeito a certos ritos de produção do repórter, que deixa de ser considerado trabalhador

<sup>83</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>84</sup> *Ibid.*

<sup>85</sup> *Ibid.*

<sup>86</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

intelectual para assumir um *ethos* de processador de informações<sup>87</sup> (MARCONDES FILHO, 2000).

Eu sou assim: se eu tenho uma página pra escrever, eu quero sentar e escrever até o fim, então eu tento manter uma concentração, ter o meu ritual de focar naquilo. Eu detesto parar e voltar, e isso acontece muito na redação. As pessoas vêm te perguntar coisas, toca um telefone, e aí eu acabo, sei lá, zerando o meu pensamento e preciso começar tudo de novo. É como se, imagina que você tá percorrendo um rio e você tá nessa correnteza (...) se eu olhar pra trás ou tentar parar, eu me perco ainda mais. (...) O pensamento tá indo, então eu preciso me manter nessa correnteza, manter o ritmo (informação verbal)<sup>88</sup>.

Ao descrever seu ritual de redação, Melquíades acaba por revelar outro problema relacionado à compressão do tempo de produção: a falta de envolvimento do repórter ao longo das etapas, que interfere inclusive na escrita.

Se eu escrever algo que não estudei, com o que eu não me envolvi, aquilo me soa estranho e atrapalha meu processo de escrita. Isso tem acontecido com frequência nos Docs. A gente tá escrevendo uma coisa atrás da outra, não tá havendo afeto com os assuntos e, se eu não tenho com eles, não vou ter com as palavras (informação verbal)<sup>89</sup>.

Os Docs a que o jornalista se refere são as reportagens especiais multimídia, produzidas por todas as editorias do jornal, de 2016 a 2018. Esse tipo de conteúdo costumava ter prazo médio de três semanas para produção, apuração, escrita e edição/diagramação, e era geralmente fragmentado em textos, fotos e vídeos. Interessante perceber como, nesse caso, os indicadores de subjetivação se aglutinam: segundo o repórter, a resistência à compressão do tempo garante o envolvimento do autor com a pauta, o que lhe permite, por sua vez, fazer certas afirmações ao longo do texto, promovendo a mescla entre o discurso do repórter e da fonte, num fenômeno de co-criação (MOTTA, 2013).

Eu estava muito seguro do que estava colocando ali porque tive tempo de envolvimento. Eram as minhas palavras, mas havia muito do pensamento do outro nelas e do meu pensamento, portanto o nosso. Eu parto do princípio de que a objetividade do jornalismo não é aquela do dicionário. Nós somos sujeitos e objetos do mundo. Eu não estou em um laboratório analisando cromossomos. Pra mim, isso é objetividade. No meu trabalho, o laboratório são as pessoas. É claro que há um limite e aí eu penso assim: eu me permito ser eu, desde que eu não seja mais do que o outro. O meu limite é o outro. Então se algo me afetasse e chegasse mais ao texto

---

<sup>87</sup> Para Ciro Marcondes Filho, no cenário contemporâneo de informatização das redações, as habilidades de narração, de reflexão ética e de apuração do repórter se tornaram menos importantes do que a capacidade de “dar conta das exigências de produção de notícias em tempo hábil” (MARCONDES FILHO, 2000, p.36). “[o repórter] deve ser uma peça que funciona bem, universal, ou seja, acoplável a qualquer altura do sistema de produção de informações” (p.36).

<sup>88</sup> *Op. cit.*

<sup>89</sup> *Op. cit.*

do que a afetação da Maria, então talvez eu tivesse deixado ali uma subjetividade mais do que a necessária. Por que a gente fala de objetividade, mas eu acho que o jornalismo precisa ter uma subjetividade necessária. (...) Nós afirmamos, sim, em matérias, a gente opina. Se eu estou vendo aquilo e se a minha função é ser instrumento, o que eu sentir vai passar ali. (...) O texto jornalístico tem uma objetividade que é subjetiva (informação verbal)<sup>90</sup>.

Nota-se, portanto, que o entendimento do repórter se coaduna com a intersubjetividade de Bucci (2000) e com a noção de co-criação de Motta (2013): o jornalista é também sujeito ativo na construção do discurso, mas, para Melquíades, não deve possuir o mesmo peso de protagonismo do que o narrador-fonte, ainda que seja o responsável por selecionar, inclusive, o conteúdo das aspas dos entrevistados.

Para dar vazão ao farto conteúdo reunido a partir das fontes, Melquíades optou por, no processo de edição, adotar uma lógica dicotômica na divisão dos cadernos. Dedicou o espaço das páginas pares às pesquisas acadêmicas e aos argumentos das empresas de agronegócio e, nelas, fez uso de uma linguagem mais objetiva – enxuta de adjetivações, com maior incidência de números, sem mescla de discurso entre narradores. Na estrutura das reportagens mais subjetivas, situadas às páginas ímpares, no entanto, pirâmide invertida, *lead*, ou quaisquer formatos de estruturação jornalísticos que estimulem informações rápidas e automatizadas foram dispensados. Impressões como dor, angústia e indignação transbordam nessas páginas a partir do relato do repórter que, por vezes, confunde sua voz com a das fontes.

Se a mescla entre narradores é um elemento perceptível na escrita das matérias mais subjetivas, posicionadas à direita, nas mais objetivas a principal marca de subjetivação é a parcialidade justificada, assim explicada pelo autor do especial:

Eu acho que não posso só considerar o que sai na minha reportagem e no jornal em que eu trabalho. Eles [as empresas produtoras de agrotóxicos] já tinham comprado as rádios, canal direto dos colonistas, eles já tinham voz. Se eu não considerasse esse contexto, não perceberia que, na verdade ao dar um aparente espaço a mais para a ciência, eu estou dando apenas o espaço que ela não teve nos outros meios. Por exemplo: “Del Monte informa a hora certa”, lá na rádio do interior... essa rádio não lia mais nem as minhas reportagens, não quando eram sobre esse tema. Eu tentava inserir as ‘Viúvas’ num contexto maior de publicidade do agronegócio, entendendo esse contexto. Se viessem me questionar sobre eu estar dando mais espaço às famílias e à ciência, eu só poderia dizer: “mas as empresas têm voz há muito tempo”. É uma escolha de compensar (informação verbal)<sup>91</sup>.

<sup>90</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>91</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

Ao reconhecer o contexto em que se assenta a reportagem, a fala do repórter se relaciona com a percepção de que as práticas discursivas se constituem num espaço de disputas hegemônicas (FAIRCLOUGH, 2016). Por isso, o posicionamento político do narrador-jornal, o projeto editorial e as relações comerciais interferem nos caminhos da narrativa (MIGUEL; BIROLI, 2010). Para lidar com essa interferência, Melquíades buscou credibilidade nas pesquisas acadêmicas, reforçando que, apesar da parcialidade presente e das resistências, ainda são perceptíveis lógicas objetivadas no conduzir das rotinas produtivas do repórter, sobretudo pelo temor às críticas (TUCHMAN, 1999).

Tuchman (1999) sugere que a separação dos conteúdos mais subjetivos em espaços específicos do jornal se constitua como um recurso objetivo, para conferir ao periódico uma imagem de imparcialidade – levando a “notícia de análise” (p.84) para um local específico, distante do conteúdo puramente informativo. Mas, neste caso, a decisão de destinar as histórias das viúvas para as páginas ímpares pode ser interpretada também como estratégia de subjetivação do repórter (e autorizada pelo narrador-jornal), durante o planejamento do caderno, para evidenciar os testemunhos, como se dissesse ao leitor: ‘agora, silenciemos os dados estatísticos e mergulhemos nos sujeitos’ (ainda que essa determinação de valorização não se estabeleça na capa do jornal daquele dia, por exemplo. A edição do dia 17 chama o caderno especial com a imagem de um agricultor pulverizando um campo – vide apêndice A).

Neste caso, ao confrontar os discursos empresa e ciência nas mesmas matérias e deixar o testemunho das viúvas para outro espaço do caderno, pode-se estabelecer uma leitura dúbia, objetiva e subjetiva – se, por um lado, a separação parece destacar o conteúdo subjetivo, por outro pode sugerir que apenas a voz do narrador-academia é capaz de ‘enfrentar diretamente’ a hegemonia do narrador-empresas.

Quanto a isto, Melquíades entende que, no fim das contas, quando as pesquisas científicas, também produzidas por sujeitos, amplificam as vozes dos trabalhadores rurais, assumindo lugar de enfrentamento na batalha discursiva com as empresas de agronegócio, a objetivação da separação de conteúdos é, de fato, reorientada com vistas à valorização dos sujeitos: usam-se os dados em função das pessoas.

(...) talvez exista um rio bem grande entre a parcialidade e a não imparcialidade. E acho que é disso que se trata nas ‘Viúvas’. Primeiro, porque quando estou sendo parcial parece que eu estou querendo favorecer um e necessariamente prejudicar outro, e não é isso. (...) Às vezes, para garantir a pluralidade, você precisa dar 80% pra um e 20% pra outro. A compensação é isso, você combate a desigualdade com

uma outra desigualdade (informação verbal)<sup>92</sup>.

Tais enfrentamentos, assumidos na mancha gráfica pelo narrador-jornalista, no especial e em matérias anteriores a ele, geram, no seio dos processos produtivos e no ambiente de redação, certo desgaste ao jornalista. De acordo com Melquíades, a cobertura extensiva do tema só foi possível até o lançamento de Viúvas do Veneno. Antes disso, inclusive, a morte de Zé Maria e o julgamento dos suspeitos pelo seu assassinato já tinham se tornado pautas difíceis de emplacar.

Na morte dele [Zé Maria], o jornal O Povo, por exemplo, chegou a dar uma manchete de capa, coisa que nós não fizemos. E começou a dar espaço para esse assunto, a pautar os desdobramentos da morte, as investigações... Então, o que aconteceu foi que ele era a minha fonte exclusiva e tudo, mas depois da morte, o jornal já não queria que eu falasse disso. (...) Se torna um problema. Quando eu vi que o jornal não tava mais dando espaço pra morte do Zé Maria, era como não estar dando espaço a mim, e cria-se aí uma dúvida complicada: que é não saber se o jornal está comigo, pra algo que eu preciso ter o mínimo de segurança, o mínimo de respaldo (informação verbal)<sup>93</sup>.

A repercussão negativa da primeira edição do especial, lançada no dia 17 de abril de 2013, gerou constrangimentos ao repórter, chegando inclusive a derrubar textos do caderno, mesmo com o material já rodado.

A maior prova disso foi a derrubada da página que contava a história do Zé Maria. O fechamento do Regional é às 15h, e ela foi derrubada às 14h. Era a capa do último dia, com o depoimento de dona Branquinha. Aconteceu que o acusado de ser mandante da morte do Zé Maria veio aqui, na redação. E foi depois disso que a página foi derrubada. O mandante da morte, acusado pela polícia, veio aqui. (...) Eu não o vi. As pessoas me disseram. Foi assim: quando ele chegou, eu estava nos fundos da redação, no setor de Fotografia, e mandaram me avisar que eu não entrasse na sala de reuniões, que eu não fosse lá. Ele veio aqui com uma pessoa, muito amiga da família Queiroz. Ele não tinha influência, mas essa pessoa tinha. E aí essa matéria caiu. O que ela dizia? Ela não dizia muita coisa! Era mais um peso simbólico. Não havia nada que eu não já tivesse dito em outras matérias: pulverização, ameaças. Eu mesmo já tinha escrito matérias sobre o processo de julgamento e não tinham caído, mas pelo visto é diferente você ter uma matéria de três mil caracteres no dia a dia do Regional e, de repente, sair algo sobre o assassinato do Zé Maria num especial, com a viúva dele relatando (informação verbal)<sup>94</sup>.

Segundo Melquíades, as pressões à derrubada da página podem ter ocorrido também em consequência do uso de um recurso gráfico de antecipação das capas, no primeiro dia do

<sup>92</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista I. [jan. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (117 min.).

<sup>93</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (43 min.).

<sup>94</sup> *Ibid.*



especial: “A gente publicou já na primeira edição as capas das três, no canto da página. E a capa do terceiro dia era a viúva do Zé Maria. Então, eu penso que eles viram, até porque o texto de abertura também faz menção ao Zé Maria” (informação verbal)<sup>95</sup>. A prova da derrubada da página ainda pode ser vista nas edições rodadas (como revela a figura abaixo). O título da matéria derrubada ainda pode ser lido: “Disparos da violência e os gritos por justiça ambiental”.

Figura 3 – Peças gráficas publicadas em 17 e 19 de abril, primeiro e segundo dias de publicação do especial, com foto da viúva de Zé Maria no último dia;



Fonte: Diário do Nordeste, 2013. Montagem produzida pela pesquisadora

Figura 4 – Quadro editado, publicado no último dia de especial;



Fonte: Diário do Nordeste, 2013. Montagem produzida pela pesquisadora

<sup>95</sup> Entrevista concedida por MELQUIÁDES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (43 min.).

Nesse contexto, ainda que a reputação de Melquíades, o conhecimento dele sobre o assunto e as certezas sobre o que estava escrito na página fossem incontestáveis, na negociação entre a empresa jornalística e os críticos ao caderno, a história de dona Branquinha, a viúva de Zé Maria (que aqui interpretamos como uma representação de discurso contra hegemônico) foi silenciada.

Tabela 6 – Atos de objetivação/subjetivação em escrita/edição

Atos de subjetivação/objetivação ao longo do processo de escrita/edição	
Passagens	Indicadores
Mudança do jornalista para a editoria de Reportagem	<b>Resistência à compressão do tempo e reorientação das rotinas produtivas:</b> troca de escrita diária por apuração diária (não necessariamente entendida pelo jornalista como uma mudança positiva).
Escrita no ambiente de trabalho da redação	<b>Enfrentamentos a/negociações com a empresa:</b> o repórter resiste na manutenção de um ritual de escrita, buscando alternativas (ainda que seja pedir para escrever em casa);  <b>Compressão do tempo</b> como impedimento à <b>adoção de impressões do repórter:</b> afetação do autor ao tema facilita e estimula o processo de escrita/edição, e permite a <b>mescla de discursos entre narradores</b> (co-construção);
Construção das matérias mais objetivas/ Trato dos dados científicos/ Página derrubada	<b>Parcialidade justificada:</b> autor adota a noção de “compensação” à hegemonia das empresas de agronegócio, não sem gerar <b>enfrentamentos à política editorial do jornal</b> e perseguições específicas ao jornalista;  Ao mediar os discursos das pesquisas científicas e das empresas de agronegócios nos textos das páginas pares (mais objetivos) e separar o relato das viúvas, <b>atende ao indicador de objetivação que versa sobre a separação de conteúdos subjetivos.</b> No entanto, a divisão, neste caso, também pode ser interpretada como <b>valorização dos testemunhos das fontes</b> , já que foram posicionadas nas páginas ímpares.

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora

Adiante, na etapa textual, veremos como os conceitos de subjetivação e objetivação são operados no interior dos textos jornalísticos, a partir de análises empreendidas página a página, nos três dias de especial.

## 4.2. Marcas do entalhe: análise textual

### 4.2.1 Edição do dia 17 de abril de 2013

#### a) Capa do jornal

Analisar a chamada do especial na capa do jornal ajuda a entender sobretudo a presença do narrador-jornal e a sua intencionalidade em relação ao produto jornalístico que está sendo vendido ali, na sua ‘vitrine texto-gráfico-visual’. Ainda que a foto de chamada do especial ocupe mais da metade da capa (aliás, da primeira metade e, portanto, em local de destaque),

não se pode afirmar que a forma do jornal – a estrutura formal do projeto gráfico – tenha sido alterada em função do caderno, a fim de lhe dar destaque.

Figura 5 – Capa do jornal – dia 17 de abril de 2013

Em defesa da sociedade

FORTALEZA, CEARÁ - QUARTA-FEIRA - 17 DE ABRIL DE 2013 - ANO XXXII - N. 11.205 - R\$ 2,00

# Diário

do Nordeste

FUNDADOR EDSON QUEIROZ  
www.diariodonordeste.com.br

**FANI POSA E DESABAF**  
A ex-BBB Fani faz ensaio ao Paparazzo e diz que depois de se assumir bissexual, a vida "virou um inferno"  
Zoeira Ensaio P.3

## VÍTIMAS DO AGROTÓXICO

### Morte no campo

Após 6 mil quilômetros de viagem, o Diário do Nordeste conheceu a triste história de nordestinos vítimas do uso indiscriminado de agrotóxico nas lavouras. Silenciados pela morte precoce, a trajetória destes trabalhadores é contada pelas 'Viúvas do Veneno'. E todas são mostradas em série de reportagens que se inicia hoje. **REGIONAL P. 1 A 5**

FOTO: WALECKA SANTAGO

**MISTÉRIO**  
**'Maníaco da seringa' no Centro gera onda de medo**  
Frequentadores do Centro de Fortaleza vivem uma onda de medo do 'maníaco da seringa', um suposto criminoso que procura atacar jovens e gosta de aglomerações. A Polícia investiga. **CIDADE P.11**

**VIGILÂNCIA**  
**Obama vê ato de terror nas explosões e pede atenção**  
O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, chamou os ataques de Boston de 'ato de terror' e pediu à população que se mantenha vigilante para quaisquer atividades suspeitas. **INTERNACIONAL P.19**

**JOGADA**  
**'LEÃO' TENTA VAGA NA COPA DO BRASIL ANTE O LUZIANIA**  
P.1

**NO DIA 22 DE ABRIL**  
**Conta de luz subirá 3,52% em média**  
A conta de luz do consumidor cearense vai sofrer um aumento médio de 3,52%, a partir da próxima segunda-feira, dia 22. O índice foi aprovado, ontem, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Cerca de 3,1 milhões de unidades consumidoras serão afetadas pelo reajuste, localizadas nos 184 municípios. Para os clientes residenciais, o acréscimo na tarifa será de 3,44%, os quais representam em torno de 79% da base atendida pela Coelce. **NEGÓCIOS P.1**

**OS MELHORES**  
**Leitores vão decidir quem ganha Prêmio Automotivo**  
Os leitores e internautas é que vão decidir, através do jornal Diário do Nordeste ou pela internet, quem são os melhores do setor no Prêmio Automotivo. A votação deste ano poderá ser feita através dos cupons do jornal ou no hot site. Veja como participar. **AUTO P.1**

**AGILIDADE NO CRÉDITO**  
**BNB planeja crescimento do lucro em 2013 de 40%**  
O Banco do Nordeste (BNB) volta a sonhar alto e já projeta lucro líquido de R\$ 700 milhões, em 2013, o que representaria mais um salto, da ordem de 40%. O novo sistema visa reduzir o prazo de análise das propostas de empréstimo. **NEGÓCIOS P.4**

**PROTESTOS**  
**Índios invadem plenário da Câmara**  
Cerca de 100 índios surpreenderam os deputados federais, ontem, ao ocuparem o plenário da Câmara. Eles protestam contra a criação de uma comissão que discutirá a Emenda à Constituição sobre transferência da atribuição de demarcar terras indígenas para o Congresso. O temor deles é a bancada ruralista. **NACIONAL P.16** FOTO: AGÊNCIA ESTADO

**'AMOR CONFESSO'**  
Comédia a dois sobre casamento, no Teatro do Sesc, só amanhã  
**CADERNOS P.1**

**TRAJETÓRIAS**  
ARTE BRASILEIRA NA COLEÇÃO FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ UNIFOR 40 ANOS  
a partir de 22 de março na Unifor  
www.unifor.br

WESLEY DUKE LEE  
O nome da planta e o Choro  
ou a respeito do Kalá, 1990

TRAGEM 24 270  
SÉRIAS 107 PAGINAS  
FUNDAMENTO 2010

ACOMPANHAM OS CADERNOS JOGADA, NEGÓCIOS, CADERNO 3, REGIONAL, AUTO, ZOEIRA E CLASSIFICADOS (REGIÃO METROPOLITANA)

CLASSIFICADOS  
Ofertas nesta edição

6.413

QUINA 31170 02 15 27 34 69  
DUPLA SENA 1168  
PRIMEIRO SORTEIO: 04 26 27 31 37 41  
SEGUNDO SORTEIO: 13 18 20 33 34 47

EDITORIAL  
A sociedade americana enfrenta novo ataque terrorista e reforça a segurança diante de outros possíveis atentados

ISO 9001

BARCO

As chamadas para produções de outras editoriais, com textos e fotos, seguem o horizonte de expectativa próprio do projeto gráfico convencional do Diário do Nordeste.

O protagonismo feminino, que se identifica como diferencial da produção, não está explicitado na chamada de capa. A imagem escolhida para representar o especial, por sua vez, não faz referência às viúvas ou mesmo ao feminino. O foco é o trabalhador, o masculino, e o ato de pulverização. Como a legenda dá a entender, a história só é contada pelas mulheres porque os homens foram silenciados através da morte precoce.

Outro elemento contrastante com as características que serão adotadas nas matérias do especial é a presença explícita do narrador-jornal, em sua institucionalidade. Nos textos da capa, ele é que parece assumir discursivamente as rédeas da produção, indiciando-se na legenda “o Diário do Nordeste conheceu” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013), em vez de ‘o jornalista Melquíades Júnior’ ou ‘a equipe de reportagem’.

Interpretados como indicadores de diferenciação (e, portanto, de atração/identificação com o leitor) estão as narrativas e as grandezas ligadas ao processo produtivo: curiosamente, apenas as histórias de vida são citadas na chamada de capa. Não há menção às matérias sobre pesquisas acadêmicas ou o posicionamento das empresas produtoras de agrotóxicos. Além disso, marcas textuais como “Após 6 mil quilômetros de viagem” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013) sugerem o processo produtivo como autorizador/legitimador do produto. A distância percorrida indicia profundidade de apuração e, portanto, confere credibilidade ao material.

#### **b) Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros**

Diferentemente da capa do jornal, a primeira página da série, visualmente, altera o projeto gráfico original do caderno Regional, subvertendo espaçamentos e, inclusive, a cor da marca. O narrador-jornal se indicia, desde já, pela logomarca do Diário do Nordeste acima do título do caderno e pelo plural institucional adotado no subtítulo da matéria.



Figura 6 – Página 1: Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros

Diário do Nordeste FORTALEZA, CEARÁ  
Quarta-feira, 17 de abril de 2013

# Regional

## VIÓVAS DO VENENO

### Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros

Nesta série contamos a história de homens e mulheres vítimas da intoxicação por agrotóxicos na atividade agrícola e o que diz a política, a economia e a ciência

Para garantir a colheita e aumentar a produtividade, passou-se a usar o agrotóxico, que alguns chamam de defensivo químico ou agroquímico. O veneno usado para matar pragas nas lavouras chega com força ao ser humano e ao meio ambiente quanto maior e mais indiscriminado é o seu uso. Mortes silenciosas passam a ocorrer nos campos agrícolas brasileiros e fora deles. Assim foi com Valderi, Wanderlei, Rosália, Liberato e Antônio. Estes são alguns entre milhares de nomes registrados pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinitox) com óbitos por agrotóxico agrícola.

São trabalhadores rurais do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia, que conhecemos após percorrer quase 6 mil quilômetros.

Os seus últimos anos de vida são narrados pelas esposas, as "viúvas do veneno". Entre as vítimas incluímos Rosália, que lavava diariamente as roupas do marido sujas de veneno. Morreu de leucemia. Deixou três filhos e Marizaldo, o viúvo desta série.

Maria da Conceição cuidou dos últimos dez anos de vida de Valderi. Mas os cinco últimos valeram por outros dez. O agricultor foi perdendo partes do corpo. A reportagem conheceu Valderi logo após ele perder os primeiros dedos do pé, em 2005. Fizemos também a sua última foto em vida, em 2008.

Esta série especial não começa agora, mas há sete anos, em Limoeiro do Norte, cidade de José Maria Filho, uma das fontes exclusivas entre os moradores e lideranças na Chapada do Apodi. Sabíamos, dois anos antes, das ameaças de morte que sofriria por denunciar a pulverização aérea onde hoje está um dos maiores polos frutícolas do Nordeste. Mesmo assim, ele insistia em não se calar. Quando foi assassinado, a comunidade de Zé Maria não se calou e os cientistas constataram as doenças causadas pelo veneno denunciado. A partir de amanhã, e até domingo, acontece a Semana Zé Maria do Tomé. Serão dias de protestos pela causa ambiental.

O Brasil é, há mais de quatro anos, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Somente em 2011 circularam cerca de US\$ 8,9 bilhões no comércio de veneno, dominado por nove empresas fabricantes que não concorrem entre si, pois, para cada cultura, uma delas produz um ou vários venenos específicos.

Em todo o País, foram confirmadas 171 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, ano mais recente levantado pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas. Mas a subnotificação é um dos grandes imbróglios neste setor. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada caso notificado, existem outros 40 que não são.

E de quem é a culpa? Do modelo agrícola, da desinformação do trabalhador, do lobby dos fabricantes de venenos, da venda a qualquer custo? Desde a "revolução verde", há 50 anos, não se falou tanto em agrotóxicos no Brasil quanto nestas primeiras décadas do século XXI. "Delica-

**Foram confirmadas 171 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, no País, segundo último levantamento do Sinitox**

**O Brasil é, há mais de três anos, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Somente em 2012 circularam R\$ 8,9 bilhões**

do", "espinhoso", "polêmico", "necessário" são alguns adjetivos dados ao assunto, não importa qual opinião se tenha. No meio disso tudo, um fato: mais pessoas estão morrendo, o solo e a água estão com maiores teores de produtos químicos. Tudo de uma forma silenciosa, só definida com o tempo.

Estivemos também em Campinas (SP) reunidos com autoridades do agronegócio e representantes do segmento fabricante de agrotóxicos. Enquanto tudo isso, o mundo corre para garantir a segurança alimentar para 9 bilhões de pessoas até 2050. Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série especial inédita de hoje até o próximo dia 20 de abril.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Além do plural institucional, chama atenção no subtítulo a oposição de vozes narrativas, sintetizando a distinção proposta inclusive no projeto gráfico, com a separação de discursos entre as páginas pares e ímpares: de um lado, as ‘histórias de homens e mulheres’; de outro, ‘o que diz a política, a economia e a ciência’, como se tais instâncias não fossem também operadas por sujeitos – homens e mulheres. A anulação dos sujeitos através da institucionalização é fenômeno recorrente ao longo das reportagens mais objetivas. O repórter convencionou a adoção da primeira pessoa do plural para se referir a si mesmo, possivelmente numa tentativa de abarcar a equipe de reportagem, como em: “São trabalhadores rurais do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia, **que conhecemos após percorrer quase seis mil quilômetros**” (JUNIOR, 17/04/2013, p.1). A intenção se reforça quando, mais adiante, substitui o plural por ‘a reportagem’.

Ao afirmar, por exemplo: “**Sabíamos**, dois anos antes, das ameaças de morte” (MELQUIÁDES JÚNIOR, 17/04/2013, p.1), o plural institucional soa deslocado, já que essa apuração foi empreendida pelo sujeito Melquíades, especificamente, e não pela equipe de reportagem ou pelo jornal. Interpretamos essa formalidade como uma marca de objetivação: uma estratégia de não-personificação da pauta, possivelmente a fim de proteger-se de críticas (TUCHMAN, 1999). O repórter, portanto, apesar de adotar outros tantos indícios de subjetivação ao longo de todo o especial, não cede ao uso pessoal de relatos em primeira pessoa, que, como apontamos anteriormente, proporcionam também os seus “efeitos de realidade (...), pois portadores de uma verdade que é eticamente insuportável questionar” (SERELLE, 2009, p.39).

Neste texto, que inaugura a série de reportagens, o jornalista assume tons de editorial, num esforço de mesclar a síntese dos assuntos que regem o especial com informações sobre os bastidores do processo produtivo. O primeiro indício de subjetivação no texto se apresenta já no primeiro parágrafo, quando abre mão de sobrenomes, idade e cargo para fazer referência aos personagens da série: “Assim foi com Valderi, Vanderlei, Rosália, Liberato e Antônio. Estes são alguns entre milhares de nomes registrados pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas” (MELQUIÁDES JÚNIOR, 17/04/2013, p.1). Nesta passagem, o narrador-jornalista sugere pretender retirá-los do anonimato dos relatórios, da homogeneidade impune dos dossiês, para contar-lhes as trajetórias. Ao suprimir sobrenomes e demais informações, no entanto, indica que, apesar de se tratarem de sujeitos específicos, seus nomes (assim como suas histórias) são prosaicos e, portanto, passíveis de identificação/proximidade com o leitor.

No terceiro e quarto parágrafos, Melquíades adianta trechos das histórias de vida do especial e deixa evidente sua afetação pelas fontes a partir de alguns vestígios: assume na

escrita o modo como as pessoas são popularmente conhecidas (“Valderi”, “Zé Maria”), reforça as marcações temporais (que indicam acompanhamento extensivo: “conheceu (...) em 2005”, “sua última foto em vida, em 2008”, “esta reportagem não começa agora, mas há sete anos”) e funde seu discurso ao das fontes ao inferir que “os cinco últimos valeram por outros dez” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.1).

Como que numa intenção (proposital ou não) de balancear a narrativa, os quinto e sexto parágrafos são dedicados a dados numéricos e fontes oficiais: ranking de consumo mundial de agrotóxicos, quantidade de mortes por veneno agrícola e subnotificações.

Figura 7 – Página 1: texto em detalhe

Para garantir a colheita e aumentar a produtividade, passou-se a usar o agrotóxico, que alguns chamam de defensivo químico ou agroquímico. O veneno usado para matar pragas nas lavouras chega com força ao ser humano e ao meio ambiente quanto maior e mais indiscriminado é o seu uso. Mortes silenciosas passam a ocorrer nos campos agrícolas brasileiros e fora deles. Assim foi com Valderi, Wanderlei, Rosália, Liberato e Antônio. Estes são alguns entre milhares de nomes registrados pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinitox) com óbitos por agrotóxico agrícola.

São trabalhadores rurais do Ceará, Pernambuco, Paraíba e Bahia, que conhecemos após percorrer quase 6 mil quilômetros.

Os seus últimos anos de vida são narrados pelas esposas, as “viúvas do veneno”. Entre as vítimas incluímos Rosália, que lavava diariamente as roupas do marido sujas de veneno. Morreu de leucemia. Deixou três filhos e Marizaldo, o viúvo desta série.

Maria da Conceição cuidou dos últimos dez anos de vida de Valderi. Mas os cinco últimos valeram por outros dez. O agricultor foi perdendo partes do corpo. A reportagem conheceu Valderi logo após ele perder os primeiros dedos do pé, em 2005. Fizemos também a sua última foto em vida, em 2008.

Esta série especial não começa agora, mas há sete anos, em Limoeiro do Norte, cidade de José Maria Filho, uma das fontes exclusivas entre os moradores e

lideranças na Chapada do Apodi. Sabíamos, dois anos antes, das ameaças de morte que sofriria por denunciara pulverização aérea onde hoje está um dos maiores polos fruticultores do Nordeste. Mesmo assim, ele insistia em não se calar. Quando foi assassinado, a comunidade de Zé Maria não se calou e os cientistas constataram as doenças causadas pelo veneno denunciado. A partir de amanhã, e até domingo, acontece a Semana Zé Maria do Tomé. Serão dias de protestos pela causa ambiental.

O Brasil é, há mais de quatro anos, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Somente em 2011 circularam cerca de US\$ 8,9 bilhões no comércio de veneno, dominado por nove empresas fabricantes que não concor-

rem entre si, pois, para cada cultura, uma delas produz um ou vários venenos específicos.

Em todo o País, foram confirmadas 171 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, ano mais recente levantado pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas. Mas a subnotificação é um dos grandes imbróglios neste setor. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a cada caso notificado, existem outros 40 que não são.

E de quem é a culpa? Do modelo agrícola, da desinformação do trabalhador, do lobby dos fabricantes de venenos, da venda a qualquer custo? Desde a “revolução verde”, há 50 anos, não se falou tanto em agrotóxicos no Brasil quanto nestas primeiras décadas do século XXI. “Delica-

**Foram confirmadas 171 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, no País, segundo último levantamento do Sinitox**

**O Brasil é, há mais de três anos, o maior consumidor mundial de agrotóxicos. Somente em 2012 circularam R\$ 8,9 bilhões**

do”, “espinhoso”, “polêmico”, “necessário” são alguns adjetivos dados ao assunto, não importa qual opinião se tenha. No meio disso tudo, um fato: mais pessoas estão morrendo, o solo e a água estão com maiores teores de produtos químicos. Tudo de uma forma silenciosa, só definida com o tempo.

Estivemos também em Campinas (SP) reunidos com autoridades do agronegócio e representantes do segmento fabricante de agrotóxicos. Enquanto tudo isso, o mundo corre para garantir a segurança alimentar para 9 bilhões de pessoas até 2050. Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série especial inédita de hoje até o próximo dia 20 de abril.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

A partir do sétimo parágrafo, no entanto, a pergunta “E de quem é a culpa?” retoma a subjetivação da narrativa sob a via da complexidade e da parcialidade: dialoga com as bases do pensamento complexo (MORIN, 2007; MEDINA, 2014) ao elencar os diversos atores envolvidos na problemática dos agrotóxicos – governo, trabalhadores, fabricantes, vendedores – e, posteriormente, reforçar as muitas faces da questão (“Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.1)). Mas arremata, em tom de denúncia: “mais pessoas estão morrendo, o solo e a água estão com maiores teores de produtos químicos. Tudo isso de forma silenciosa” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.1), desajustando – ainda que sutilmente – a balança discursiva ao final do texto de abertura.

### c) Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos

A primeira matéria posicionada nas páginas pares versa sobre os dados relativos aos agrotóxicos no Brasil, como se as estatísticas situassem o leitor no assunto do caderno e dessem a ele uma visão panorâmica sobre o tema. A precisão, aliada ao trato dos números, e a



incorporação de fontes oficiais são as principais características deste texto. Visualmente, apresenta desde já um elemento recorrente nas matérias mais objetivas: o uso de infografia.

Figura 8 – Página 2: Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos



Fonte: Diário do Nordeste, 2013



Sobre isso, cabe a esta investigação considerar a infografia como linguagem e não apenas como um gênero jornalístico ou um elemento acessório (componente da narrativa jornalística). Se, empiricamente, as linguagens matemática e estatística são associadas à lógica objetivada, pela precisão e síntese, o tratamento imagético/cartográfico dado a essas informações numéricas pode sugerir uma ideia de aproximação e identificação com o leitor, compatível com a lógica subjetivada. Lucas (2010), por exemplo, defende o domínio da linguagem infográfica por parte dos jornalistas “como forma de simplificar a compreensão de fenômenos complexos, transformando uma dada massa de dados numéricos e brutos em uma informação jornalística que possa vir a ser ancorada na realidade experiencial do leitor” (LUCAS, 2010, p.10).

Infografias, no entanto, de modo geral, tendem à objetivação quando, na tentativa de proporcionar essa experiência de identificação e tradução para o leitor, promovem um recorte sintético/enxuto da realidade.

Conforme lembra o pesquisador norte-americano e professor de Geografia, Mark Monmonier, todo mapa tende a ser uma simplificação da realidade geográfica a ser representada, o que o leva a dizer que não apenas é fácil mentir com um mapa, como também é essencial (MONMONIER, 1996: 1). E acrescenta adiante que um bom mapa conta várias pequenas mentiras brancas, suprimindo a verdade para ajudar o usuário a ver o que necessita ser visto (MONMONIER, 1996: 25). Nesse caso, a omissão de alguns dados em mapas (com imagens obtidas através dos softwares citados), antes de se constituir em uma “alteração da realidade”, implicaria uma maior facilidade em compreender a informação, que poderia ser mais bem editada e visualizar apenas o necessário, como defende Monmonier (LUCAS, 2010, p.11)

O que se pode auferir parcialmente sobre a questão das infografias (que, aliás, apontam para a necessidade de estudos mais aprofundados) é que, assim como texto e imagem – considerando-a, portanto, linguagem – podem igualmente tender à objetivação ou à subjetivação, a depender do recorte promovido à realidade, das intencionalidades dos narradores e do contexto em que é produzida. Logicamente, não se pode desconsiderar o desvio bastante comum que se faz quanto ao uso de infografias em produtos jornalísticos, para o qual Lucas (2010, p.10) alerta: “o uso dos gráficos mais centrados no esforço de criar um efeito de objetividade do que na apresentação adequada de um conjunto de informações”. Muitas vezes, os infográficos são utilizados não apenas como forma de interpretação lúdica/didática do real, mas para indiciar objetividade, na crença de que assim se poderá conferir credibilidade à página.

No caso de Viúvas do Veneno, os infográficos estão presentes em todas as matérias mais objetivadas. Segundo Melquíades, as produções gráfico-visuais foram demandadas por ele. Para agilizar o trabalho do designer gráfico, ele pesquisava infográficos sobre os assuntos de suas reportagens na internet, imprimia, e os sugeria ao criativo. Assim o repórter as justifica:

Eu via que era informação demais pra não usar imagens. (...) Eu entendia que o infográfico dava mais ciência ao assunto, contribuindo para sua fidelidade/credibilidade. Como naquela época já existia um discurso de que criticar agrotóxico é apenas um ato político, etc... eu desejava mostrar que não é campo das ideias, que já existe uma ciência exata por trás. (...) teve uma vez que olhei em uma das páginas e só lembrei do meu livro de ciência da época do colégio (risos)... Então essa objetividade, com certo didatismo, era uma tentativa de dar credibilidade, sim (informação verbal).

Nesse sentido, pode-se considerar que a adoção dos infográficos se deu tanto pela preocupação de tornar os números mais acessíveis quanto pelo *ethos* de credibilidade que eles poderiam conferir às páginas.

Figura 9 – Página 2: texto em detalhe

**Em 2010, 171 pessoas morreram intoxicadas por venenos de uso agrícola no País. Nordeste lidera casos**

**MELQUIADES JÚNIOR**  
Repórter

**Campina Grande (PB).** Poucos produtos conseguem quase dobrar a venda, na escala mundial, em um curto espaço de tempo. Os agrotóxicos tiveram crescimento de mercado mundial de 93% nos últimos dez anos. Não no Brasil, que teve avanço maior que 190%. Um mercado nacional que em 2002 representava R\$ 2,5 bilhões chega, passados dez anos, à cifra de R\$ 8,9 bilhões. Os estudos do impacto desses produtos não acompanham a própria liberação do comércio e, menos ainda, a informação sobre o uso. O resultado: mais pessoas estão morrendo por agrotóxico agrícola.

No Brasil, foram 4.789 casos registrados de intoxicação por esses produtos em 2010. No período, foram 86.700 casos totais de intoxicação sob diversos agentes, como agrotóxicos, animais peçonhentos, raticidas e dormissanitários. Os óbitos causados por veneno representam, por exemplo, 10% das mortes por trânsito nas estradas brasileiras; e o Brasil é o quarto país onde mais se morre no trânsito.

Mesmo os casos notificados levam muito tempo para chegar ao Sistema Nacional de Informa-

ções Toxicológicas (Sinitox). Por isso, o ano de 2010 é o mais recente. Somente quando todos os Estados repassam as informações um novo ano fica disponível para consulta. Assim, a reportagem buscou números mais atualizados nas gerências regionais dos Centros de Assistência Toxicológica (Ceatox) de alguns Estados brasileiros, conforme indica o infográfico ao lado.

A Região Sudeste apresentou, ainda em 2010, o maior número de casos de intoxicação: 2.145, seguida das regiões Sul (898), Centro-Oeste (808) e Nordeste (823). O Norte apontou 115 casos. Mas, no ranking de mortes, o Nordeste está em primeiro lugar. Foram 82 óbitos de um total de 171 em todo o País em 2010. Isso representa 47,9% de todas as mortes por agrotóxicos registradas no período. O total representa duas vezes mais que as mortes por medicamentos (67) no mesmo ano.

A média é acompanhada no levantamento de mortes entre 2001 e 2010. O Nordeste apresenta 37,7% das mortes, seguido de Sudeste (24,52%), Sul (18,40%), Centro-Oeste (17,24%) e Norte (2,65%).

São 17 categorias de circunstâncias apontadas no levantamento: acidente individual, acidente coletivo, acidente ambiental, ocupacional, uso terapêutico, prescrição médica inadequada, erro de administração, automedicação, abstinência, abuso, ingestão de alimentos, tentativa de suicídio, tentativa de aborto, violência/homicídio, uso indevido, ignorada e outra.

#### **Suicídio**

A facilidade com que se pode comprar o agrotóxico é um dos principais fatores para que estes produtos sejam bastante usados por quem tenta contra a própria vida. Em 2010, tentativa de suicídio representou 44,5% dos casos de intoxicação por agrotóxico agrícola e nada menos que 85% das mortes. A maior parcela desses suicídios se dá em zonas rurais, onde é mais fácil o contato com o veneno, cada vez mais abundante.

No perfil circunstancial, a maioria por pessoas que não têm contato com a atividade agrícola, mas sabem onde adquirir, de forma facilitada, o agrotóxico. Em linhas gerais, não fazem parte da estatística de intoxicação

porque sofrem os trabalhadores expostos ao veneno.

Mas os números não dizem tudo. De acordo com a biofarmacêutica e doutora em Toxicologia Sayonara Fook, diretora do Ceatox de Campina Grande (PB), dentre as várias doenças causadas na intoxicação crônica por agrotóxico está a depressão. Alguns venenos atingem diretamente o sistema nervoso. "A exposição ao produto pode gerar problemas crônicos e há, sim, casos de agricultores que cometem suicídio com o próprio produto que aplicavam".

É o caso de transtornos psicológicos causados pela exposição contínua aos agrotóxicos do tipo organofosforados, usados em grande escala em diversas lavouras. Este inseticida é um dos mais comuns no mundo. Aparentemente fornecem menor risco ao meio ambiente, por sua rápida decomposição após a aplicação. No entanto, é muito tóxico para ser humano e animais. Um exemplo comum é o metamidofós, encontrado na água para consumo doméstico em comunidades da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, no Ceará.

Como o metamidofós, outros produtos organofosforados estão em fase de reavaliação pela Anvisa. São conhecidos mais de 35 mil formulações desse composto, sendo a primeira usada o tetraetilpifosfato, em 1854. Depois em 1932 como agente de guerra (matando por asfixia em câmaras de gás).

#### **Subnotificação**

Os dados que chegam aos centros de toxicologia ainda são precários. A maior parte nem chega. O Ministério da Saúde aponta que, para cada caso de intoxicação registrado, outros 40 não são notificados.

"Existe uma série de dificuldades para reconhecer o problema, principalmente se existe intoxicação crônica. Podemos ter resíduos de agrotóxicos, seja pela exposição ou pelos alimentos, mas dificilmente associamos a alguma doença que adquirimos. Queremos garantir que até 2015 todas as secretarias municipais de saúde tenham um protocolo para casos de intoxicação", afirma Guilherme Franco Netto, diretor do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde.

**Como ocorreu com o metamidofós, outros produtos organofosforados estão em fase de reavaliação pela Anvisa**

**Os dados que chegam aos centros de toxicologia são precários. Para cada caso de intoxicação registrado, outros 40 não são notificados**

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Além dos gráficos, um recurso textual utilizado também com finalidade didática são as comparações, explícitas em passagens como esta: "Os óbitos causados por veneno representam, por exemplo, 10% das mortes por trânsito nas estradas brasileiras; e o Brasil é o quarto país onde mais se morre no trânsito" (MELQUIADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.2). Segundo Lage (2005, p.100), "o objetivo do sistema de processamento de informação humana é acumular o máximo de informação relacionada" com a maior eficiência possível. Nesse sentido, as comparações atuam como uma forma de conferir relevância a uma informação, ao combiná-la com uma outra que o leitor já possua. "Reter informação nova que não se

estrutura ou combina com informação já existente exige grande esforço mental e isso contraria o princípio de economia da memória” (LAGE, 2005, p.100).

No entanto, para além de um recurso que serve ao processamento de informações, é interessante perceber os comparativos como agentes de parcialidade justificada: o jornalista intenta, a partir deles, dar ao leitor a dimensão do impacto e da gravidade do problema apresentado, buscando suscitar no Outro sentimentos de urgência e pertença em relação ao tema. A comparação, sob essa perspectiva, seria também um recurso catártico.

Do terceiro ao quinto parágrafo, o repórter se dedica a descrever os procedimentos metodológicos da pesquisa consultada e os principais resultados. Estão presentes principalmente estratégias de referenciação (MOTTA, 2013) geográficas (ao citar a quantidade de casos de intoxicação por estados brasileiros e ranqueá-los) e de condições de verdade (ao enumerar, por exemplo, as categorias que o levantamento engloba e por apresentar com precisão as porcentagens dos resultados), mas também novas comparações, para didatizar a compreensão e a dimensão dos números (como indica a passagem: “O total representa duas vezes mais que as mortes por medicamentos no mesmo ano” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.2)).

Nos parágrafos sexto e sétimo, o texto se encaminha para um movimento de afunilamento e humanização do tema. A partir de indícios textuais, nota-se a intenção do jornalista de retirar casos e pessoas do anonimato simbólico dos números. O repórter o faz ao recortar do todo apenas os casos de suicídio por agrotóxicos, que ocorrem seja pela facilidade de aquisição do produto tóxico por parte de quem “tenta contra a própria vida”, como o autor define, ou pelo agravamento de casos de depressão, doença que pode acometer trabalhadores rurais expostos de forma abusiva ao veneno.

A precisão e a relevância dos números são, assim como em toda a matéria, gancho/sustentáculo do tópico (como se evidencia no trecho “Em 2010, tentativa de suicídio representou 44,5% dos casos de intoxicação por agrotóxico agrícola e nada menos do que 85% das mortes” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.2)), no entanto, a ideia de distinção e de personificação das estatísticas começa a ser explorada.

O trecho “os números não dizem tudo” sugere que o texto informativo convencional, de apresentação e trato objetivo dos dados, não dá conta de “compreender a realidade” (MEDINA, 2014, p. 47), e, desse modo, se estabelece uma ponte entre a matéria e a subjetivação adotada na que a sucede. O intertítulo “Subnotificação” atua da mesma forma: o déficit de denúncias deixa evidente o fato de que os números não são suficientes para abarcar a dimensão polifônica e polissêmica do acontecimento. É preciso, portanto, unir a ‘referência

ao real’ com a ‘poética do surreal’<sup>96</sup>. No oitavo parágrafo, observa-se mais uma ação de complementaridade: a citação da biofarmacêutica Sayonara Fook é o momento de maior referência ao humano durante todo o texto. Quando denuncia a depressão como doença associada ao uso do veneno e afirma “há sim casos de agricultores que cometem suicídio com o próprio produto que aplicavam”, a pesquisadora faz referência aos agricultores ainda em vida e, desse modo, subverte o padrão que se vinha aplicando até então no texto: aqui o sujeito das orações já não é o óbito ou a morte, mas o trabalhador. Recobra-se a ele a condição de vivo.

#### **d) Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’ não me deixe morrer**

Chegando à primeira matéria do caderno a seguir uma lógica mais subjetivada, desde o título revelam-se elementos de ruptura com o que vinha sendo produzido até então. O que se adianta para o leitor no título “Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’, não me deixe morrer” é o testemunho máximo da viúva: a agonia do esposo, parindo as dores da morte – isso a partir de uma aspa de dona Maria, com traços do seu ‘modo de ser, mo’dizer’<sup>97</sup>. As expressões ‘Rodrigue’ e ‘Mãinha’ são indícios disso.

---

<sup>96</sup> Na convivência da referência ao real e na poética do surreal despe-se a couraça da dogmática positivista. A ação social se faz presente: a narrativa se cumpre tanto na espiral dos afetos quanto na esfericidade dos argumentos. Poética e racionalidade mobilizam a plenitude inteligente da transformação do real – o caos funda um cosmos (MEDINA, 2014, p. 47).

<sup>97</sup> “Modo de ser, mo’dizer” é a expressão que intitula a tese de doutorado de Cremilda Medina, na qual explora, entre outros, a importância de se adotar os falares das fontes. A autora aborda essa questão em artigo produzido para o livro “Aventuras da Memória”: “O criador da assinatura polifônica e polissêmica se projeta, sem rede de proteção, à escuta do modo de ser, mo’dizer (título de minha tese de doutorado, em 1986) dos que nos cercam nas suas diferentes identidades culturais. Não há como se despir de dogmatismos e criar literalmente narradores descentralizados, se não se pesquisam falares, comportamentos, visões de mundo, imaginários que em muito ultrapassam a impessoalidade declaratória da fonte de informação tradicional” (MEDINA, 2014, p.22).



Figura 10 – Página 3: Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’ não me deixe morrer

DIÁRIO DO NORDESTE  
FORTALEZA, CEARÁ, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 2013

VIÚVAS DO VENENO

| 3

## TRABALHO COM AGROTÓXICOS



**Maria viu**  
o marido morrer em  
seus braços depois de  
muito sofrimento  
FOTO: WALESKA SANTIAGO

## Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘mãinha, não me deixe morrer’

**Trabalhador de Polo agrícola na Chapada do Apodi morre sem ter os direitos assegurados**

MELQUIADES JUNIOR  
Repórter

**Limoeiro do Norte (CE).** Valderice desempregado quando a cerâmica bota mais de dez para fora. Como, depois de uma certa idade, é mais difícil, fica radiante ao saber que lá mesmo onde mora, na Cidade Alta, Limoeiro do Norte, estão escalando agricultor para trabalhar na Chapada do Apodi com urgência e não pedem a idade. Tão urgente que o dia para saber se vai dar certo já é o de trabalhar. Para quem saiu de madrugada, voltar no início da noite nem é cansativo diante da boa notícia. É alívio para Maria da Conceição de Sousa, porque lavar roupa pra fora não é suficiente. O casal só consegue pagar o aluguel de R\$ 50 já com um mês dentro. E é assim no mercantil e na conta de luz.

Valderice é escalado para o setor de aplicação de agrotóxicos. Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas e vai pulverizando. Como a produção de banana é crescente para atender à procura - o produto tem exportação certa para Estados Unidos e Europa - nem todos têm o obrigatório Equipamento de Proteção Individual (EPI). É com a roupa do corpo e de chinelo que se torna trabalhador rural no setor de "aplicação de defensivos". Só toma banho em casa. Dos casacos que descem no chuveiro, o primeiro é veneno, depois o suor do dia e, enfim, está limpo.

"Os meus meninos estão adultos, os seus também, o que eu ganhar é pra mim e pra você, Maria". Os dois vêm de outros divórcios. Ele largou a esposa e ela foi largada pelo marido. Ao contrário de Valderice, Maria ficou sozinha com os filhos ainda em idade de colo. "Nunca me esqueço". Já "Rodrigue" - como Maria chama Valderice - "é um homem tão bom..."

O casal faz planos para o primeiro salário da firma, já com carteira assinada. O dinheiro só dá para pagar as contas, mas se esperarem até agora, ele pode pagar uma parte e deixar o restante para o mês seguinte. O que sobrar dá para comprar à prestação na loja. No dia em que estão certos de ir ao centro de Limoeiro fazer compras, a viagem precisa ser ao hospital público.

Tem dias que um ferimento no dedo mindinho do pé direito é motivo de reclamação. "O dedo tá preto, Rodrigue". Doutor Lázaro, o médico, vê a situação e amputa o dedo. Deve voltar em quatro dias para tirar os pontos.

"Ainda tá muito feio, em carne viva", nota Maria. A essa altura, Valderice, com atestado médico, não vai trabalhar. No dia de tirar os pontos, é a vez do doutor Lázaro: "está muito feio, não vai dar para tirar os pontos". Três dias depois e muita luta para conseguir um carro, Valderice e Maria estão, com uma guia de internação, chegando a Fortaleza. Na Capital, a mancha preta no pé aumenta com os dias e os dedos são

tirados um a um. Só sobra o dedão na volta a Limoeiro. Não por muito tempo. Com dois meses de quando perdeu o primeiro dedo, Valderice vê indo embora o pé direito. Março e abril de 2005 são os meses mais intensos.

"Ela faz tudo por mim", conta Valderice, passados três anos de quando duas muletas substituem o pé direito. Com a mutilação, a perna do ex-trabalhador vive inchada e dolorida. "Eu tá tentando minha aposentadoria, mas, até agora, nada". A empresa em que trabalhou, Banessa, só se pronuncia formalmente para dizer ao Ministério do Trabalho que não tem nenhuma relação com a doença adquirida por seu ex-funcionário.

Nem dia para se esquecer, Maria chega do trabalho e Valderice está no chão, rolando de dor. Valderice, numa tentativa de suportar a dor, "Mãinha, me ajude". Eles choram abraçados no chão. Com a doença, o ex-agricultor passa a chamar a esposa de mãe ou mãinha. "Eu amo ele como a mulher ama o marido, e cuido como quem cuida de um filho".

Quando o vazio é o que une a geladeira e a barriga, Maria pede uma bicicleta emprestada e, com a ajuda da irmã, coloca Valderice na garupa e sai empurrando o homem até uma emissora de rádio. Voltam para casa de carro e abarrotados de mantimentos ofertados pelos ouvintes sensibilizados com o apelo.

Em 2008, passados três anos de quando se vai o primeiro dedo do pé, Valderice e Maria não se sentem sozinhos. O que se dizia na surdina não é mais segredo: alguma coisa está contaminando outras pessoas na Chapada do Apodi. José Maria Filho, líder da comunidade de Tomé, uma

“  
Agente lutou muito pra ele não perder o pé. Depois lutou pra não perder a vida. ‘Rodrigue’ sofreu muito. Mas agora tá em paz. Eu, não”

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA  
Dona de casa viúva de Valderice



Valderice morre sem ver os direitos garantidos. Até hoje o processo corre na Justiça. Para Maria, restaram apenas as dores da saudade. FOTO: MELQUIADES JUNIOR

das várias existentes na região, denuncia que um avião faz sobrevos nas plantações e nos trabalhos das casas jogando veneno.

Enquanto isso, o caso de Valderice chega à Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetracec) e, em seguida, ao Ministério do Trabalho. "Tô vindo a hora morrer e não sair o resultado do pedido de aposentadoria", reclama Valderice. Com a Carteira de Trabalho (sem a baixa pela empresa contratante) numa mão e documentos que comprovam sua doença na outra, no dia 28 de abril de 2008, nos recebe e posa para sua última foto.

Os sete meses que se seguem são a eternidade derradeira do caso iniciado com o dedo do pé. Maria sai cedo para trabalhar lamentando deixar o marido só. Mas, na volta para casa, o sentimento que a atrai é o mesmo que sentia: a dor que não acabava mais em Valderice. "Nem as doses de morfina ajudam". Ela chega em casa como quem repõe a cruz no ombro.

Depois de dias mais sofridos, Valderice amanhece com uma melhora. "Mãinha, vamos visitar Fabim". Fica três dias na casa do amigo. Depois Sousa, João, e assim uma semana de passeio na vizinhança tão próxima, mas distante. Maria só entende que tudo não passa de uma despedida na primeira sexta-feira de volta para casa. Do lado de fora com a irmã, ela ouve a voz do marido. As duas voltaram correndo. Valderice no chão gemendo, se arrastando ao encontro do abraço da mãe-esposa. Sem saber de onde tira força, coloca sozinha o homem na rede, ele pesando o dobro dela. O choro abraçado dos dois é a despedida. Valderice não sente mais dor. Só Maria.

### EVOLUÇÃO DA DOENÇA

#### MARÇO DE 2005

Desempregado, José Valderice Rodrigues é recrutado para trabalhar no setor de aplicação de agrotóxicos em uma produtora de bananas, na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte (CE). A aplicação é feita sem uso de equipamento de proteção individual (EPI) e, em pouco tempo, surge ferimento no dedo mindinho do pé do trabalhador rural.

#### ABRIL DE 2005

A esposa, Maria da Conceição, leva o marido para o hospital de Limoeiro do Norte, onde o médico decide amputar o primeiro dedo do pé. Na mesma semana, é feito o seu desligamento da empresa. Sensibilizados os colegas de trabalho de Valderice montam uma cesta de alimentos para o casal, que já vive em condição de miséria porque o ganho de Maria não é suficiente.

#### MAIO DE 2005

Valderice é levado para Fortaleza com fortes dores no pé direito. Outros dedos já estão pretos por falta de circulação sanguínea e três deles são amputados. De volta a Limoeiro do Norte, o casal desempregado vai às ruas pedir ajuda. Sensibilizados pelo dor dos dois, vários ouvintes colaboram e as doações ajudam a amenizar provisoriamente o sofrimento.

#### MARÇO DE 2008

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetracec) ingressa com denúncia do caso de Valderice no Ministério do Trabalho contra a empresa Banessa, onde ele trabalhava, numa tentativa de amenizar a situação, já que o ex-trabalhador rural não consegue nem o seu direito à aposentadoria por invalidez na situação em que se encontra.

#### OUTUBRO DE 2008

O ex-aplicador de agrotóxicos Valderice ainda corre na Justiça. Com a morte do ex-trabalhador rural, a mulher com quem foi casado no civil consegue, na Previdência, a pensão. Mas Conceição, com quem viveu nos últimos 15 anos de vida, incluindo os anos de doença, até sua morte, nada recebe e vive miseravelmente no município de Russas (CE).

#### MARÇO DE 2013

O processo trabalhista de Valderice ainda corre na Justiça. Com a morte do ex-trabalhador rural, a mulher com quem foi casado no civil consegue, na Previdência, a pensão. Mas Conceição, com quem viveu nos últimos 15 anos de vida, incluindo os anos de doença, até sua morte, nada recebe e vive miseravelmente no município de Russas (CE).

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Aqui, percebe-se de modo mais explícito marcas de complementaridade entre objetividade e subjetividade ou ainda de alternância de indicadores: segundo Motta (2013) e Tuchman (1999), o uso das aspas, por exemplo, consiste numa estratégia de objetivação, pois a voz do narrador-fonte sugere que o fato se apresenta sem a interferência de outros narradores. No entanto, ao adotar os modos de dizer da entrevistada (e, portanto, suas particularidades léxicas), o narrador-repórter rompe com a objetivação e valoriza um repertório próprio de Maria, de sua comunidade, inserido em tempo e espaço específicos.

A valorização, por outro lado, é cautelosa: o uso das aspas simples sugerem ‘mãinha’ e ‘Rodrigue’ como palavras externas, forasteiras. Sob as lentes da AD, segundo Maingueneau (1997), as palavras aspeadas, diferentemente dos discursos diretos, não são totalmente separadas do enunciado, mas como que destacadas: “a palavra (...) é, ao mesmo tempo, mostrada, marcada como estranha e integrada à sequência do enunciado” (MAINGUENEAU, 1997, p.89).

Esta cautela do repórter é perceptível ainda em traços de objetividade presentes em peças textuais que margeiam a narrativa principal, como a legenda, o subtítulo e o quadro explicativo, intitulado ‘evolução da doença’. Neles, a voz do narrador-jornalista surge distinta da que ressoa na reportagem, deixando entrever uma “heterogeneidade enunciativa” (MAINGUENEAU, 1997) produzida por um mesmo sujeito, como se o narrador da legenda da foto e do subtítulo da matéria não fosse o mesmo da saga de Valderi e Maria. Não enuncia igual, revelando assim uma polifonia (BAHKTIN, 2013) – motivada possivelmente por questões próprias do projeto gráfico, como a limitação de caracteres. Como se o autor Melquíades alternasse ‘frequências de onda’<sup>98</sup>: ora sucinto, objetivo, informativo; ora subjetivo, onisciente, poético.

Figura 11 – Quadro “evolução da doença”

EVOLUÇÃO DA DOENÇA					
<b>MARÇO DE 2005</b> Desempregado, José Valderi Rodrigues é recrutado para trabalhar no setor de aplicação de agrotóxicos em uma produtora de bananas, na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte (CE). A aplicação é feita sem o uso de equipamento de proteção individual (EPI) e, em pouco tempo, surge ferimento no dedo mínimo do pé do trabalhador rural.	<b>ABRIL DE 2005</b> A esposa, Maria da Conceição, leva o marido para o hospital de Limoeiro do Norte, onde o médico decide amputar o primeiro dedo do pé. Na mesma semana, é feito o seu desligamento da empresa. Sensibilizados, os colegas de trabalho de Valderi montam uma cesta de alimentos para o casal, que já vive em condição de miséria porque o ganho de Maria não é suficiente.	<b>MAIO DE 2005</b> Valderi é levado para Fortaleza com fortes dores no pé direito. Outros dedos já estão pretos por falta de circulação sanguínea e três deles são amputados. De volta a Limoeiro do Norte, o casal desempregado vai às rádios pedir ajuda. Sensibilizados pela dor dos dois, vários ouvintes colaboram e as doações ajudam a amenizar provisoriamente o sofrimento.	<b>MARÇO DE 2008</b> A Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetraece) ingressa com denúncia do caso de Valderi no Ministério do Trabalho contra a empresa Banesa, onde ele trabalhava, numa tentativa de amenizar a situação, já que o ex-trabalhador rural não consegue nem o seu direito à aposentadoria por invalidez na situação em que se encontra.	<b>OUTUBRO DE 2008</b> O ex-aplicador de agrotóxicos Valderi morre, gemendo de dor, em sua casa, em Limoeiro do Norte, abraçado com Maria da Conceição, sem que o processo trabalhista nem o pedido de aposentadoria tenham avançado. Para Conceição, resta apenas a dor. Sem condições financeiras para sustentar a si e aos filhos, ela decide morar na casa de uma irmã.	<b>MARÇO DE 2013</b> O processo trabalhista de Valderi ainda corre na Justiça. Com a morte do ex-trabalhador rural, a mulher com quem foi casado no civil consegue, na Previdência, a pensão. Mas Conceição, com quem vive seus últimos 15 anos de vida, incluindo os anos de doença, até sua morte, nada recebe e vive miseravelmente no município de Russas (CE).

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

<sup>98</sup> Como afirma Maingueneau (1997, p.93): “A heterogeneidade enunciativa não está ligada unicamente à presença de sujeitos diversos em um mesmo enunciado; ela também pode resultar da construção pelo locutor de níveis distintos no interior de seu próprio discurso. (...) Com efeito, em um enunciado, nem tudo é produzido sobre a mesma frequência de onda”.



Ainda sobre lexicalizações, já nos primeiros parágrafos do texto, o narrador-repórter transporta o leitor, pelo vocabulário, ao ambiente popular da narrativa. Não chega, no entanto, a adotar termos particulares (como ‘mãinha’), mas expressões cotidianas, próprias do tempo e do lugar das fontes: “a cerâmica” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.3), em vez de “a fábrica de cerâmicas”; “bota mais de dez pra fora” (p.3), referindo-se às demissões; “o dia pra saber se vai dar certo” (p.3), sobre a admissão no emprego; “lavar roupa pra fora” (p.3), pagar o aluguel “com um mês dentro” (p.3). Elas, combinadas às informações espaço-temporais (como “na Cidade Alta, Limoeiro do Norte” (p.3) ou “na Chapada do Apodi” (p.3)), ajudam a imergir o leitor na história. Nota-se, portanto, uma relação de complementaridade entre referenciações geográficas e de atualidade e escolhas léxicas produtoras de “efeitos de sentido” (MOTTA, 2013), aproximando o leitor do universo do narrador-fonte.

Figura 12 – Página 3: texto em detalhe

### Trabalhador de Polo agrícola na Chapada do Apodi morre sem ter os direitos assegurados

MELQUÍADES JÚNIOR  
Repórter

**Limoeiro do Norte (CE).** Valderi fica desempregado quando a cerâmica bota mais de dez para fora. Como, depois de uma certa idade, é mais difícil, fica radiante ao saber que lá mesmo onde mora, na Cidade Alta, Limoeiro do Norte, estão escalando agricultor para trabalhar na Chapada do Apodi com urgência e não pedem a idade. Tão urgente que o dia para saber se vai dar certo já é o de trabalhar. Para quem saiu de madrugada, voltar no início da noite nem é cansativo diante da boa notícia. É alívio para Maria da Conceição de Sousa, porque lavar roupa pra fora não é suficiente. O casal só consegue pagar o aluguel de R\$ 50 já com um mês dentro. E é assim no mercantil e na conta de luz.

Valdeci é escalado para o setor de aplicação de agrotóxicos. Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas e vai pulverizando. Como a produção de banana é crescente para atender à procura - o produto tem exportação certa para Estados Unidos e Europa - nem todos têm o obrigatório Equipamento de Proteção Individual (EPI). É com a roupa do corpo e de chinelo que se torna trabalhador rural no setor de “aplicação de defensivos”. Só toma banho em casa. Dos cascalhos que descem no chuveiro, o primeiro é veneno, depois o suor do dia e, enfim, está limpo.

“Os meus meninos estão adultos, os seus também, o que eu ganhar é pra mim e pra você, Maria”. Os dois vêm de outros divórcios. Ele largou a esposa e ela foi largada pelo marido. Ao contrário de Valderi, Maria ficou sozinha com os filhos ainda em idade de colo. “Nunca me esqueço”. Já “Rodrigue” - como Maria chama Valderi - “é um homem tão bom...”

O casal faz planos para o primeiro salário da firma, já com carteira assinada. O dinheiro só dá para pagar as contas, mas se esperaram até agora, ele pode pagar uma parte e deixar o restante para o mês seguinte. O que sobrar dá para comprar à prestação na loja. No dia em que estão certos de ir ao centro de Limoeiro fazer compras, a viagem precisa ser ao hospital público.

Tem dias que um ferimento no dedo mindinho do pé direito é motivo de reclamação. “O dedo tá preto, Rodrigue”. Doutor Lázaro, o médico, vê a situação e amputa o dedo. Deve voltar em quatro dias para tirar os pontos. “Ainda tá muito feio, em carne viva”, nota Maria. A essa altura, Valderi, com atestado médico, não vai trabalhar. No dia de tirar os pontos, é a vez do doutor Lázaro: “está muito feio, não vai dar para tirar os pontos”. Três dias depois e muita luta para conseguir um carro, Valderi e Maria estão, com uma guia de internação, chegando a Fortaleza. Na Capital, a mancha preta no pé aumenta com os dias e os dedos são

tirados um a um. Só sobra o dedo na volta a Limoeiro. Não por muito tempo. Com dois meses de quando perdeu o primeiro dedo, Valderi vê indo embora o pé direito. Março e abril de 2005 são os meses mais intensos.

“Ela faz tudo por mim”, conta Valderi, passados três anos de quando duas muletas substituem o pé direito. Com a mutilação, a perna do ex-trabalhador vive inchada e dolorida. “Eu tô tentando minha aposentadoria, mas, até agora, nada”. A empresa em que trabalhou, Banesa, só se pronuncia formalmente para dizer ao Ministério do Trabalho que não tem nenhuma relação com a doença adquirida por seu ex-funcionário.

Num dia para se esquecer, Maria chega do trabalho e Valderi está no chão, rolando de parede a outra, numa tentativa de suportar a dor. “Mãinha, me ajude”. Eles choram abraçados no chão. Com a doença, o ex-agricultor passa a chamar a esposa de mãe ou mãinha. “Eu amo ele como a mulher ama o marido, e cuido como quem cuida de um filho”.

Quando o vazio é o que une a geladeira e a barriga, Maria pede uma bicicleta emprestada e, com a ajuda da irmã, coloca Valderi na garupa e sai empurrando o homem até uma emissora de rádio. Voltam para casa de carro e abarrotados de mantimentos ofertados pelos ouvintes sensibilizados com o apelo.

Em 2008, passados três anos de quando se vai o primeiro dedo do pé, Valderi e Maria não se sentem sozinhos. O que se dizia na surdina não é mais segredo; alguma coisa está contaminando outras pessoas na Chapada do Apodi. José Maria Filho, líder da comunidade de Tomé, uma

“

A gente lutou muito pra ele não perder o pé. Depois lutou pra não perder a vida. 'Rodrigue' sofreu muito. Mas agora tá em paz. Eu, não”

MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUSA  
Dona de casa viúva de Valderi



Valderi morre sem ver os direitos garantidos. Até hoje o processo corre na Justiça. Para Maria, restaram apenas as dores da saudade. FOTO: MELQUÍADES JÚNIOR

das várias existentes na região, denuncia que um avião faz sobrevoos nas plantações e nos telhados das casas jogando veneno.

Enquanto isso, o caso de Valderi chega à Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetracece) e, em seguida, ao Ministério do Trabalho. “Tô vendo a hora morrer e não sair o resultado do pedido de aposentadoria”, reclama Valderi. Com a Carteira de Trabalho (sem a baixa pela empresa contratante) numa mão e documentos que comprovam sua doença na outra, no dia 28 de abril de 2008, nos recebe e posa para sua última foto.

Os sete meses que se seguem são a eternidade derradeira do caos iniciado com o dedo do pé. Maria sai cedo para trabalhar lamentando deixar o marido só. Mas, na volta para casa, o sentimento que a atrai é o mesmo que repudia: a dor que não acabava mais em Valderi. “Nem as doses de morfina ajudam”. E ela chega em casa como quem repõe a cruz no ombro.

Depois de dias mais sofridos, Valderi amanhece com uma melhora. “Mãinha, vamos visitar Fabim”. Fica três dias na casa do amigo. Depois Sousa, João, e assim uma semana de passeio na vizinhança tão próxima, mas distante. Maria só entende que tudo não passa de uma despedida na primeira sexta-feira de volta para casa. Do lado de fora com a irmã, ela ouve a voz do marido. As duas voltaram correndo. Valderi no chão gemendo, se arrastando ao encontro do abraço da mãe-esposa. Sem saber de onde tira força, coloca sozinha o homem na rede, ele pesando o dobro dela. O choro abraçado dos dois é a despedida. Valderi não sente mais dor. Só Maria.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

As marcas de um narrador onisciente estão por toda parte. É ele quem conduz os leitores para o primeiro dia de trabalho de Valderi na plantação de bananas (“Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas, e vai pulverizando” (p.3)) e os convida a



testemunharem até mesmo o primeiro banho do agricultor depois da labuta: “Dos cascalhos que descem no chuveiro, o primeiro é veneno, depois o suor do dia e, enfim, está limpo” (p.3). Nesses trechos, o uso do tempo verbal no presente é característica recorrente, fortalecendo a incidência do narrador onisciente. Segundo Motta (2013), o estabelecimento do marco temporal no presente é percebido como estratégia de objetivação, porque a atualidade “organiza a história como sucessão” (p.200), construindo uma versão neutra da trama, “encerrando tudo no momento atual” (p.200). No entanto, considerando os atributos do gênero reportagem, no qual se costuma abrir mão da factualidade, o uso do tempo verbal no presente parece-nos muito mais servir à produção de efeitos catárticos, emocionais, conferindo dinamismo à narrativa e reavivando as cores da memória.

No quinto parágrafo, por exemplo, lê-se uma sobreposição de tempos presentes: “‘Ainda tá muito feio, em carne viva’, nota Maria” (p.3). A protagonista não nota a gravidade do ferimento no momento da entrevista, muito menos no agora em que o leitor acessa a reportagem, mas num presente outro, impreciso, poucos dias antes do retorno de Valderi para retirar os pontos. Mas a lembrança vivifica o acontecimento, emerge dos confins da memória, conferindo *status* de agora e permitindo que a sensação de temor da esposa alcance o leitor. O vivido pode até se encerrar no passado, mas os frutos que dele germinam, não. Os verbos da lembrança se conjugam no presente.

Ainda sobre a relação tempo e narrativa, ao detalhar a evolução da doença, o narrador-repórter deixa de lado a precisão jornalística e adota como marcadores temporais as perdas físicas de Valderi, numa clara complementaridade entre referenciais de tempo (objetivos) e termos subjetivos. Nos quinto e sexto parágrafos, há vários deles: “No dia de tirar os pontos” (p.3), “Com dois meses de quando perdeu o primeiro dedo” (p.3), “passados três anos de quando duas muletas substituem o pé direito” (p.3). Os dêiticos – que poderiam ser “terça-feira”, “dia 22 de novembro de 2012” – são preteridos diante de marcas tão mais agenciadoras da memória: as apartações sentidas na carne.

Percebe-se ainda que, enquanto narrador onisciente, o repórter se dá a liberdade de afrouxar as fronteiras entre informação e opinião, fazendo inferências acerca da realidade, ainda que pautadas nos relatos colhidos no processo de apuração. Em “chega em casa como quem repõe a cruz no ombro” (p.3), no penúltimo parágrafo, e no trecho final da reportagem (“Sem saber de onde tira força, coloca sozinha o homem na rede, ele pesando o dobro dela. O choro abraçado dos dois é a despedida. Valderi não sente mais dor. Só Maria” (p.3)) é possível notar essas marcas. Expressões como “repõe a cruz dos ombros”, “sem saber de onde tira força”, “pesando o dobro dela” e “Valderi não sente mais dor. Só Maria” comprovam essa

atravessagem do jornalista pelas fronteiras dos gêneros informativo e opinativo, qualificando momentos vividos pelas fontes.

Esse borramento entre as vozes do repórter e das fontes acontece ainda no seguinte trecho do sexto parágrafo: “Num dia para se esquecer, Maria chega do trabalho e Valderi está no chão, rolando de parede a outra, numa tentativa de suportar a dor” (p.3). A quem pertence a frase “Num dia para se esquecer”? O repórter, aqui, infere que se trata de um dia a ser esquecido a partir dos relatos de Maria, retomando o processo de apuração conduzido de forma subjetivada, por ele detalhado na análise da narrativa processual.

A ocorrência, segundo Tuchman (1999), pode ser interpretada como uma marca opinativa do narrador onisciente e, neste caso, quando informação e opinião se borram, cabe à experiência do repórter certificar e autorizar o conteúdo ali oferecido: “os leitores devem confiar e aceitar a informação do repórter de acordo com a avaliação das suas qualidades e pontos de vista revelados no seu trabalho geral e em produções anteriores” (p.84), levando-nos a apontar para a importância da dimensão autoral do texto e para o lugar que o jornalista ocupa na cadeia produtiva da redação a que pertence: que repórter o assina? O histórico de produções desse repórter influencia no aval que o narrador-jornal dá a esse conteúdo mais subjetivo/experimental? A construção da reputação do jornalista, portanto, insinua-se como influência direta na liberdade para a subjetivação.

#### **e) Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil**

As páginas 4 e 5 do primeiro dia de especial marcam o coração do caderno. O primeiro impacto visual da página dupla é a retomada da foto de capa em oito colunas. Na imagem, distingue-se a silhueta em contraluz de um trabalhador rural pulverizando uma plantação. O agricultor aparentemente utiliza luvas, mas nenhum equipamento de proteção respiratória. Nesta página dupla, assim como na publicada no segundo dia de especial (19 de abril de 2013), as matérias mais objetivadas prevalecem sobre as subjetivadas, leitura possível pelo espaço ofertado à reportagem da página par, que invade duas colunas à direita, destinando apenas três colunas da página ímpar à matéria sobre Helena, viúva de Liberato.



desestabilização do *ethos* hegemônico que ‘multinacionais’ e ‘oligopólio bilionário’ conferem à sentença.

Figura 14 – Página 4: texto em detalhe

# Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil

**Nove fabricantes multinacionais faturam US\$ 8,9 bilhões em vendas no País e não concorrem entre si**

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Fortaleza.** Foi mais de 1 milhão de toneladas de agrotóxicos nas lavouras agrícolas do Brasil na safra 2011/2012, uma boa parte com uso proibido nos Estados Unidos e nos países da União Europeia. Outra parte proibida aqui mesmo, dependendo da cultura em que seja aplicada. Para os fabricantes desses produtos químicos, isso representou um faturamento de US\$ 8,9 bilhões somente no Brasil em 2011 – em 2000 foi de US\$ 2,5 bilhões, tornando o mercado da produção/comércio de veneno um dos mais rentáveis do Brasil. A falta de informação e fiscalização faz com que, em muitos campos agrícolas, o próprio comerciante indique e receite qual veneno o agricultor deve usar. A venda compete diretamente com os riscos.

O que espanta muitos especialistas é a intensidade no uso dos produtos químicos. Em 2002, o Brasil consumiu 599,5 milhões de litros de agrotóxicos. Em 2011, a quantidade foi de 852,8 milhões de litros. Na média nacional, aumentou de 10,51 para 121 por hectare. E não só a quantidade, mas a toxicidade também tem aumentado.

Um exemplo se dá na Região Jaguaribana, no Ceará. Um dos maiores polos fruticultores do Nordeste, há sete anos, é objeto de estudos científicos nas mais diversas vertentes sobre o impacto dos agrotóxicos – social, ambiental, econômico e na saúde humana. Um deles é o Inventário do Veneno, coordenado pelo engenheiro químico Rivelino Cavalcante, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC). De acordo com o levantamento, dos 207 diferentes produtos químicos para defender a lavoura, 48% estão nas classes toxicológicas I e II, ou seja, extremamente tóxico e muito tóxico, respectivamente.

Vários fatores contribuem para o crescimento no uso de agrotóxicos, como o aumento do crédito agrícola, facilitando a compra de produtos cada vez mais potentes, e mesmo a isenção fiscal (alguns agrotóxicos têm 60% de isenção de ICMS).

Os agrotóxicos ficaram isentos de cobrança de ICMS no Ceará desde um decreto do Governo do Estado, em 1997.

Mas a dependência do produto pela cultura é outro mantenedor de sua aquisição. É o caso do glifosato, cuja demanda é cada vez maior, sobretudo nas lavouras de soja transgênica no Estado de Mato Grosso. Trocando em miúdos, a lavoura mantém dependência do veneno quanto mais ele é utilizado.

## Oligopólio

As 11 maiores empresas mundiais detêm 90% do mercado no Brasil e praticamente todo o mercado brasileiro. Essas fabricantes praticamente não concorrem entre si, cada uma com uma variedade de ingredientes ativos para combater uma cultura diferente, num evidente caso de oligopólio.

Embora represente apenas 4% da área agrícola cultivada entre os 20 maiores países agrícolas, o Brasil responde por 20% do consumo de todos os agrotóxicos comercializados no mundo. Os produtos químicos usados na lavoura do Brasil vêm de um grupo de dez grandes empresas, por ordem decrescente de participação – Syngenta (Suíça), Bayer (Alemanha), BASF (Alemanha), FMC (EUA), Du Pont (EUA), Dow Química (EUA), Monsanto (EUA), Makhshesh-Agan (Israel) e Nufarm (Austrália). Em 2010, o Brasil respondeu por 18,7% de todo o faturamento da Syngenta no mundo, de US\$ 8,8 bilhões.



Para conter o que chamam de “movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento”, os fabricantes apostam na legislação a seu favor, tornando-se os principais doadores de campanhas de muitos deputados estaduais e federais, boa parte dos quais participou da elaboração do novo Código Florestal Brasileiro.

## Nova imagem

Em outra frente, os fabricantes mundiais de veneno fazem parcerias com ONGs internacionais em projetos de preservação e, dessa forma, combatem a imagem de fabricantes de “produtos que matam”.

A Fundação Monsanto, por exemplo, é responsável por um projeto de capacitação de professores no interior do Estado do Paraná. O trabalho é feito em parceria com a ONG Immed Brasil e pretende investir, até 2014, cerca de US\$ 500 mil em cursos para professores, coordenadores pedagógicos e diretores de seis escolas, beneficiando também 1,6 mil alunos.

Num Workshop para jornalistas em todo o Brasil, realizado em 2012, na cidade de Campinas, com a presença do *Diário do Nordeste*, cientistas da Agência Nacional de Defesa Vegetal (An-Def) rebaixaram um a um todos os argumentos de que os agrotóxicos sejam prejudiciais, se usados conforme a lei.

“O alimento produzido com agrotóxico pode até ser conside-

rado mais saudável do que os orgânicos (que não utilizam os produtos químicos)”, afirmou o engenheiro agrônomo José Francisco da Cunha, consultor da empresa Tec-Fertil.

O rápido crescimento e pujança dos fabricantes de veneno fez esse segmento econômico tão forte que o lobby, nas mais diversas formas, acaba prejudicando a informação sobre o uso mais correto (ou menos prejudicial) do veneno. O resultado é a aplicação de produtos em culturas para as quais ele não é orientado, a falta de obediência à carência entre uma aplicação e outra e uma medida ilegal e letal comum, tanto entre agricultores, quanto entre grandes empresas multinacionais: a produção de coquetéis (mistura de vários ingredientes ativos de herbicidas, fungicidas e inseticidas). Tudo para dar maior garantia de que a produção ficará livre de pragas.

Para conseguir o registro e colocar um produto no mercado (veja infográfico), o fabricante de veneno precisa de autorização dos três órgãos brasileiros responsáveis por regular o setor: Anvisa, Mapa e Ibama.

De acordo com os respectivos critérios de uso e indicação, existem cerca de 2.400 formulações de agrotóxicos registrados no Ministério da Saúde, Mapa e Ministério do Meio Ambiente, contendo cerca de 434 ingredientes ativos e o número pode aumentar nos próximos anos.



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

No subtítulo estão resumidos os dados principais da reportagem: “Nove fabricantes multinacionais faturam US\$8,9 bilhões em vendas no País e não concorrem entre si”. O conteúdo chama atenção por, em diversos trechos, evidenciar a disputa hegemônica nos campos político e econômico, indissociável ao debate sobre o uso de agrotóxicos. Já no primeiro parágrafo, a supremacia norte-americana e dos países europeus se posiciona no discurso: “Foi mais de 1 milhão de toneladas de agrotóxicos nas lavouras agrícolas do Brasil na safra 2011/2012, uma boa parte com uso proibido nos Estados Unidos e nos países da União Europeia” (MELQUIADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 4). Está claro: os venenos consumidos no Brasil não entram nos países-sede das empresas para as quais geraram, em 2011, um lucro de quase nove bilhões de dólares.

Apesar de apontar a necessidade de uma visada complexa para uma compreensão holística do tema, o repórter acaba, no intertítulo “Oligopólio”, descortinando um abismo dicotômico. Ao apresentar denunciar a proteção do governo brasileiro à indústria de agrotóxicos, afirma: “Para conter o que chamam de ‘movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento’, os fabricantes apostam na legislação a seu favor, tornando-se os principais

doadores de campanhas de muitos deputados estaduais e federais” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.4). O termo ‘movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento’ – apresentado entre aspas e, portanto, como fala dos fabricantes – é muito representativo da disputa de poderes que se estabelece no universo sobre o qual a reportagem versa. Os produtores de veneno posicionam os grupos favoráveis ao cultivo orgânico ou com uso reduzido de defensivos não como movimentos contrários ao interesse das empresas, mas ao ‘desenvolvimento’, deixando implícito que se trata do desenvolvimento da sociedade, da economia mundial. Como se lutar pelo uso de agentes menos tóxicos nas lavouras ou pelo cultivo orgânico significasse ir de encontro ao progresso. Assim, para combater as frentes contrárias aos seus interesses, as empresas se valem do seu poderio, que está longe de ser apenas econômico – é também político e estratégico.

O que se evidencia é uma divisão de fronteiras bem definidas: de um lado, os fabricantes, que assumem uma fachada de defensores do progresso, e a legislação brasileira, que lhes confere credibilidade, oficializando o discurso das empresas; e do outro, os ‘movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento’. Interessante ressaltar aqui o tom pejorativo com que a ideologia é inserida no contexto. Ao adjetivar os movimentos como ‘ideológicos’, os fabricantes se eximem de agir também sob a chancela de uma ideologia. Como se a ânsia pela manutenção de uma hegemonia a qualquer custo, inclusive desconsiderando o bem-estar humano, não fosse também ideológica. Importante pontuar que, segundo Spivak (2010), a ideologia é justamente “uma teoria necessária para uma compreensão dos interesses” (SPIVAK, 2010, p.26).

Ainda sobre as aspas simples utilizadas para destacar ‘movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento’, faz-se necessário retomar o debate sobre uso das aspas. Neste caso, surgem como uma forma de territorializar simbolicamente o discurso, determinar fronteiras. A aspa-muro, por um lado, salvaguarda o narrador-jornalista (TUCHMAN, 1999) e, por outro, expõe e responsabiliza o narrador-fonte, garantindo que ele se assuma autor do discurso, a partir do seu lugar e com as suas intencionalidades (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Segundo Maingueneau (1997, p.32), “ao enunciar, eu me concedo um certo lugar e ‘atribuo um lugar complementar ao outro’, peço-lhe que se mantenha nele e que ‘reconheça que sou exatamente aquele que fala de meu lugar’”. O autor defende a AD como uma análise não necessariamente dos sujeitos, mas da enunciação: do sujeito em ação de fala. Nesse sentido, considera o que chama de “subjetividade enunciativa”, a qual “possui duas faces: por um lado, ela constitui o sujeito em sujeito de seu discurso, por outro, ela o assujeita” (MAINGUENEAU, 1997, p.33). As aspas funcionam, portanto, como esse lugar de

enunciação do sujeito-fonte, presente no enunciado através da ação do sujeito-jornalista, não sem a autorização do jornal (através da publicação). O enunciado da fonte, ao passo que legitima o repórter, também é legitimado por ele.

Sob essa perspectiva, o jornalista, portanto, usa a aspa tanto porque quer, mas não pode dizer quanto porque não pode/quer dizer e, portanto, deixa que o outro diga. “Aí reside toda a ambiguidade do distanciamento: o locutor citado aparece, ao mesmo tempo, como o não-eu, em relação ao qual o locutor se delimita, e como a “autoridade” que protege a asserção. Pode-se tanto dizer que ‘o que enuncio é verdade porque não sou eu que digo’ quanto o contrário” (MAINGUENEAU, 1997, p.86). O ato de aspear, nessa circunstância, pode ser lido então, principalmente, como ação de parcialidade porque o jornalista decide não mesclar seu próprio discurso ao da fonte, como o faz em diversas outras oportunidades através do discurso indireto, em matérias tanto das páginas pares quanto das ímpares<sup>99</sup>.

O intertítulo “Nova imagem” reforça a relevância de ocupar espaços no campo dos discursos. Na sociedade contemporânea, não é suficiente deter o poder econômico e político, é preciso manter o controle também no campo simbólico<sup>100</sup>, por exemplo, dissociando dos agrotóxicos e das empresas qualquer imagem negativa. É o que se revela nesta passagem:

Num WorkShop para jornalistas de todo o Brasil, (...) cientistas da Agência Nacional de Defesa Vegetal (Andef) rebateram um a um todos os argumentos de que os agrotóxicos sejam prejudiciais, se usados conforme a lei. “O alimento produzido com agrotóxico pode até ser considerado mais saudável do que os orgânicos (que não utilizam os produtos químicos)”, afirmou o engenheiro agrônomo José Francisco da Cunha, consultor da empresa Tec-Fértil. (JÚNIOR, 17/04/2013, p.4)

Ministrar um workshop para profissionais do jornalismo é um forte indício desta tentativa de controle do campo simbólico. Para atingir este objetivo, a força hegemônica se usa do discurso jornalístico. E, mais uma vez, percebe-se no excerto destacado o uso da legitimidade conferida pela regulamentação governamental, já que a ausência de riscos dos agrotóxicos é condicionada ao uso ‘conforme a lei’.

<sup>99</sup> À página 2, o jornalista faz afirmações teoricamente cedidas pela fonte especialista, mas sem uso de aspas: “É o caso de transtornos psíquicos causados pela exposição contínua aos agrotóxicos do tipo organofosforados, usados em grande escala em diversas lavouras. Este inseticida é um dos mais comuns no mundo. Aparentemente fornecem menor risco ao meio ambiente, por sua rápida decomposição após a aplicação. No entanto, é muito tóxico para ser humano e animais” (MELQUÍADES JUNIOR, 17/04/2013, p.2). Na página 3, em vários momentos Melquíades mescla inferências suas com as de Maria, como apresentamos na análise a essa reportagem.

<sup>100</sup> Segundo Bourdieu (1989), as produções simbólicas servem aos interesses das classes dominantes, seja “para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias)” (p.10), seja para a “legitimação dessas distinções” (p.10). Nesse sentido, “a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção)” (BOURDIEU, 1989, pp.10-11).

**f) “Eu ainda penso que ele vai voltar”, diz esposa de agricultor**

À página ímpar, a voz do narrador-jornalista despe-se de porcentagens, siglas, estatísticas, e abraça a descrição de paisagens – externas e internas, dos espaços em torno da entrevistada e do que se passa em seu interior. A ruptura se inicia já no título com o uso da aspa da narradora-fonte. No primeiro parágrafo, a frase “parece que foi ontem” é exemplo da mescla entre discursos dos narradores, sobre a qual debatemos anteriormente: não se sabe precisar a quem este excerto pertence, se a Melquíades ou à Helena. Também ao adotar certas expressões populares e lexicalizações, o jornalista aproxima a si mesmo e ao leitor de Helena e da comunidade de Juazeiro, como em: “Seu Liba, como era chamado na comunidade, diziam que dava de dez a zero nos rapazotes” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5).



Figura 15 – Página 5: texto em detalhe

**Num dos maiores polos agrícolas do Nordeste, farra de agrotóxicos e casos de contaminação, como o de José Liberato**

**Juazeiro (BA).** Parece que foi ontem o dia 20 de julho de 2010. Os mais de 39 anos de casada com Liberato não permitem que Helena ache distante o tempo que já não vive mais com o esposo. “Distância é o tempo que fica para frente”. Ao redor de casa, o horizonte lembra Liberato – um campo agrícola e o campo de futebol. É, quando a tarde avança, é maior a sensação de que o homem está perto de voltar.

“Era louco por futebol. Era sagrado o jogo à tardinha. Chegava da plantação pra se trocar para o jogo. Duas coisas que ele gostava: jogar bola e ouvir um sonzinho em casa”. Seu Liba, como era chamado na comunidade, diziam que dava de dez a zero nos rapazes. “Era um co-roa enxuto”. O gosto pelo futebol é tanto que só percebe que a contaminação por agrotóxico virou coisa séria no meio de uma partida, quando bate uma fraqueza e desmaia no meio do campo. No hospital, dizem que provavelmente não é nada. “Mas eu já tinha impressão que fosse o início desse problema”, afirma Helena. É o início do recomeço, pois antes foram vários decaimentos no campo agrícola.

“Ele já tinha se intoxicado de veneno em 83, teve a segunda

vez, aí a terceira foi aqui na frente de onde tá a gente”. Estamos no assentamento Mandacaru, Juazeiro (BA), em pleno Vale do Rio São Francisco. Por causa disso, passa sete anos afastado da roça. “Se fosse lá (na roça), chegava em casa com dor de cabeça e coceira no corpo”.

**Corpo “em chamas”**

O formigamento e o calor no corpo são tantos que 5 horas da madrugada, quando o sertanejo pode encontrar o momento mais frio do dia quente, Liberato está no segundo ou terceiro banho. Vã tentativa de apagar a sensação de chamas. “Quando ele sentia dor de cabeça, o médico dizia ‘o senhor não vá pra roça, pode dar um problema e o senhor ficar paralisado’. Era uma dor de cabeça muito forte, ele gritava feito criança”, conta.

Além da casa, o casal Helena e Liberato conquistou um lote de oito hectares no assentamento. Lá, passaram 24 anos das quase quatro décadas de casados. Nesse tempo, viram o Rio São Francisco iniciar a propulsão de um grande movimento de produção agrícola irrigada, a partir de Petrolina (PE), na outra margem do rio. O polo Petrolina-Juazeiro é hoje referência de desenvolvimento rural no Nordeste.

“Na época em que ele começou, não tinha proteção. Naquele tempo, não tinha EPI. Tinha tempo de ele chegar em casa todo molhado de veneno. Depois, eu ia lavar a roupa. Mas também ajudava ele assim: ele

botava veneno num dia, no outro eu ia limpar. Quando eu fiquei assim (aponta manchas no corpo), fiz todo tipo de exame e não deu nada para agrotóxico”.

Hipertensa e portadora de sífilis, Helena passa a também ter que medicar o marido, que já não apresenta mais a dor de cabeça, mas a dor de preocupação: aparece um caroço na axila de Liberato. No hospital, o médico retira, mas, pensando encontrar apenas uma bolha, surpreende-se com o caroço. Uma vez retirado, o nódulo vai para biópsia em Cascavel, no Paraná. Recuperando-se da cirurgia, o agricultor recebe alta hospitalar. “Não faça nada, fique aí que eu vou lhe buscar”, diz Helena, por telefone, assim que recebe a boa notícia. De vez em quando tem que conter a ansiedade de Liberato, que não vê a hora de voltar.

**Apiora**

“Quando eu chego, ele já está com bolsa na mão, num pé e noutro pra ir embora. De repente, começa a sangrar na área da cirurgia. Abrem na minha frente, chega espirra sangue. O médico diz: ‘se o senhor sangra na sua casa, não chega aqui’”.

Cancelada a alta, Liberato segue em observação. Chega a biópsia do nódulo e dos exames de sangue – leucemia e linfoma no intestino. Um documento-guia de internação já aponta Liberato para tratamento quimioterápico em Salvador. “Lá, vai ser a minha cura”, pensa.

Mesmo ameaçado de fechamento nos últimos cinco anos, e com constantes atrasos no recebimento das parcelas para manutenção, o Hospital Aristides Maltz, na Capital Baiana, é o único especializado em tratamento de câncer pelo SUS em todo o Estado. Helenice, a filha mais velha, acompanha o pai.

Em Juazeiro, a comunidade do assentamento faz os preparativos da tradicional Festa do Colono. Mesmo com seu Liba doente, ninguém ousa interromper os trabalhos. “Estou com cara de festa de despedida”, pensa Helena naquele momento.

Em Salvador, faz cinco dias que Liberato espera voltar para casa e para o futebol. É a mesma ansiedade, mas algo mudou. A alegria, ou o disfarce da tristeza, comum em sua face até então, somem. A família tem dimensão da dor do problema, mas gosta de ver aquela cara de valente nele. O homem forte, agora também é sincero: “minha filha, fique aqui comigo, acho que de hoje eu não passo”, diz. Se dissesse a Helena, teria ouvido novamente dela: “vire essa boca pra lá, homem. Se duvidar eu vou antes de você”.

Helénice passa mais um dia, tarde e noite ao lado do pai. Só o deixa às 22 horas, momento de ir para a Casa de Apoio ao Enfermo, para onde vai quem não tem para onde ir. O telefone anda mais rápido e, antes que entre no alojamento, às 23 horas, recebe a notícia do administrador do local: “o seu pai não resistiu”.

“Quando eu fui saber já era de manhã. Estava limpando o terreiro quando meus sobrinhos chegaram e me disseram”, conta Helena. Liberato morre aos 60 anos. Não dá tempo de fazer a primeira sessão de quimioterapia, nem de receber o terceiro mês da aposentadoria, que tanto sonhou conquistar. Para Helena ainda mais parece que foi ontem quanto mais ela revê o vídeo deixado pelo marido, gravado no leito do hospital, com uma câmera digital. Falava da falta dela e do time de amigos (MJ).

**Para Helena,**  
o tempo parece  
não passar e,  
assim, a saudade  
de Liberato não  
diminui com o  
passar dos dias,  
meses, anos



“  
Foram 40 dias do  
desmaio até a morte.  
O médico dizia pra  
não pegar mais em  
veneno. A gente usava  
porque era o jeito,  
precisava”

HELENA BARROSA  
Dona de Casa e viúva do agricultor

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

As marcas de parcialidade são outra característica recorrente neste relato. Ao narrar a saga de Seu Liba, dos desmaios à internação, a viúva e camponesa Helena é posicionada como questionadora (a seu modo) de símbolos hegemônicos, como o hospital e a empresa



contratante do esposo. Isso se demonstra em passagens como: “No hospital, dizem que provavelmente não é nada. ‘Mas eu já tinha impressão que fosse o início desse problema’, afirma Helena” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5) e na aspa em que denuncia: “Na época em que ele começou, não tinha proteção. Naquele tempo, não tinha EPI. Tinha tempo de ele chegar em casa todo molhado de veneno. Depois, eu ia lavar a roupa (...) Quando eu fiquei assim (aponta manchas no corpo), fiz todo tipo de exame e não deu nada para agrotóxico” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5). As passagens remetem à noção de “outro multiplamente situado” (YOUNG, 2000 *apud* MIGUEL; BIROLI, 2010): Helena não apresenta argumentações bem elaboradas ou provas documentais capazes de, objetivamente, questionar os laudos médicos ou de responsabilizar a empresa contratante de Liberato, mas possui, no espaço da reportagem, a liberdade de – ao seu modo, a partir das suas inquietações – perturbar a hegemonia simbólica dessas instituições, rachando a reputação de ambas e, consequentemente, transportando suas dúvidas aos leitores.

Quanto às representações da viúva e do esposo, verifica-se uma interessante transformação na construção das identidades discursivas de ambos. Eles, homens valentes em processo de definhamento – logo se revelam frágeis, indefesos, maridos-filhos; elas, fortes, irrepreensíveis, esposas-mães. Ao lado da filha Helenice, a baiana Helena enfrenta, além de suas próprias dores, a rotina de acompanhamento do esposo aos hospitais, como se lê no trecho: “Hipertensa e portadora de sífilis, Helena passa a também ter que medicar o marido” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5) ou quando Liberato confessa-se à filha Helenice: “O homem forte, agora também é sincero: ‘minha filha, fique aqui comigo, acho que de hoje eu não passo’, diz. Se dissesse a Helena, teria ouvido novamente dela: ‘vire essa boca pra lá, homem. Se duvidar, eu vou antes de você’” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5).

Pensando nos modos de representação dessas mulheres, o autor como que traça um perfil da dor das viúvas, constituindo com elas um bloco, um grupo unificado de mulheres. Trechos dos discursos das viúvas se assemelham, equiparam, quase sempre quando narram a agonia dos maridos. Na reportagem da página 3, relato de Maria, lê-se: “Valderi no chão gemendo, se arrastando ao encontro do abraço da mãe-esposa” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 3); no de Helena, consta: “‘Era uma dor de cabeça muito forte, ele gritava feito criança’, conta” (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p. 5). Esse esforço homogeneizante de perfilação pode ser lido como um ato de objetivação, no sentido de conferir, a todo custo, ordem ao caos. Por outro lado, ao priorizar a contação dos seus relatos em primeira pessoa (SARLO, 2007; SERELLE, 2009), destacando pormenores dos sofrimentos de cada agricultor

e de cada família, observa-se que não é de interesse do repórter representa-las apenas coletivamente – as reportagens valorizam, sim, as particularidades e complexidades desses sujeitos, apesar dessa homogeneização pairar sobre o especial, em linhas gerais.

Tabela 7 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 17 de abril

<b>Análise da narrativa textual – edição de 17 de abril de 2013</b>		
<b>Atos</b>	<b>Como se indiciam</b>	<b>Trechos</b>
<b>Capa do jornal</b>		
Tendência à objetivação/anulação dos sujeitos;	Institucionalidade: presença do narrador-jornal como representante (elemento sintetizador) da equipe de reportagem;	Chamada de capa: “o Diário do Nordeste conheceu”;
Tendência à objetivação;	Grandezas numéricas utilizadas para reportar o processo produtivo e conferir credibilidade;	“Mais de 6 mil km percorridos”
<b>Página 1 – Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros</b>		
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Alteração do projeto gráfico a fim de valorizar as fontes retratadas na narrativa e representar ruptura;	Página majoritariamente em preto e branco, conferindo dramaticidade; fotos das fontes em destaque; alteração da logomarca do caderno;
Tendência à objetivação/anulação dos sujeitos;	Institucionalização dos sujeitos: uso do plural institucional inclusive para reportar ações particulares do repórter;	“conhecemos após percorrer quase seis mil quilômetros”; “Sabíamos, dois anos antes, das ameaças de morte”;
Tendência à subjetivação;	Dispensa de referenciação (sobrenome, cargo) e lexicalização (adoção do modizer das fontes);	Assim foi com Valderi, Vanderlei, Rosália...”;
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Referência temporal utilizada para revelar acompanhamento extensivo às fontes (valorização dos sujeitos);	“conheceu (...) em 2005”, “sua última foto em vida, em 2008”, “esta reportagem não começa agora, mas há sete anos”
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Referência de condições de verdade: exposição de dados estatísticos e levantamentos de fontes institucionais;	“117 mortes por agrotóxico agrícola somente em 2010, ano mais recente levantado pelo Sistema Nacional de Informações Toxicológicas”
Tendência à complexidade;	Considera os diversos atores envolvidos na problemática dos agrotóxicos – governo, trabalhadores, fabricantes e vendedores, opondo a narrativa a um pensamento simplificador;	“Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série”
<b>Página 2 - Brasil registra o aumento de mortes por agrotóxicos</b>		
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Referência de condições de verdade: Exposição de dados estatísticos e levantamentos de fontes institucionais;	“um mercado nacional que em 2002 representava R\$2,5 bilhões chega, passados dez anos, à cifra de R\$ 8,9 bilhões”
Duplicidade: tendências à objetivação e subjetivação;	Infografia utilizada como recurso de precisão (para conferir credibilidade pela via da objetivação) quanto para fins catárticos: de promover identificação/impacto visual;	Infografia;
Duplicidade	Recurso argumentativo utilizado tanto para conferir precisão e facilitar o processamento de informações quanto para fins catárticos, de identificação com o leitor;	Comparações: “O total representa duas vezes mais que as mortes por medicamentos no mesmo ano”
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Referências geográficas e de condições de verdade;	Cita a quantidade de casos de intoxicação por estados brasileiros e os ranqueia;
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Uso de aspas (considerado ato de objetivação) manifestado como recurso de humanização do	“Há sim casos de agricultores que cometem suicídio com o

	relato.	próprio produto que aplicavam”
<b>Página 3 - Abraçado comigo ‘Rodrigue’ dizia: ‘Mãinha’ não me deixe morrer</b>		
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Uso de aspas (considerado ato de objetivação) manifestado como recurso de humanização do relato.	Aspas do título;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Lexicalização;	Uso dos termos ‘Mãinha’ e ‘Rodrigue’;
Complementaridade	Lexicalizações combinadas a referências geográficas para promover imersão do leitor e identificação;	“Fica radiante ao saber que lá mesmo onde mora, na Cidade Alta, Limoeiro do Norte, estão escalando agricultor pra trabalhar na Chapada do Apodi e não pedem a idade”;
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Recorrência do tempo verbal no presente: apontado como marca de objetivação, pelo efeito de atualidade, é usado, neste caso, para vivificar a memória da viúva;	“Coloca a bomba nas costas, com o veneno preparado por outros colegas, e vai pulverizando”;
Complementaridade/ subversão: subjetivação para fins objetivos;	Informações relativas aos corpos das fontes utilizadas como referências temporais;	“Com dois meses de quando perdeu o primeiro dedo”;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Borramento entre vozes narrativas, diluição da fronteira informação-opinião;	“Sem saber de onde tira força, coloca sozinha o homem na rede”;
<b>Páginas 4 - Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil</b>		
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Infografia utilizada para promover efeito de objetividade/credibilidade;	Infografia “fluxo do agrotóxico” e peça gráfica de números;
Tendência à subjetivação;	Parcialidade justificada: desajuste da balança discursiva indiciada pelo uso do termo “veneno” em vez de “agrotóxico” ou “defensivo agrícola”	“Multinacionais do veneno”
Tendência à objetivação/simplificação;	Apesar de apontar a necessidade de compreensão dos contextos políticos e econômicos para abordar o tema do caderno, o repórter promove uma divisão dicotômica das fontes ao apresentar provas conflitantes;	Intertítulo “Oligopólio”;
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Aspas sendo utilizadas como recurso de parcialidade: o jornalista faz questão de deixar claro que a expressão foi dita pela fonte, não por ele;	‘movimentos ideológicos contrários ao desenvolvimento’;
<b>Página 5 - “Eu ainda penso que ele vai voltar”, diz esposa de agricultor</b>		
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Uso de aspas (considerado ato de objetivação) manifestado como recurso de humanização do relato.	Aspas do título;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Lexicalização;	“Seu Liba, como era chamado na comunidade, diziam que dava de dez a zero nos rapazes”;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Desajuste da balança discursiva e lexicalização: Helena questiona, a seu modo, instituições hegemônicas;	“No hospital, dizem que provavelmente não é nada. ‘Mas eu já tinha impressão que fosse o início desse problema’, afirma Helena”;
Tendência à simplificação/objetivação;	Construção homogênea das personagens viúvas e esposos, estabelecendo entre eles relação maternal. Manifestação pode ser lida como tentativa de ordenamento, daí objetivação;	“Hipertensa e portadora de sífilis, Helena passa a também ter que medicar o marido”;

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora

#### 4.2.2. Edição do dia 19 de abril de 2013

##### a) Capa do jornal

Na capa do segundo dia de publicação do especial, o narrador-jornal reduz consideravelmente o destaque à série. Vê-se apenas uma arte a partir de uma fotografia, posicionada na segunda metade do jornal, após a dobra (espaço empiricamente reconhecido como de menor notoriedade em relação à primeira dobra), ocupando a largura de apenas três colunas e abaixo da chamada do futebol. A legenda sintética (“Viúvas do Veneno. Segunda reportagem da série”) não traz nenhuma *call to action*<sup>101</sup>, apenas título do especial, descrição e indicações da editoria e das páginas. A chamada, portanto, em nada representa a subjetivação proposta como elemento de diferenciação do caderno. Nem mesmo a fotografia utilizada o faz. Em vez de, por exemplo, valorizar as viúvas, o narrador-jornal decide seguir mantendo o foco nos agricultores e no veneno, já que o que se divisa na imagem é o trabalhador em ato de pulverização (como na foto da primeira capa). Curiosamente, na imagem que ladeia a foto do agricultor, vê-se uma chamada para o suplemento Guia do Sabor, em que se lê: “Comida boa e prática agora entra na era do congelado”.

Figura 16 – Capa do jornal – dia 19 de abril de 2013



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

<sup>101</sup> Expressão norte-americana utilizada na publicidade e no marketing para definir verbos no imperativo, que convidem à ação.

### b) A vida no canavial com dia para começar e terminar

Contrastando diametralmente com a chamada do jornal, a capa do segundo dia apresenta uma arte a partir de uma foto em preto e branco, de página inteira, em que se avistam a esposa e a mãe de Luiz, ambas a perder os olhares, à porta de casa, saudosas, ainda enlutadas; como que impedidas de fitar o leitor. Ainda que a legenda faça referência ao agricultor falecido, a fotografia não remete a ele e sequer seu nome é informado, sendo referenciado apenas como “o marido de Sueli” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 1). A página, portanto, trata delas, das mulheres que perderam seus filhos – literal e simbolicamente.

Figura 17 – Página 1: A vida no canavial com dia para começar e terminar



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Em segundo plano, a imagem revela elementos contextuais que, mais adiante, ajudarão a construir o imaginário visual da narrativa: vestígios da casa humilde da viúva paraibana – a parede de taipa; a porta frágil, de madeira; a prateleira simples, com uns poucos utensílios de alumínio; uma única panela no fogo.

Textualmente, no subtítulo, novamente a lexicalização se apresenta como recurso de subjetivação – o termo técnico da doença que abate Luiz é substituído por “câncer nos ossos” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 1). Em vez de agrotóxico, opta-se por “veneno”. O reposicionamento das informações objetivas também é interpretado como ato de subjetivação: os nomes e sobrenomes da esposa e da mãe: “A viúva Sueli Félix e a sogra Francisca da Silva lamentam a perda” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 1), além dos créditos da fotografia, são reservados apenas para a legenda da foto, no canto inferior da página.

### **c) Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer**

Na primeira reportagem do segundo dia, o efeito catártico/emocional da capa dá lugar à objetivação já nas primeiras impressões. Visualmente, a página apresenta o mesmo padrão das pares do primeiro dia: títulos sucintos, em ordem direta; e infografia. Nesta matéria, divisam-se no infográfico os efeitos crônicos da exposição a múltiplos agrotóxicos em diversos órgãos/sistemas do corpo humano, informações obtidas através do Ministério da Saúde e da Anvisa.



Figura 18 – Página 2: Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer

2 | VIÚVAS DO VENENO

DIÁRIO DO NORDESTE  
FORTALEZA, CEARÁ - SEXTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2013

AGROTÓXICOS CADA VEZ MAIS FORTES

## Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer

**Exposição crônica a múltiplos agrotóxicos**

**ANÁLISE DE MEDULA ÓSSEA REVELA ALTERAÇÃO GENÉTICA EM 11 DE 43 TRABALHADORES AGRÍCOLAS COM RISCOS AO CÂNCER**

**MELQUIADES JÚNIOR**  
Reportagem

**Petrópolis (PE) / Fortaleza (CE)** Regiões agrícolas têm apresentado mais casos de câncer do que onde não há atividade com grande uso de agrotóxicos. Isso se tem observado em Estados como Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Não apenas levantamentos estatísticos comprovam isso, mas estudos clínicos e epidemiológicos, alguns com quase dez anos, feitos por especialistas em áreas como Toxicologia, Hematologia e Biogenética, tendo como área de pesquisa as cidades agrícolas de Limoeiro do Norte (CE), Petrópolis (PE), Lucas do Rio Verde (MT) e Paty dos Alfonses (RJ).

**Potencial carcinogênico**

Mesmo que, de forma isolada, diversos agrotóxicos tenham comprovado potencial carcinogênico, os atuais estudos dão maior segurança a quem entende a complexidade que há em se estabelecer uma relação entre a exposição ao veneno e a doença para dizer: "sim, os agrotóxicos causam câncer, estão causando e há um número significativo de pessoas morrendo devido a esse problema", explica Chelda Bedor, biofarmacêutica com doutorado em Ciências da Saúde, pesquisadora da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf) em Petrópolis (PE), que há cinco anos publicou um dos primeiros estudos amplos sobre o potencial carcinogênico dos agrotóxicos.

Com um elaborado modelo de Química Quântica (sugerido à Anvisa), Chelda demonstrou a complexidade que relaciona as fórmulas estruturais dos venenos e em que medida eles se dispõem com as células humanas, por meio de transferência de elétrons, que consistem a parte mais externa dos átomos (menor partícula da natureza). Em quase duas décadas, foi crescente o número de óbitos por neoplasias (câncer) na pelo

agrícola do Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia. São de 12,2, em 1980; para 14, em 1993, e 31,8, em 2004 para grupos de 100 mil habitantes.

**Malor incidência**

Na região do Vale do Jaguaribe, no Ceará, a incidência de mortes por câncer é 38% maior em relação aos municípios não-agrícolas também do Ceará, conforme estudos do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (Tramas), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFCE). "Nos casos gerais de câncer, o maior número de localizações anatómicas de neoplasias têm se conferido em agricultores", aponta Raquel Rigotto, coordenadora do estudo.

De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde do Ceará (Secsa), de 2001 a 2010, 424 pessoas morreram de câncer somente em Limoeiro do Norte (cidade tem 56 mil habitantes), média de uma morte por câncer a cada onze dias.

A suspeita de que os agrotóxicos participam deste dado é reforçada por estudo genético coordenado pelos médicos hematologistas Ronald Pinheiro e Luiz Ivando, comprovando alterações cromossômicas em trabalhadores da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte.

Foram coletadas 43 amostras de medula óssea, entre trabalhadores da cultura da banana para exportação e da agricultura familiar. Do total, 11 apresentaram alterações cromossômicas. "Eles são muito frequentes em doenças hematológicas como Leucemia Mielóide Aguda e Síndromes Mielodisplásicas. Precisamos ficar vigilantes com esses trabalhadores. Eles devem ser afastados do veneno. O câncer precisa de várias etapas para o aparecimento e, nestes casos, a primeira etapa aparece", afirma Luiz Ivando, médico hematologista do Hospital Universitário

Walter Cantídio, em Fortaleza.

No município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, um dos campeões brasileiros no uso de agrotóxicos na soja e no algodão, foram detectados agrotóxicos no leite materno de 100% das 62 amostras coletadas entre a 3ª e a 8ª semanas após o parto. Endossulfen, DDT e Deltametrina estão entre as substâncias encontradas. Outros estudos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) apontam, com dados entre 2000 e 2006, que a incidência de câncer de mama em mulheres e de esôfago e estômago em homens foi de 30% a 50% maior nos municípios com alto uso de pesticidas do que se comparado às populações de áreas não-agrícolas.

Agrotóxicos com potencial carcinogênico / mutagênicos são proibidos no Brasil. Na prática, existem dezenas desses produtos com registro autorizado para uso. É o caso do leldo giberlico, dimetoato, carbofurano, glifosato, folpete e metamidofós, encontrados nas lavouras de Petrópolis (PE) quando em Limoeiro do Norte (CE).

**Limitações**

"A avaliação conjunta de neoplasias diferentes utilizada em vários estudos também dificulta a interpretação dos achados. Além disso, o uso da ocupação como única maneira de identificar os sujeitos expostos (nos estudos que comparam agricultores a outras categorias ou à população geral) pode levar à distorção dos resultados", pondera a pesquisadora Maria Luíza Cunha, médica do Departamento de Saúde Coletiva da Santa Casa de São Paulo.

A intoxicação aguda é o tipo mais comum que chega aos registros do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sintox). A intoxicação crônica, pelo longo período de exposição, tem menos chance de ser diagnosticada quanto mais deficiente é o sistema de vigilância em saúde em rastrear o problema a partir de um estudo epidemiológico.

Para Chelda Bedor, há desinformação, tanto das equipes médicas que não traçam perfil histórico (anamnese laboral) dos agricultores durante as consultas, quanto desconhecimento desses próprios pacientes de associar veneno aos sintomas.

**A média de óbitos no Vale do São Francisco subiu de 12,2, em 1980; para 14, em 1993; e 31,8, em 2004, por 100 mil habitantes**

**ACOMPANHE A SÉRIE**

**Primeira Parte | 17 de abril**  
**Regional**  
Silêncio e dor se multiplicam nos campos brasileiros

**Segunda Parte | 19 de abril**  
**Regional**  
A vida no canavieiral com dia para começar e terminar

**Terceira Parte | 20 de abril**  
**Regional**  
Disparos da violência e os gritos por justiça ambiental

**Material exclusivo online**

Durante três dias o leitor pode acompanhar online a série **Viúvas do Veneno**, produzida pela Editora de Reportagem do Diário do Nordeste. Confira vídeos com os principais trechos das entrevistas com os personagens que compõem esta série de reportagens. Acompanhe nosso conteúdo extra no site do **Diário do Nordeste**, testemunhos de brasileiros que enfrentam as consequências do uso indiscriminado de agrotóxicos.

Acesse nosso site: [diariodonordeste.com.br](http://diariodonordeste.com.br)

**Regional**  
VIÚVAS DO VENENO

EDITORA VEREDAS MARELLA, LISA - PRACA DA IMPRENSA (PRÉDIO TORRE), CEP: 60110-000, FORTALEZA - CEARÁ. EDITORA DE REPORTAGEM: TELFONE: (85) 3242-1213 - FAX: (85) 3206-0700. DIRETOR RESPONSÁVEL: PÁDUA LOPES. COORDENADOR GERAL: EDUARDO MOURA. EDITORA: MARTELLA OLIVEIRA. FOTOGRAFIA: CÍD BARBOSA, FÁBIANE DE PAULA E JÚNIOR. CONTEÚDO: JORNALÍSTICOS E DESIGN EDITORIAL: FELIPE SOARES. FOTOGRAFIA: JÚNIOR. REVISTA: SOCORRO CUNHA E VÂNIA MONTE.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

O texto abre com uma afirmativa em discurso indireto (“Regiões agrícolas têm apresentado mais casos de câncer do que onde não há atividade com grande uso de agrotóxicos” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 2)), relevante também no discurso mais objetivado uma mescla entre narradores. Nesta construção, o lead é composto de uma hipótese a qual o repórter intenta investigar ao longo do conteúdo. No entanto, ainda que o

jornalista permita essa mescla, como estratégia de abertura da matéria, vale-se de aspas para reafirmar de forma mais explícita a mensagem do lead:

os atuais estudos dão maior segurança a quem entende a complexidade que há em se estabelecer nexo entre a exposição ao veneno e a doença para dizer: “sim, os agrotóxicos causam câncer, estão causando e há um número significativo de pessoas morrendo devido a esse problema”, explica Chelda Bedor (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2).

Um dos aspectos que cabem destaque nesta página é a profusão de referenciais de autoridade (MOTTA, 2013) e o modo como a parcialidade se apresenta através deles, numa tentativa de fazer pesar sobre os argumentos das empresas de agrotóxicos o rigor das pesquisas acadêmicas e o currículo dos pesquisadores. A continuação do excerto acima citado é um exemplo disso: o nome da fonte é sucedido de nove linhas de referência: “Chelda Bedor, biofarmacêutica com doutorado em Ciências da Saúde, pesquisadora da Universidade do Vale do Rio São Francisco (Univasf), em Petrolina (PE), que há cinco anos publicou um dos primeiros estudos amplos sobre o potencial carcinogênico dos agrotóxicos” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2). Não bastasse essa contextualização extensa, Melquíades inicia o parágrafo seguinte ainda qualificando o trabalho da pesquisadora: “Com um elaborado modelo de Química Quântica (sugerido à Anvisa), Chelda demonstra...” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2).

A reportagem ainda detalha pesquisas de Raquel Rigotto, coordenadora de “estudos do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (Tramas), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2); “dos médicos hematologistas Ronald Pinheiro e Luiz Ivando (...), do Hospital Universitário Walter Cantídio, em Fortaleza” (p.2) e “estudos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)”.



Figura 19 – Página 2: texto em detalhe

## Análise de medula óssea revela alteração genética em 11 de 43 trabalhadores agrícolas com riscos ao câncer

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Petrolina (PE) / Fortaleza (CE).** Regiões agrícolas têm apresentado mais casos de câncer do que onde não há atividade com grande uso de agrotóxicos. Isso se tem observado em Estados como Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Rio de Janeiro. Não apenas levantamentos estatísticos comprovam isso, mas estudos clínicos e epidemiológicos, alguns com quase dez anos, feitos por especialistas em áreas como Toxicologia, Hematologia e Biogenética, tendo como área de pesquisa as cidades agrícolas de Limoeiro do Norte (CE), Petrolina (PE), Lucas do Rio Verde (MT) e Paty dos Alferes (RJ).

### Potencial carcinogênico

Mesmo que, de forma isolada, diversos agrotóxicos tenham comprovado potencial carcinogênico, os atuais estudos dão maior segurança a quem entende a complexidade que há em se estabelecer nexo entre a exposição ao veneno e a doença para dizer: “sim, os agrotóxicos causam câncer, estão causando e há um número significativo de pessoas morrendo devido a esse problema”, explica Chelda Bedor, biofarmacêutica com doutorado em Ciências da Saúde, pesquisadora da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina (PE), que há cinco anos publicou um dos primeiros estudos amplos sobre o potencial carcinogênico dos agrotóxicos.

Com um elaborado modelo de Química Quântica (sugerido à Anvisa), Chelda demonstra toda a complexidade que relaciona as fórmulas estruturais dos venenos e em que medida elas se dispõem com as células humanas, por meio da transferência de elétrons, que constituem a parte mais externa dos átomos (menor partícula da natureza).

Em quase duas décadas, foi crescente o número de óbitos por neoplasias (câncer) na polo

agrícola do Vale do São Francisco, entre Pernambuco e Bahia. Saiu de 12,2, em 1980; para 14, em 1993, e 31,8, em 2004 para grupos de 100 mil habitantes.

### Maior incidência

Na região do Vale do Jaguaribe, no Ceará, a incidência de mortes por câncer é 38% maior em relação aos municípios não-agrícolas também do Ceará, conforme estudos do Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde para a Sustentabilidade (Tramas), da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC). “Nos casos gerais de câncer, o maior número de localizações anatômicas de neoplasias têm se conferido em agricultores”, aponta Raquel Rigotto, coordenadora do estudo.

De acordo com a Secretaria Estadual da Saúde do Ceará (Sesa), de 2001 a 2010, 424 pessoas morreram de câncer somente em Limoeiro do Norte (cidade tem 56 mil habitantes), média de uma morte por câncer a cada onze dias.

A suspeita de que os agrotóxicos participam deste dado é reforçada por estudo genético coordenado pelos médicos hematologistas Ronald Pinheiro e Luiz Ivando, comprovando alterações cromossômicas em trabalhadores da Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte.

Foram coletadas 43 amostras de medula óssea, entre trabalhadores da cultura da banana para exportação e da agricultura familiar. Do total, 11 apresentaram alterações cromossômicas. “Elas são muito frequentes em doenças hematológicas como Leucemia Mielóide Aguda e Síndromes Mielodisplásicas. Precisamos ficar vigilantes com esses trabalhadores. Eles devem ser afastados do veneno. O câncer precisa de várias etapas para o aparecimento e, nestes casos, a primeira etapa apareceu”, afirma Luiz Ivando, médico hematologista do Hospital Universitário

**A média de óbitos no Vale do São Francisco subiu de 12,2, em 1980; para 14, em 1993; e 31,8, em 2004, por 100 mil habitantes**

Walter Cantídio, em Fortaleza.

No município de Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, um dos campeões brasileiros no uso de agrotóxicos na soja e no algodão, foram detectados agrotóxicos no leite materno de 100% das 62 amostras coletadas entre a 3ª e a 8ª semanas após o parto. Endossulfan, DDT e Deltametrina estão entre as substâncias encontradas. Outros estudos da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) apontam, com dados entre 2000 e 2006, que a incidência de câncer de mama em mulheres e de esôfago e estômago em homens foi de 20% a 50% maior nos municípios com alto uso de pesticidas do que se comparado às populações de áreas não-agrícolas.

Agrotóxicos com potencial carcinogênicos / mutagênicos são proibidos no Brasil. Na prática, existem dezenas desses produtos com registro autorizado para uso. É o caso do ácido giberélico, dimetoato, carbofurano, glifosato, folpete e metamidofós, encontrados nas lavouras de Petrolina (PE) quanto em Limoeiro do Norte (CE).

### Limitações

“A avaliação conjunta de neoplasias diferentes utilizada em vários estudos também dificulta a interpretação dos achados. Além disso, o uso da ocupação como única maneira de identificar os sujeitos expostos (nos estudos que compararam agricultores a outras categorias ou à população geral) pode levar à distorção dos resultados”, pondera a pesquisadora Maria Luiza Cunha, médica do Departamento de Saúde Coletiva da Santa Casa de São Paulo.

A intoxicação aguda é o tipo mais comum que chega aos registros do Sistema Nacional de Informações Toxicológicas (Sinixtox). A intoxicação crônica, pelo longo período de exposição, tem menos chance de ser diagnosticada quanto mais deficiente é o sistema de vigilância em saúde em rastrear o problema a partir de um estudo epidemiológico.

Para Chelda Bedor, há desinformação, tanto das equipes médicas que não traçam perfil histórico (anamnese laboral) dos agricultores durante as consultas, quanto desconhecimento desses próprios pacientes de associar veneno aos sintomas.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Ainda sobre a referenciação de autoridade, outra particularidade é a forma como o tempo é compreendido como um reforço à autoridade/credibilidade das pesquisas. No segundo parágrafo, o jornalista diz: “Não apenas levantamentos estatísticos comprovam isso, mas estudos clínicos e epidemiológicos, **alguns com mais de dez anos**, feitos por especialistas...

[grifo nosso] (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2)”; no terceiro, ao referenciar Chelda Bedor, afirma: “...que **há cinco anos** publicou um dos primeiros estudos amplos [grifo nosso] (p.2)”; e no nono, cita que as pesquisas da UFMT “apontaram, **com dados entre 2000 e 2006** [grifo nosso] (p.2)”. Nesse sentido, é interessante perceber tais referências (recursos originalmente objetivados, ou objetivadores) sendo utilizadas em prol de um efeito de parcialidade, para valorizar o discurso de pesquisadores contrários ao uso de agrotóxicos, desajustando, assim, a balança discursiva em relação ao monopólio de fala das empresas produtoras de veneno. Note-se, por exemplo, que todas as opiniões das fontes ouvidas nesta reportagem concordam, confluindo para a urgência de se observar a relação entre neoplasias e o uso abusivo de agrotóxicos. Inclusive, também as aspas são utilizadas com o mesmo propósito de reforço e valorização de discurso, seja na afirmativa de Chelda Bedor, já citada, seja nas citações de Raquel Rigotto (“o maior número de localizações anatômicas de neoplasias têm se conferido em agricultores” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2)) e de Luiz Ivando (“Precisamos ficar vigilantes com esses trabalhadores. Eles devem ser afastados do veneno” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.2)). Neste movimento, o narrador-jornalista, através das aspas, permite que sujeitos médicos e pesquisadores se reportem à sua própria classe profissional, intercedendo por uma outra: a dos trabalhadores rurais. No último subtítulo, ao abordar as limitações das pesquisas, Melquíades encerra o texto com uma citação de Chelda Bedor em discurso indireto que aponta para isso, dialogando com o apelo de vigilância encampado por Ivando.

#### **d) Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital**

À página terceira, retoma-se a narrativa das mulheres de Luiz. Nesta história, a sensação de maternidade das viúvas em relação aos maridos fica ainda mais latente, impressão reforçada pela presença das duas mulheres na fotografia que compõe a página. A aflição traduzida pelo narrador-jornalista é a de duas mães que perderam o mesmo filho, prognóstico estimulado na legenda da foto (“Sueli e dona Francisca, esposa e mãe de Luiz, cuidam do agricultor até o fim” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3)), explicitado no sexto parágrafo: “A esposa Sueli divide com dona Francisca o papel de mãe de Luiz” (p.3) e reforçado pela infantilização do homem, que, após a doença, passa a ser a principal companhia de brincadeiras da filha de sete anos e que, durante as dores, “chorava que nem criança” (p.3), como relembra a esposa. No penúltimo parágrafo, mais uma vez, a metáfora infantil é retomada: “Sueli como quem segura um bebê gigante no colo...” (p.3).

Figura 20 – Página 3: Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital

SOFRIMENTO E MORTE

# Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital



“

A gente nunca pensou que fosse aparecer um problema desse. Ele sentia tontura porque o veneno era forte. Depois disso tudo a gente viu que não passou. Agora, vai levando a vida do jeito que dá”

SUELI FÉLIX  
Donada, mãe e esposa de Luiz

A tonturas e as dores de cabeça, tratadas como usuais, revelaram a existência do câncer

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Caaporã (PB).** Não há Natal desde 2010 na casa de Sueli Félix da Silva. A dor da perda não é só o sentimento de ausência, ou esse próprio sentimento vai além da perda de um ente querido. A morte não morre com o morto. Duas vidas foram projetadas no entorno de Luiz. Não à toa, suas coisas mais preciosas: Sueli e Suênia. Mãe e filha. E Luiz projetou-se no entorno da lavoura de cana-de-açúcar, sua vida e sustento, em Caaporã, zona da mata na Paraíba.

## Dor forte

A história de vida e morte do trabalhador rural está dividida por uma pedra no meio do caminho. Até hoje, Sueli, 33 anos, não sabe se essa pedra ajudou ou atrapalhou. Porque é com um tombo, durante uma das sessões de pulverização de agrotóxicos para livrar o canavial da praga da cigarrinha, que Luiz da Silva, 37 anos, sente fortes dores na perna direita. Não há corte, tampouco sangramento. “É só uma dor forte, latejando”. De dia e de noite. No posto de atendimento na empresa canaveira, o médico receita anti-inflamatórios – a perna direita dá quase duas da esquerda.

Só muitos dias de dores depois, o homem vai ao hospital municipal, tamanha é a insistência de Sueli e da dor. De Caaporã, é encaminhado para o Hospital Napoleão Laureano, na capital, João Pessoa. Ressonância magnética, tomografia e exames sanguíneos depois, a resposta: osteossarcoma. Neoplasia nos ossos. “Câncer”.

Luiz, que já não vai ao trabalho por conta da doença, tem definitivamente as contas dadas pela empresa. Sueli, que já é dona de casa, passa a trabalhar mais. “Eu passei a viver mais no hospital do que em casa”. São seis meses de quimioterapia. Com a perna inchada e pesando muito, Luiz anda em cadeira de rodas. Na osadia, arrisca alguns passos de muletas.

O agricultor tem a perna amputada, mas a primeira amputação de quem trabalha desde criança e acorda com o canto dos galos é não poder trabalhar. Não há descanso ou prazer no ócio. Sente-se inválido antes de ficar inválido.

Em casa, a companhia do pai cadeirante é Suênia, a filha de 7 anos. Ela vê o pai aumentar mais de 20 quilos, ficar careca, ficar triste e receber dela muitos beijos na cabeça careca. Pendura-se na sua cadeira, fazendo escaldada de uma roda para outra. “Eles ficaram muito mais próximos depois que ele adoeceu”, conta Sueli.

## Quimioterapia

A retirada da perna direita é só a primeira de muitas cirurgias, intercaladas pelas sessões de quimioterapia. A esposa, Sueli, divide com dona Francisca o papel de mãe de Luiz. O carão que aparece na perna, espalha-se pa-

ra o peito, depois as costas e, por fim, o braço direito, segundo membro a ser amputado. “Doía muito, ele chorava que nem criança”, relembra Sueli. Suênia, a criança da casa, chora na escola, no quintal... Ouve o pai gritando em dor e corre para fora. Finge brincar com a boneca de tanto não saber o que fazer com aquele sentimento tão novo e difícil.

Sueli, a mãe, só estranha que a filha tenha chorado a doença, mas não a morte. “Ela se tornou uma menina calada. Não chora, não pergunta por ele. Não quer saber sobre ele”.

## Chuva de veneno

A comunidade do assentamento Capim de Cheiro, em Caaporã, onde mora Sueli, há 20 anos é fornecedora de homens para trabalhar nos canaviais. Ao menos três empresas atuam no entorno. Pelo menos quatro vezes ao ano, a partir de julho, o avião sobrevoa despejando o veneno para combater a cigarrinha que ataca o canavial. As crianças, que geralmente correm para ver um avião que passa, fogem quando é da pulverização.

Com o canavial contornando as comunidades, é “inevitável” a contaminação por deriva do vento. Após a passagem do avião, contam-se os passarinhos caídos no chão. “Aqui era cheio de passarinho. Não tem mais. Antes era cheio de beija-flor. Não tem mais. Cadê as flores?”, reclama Gabriel de Sousa, amigo de Luiz, que lembra as duras penas vividas pela família com a doença.

Outro amigo é Hamilton: “passei muito mal com o veneno, umas tonturas, chega o corpo ficava mais pesado. Ai, dei-tei a empresa. Antes, eu mexia com todo tipo de veneno, dos mais fortes. Hoje, se eu sentir um cheiro de um ‘traquinho’, já me dá dor de cabeça. Mas, enquanto não mexo mais, tô bonzinho”, afirma.

A líder comunitária Iolanda Oliveira lamenta que um dos grandes desafios da comunidade é fazer com que a prática dos canaviais não se estenda às hortas, mas “eles usam o veneno na cana-de-açúcar e fazem o mesmo nas hortas e nos pomares que plantam. Existe uma forma melhor e mais limpa de se trabalhar. Fazemos isso aqui, mas não são todos”, lamenta.

## Três meses

Com a cirurgia de retirada do braço, Luiz passa três meses no hospital. Alimenta-se por um tubo. Fala com a esposa pelos olhos. Os médicos são práticos: Luiz tem um estágio muito avançado de câncer, pode continuar no hospital administrando os medicamentos, mas não apresenta chances de cura.

O que fazer? Só após compartilhar a dúvida e a responsabilidade com outros familiares, Sueli decide que, então, vão para casa. “É o que Luiz quer”, lê em seus olhos. Sem ambulância para o retorno, a família junta R\$ 50 para pagar um carro de João Pessoa a Caaporã, separadas por 62 km. “Vamos chegar à tardinha”, diz Sueli ao telefone para a sogra. No banco de trás do carro, o casal segue abraçado, Sueli como quem segura um bebê gigante no colo tentando amortecer a turbulência da viagem.

A desesperança se junta com a certeza nos últimos dez quilômetros da viagem. Ali mesmo, ele dorme para sempre, em 11 de dezembro de 2010, nos conta a viúva.

“Aqui era cheio de passarinho. Não tem mais. Antes, era cheio de beija-flor. Não tem mais. Cadê as flores?”, reclama agricultor da Paraíba

Sueli e dona Francisca, esposa e mãe de Luiz, cuidam do agricultor até o fim, que chega antes que ele retorne para viver seus últimos instantes com a família. A filha, de seis anos, sente tanto a ausência do pai que não quer mais tocar no assunto. Restam o silêncio e a dor. FOTO: WALESCA SANTAGOSTA



Logo no início do texto, chama atenção a repetição da estrutura de *lead* utilizada na matéria anterior. Melquíades, assim como na página 2, começa a reportagem com afirmativas: “Não há Natal desde 2010 na casa de Sueli Félix da Silva. A dor da perda não é só o sentimento de ausência, ou esse próprio sentimento vai além da perda de um ente querido. A morte não morre com o morto” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3).

Considerando a adoção de uma lógica subjetivada na redação desta matéria, a escolha do repórter indica que as assertivas definidas para ocupar o primeiro parágrafo são tão relevantes quanto as escolhidas para a página anterior, revelando uma revisão de critérios de noticiabilidade, com vistas à valorização dos sujeitos. Essa mudança na lógica de hierarquização das informações também está presente na apresentação tardia do agricultor, feita apenas no segundo parágrafo e sem obedecer moldes de discurso direto – “...é com um tombo, durante uma das sessões de pulverização de agrotóxicos para livrar o canavial da praga da cigarrinha que Luiz da Silva, 37 anos, sente fortes dores na perna” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3).

Interessante perceber que até mesmo a introdução do personagem é feita mediante sua relação com o corpo. A corporeidade novamente está bastante presente (assim como nas narrativas anteriores de viúvas), vivificadas sobretudo através de dois recursos: as descrições pormenorizadas e a presentificação da memória a partir dos verbos no presente (frequentes na reportagem de Maria e Valderi, por exemplo). Tais elementos se manifestam do segundo ao sétimo parágrafo, demarcados pelos subtítulos “Dor forte” e “Quimioterapia”: “a perna direita dá quase duas da esquerda” (p.3), “Com a perna inchada e pesando muito, Luiz anda em cadeira de rodas. Na ousadia, arrisca alguns passos de muletas”(p.3), “Ela vê o pai aumentar mais de 20 quilos, ficar careca” (p.3) e a *via crucis* do corpo, propriamente, assim descrita: “O caroço aparece na perna, espalha-se para o peito, depois as costas e, por fim, o braço direito, segundo membro a ser amputado” (p.3).

Além desses trechos, o uso dos verbos no presente também se manifesta (juntamente com a mescla de discursos entre narradores) quando o repórter decide tentar traduzir a dor de Suênia, de sete anos, filha e terceira mulher da vida de Luiz. Para tanto, o narrador-jornalista se põe onipresente:

Em casa, a companhia do pai cadeirante é Suênia, a filha de 7 anos. Ela vê o pai aumentar mais de 20 quilos, ficar careca, ficar triste e receber dela muitos beijos na cabeça careca. Pendura-se na sua cadeira, fazendo escalada de uma roda para outra. “Eles ficaram muito mais próximos depois que ele adoeceu”, conta Sueli (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3).

Nota-se que, no entanto, pela existência da informação aspeada ao final da narração, que a onipresença do jornalista está ancorada em um real co-construído (MOTTA, 2013) com Sueli, fruto da entrevista com a viúva. Outras revelações sensíveis (e porque não dizer íntimas, no sentido de intimistas) do processo de apuração também estão relacionadas à filha. Mais adiante, Melquíades conta, agora se valendo de onisciência: “Suênia, a criança da casa, chora na escola, no quintal... Ouve o pai gritando em dor e corre para fora. Finge brincar com a boneca de tanto não saber o que fazer com aquele sentimento tão novo e difícil” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3). Como o repórter teria acesso a essas informações, ancoradas no real, senão através de uma apuração orientada para traduzir as dores da filha?

Além da perspectiva da criança, um outro aspecto particular da narrativa de Luiz é a sua relação com o trabalho. No quarto parágrafo, Melquíades mescla seu discurso ao do agricultor para reportar uma dor para além da sentida no corpo: “O agricultor tem a perna amputada, mas a primeira amputação de quem trabalha desde criança e acorda com o canto dos galos é não poder trabalhar. Não há descanso ou prazer no ócio. Sente-se inválido antes de ficar inválido” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3).

Em artigo sobre trabalhadores aposentados por invalidez, Borsoi (1999) atribui o considerável impacto psicológico desse tipo de aposentadoria por, em geral, tomar o trabalhador de assalto, interrompendo um projeto de vida e “obrigando-o a rever sua percepção de vida, saúde, trabalho (...) e forçando-o a buscar novos modelos de construção de vínculos sociais e afetivos” (p.127). E alerta para um agravante próprio do universo identitário e discursivo:

Para um trabalhador em atividade de sol a sol, a interrupção abrupta do ciclo produtivo pode significar um peso para a família e uma vergonha frente à sociedade, principalmente num país onde a doença e a incapacidade para o trabalho são aspectos que precisam ser ocultados por receio de exposição à adjetivação de ‘preguiçoso’ ou ‘incapaz’ (BORSOI, 1999, p.127).

Outra particularidade são as sequelas físicas visíveis, que, segundo a pesquisadora, “obrigam o trabalhador a construir nova representação do próprio corpo” (BORSOI, 1999, p.127). Muitas vezes, este trabalhador acaba por construir para si uma identidade desacreditada (BORSOI, 1999 *apud* GOFFMAN, 1982): “O indivíduo desacreditado socialmente é aquele que tem sua diferença exposta, visível, o que faz com que ele apareça como vítima, como incapaz. É aquele que não consegue ocultar sua deficiência” (p.127).

As frustrações do Luiz-trabalhador servem de gatilho para outras vozes da comunidade, emergidas no subtítulo “Chuva de veneno”. Nele, o assentamento Capim de Cheiro faz as vezes de aldeia global (McLUHAN, 1972): os temores e as insatisfações de uma comunidade “fornecedora de homens para trabalhar nos canaviais” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3), representadas nos indícios de perigo suscitados pelo inumano (os pássaros mortos depois da passagem do avião da pulverização e as plantas que já não florescem), ganham contornos de uma problemática global, ainda que narrados a partir de lexicalizações e de um repertório local, próprio dos narradores-fonte.

Podemos interpretar essa orientação do texto - que migra da relação de Luiz com o próprio corpo, atravessa a construção identitária com o trabalho e chega à comunidade – como uma visada complexa do repórter, que percebe Luiz em um contexto plural e porque não dizer polifônico, já que a dor do trabalhador potencializa e ganha eco nos agricultores de Capim de Cheiro. Luiz é um ser em relação com – a família, o trabalho, a comunidade. Um exemplo é a longa aspa – de nove linhas – de Hamilton, no décimo parágrafo, em que ele mesmo conta como se sentia quando trabalhava nos canaviais:

Outro amigo é Hamilton: “passei muito mal com o veneno, umas tonturas, chega o corpo ficava mais pesado. Aí, deixei a empresa. Antes, eu mexia com todo tipo de veneno, dos mais fortes. Hoje, se eu sentir um cheiro de um ‘fraquinho’, já me dá dor de cabeça. Mas, enquanto não mexo mais, tô ‘bonzinho’”, afirma (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.3).

Novamente, a passagem traz à tona a perspectiva de Sarlo (2007) sobre a importância dos relatos em primeira pessoa para a reconstituição de cenários a partir da vivacidade da experiência dos sujeitos (“eticamente insuportável” de ser questionada (SERELLE, 2009)) e para a difusão de pontos de vista capazes de sacudir discursos homogêneos, hegemônicos e pouco plurais.

Após “Chuva de veneno”, o narrador-jornalista retoma a saga de Luiz. Faz-se onisciente e onipresente para narrar as últimas horas de vida do agricultor, a decisão da esposa-mãe e a triste partida, no colo de Sueli, a caminho de casa. Com o subtítulo “três meses”, Melquíades deixa ao leitor a mensagem implícita de que, mesmo tendo abandonado a trilha larga da história de Luiz para ouvir os demais trabalhadores e moradores da comunidade, não intenciona deixá-la sem desfecho. Os protagonistas ainda são o sujeito Luiz e as suas mulheres, resguardando o caráter singular (GENRO FILHO, 2012) daquele acontecimento.

**e) Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica**

A terceira reportagem do segundo dia de especial é um bom exemplo de como as práticas discursivas interferem na construção dos textos (FAIRCLOUGH, 2001). Como dissemos durante a análise processual, é possível interpretar, a partir das entrevistas com Melquíades, que os processos de produção e apuração dos quais resultaram esta página não foram dos mais afetos ao repórter. De fato, a pressa com que se deu a apuração, as poucas informações prévias e o não estabelecimento de vínculos emocionais/catárticos entre repórter e fontes culminaram em um texto pouco articulado, que foge aos padrões estabelecidos até então, não mantendo nem o padrão dos textos mais objetivados nem dos mais subjetivados.

Figura 21 – Página 4: Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica

## POVOS TRADICIONAIS E AS NOVAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS



## Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica

Tradicionais indígenas em Pernambuco, os Xukuru divergem sobre o uso de agrotóxicos nas lavouras

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Pesqueira (PE).** Os índios, celebrados nacionalmente hoje, 19 de abril, têm uma relação com a natureza para além do suprimento alimentar ou fornecimento de matérias-primas para as suas atividades. A relação é sagrada com o Pai Tupã e a Mãe Natureza. Se algum outro ser vivo atinge a lavoura de onde se serve o alimento, busca-se ali na natureza outro ser vivo que combata e restaure o equilíbrio. Mas lutar contra as pragas na lavoura usando o agrotóxico tornou-se mais prático, rápido e eficiente. Foi o que fizeram muitos índios Xukuru de Ororubá, no município de Pesqueira (Pernambuco).

A prática agrícola com produtos químicos industrializados foi herdada das plantações de tomate próximas ao território indígena e isso gerou um conflito interno. "Além do impacto na saúde e no meio ambiente, que ocorre em qualquer lugar que use muito veneno, tem o impacto cultu-

ral, pois estão ferindo os nossos princípios enquanto índios, herdados dos nossos ancestrais", diz o cacique Marcos Xukuru.

O Território Indígena representa uma das principais mobilizações de reafirmação indígena no Nordeste. A etnia Xukuru, à época da colonização portuguesa refugiou-se na Serra do Ororubá, junto com outros povos indígenas do Nordeste, reunidos na Confederação do Cariri, em 1713. No século XIX, o governo pernambucano negou a existência de índios e só no século XX a etnia conseguiu reivindicar o território, hoje demarcado.

### Industrialização

"O uso de agrotóxicos na etnia está historicamente relacionado ao modelo socioeconômico introduzido com o processo de industrialização da região. Na percepção dos índios, o agrotóxico foi relacionado ao significado de remédio, mas também foi percebido como veneno", afirma Glaciene Gonçalves, médica e professora do Departamento de Saúde Coletiva da Fiocruz em Recife (Pernambuco).

Com outros especialistas, ela tem estudado a relação do uso de agrotóxicos com a saúde dos índios Xukuru. A preocupação é maior porque a utilização de produtos químicos é feita de forma

intensiva e sem a utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI).

Muitos índios trabalham, ou trabalhavam, em plantações de tomate. O início deu-se com a Indústria Peixe, de produtos alimentícios, que lá produzia tomate para a indústria. Inseticidas e herbicidas passaram a ser comuns no território indígena.

Os Xukuru da serra de Ororubá são a etnia com maior população indígena em Pernambuco -cerca de 10,5 mil pessoas em 24 aldeias. O território tem 27.550 hectares e está dividido em três regiões socioambientais distintas: Serra, Ribeira do Ipojuca e Agreste.

Por ser a área de mais fácil acesso à água, a Ribeira do Ipojuca concentra os solos com maior utilização de agrotóxicos, embora sejam minifúndios para subsistência.

Os próprios índios alegam que um dos maiores motivos por que usam os agrotóxicos é pela indicação dos atravessadores. Eles são responsáveis pela compra de 70% do que é produzido na região. Ou seja, compram a produção e vendem os produtos químicos para os índios.

O levantamento da Fiocruz apontou que 67,2% dos indígenas adquiriram os produtos sem receituário agrônomo. Somente 21% disseram compreender o significado das cores presentes nos rótulos das embalagens.

### Intoxicações

Questionados sobre a identificação dos sintomas de intoxicação, 10% dos indígenas relataram já terem sofrido intoxicação por agrotóxicos e 45,5% disseram sentir fortes dores de cabeça e tonturas logo após a aplicação dos produtos.

Os agrotóxicos são aplicados por meio da pulverização costal por 98% dos agricultores. Des-

tes, 57,9% pulverizam várias vezes por semana. Há casos de indígenas que misturam ingrediente ativo e solvente com as próprias mãos. Os cientistas lamentam que, caso o agricultor pare com a manipulação e, em dois ou três anos surja alguma doença grave, como câncer, é possível que se deixe passar essa realidade do histórico do paciente, obscurecendo ainda mais os levantamentos, que já são precários, de intoxicações crônicas por agrotóxicos no Brasil.

"As determinações legais que regulamentam o uso de agrotóxicos e o descarte de embalagens não estão sendo cumpridas nessa área, tornando-se necessária uma intervenção por parte das instituições públicas responsáveis", afirma Glaciene.

### "Sem riscos"

Na região da Ribeira do Ipojuca, dentro do território indígena, é no vale do rio que Pedro Gabriel produz tomate em 12 hectares. A plantação fica exatamente entre a sua casa e uma lagoa. "Mas não tem problema aplicar o veneno perto da água, essa água é para plantação e alimentar os bichos, a gente não bebe dela", esclarece.

Pedro não usa Equipamentos de Proteção Individual, mas tem a sua proteção própria contra o veneno: camisa e calça compridas, chapéu, e o cuidado de jogar o veneno para o lado contrário do vento.

A preocupação se estende para os dias em que recebe a visita de Luciana Barbosa, a filha mais velha. Ela mora na casa mais próxima, 200 metros distante. Tem leucemia (câncer no sangue) e foi recomendada pelo médico a não ir à casa do pai, para onde vai o veneno mesmo que seu Gabriel não queira. "O vento traz o cheiro, e eu não posso ter nenhum tipo de contato", explica Luciana.

"Mas eu trabalho há quase 30 anos no veneno e até hoje não tive problema. Se fosse de acontecer alguma coisa, aconteceria comigo que vivo, vamos dizer, diariamente sentindo o agrotóxico".

Luciana acredita que sua doença não tenha nenhuma relação com o trabalho do pai, tampouco há evidências empíricas que relacionem uma coisa a outra. Só não deixou de admitir, levemente com a cabeça, que o pai pode ter adoecido por intoxicação: sentindo há tanto tempo o cheiro do veneno, o senhor nunca sentiu uma tontura, dores de cabeça ou vômito? "Não" - ao seu lado, Luciana discorde sutilmente com a cabeça.



O cacique Marcos Xukuru diz que o uso intensivo de agrotóxicos fere as tradições do seu povo, mas admite dificuldade em combater essa cultura agrícola

### INTOXICAÇÃO

10%

dos índios Xukuru disseram ter sofrido intoxicação por agrotóxico alguma vez na vida, após a aplicação do veneno na produção agrícola na Serra do Ororubá

45%

relataram ter sofrido tonturas, dores de cabeça ou vômitos logo após a exposição a agrotóxicos aplicados por eles na forma de pulverização costal

Fonte: Diário do Nordeste, 2013



Apesar de articular alguns números de pesquisas da Fiocruz e de manifestar referências geográficas e de atualidade (presentes em trechos como: “Os índios, celebrados nacionalmente hoje, 19 de abril” e “Os Xukuru da Serra de Ororubá são a etnia com maior população indígena em Pernambuco” (JÚNIOR, 19/04/2013, p. 4)), a página não mantém o padrão objetivado das anteriores porque inclui narrativas de fontes independentes (LAGE, 1985), como o cacique Marcos Xukuru e os moradores do aldeamento, Pedro e Luciana. No entanto, também não se pode dizer que obedeça ao padrão subjetivado das páginas ímpares, pois destina apenas os últimos cinco parágrafos aos depoimentos do agricultor e da filha. Nesse sentido, chama atenção o fato de que, mesmo tendo atendido ao princípio de empalavrar “sujeitos multiplamente situados” (YOUNG, 2000 *apud* MIGUEL; BIROLI, 2010) em outras ocasiões, o narrador, nesta reportagem em específico, aparenta conceder a si mesmo e às fontes especialistas (LAGE, 1985) a tradução das demandas dos indígenas, retirando deles o protagonismo.

Já no primeiro parágrafo, Melquíades adota a mescla de discursos para fazer afirmações sobre as tradições indígenas. Mas apenas a denúncia de ruptura dessas tradições a partir do uso do veneno é deixada para as aspas do cacique, todo o resto é afirmado em discurso do próprio repórter. Da mesma forma, a perspectiva dos índios sobre o veneno é empalavrada pela médica da Fiocruz e não por alguém da tribo, ocorrência explícita no trecho: “‘Na percepção dos índios, o agrotóxico foi relacionado ao significado de remédio, mas também foi percebido como veneno’, afirma Glaciene Gonçalves” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 4). No décimo parágrafo, mais um exemplo: em um levantamento da Fiocruz, “67,2% dos indígenas adquiriram os produtos sem receituário agrônomo. Somente 21% disseram compreender o significado das cores presentes nos rótulos das embalagens” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p. 4). E ainda, mais adiante: “Questionados sobre a identificação dos sintomas de intoxicação, 10% dos indígenas relataram já terem sofrido intoxicação por agrotóxicos e 45,5% disseram sentir fortes dores de cabeça e tonturas logo após a aplicação dos produtos” (p.4). Em resumo, se na última reportagem da página ímpar ficou latente a importância dos relatos em primeira pessoa, nesta se evidencia o prejuízo da falta dos relatos à pluralidade do texto jornalístico. O que os índios pensam dos agrotóxicos, as motivações do uso, a forma como são aplicados e até mesmo o relato dos sintomas são informações mediadas pela pesquisa, em porcentagens, e não advindas dos depoimentos dos próprios sujeitos, com suas lexicalizações (FAIRCLOUGH, 2001) e modos de dizer (MEDINA, 2014).

Sobre isso, Lobato (2017), articulando os conceitos de Eu-Tu e Eu-Isso de Martin Buber (1982)<sup>102</sup>, alerta para o fato de que “não há significação negativa por essência na atitude Eu-Isso” (LOBATO, 2017, p.7), ou seja, a leitura pragmática/objetivada do outro é também necessária. Ao se valer do pragmatismo do resultado da pesquisa da Fiocruz para traduzir a problemática dos índios Xukuru, Melquíades acaba privilegiando uma interpretação instrumental daqueles sujeitos. “Por outro lado, a priorização de conexões simplificadas e voltadas a uma função instrumental tende a enfraquecer o efetivo contato e compreensão entre os indivíduos, fazendo com que estes deixem de se reconhecer como ‘Tu’ (sujeitos), firmando-se como ‘Isso’ (mais próximos de objetos)” (LOBATO, 2017, p.7). Tal leitura não chega, portanto, a ser ilegítima, mas simplifica/reduz a alteridade em vez de valorizá-la, por isso a interpretamos como simplificadora, em oposição a uma visada complexa (MORIN, 2007) do acontecimento.

Mesmo tendo estado *in loco*, o que o repórter transfere para a matéria são informações relatoriais e não a sua experiência na comunidade indígena. Não há, por exemplo, descrições do ambiente. A equipe de reportagem esteve em “uma das principais mobilizações de reafirmação indígena no Nordeste” (MELQUÍADES JUNIOR, 19/04/2013, p.4) e não há qualquer representação da aldeia, do cenário, do entorno – e não apenas visuais, mas informações sonoras da mata, o clima, os cheiros – que constituiriam uma leitura afetivamente alfabetizada (RESTREPO *apud* MEDINA, 2008) do local. Tudo isso escapa ao texto e até às imagens (já que nelas constam somente retratos das personagens).

Adiante, salta aos olhos uma das poucas marcas de objetivação utilizadas para fins subjetivados nesta matéria: o subtítulo “Sem riscos”, apresentado entre aspas. Ainda que identificada como marca de objetivação textual (MOTTA, 2013), o uso das aspas tem, nesse caso, efeito de ironia, já que, no texto, o repórter questiona a certeza do agricultor de que não há relação entre a doença da filha e o uso de agrotóxicos.

Nessa porção final da matéria, fica perceptível como também a limitação de espaço interfere no fluxo narrativo. A necessidade de redução do texto leva o repórter a resumir em cinco parágrafos a história de Pedro e Luciana, narrada de forma truncada, muito diferente da fluidez presente nos textos mais subjetivados. A forma como Melquiades relata em entrevista o momento em que Luciana desmente secretamente o pai é diferente do modo como a expressa textualmente, na matéria. Vejamos as duas passagens, em texto e em entrevista, respectivamente:

---

<sup>102</sup> BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

Luciana acredita que sua doença não tenha nenhuma relação com o trabalho do pai, tampouco há evidências empíricas que relacionem uma coisa a outra. Só não deixou de admitir, levemente com a cabeça, que o pai pode ter adoecido por intoxicação: sentindo há tanto tempo o cheiro do veneno, o senhor nunca sentiu uma tontura, dores de cabeça ou vomitou? “Não” – ao seu lado, Luciana discorda sutilmente com a cabeça (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.4).

(...) fui conversar com ele, e olha só, eu sabia do caso da filha, mas não fui direto nisso. Fui primeiro entender como era a vida dele, e tudo. Então, ele me disse que já usava agrotóxico há uns 20 anos, e produzia tomate também há muito tempo. Aí eu perguntei assim: “O senhor já teve uma situação de dor de cabeça inexplicada, vômito, alguma coisa?” Aí ele parou, pensou, e disse: “Não”. E a filha dele, do lado, fez sinal de que ele estava mentindo. Ela o conhecia muito mais. Aí eu continuei a perguntar, ele não tinha visto o gesto da filha: “E de suar no meio da noite, não conseguir dormir, isso já aconteceu?”. (...) É lógico que eu nunca poderia dar um diagnóstico (até pra um médico é difícil diagnosticar!), mas estava em um padrão, num caminho parecido. E aí depois eu começo a fazer perguntas para a filha. “E você?” E aí ele comenta: “Ela está fazendo um tratamento, mas não tem nada a ver com veneno, não”. Ele já corta. Mas aí ela me diz, falando na frente dele, que o médico pediu pra ela não ir à casa do pai enquanto ela estivesse em tratamento. (...) Ela mora distante uns 200 metros, mas o médico se preocupou em dizer que ela não fosse à casa do pai, possivelmente porque, durante a consulta, perguntou o trabalho do pai dela e tudo. (...) E aí você pode questionar: “Ah, mas qualquer pessoa que está encerrando uma quimioterapia vai estar com a imunidade baixa, tem mais é que ficar em casa”, certo, mas o que diferenciava o caso lá? O contato com um veneno com potencial cancerígeno com certeza agravaria o quadro. E eu perguntava a ela: “Você ajudava o seu pai na lavoura?” E ela: “Sim, de vez em quando, mas não sempre”. Geralmente na hora de colher. Mas é aquilo, você pode ter um nível de aceitabilidade de um produto maior do que o de outra pessoa, então foi um caso interessante o de lá. Não merecia só uma página (informação verbal)<sup>103</sup>.

No texto da reportagem, a repetição do meneio de cabeça de Luciana (“não deixou de admitir, levemente com a cabeça” e “discorda sutilmente com a cabeça”, no mesmo parágrafo (p. 4)), a forma como a pergunta é introduzida e as pontuações confusas não conferem ao acontecimento o efeito pretendido. Compreendemos que o texto não precise corresponder *ipsis literis* ao relato de Melquíades durante a entrevista para esta pesquisa – já que se tratam de experiências, discursos e contextos distintos, mas consideramos que o relato traz uma percepção outra da vivência do repórter àquela circunstância, permitindo perceber notas inéditas de afetação, que não se apresentam no texto jornalístico. Por exemplo, no texto, Melquíades conta que Luciana não acredita haver relação entre sua doença e o uso de veneno, mas é no relato do jornalista que fica evidente o senso de proteção do pai, que interrompe qualquer possível associação que o repórter quisesse estabelecer. É também na entrevista que o repórter inclui a informação de que Luciana ajudava o pai na colheita de tomates – o que não aparece no texto.

<sup>103</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.).

Interpretamos, portanto, a falta de afetação do repórter durante o processo produtivo e o reduzido limite espacial da página como elementos atenuantes da subjetivação textual, mas não necessariamente como tendências à objetivação. Aliás, entendemos que, nesta reportagem, observa-se, além da manifestação de atos de objetivação/subjetivação, indicadores de complexidade/simplificação. O que aqui se evidencia são marcas de uma leitura simplificadora da realidade abordada na reportagem, pois abandona as possibilidades de aprofundamento do acontecimento (como a descrição da experiência *in loco* do repórter na aldeia), tendendo à superficialidade.

#### **f) O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli...**

Nesta última reportagem, muitas das marcas de subjetivação presentes nos relatos de Maria e Sueli estão de volta ao texto: presentificação, mescla de discurso entre narradores, subversão das referências geográficas e temporais em função dos sujeitos e revisão dos critérios de noticiabilidade são algumas delas. Identificaremos uma a uma ao longo desta análise. Antes, é interessante pontuar como os vestígios de uma apuração mais subjetivada se manifestam no texto: em entrevista, Melquíades revela que, principalmente pela prematuridade do ocorrido, o viúvo Marizaldo esteve reticente durante a entrevista: “Ele muito sem jeito, sabe? Era como se... ele não tivesse palavras” (informação verbal). Estando o viúvo afônico do luto (mudez também experimentada por outras entrevistadas), o repórter se vale de outras estratégias de apuração. Tenta, por exemplo,

(...) fazer a leitura de outras coisas dele: a cabeça baixa, a inquietação, e fazer a leitura da casa. Eu passei os olhos pela sala, assim que entrei, e fui ver o nome dela riscado de giz nas janelas, e eu perguntava: ‘quem fez isso?’ E ele me dizia: ‘Foi ela’. Eu pedi licença e ele me deixou visitar toda a casa (informação verbal)<sup>104</sup>.

Essa conduta se manifesta textualmente na descrição do lar, logo nos primeiros parágrafos:

Na casa de Marizaldo, tudo lembra Rosália. Coisa de menina que pega uma caneta e escreve o próprio nome num pedaço de papel ou de parede e vai espalhando a sua existência pela casa. Na janela azul que dá para a rua sem nome, um pedaço de giz escreve Rosália, Aldo, Maycon, Pedro. Uma família existe ali. (...) Hoje, do lado de dentro, são várias fotos que espalham a ausência de Rosália pela casa (JÚNIOR, 19/04/2013, p.5).

Outra estratégia é a de empalavrar pessoas “de fora, pessoas ao redor. No caso do Marizaldo, eu entrevistei também a mãe da Rosália, o pai dela. Aliás, foi muito mais

<sup>104</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista IV. [jul. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (146 min.).

interessante... assim, eu tive muito mais informações da mãe dela do que do marido” (informação verbal). De fato, essa presença de muitos para compor a dor do viúvo está explícita desde o título, no qual se agrupam os destinos da vítima, do esposo, dos filhos e da mãe, respectivamente.

Figura 22 – Página 5: O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli...

O VIÚVO

# O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli...

As roupas usadas na aplicação de veneno eram lavadas pela jovem, que, grávida, contraiu leucemia

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Cubati (PB).** Na casa de Marizaldo, tudo lembra Rosália. Coisa de menina que pega uma caneta e escreve o próprio nome num pedaço de papel ou de parede e vai espalhando a sua existência pela casa. Na janela azul que dá para a rua sem nome, um pedaço de giz escreve Rosália, Aldo, Maycon, Pedro. Uma família existe ali. O último nome, ainda não colocado, seria de Samuel, mas da última vez que Rosália saiu de casa, para não voltar, o garoto só existe em sua barriga.

Hoje, do lado de dentro, são várias fotos que espalham a ausência de Rosália pela casa. Em Cubati, agreste Paraíba, a reportagem encontrou um viúvo do veneno. Aldo (ninguém o chama Marizaldo) perdeu Rosália, que deixou três filhos sem mãe. Sueli perdeu a filha e, no fim das contas, todos saíram perdendo.

Com 28 anos, Aldo planta tomate perto de casa, é o responsável pela aplicação do coquetel de venenos. Aprendeu quando trabalhou nas grandes plantações à beira do açude Boqueirão, que leva o grosso da produção para Campina Grande e João Pessoa.

## Veneno na roupa

Rosália, de 23 anos, é a responsável pela lavagem da roupa de Aldo quando volta da aplicação do veneno. "Ela colocava na bacia pra enxaguar, a água ficava verde que você precisava ver". Na prática, Rosália toca diretamente o que Aldo tenta não tocar. A mulher morre e o marido não se perdona.

Vez por outra, ela ajuda na plantação de tomate. Diminui o cansaço do marido e ainda garante que ele não tarde a chegar. A última vez que vai, já está com o bucho apontando para frente.

Nas consultas de pré-natal, Rosália é alertada pelo médico de que não tenha contato com os venenos que o marido aplica, já que mulher grávida fica com o sistema imunológico baixo.

No sexto mês de gestação, as manchas no corpo e o sangramento não parecem mais normais para o período. Rosália vai para o hospital público de Soledade, município maior que Cubati. De lá, a enviam para Campina Grande, porque já se constata a necessidade de transfusão sanguínea. Mas só encontram tratamento para ela no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Figueira (Imip), em Recife (PE).

Rosália sofre sem dor. A Leucemia é silenciosa até quando já

**Rosália é responsável pela lavagem da roupa de Aldo, o marido, quando este volta da aplicação do veneno no tomate**

**Aldo desiste de trabalhar na plantação de tomate. Mais que isso, não come mais tomate e desiste da agricultura**

domina o corpo. Tem, sim, uma dor ainda maior do que seria a do câncer mesmo se ele resolvesse se gritar em suas veias: a saudade. De Aldo, o esposo e primeiro namorado, de Maycon e Pedro, os filhos. Ainda mais de Samuel, o único a estar com ela no hospital porque vai de coroa em seu útero e por mais um mês fica.

## Os filhos

Quando vai crescendo, as roupas de Maycon ficam para Pedrinho, três anos mais novo. Com Samuel, o caçula, seria o mesmo. E é, porque Samuel sobrevive. Quando Rosália começa a perder ainda mais sangue já tem um mês de hospital. Os médicos fazem cesária de emergência.

É quando o paradoxo bate à porta da família: a alegria do nascimento e a tristeza da doença. O menino nasce e Rosália não para de sangrar. A comemoração congela-se no tempo, coagula-se. "Era uma pessoa que não se maldizia com nada. Só chorava mesmo com saudade dos meninos", conta dona Sueli, mãe de Rosália.

Com a doença de Rosália, Aldo desiste da plantação de tomate. Mais que isso, não come mais tomate e desiste da agricultura. O campo em que produzia para o "Rei do Tomate" está abandonado e quando começa a funcionar de novo não será pelas mãos dele. As mãos que, com outras, plantava dez mil pés de tomates e colhia seis mil caixas do vegetal por mês, o que lhe rendia cerca de R\$ 800.

"Acontecer logo com ela? Porque a gente cuidava disso, do veneno. Eu acho que se tivessem descoberto antes, tinham resolvido. Ela estava viva hoje". Mas nem Aldo passa ileso ao contato com o veneno. Antes da aplicação, ele que faz o coquetel, a mistura de vários venenos.

"Era veneno de tudo no mundo. Ai mexia e colocava um motorzinho nele e saía com as mangueiras pulverizando, de uma ponta a outra. Dependendo do campo, era o dia todinho. Tinha dias que eu andava quase gelando, os ossos doendo, quase sem poder andar, com febre. Depois que sai de lá eu não tive mais nada", conta.

## Fome

Com um cateter enfiado na garganta – não bastasse a leucemia, ainda tem complicações nas vias respiratórias, Rosália tem um sonho, naquele momento o maior: ir a um restaurante. Arroz, feijão, farofa e carne foram perdidos do seu paladar em mais de um mês só comendo um ensopado do hospital. "Um dia eu provei... A coisa mais horrível do mundo", lembra Sueli.

Rosália passa o dia vendo as fotos de Maycon e Pedrinho. Passa a mão como se acariciasse os rostos. Pergunta se estão comendo, fazendo o dever de casa. E Samuel? Tão pequeno e indefeso, e privado do conforto da mãe. Vê Rosália, e é visto por ela, apenas por duas vezes em que ela dá de mamar. Tão fraca, mas forte para alimentar outra vida.

O bebê recebe alta na mesma semana em que nasce. Sem a mãe, Samuel ganha outras duas: a própria avó materna, dona Sueli, e a tia Joelma, irmã de Aldo. Para as outras duas crianças, o pai está lá, mas, com a mãe, é diferente. E é diferente todas as noites. Rosália contava história para Maycon. O que não vinha da cabeça de mãe, era pelos livros ilustrados da estante. O mundo do garoto fica menos fantástico sem Rosália. "De vez em quando ele me chama, mas não sei contar história não. Como não dorme só, ele fica mais eu assistindo TV até pegar no sono, aí levo pra cama", conta Aldo.

**"Acontecer logo com ela? Porque a gente cuidava disso, do veneno. Eu acho que se tivessem descoberto antes, tinham resolvido. Ela estava viva hoje"**

**"Tinha dias que eu andava quase gelando, os ossos doendo, quase sem poder andar, com febre. Depois que sai de lá"**

MARIZALDO PEREIRA ALVES  
Pensionista e viúvo de Rosália

No leito hospitalar, Rosália não dorme sem a mãe por perto. O sono das duas vem para dar uma pausa no pesadelo.

## Força

"Não sei de onde tirei tanta força, você ver um filho seu ali, se acabando e não poder fazer nada". Pior do que estar com a filha doente no hospital é não estar lá no lugar dela. Mesmo com os dias dedicados a Rosália, Sueli precisa aparecer por casa, saber dos outros filhos e de Damiano, o marido. Dá um abraço na filha. "Mamãe, não demore". "Demore não". Quando volta, Sueli vê nos olhos de Rosália "a maior alegria do mundo".

De volta para Cubati, o telefone toca e dona Sueli vibra. É do hospital. Tiraram Rosália da UTI. Ela está pior, mas é a forma encontrada para chamar um familiar sem causar pânico.

"Ela pelejava pra falar, eu via nos olhos dela, mas não conseguia. Apontou para a sonda. Eu vi e disse tó vendo, minha filha, mas não se preocupe não que

eles tão botando sangue". Como quem sai para tomar água, Sueli vai para no corredor hospitalar e desaba em lágrimas.

## A causa

"O que acabou com ela foi o veneno, acabou a medula dela. Eu acredito no médico, no que eles disseram. Primeiro suspeitaram que poderia ser picada de um besouro, aí viram que não era. Suspeitaram um monte de coisa, quando veio o resultado do exame que levaram pra São Paulo", conta a mãe.

O tempo não se repõe. E mesmo que o fizesse, fosse como as transfusões de sangue que pouco efeito surtem em Rosália, ganhar horas pode significar dose extra de saudade e sofrimento.

Uma manhã não foi como outras. Rosália amanheceu esperta, que depois Sueli entende como a "melhora da morte". O olhar está mais vivo. Com o dedo, aponta para o próprio rosto. Quer um beijo. A cama é alta, mas Sueli dá um jeito. Rosália retribui passando levemente a mão no rosto

da mãe. Desublime, o momento é doloroso. "Eu sei porque não aguentei. Ela jogou um beijo pra mim. Eu disse fique aí que eu já venho". Enquanto chora novamente no corredor, Sueli guarda a cena do beijo, derradeira entre mãe e filha.

Samuel está com oito meses e segue cuidado pela vó Sueli e a tia Joelma. Maycon ficou mais calado e não pergunta uma só vez pela mãe, mas revela a saudade em todas as noites em que gostaria de dormir ouvindo histórias.

Pedrinho pergunta pela mãe todos os dias. De vez em quando olha para o céu e pergunta: "mamãe não vai descer não?". E, quando Aldo chega do centro da cidade, solta: "não trouxe a mamãe não?".

Rosália se foi há oito meses. Renata, outra filha de dona Sueli, está grávida de uma menina no oitavo mês de gestação. Para a família, é Rosália voltando em forma de esperança, sentimento transformador nessa família paraibana.



**Sem Rosália,**  
Aldo cuida dos três  
filhos com a ajuda da  
sogra e da irmã  
FOTO: WALESKA SANTIAGO

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

No segundo parágrafo, o narrador-jornalista reforça a polifonia de narradores-fonte, mas sugere sobretudo uma dupla viuvez: além de Aldo, há uma ‘viúva’ Sueli, a mãe, que fora a principal companheira da filha nos últimos meses de vida: “Aldo (ninguém o chama Marizaldo) perdeu Rosália, que deixou três filhos sem mãe. Sueli perdeu a filha e, no fim das contas, todos saíram perdendo” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5).

Dos relatos com Sueli se originam muitas das narrativas que constroem a reportagem. Os vestígios de uma entrevista em profundidade com a mãe de Rosália estão por todo o texto, sobretudo nas descrições dos dias no hospital. Nota-se, assim como em textos anteriores das páginas ímpares, a presença de um narrador-jornalista onisciente e onipresente, que se entende legítimo pelo ato da apuração. Informações como o cardápio desejado por Rosália no hospital, como ela passava seus dias no leito ou quantas vezes por semana mantinha contato com o filho recém-nascido são indícios textuais de uma entrevista na qual o detalhamento da vida daquela mulher era o objetivo, era o dado relevante a ser captado, indicando subversão dos critérios de noticiabilidade em função da valorização de sujeitos.

A presentificação, novamente, é recurso constante para conceder efeito de dinamismo e vivacidade à narrativa. Os verbos no presente estão difundidos por todo o texto, são predominantes. As lexicalizações aparecem em menor medida. Na voz do narrador-jornalista, surgem ao tratar da gravidez já avançada de Rosália: na última vez em que vai ajudar na plantação de tomates “já está com o bucho apontando para frente”. Na de Marizaldo, ao tratar da relação com o filho Maycon, para quem a mãe contava histórias antes de dormir: “De vez em quando ele me chama, mas não sei contar história não. Como não dorme só, **ele fica mais eu** assistindo TV até pegar no sono...” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5. Grifo nosso). As marcas de corporeidade também se manifestam neste texto, mas sobretudo para reforçar a subversão aos referenciais de tempo. É o nascimento de outras vidas – e não só a morte de Rosália – que molda as marcações temporais do texto. A existência de Samuel, desde a gravidez ao nascimento, e a notícia da gestação de Renata, irmã da vítima, constroem a trilha temporal – de introdução, desenvolvimento e desfecho – da história.

Logo no primeiro parágrafo, diz-se: “O último nome, ainda não colocado, seria de Samuel, mas da última vez que Rosália sai de casa, para não voltar, o garoto só existe em sua barriga” (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5). No quinto parágrafo, a derradeira ida da vítima à plantação de tomates é também marcada pela gestação (“está com o bucho apontando para frente”(p.5)). No sexto, a *via crucis* expressa na reportagem de Maria e Valderi se repete, mas dessa vez não se dá pelo corpo, mas entre instituições de saúde:

No sexto mês de gestação, as manchas no corpo e o sangramento não parecem mais normais para o período. Rosália vai para o hospital público de Soledade, município maior que Cubati. De lá, a enviam para Campina Grande, porque já se constata a necessidade de transfusão sanguínea. Mas só encontram tratamento para ela no Instituto de Medicina Integral Professor Fernando Filgueira (Imip), em Recife (PE) (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5).

No oitavo parágrafo, o repórter aponta Samuel como o único filho a fazer companhia à mãe no hospital, “porque vai de carona em seu útero e por mais um mês fica” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5). O paradoxo da “alegria do nascimento” e da “tristeza da doença” marca o primeiro mês de internação de Rosália, expresso no décimo parágrafo. A morte da mãe, no antepenúltimo bloco textual da reportagem, é marcada pela idade do filho: “Samuel está com oito meses e segue cuidado pela vó Sueli e a tia Joelma” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5). No último parágrafo, a gravidez da irmã, por sua vez, é que aponta para o futuro como temporalidade-desfecho da narrativa: “Renata, outra filha de dona Sueli, está grávida de uma menina no oitavo mês de gestação. Para a família, é Rosália voltando em forma de esperança, sentimento transformador nessa família paraibana” (MELQUIADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5).

Tabela 8 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 19 de abril

<b>Análise da narrativa textual – edição de 19 de abril de 2013</b>		
<b>Atos</b>	<b>Como se indiciam</b>	<b>Trechos</b>
<b>Página 1 – A vida no canal com dia para começar e terminar</b>		
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Alteração do projeto gráfico a fim de valorizar as fontes retratadas na narrativa e representar ruptura;	Página majoritariamente em preto e branco, conferindo dramaticidade; fotos das fontes em destaque; alteração da logomarca do caderno;
Tendência à subjetivação;	Lexicalização;	“câncer nos ossos”;
Tendência à subjetivação;	Reorientação de informações objetivas para as margens da página;	Nome, sobrenome e idade das fontes informados apenas na legenda da foto;
<b>Página 2 - Áreas agrícolas registram mais casos de mortes por câncer</b>		
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Referenciação de condições de verdade: Exposição de dados estatísticos e levantamentos de fontes institucionais;	“um mercado nacional que em 2002 representava R\$2,5 bilhões chega, passados dez anos, à cifra de R\$ 8,9 bilhões”
Duplicidade: tendências à objetivação e subjetivação;	Infografia utilizada como recurso de precisão (para conferir credibilidade pela via da objetivação) quanto para fins catárticos: de promover identificação/impacto visual;	Infografia;
Complementaridade/subversão: subjetivação para fins objetivos;	Mescla entre narradores (mapeada como ato de subjetivação) presente em argumentações objetivas; fusão dos discursos do repórter e da pesquisadora Chelda Bedor;	“Regiões agrícolas têm apresentado mais casos de câncer do que onde não há atividade com grande uso de agrotóxicos”;
Complementaridade/subversão: objetivação para fins subjetivos;	Referenciações de autoridade e de tempo sendo utilizados para promover desajustes à	“Chelda Bedor, biofarmacêutica com doutorado em Ciências da



	balança discursiva em favor das pesquisas acadêmicas;	Saúde, pesquisadora da Universidade do Vale do Rio São Francisco (Univasf), em Petrolina (PE), que há cinco anos publicou um dos primeiros estudos...”;
<b>Página 3 - Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital</b>		
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Crítérios de noticiabilidade revisados em função da valorização dos sujeitos da narrativa;	“Não há Natal desde 2010 na casa de Sueli Félix da Silva. A dor da perda não é só o sentimento de ausência, ou esse próprio sentimento vai além da perda de um ente querido. A morte não morre com o morto”;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Corporeidade (relação da fonte com o corpo), reforçada por descrições pormenorizadas;	“O caroço aparece na perna, espalha-se para o peito, depois as costas e, por fim, o braço direito, segundo membro a ser amputado”;
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Recorrência do tempo verbal no presente: apontado como marca de objetivação, pelo efeito de atualidade, é usado, neste caso, para vivificar a memória das fontes;	“Ela vê o pai aumentar mais de 20 quilos”;
Tendência à complexidade;	Ampliação e amplificação da problemática da fonte, percebendo os contextos em que ela está inserida: relação com o trabalho e a comunidade;	“A primeira amputação de quem trabalha desde criança e acorda com o canto dos galos é não poder trabalhar. Não há descanso ou prazer no ócio”;
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Relatos em primeira pessoa e lexicalização;	“passei muito mal com o veneno, umas tonturas, chega o corpo ficava mais pesado”;
<b>Página 4 – Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica</b>		
Tendência à simplificação;	O repórter concede a si mesmo e às fontes especialistas a tradução das demandas dos indígenas, retirando deles o protagonismo;	“‘Na percepção dos índios, o agrotóxico foi relacionado ao significado de remédio, mas também foi percebido como veneno’, afirma Glaciene Gonçalves”;
Tendência à simplificação;	O repórter não descreve suas impressões sobre o cenário, sua experiência <i>in loco</i> na comunidade indígena;	
Tendência à objetivação/ síntese, categorização;	As fontes Luciana e Pedro são descritas de forma truncada, sintética e pouco fluida;	Intertítulo “Sem riscos”;
<b>Página 5 - O destino cruel de Rosália, Aldo, Maycon, Pedro, Sueli...</b>		
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Crítérios de noticiabilidade revisados em função da valorização dos sujeitos da narrativa;	“Arroz, feijão, farofa e carne foram pedidos do seu paladar em mais de um mês comendo um ensopado do hospital”;
Complementaridade/ subversão: subjetivação para fins objetivos;	A gestação de Samuel e a gravidez de Renata, irmã de Rosália, são utilizadas como referências temporais;	“O último nome, ainda não colocado, seria de Samuel, mas da última vez que Rosália sai de casa, para não voltar, o garoto só existe em sua barriga”;
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Recorrência do tempo verbal no presente: apontado como marca de objetivação, pelo efeito de atualidade, é usado, neste caso, para vivificar a memória das fontes;	“Está com o bucho apontando para frente”;

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora

#### **4.2.3. Edição do dia 20 de abril de 2013<sup>105</sup>**

##### **a) Viúva aos 23 anos, Gerlene luta para superar a ausência**

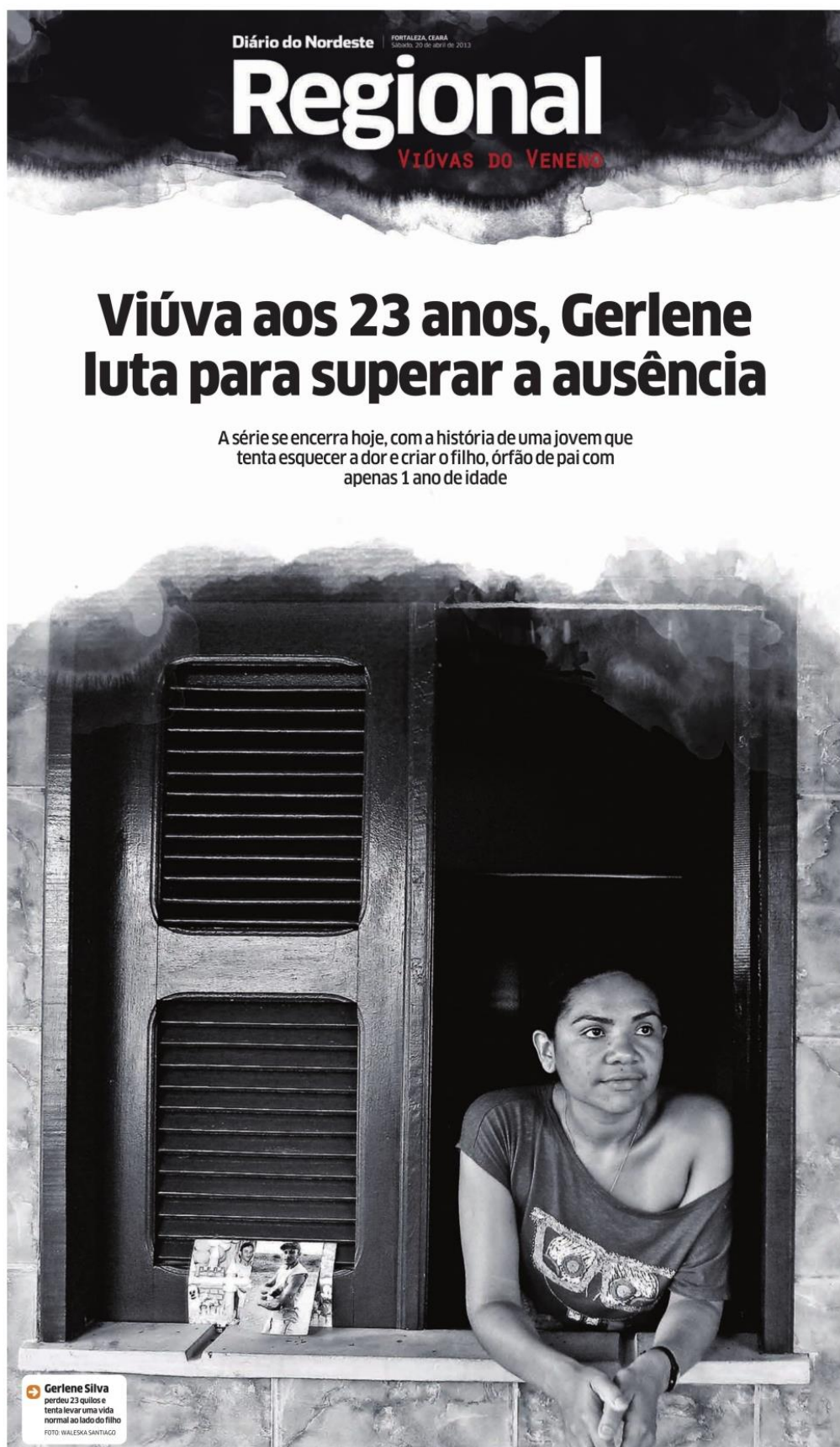
A última capa do especial segue o padrão das demais. Mantém a mesma identidade visual e traz, igualmente, a imagem de uma das viúvas, cuja história será contada adiante. Importante recordar o contexto em que a capa é concebida: a saga de Gerlene é ‘promovida’ à capa após a derrubada da história de Branquinha, viúva de Zé Maria do Tomé (que, aliás, é sequer citada no material). Diferentemente da capa de Sueli, publicada no dia anterior, a imagem de Gerlene revela elementos de direção: a fotografia do esposo posicionada à janela e o olhar direcionado da viúva deixam margem a essa interpretação.

Nos curtos textos de abertura e legenda, o repórter adianta pílulas informativas, cujos critérios de noticiabilidade, apesar de se relacionarem a referenciais numéricos estão no campo dos sujeitos: a precocidade da partida de Vanderlei é reforçada pela juventude do filho, “órfão de pai com apenas um ano de idade” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.1), e da viúva, expressa pela idade de Gerlene, no título da capa (“viúva aos 23 anos”), e pelas transformações físicas da fonte, apontadas na legenda: “Gerlene Silva perdeu 23 quilos”.

---

<sup>105</sup> Não iniciamos a análise deste dia pela capa do jornal porque não tivemos acesso a esta página.

Figura 23 – Página 1: Viúva aos 23 anos, Gerlene luta para superar a ausência

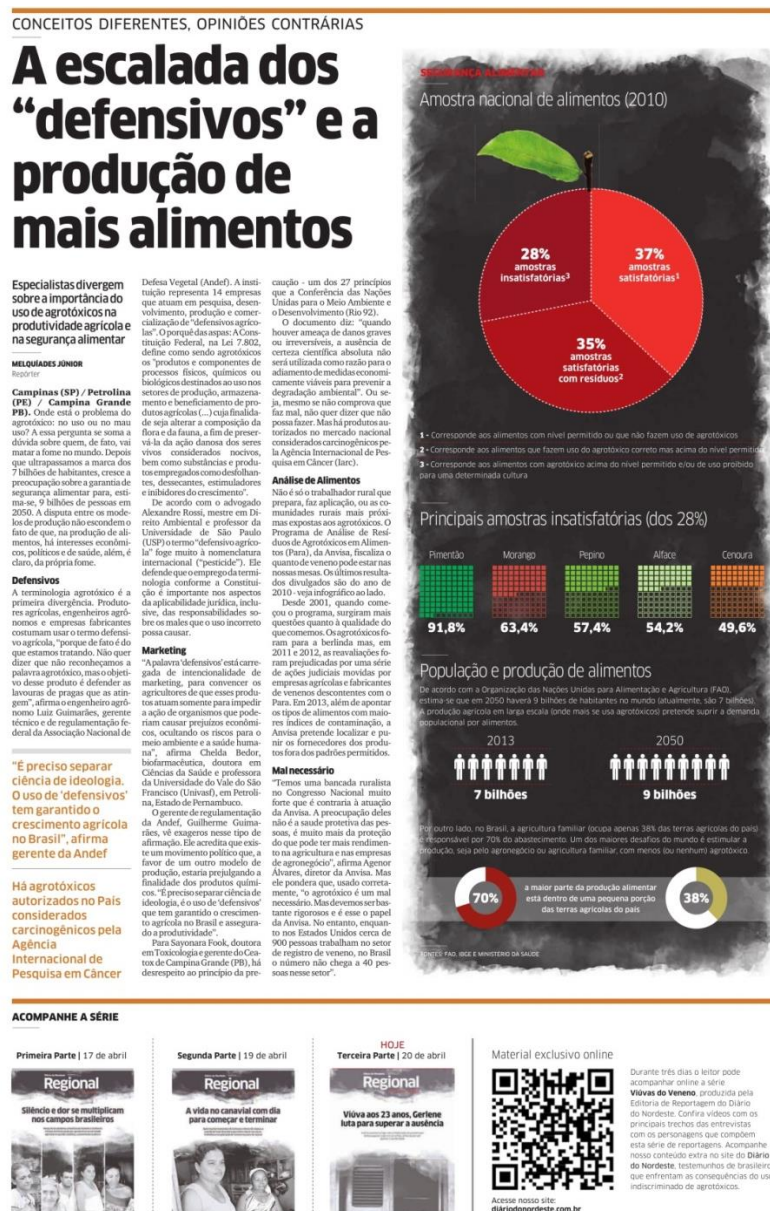


Fonte: Diário do Nordeste, 2013

## b) A escalada dos “defensivos” e a produção de mais alimentos

Já no título, um elemento de complementaridade: as aspas, já apontadas como recurso de objetivação (MOTTA, 2013), aqui servem à parcialidade, deixando claro o posicionamento do repórter de não reconhecer o termo ‘defensivos’ como um sinônimo direto (no sentido de adequado/legal) de ‘agrotóxico’ ou ‘veneno’. Essa divergência simbólica que se encena no uso das aspas acaba resumindo bem o conteúdo de toda a matéria, que trata justamente do impasse conceitual das pesquisas, como explica o subtítulo: “Especialistas divergem sobre a importância do uso de agrotóxicos na produtividade agrícola e na segurança alimentar” (MELQUIADES JÚNIOR, 2004/2013, p.2).

Figura 24 – Página 2: A escalada dos “defensivos” e a produção de mais alimentos



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

As aspas figuram como a essência dessa reportagem. O embate entre as fontes – especialistas, autoridades e documentos – acontece sobretudo pelas aspas, com poucas interferências discursivas do repórter (além da própria seleção do conteúdo das citações). Emergem como narradores: “Luiz Guimarães, gerente técnico e de regulamentação federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)”, “o advogado Alexandre Rossi, mestre em Direito Ambiental e professor da Universidade de São Paulo (USP)”, “Chelda Bedor, biofarmacêutica, doutora em Ciências da Saúde e professora da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf)”, “Sayonara Fook, doutora em toxicologia e gerente do Ceatox de Campina Grande (PB)” e “Agenor Alves, diretor da Anvisa” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.2), além do texto da Lei 7.802 da Constituição Federal e do documento da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio92).

Sobre isso, é importante pensar sobre a possibilidade de trato subjetivo das fontes acadêmicas e documentais. As propostas de superação da lógica objetivista no conteúdo jornalístico, em geral, apontam para a rua, para a busca das falas marginais, dos sujeitos anônimos, orientando a produção e a apuração jornalísticas às fontes independentes. Isto, no entanto, não equaciona a questão aqui levantada.

Medina (2003) ensaia uma alternativa complexa ao repensar o lugar da comunicação social na divulgação científica. Para a autora, “a interação entre a sociedade e a ciência expõe a necessidade da reversão dos discursos de informação científica, dirigidos das fontes aos públicos, para se constituírem novas estratégias e ações comunicativas” (MEDINA, 2003, p.112-113). Segundo seu diagnóstico, o que se percebe, em geral, é a imposição de uma supremacia do discurso acadêmico, cabendo ao jornalista a tentativa de tradução desse saber a um público considerado leigo, tanto pelas fontes quanto pelo comunicador. Nesse sentido, o uso massivo das aspas em reportagens que mediam discursos da academia ou de autoridades econômicas e políticas pode ser interpretado como estratégia de proteção do repórter contra possíveis críticas (TUCHMAN, 1999) à sua tentativa de interpretação dos discursos hegemônicos a ele confiados, retomando a lógica objetivada de apuração e escrita.

A superação dessa visão objetivada proposta por Medina (2003) também acaba ‘apontando para a rua’: a autora sugere sobretudo a mescla de saberes acadêmicos e ‘leigos’ ou populares, permitindo, inclusive, uma reaproximação dos sujeitos sociais (com suas demandas) aos pesquisadores e instituições de pesquisa<sup>106</sup>. Medina propõe, portanto, a

---

<sup>106</sup> O signo dialógico das mediações sociais envolve a desconstrução do autoritarismo unidirecional – fonte de informação dita científica, tradutores e receptor massificado. Equívoco generalizado: nem a fonte científica é autocrática, nem o profissional de comunicação é mero tradutor, nem o receptor faz parte de uma massa

democratização das informações científicas, questionadas, discutidas e, assim, retiradas de um pedestal de sacralidade imposto muitas vezes pela linguagem – termos específicos, leituras restritas – e a mescla de saberes científicos com o conhecimento do senso comum, com a escuta aos sujeitos impactados direta e indiretamente pelo tema das pesquisas, e ainda a inserção da arte e da filosofia nos debates, bebendo da fruição e da criatividade para complexificar a pretensa exatidão da ciência.

Nesse sentido, entendemos que a decisão de Melquíades de não incluir as fontes independentes no debate/embate científico sobre o uso de agrotóxicos (nesta página mais claramente, mas também em outras páginas pares) revela uma tendência à manutenção da lógica objetivada/disjuntiva. Ainda que, pela análise processual, se perceba que também os pesquisadores e os seus estudos afetaram o repórter tanto quanto as viúvas e os agricultores, tal afetação não salta ao texto, apenas em alguns vestígios de pessoalidade, como quando adota, no início do oitavo parágrafo, a primeira pessoa do plural, promovendo uma sensação de identificação e de vínculo, com o assunto e com o leitor: “O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, fiscaliza o quanto de veneno pode estar nas nossas mesas” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.2).

---

indistinta. A linguagem atualizada se contextualiza no processo de reciprocidade simbólica. Assim, muitas vezes, o vetor se inverte, e uma necessidade localizada e vocalizada pelo protagonista anônimo de determinada situação gera desafios para a ciência (MEDINA, 2003, p. 116).



Figura 25 – Página 2: texto em detalhe

## Especialistas divergem sobre a importância do uso de agrotóxicos na produtividade agrícola e na segurança alimentar

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Campinas (SP) / Petrolina (PE) / Campina Grande (PB).** Onde está o problema do agrotóxico: no uso ou no mau uso? A essa pergunta se soma a dúvida sobre quem, de fato, vai matar a fome no mundo. Depois que ultrapassamos a marca dos 7 bilhões de habitantes, cresce a preocupação sobre a garantia de segurança alimentar para, estima-se, 9 bilhões de pessoas em 2050. A disputa entre os modelos de produção não escondem o fato de que, na produção de alimentos, há interesses econômicos, políticos e de saúde, além, é claro, da própria fome.

### Defensivos

A terminologia agrotóxico é a primeira divergência. Produtores agrícolas, engenheiros agrônomos e empresas fabricantes costumam usar o termo defensivo agrícola, "porque de fato é do que estamos tratando. Não quer dizer que não reconheçamos a palavra agrotóxico, mas o objetivo desse produto é defender as lavouras de pragas que as atinjam", afirma o engenheiro agrônomo Luiz Guimarães, gerente técnico e de regulamentação federal da Associação Nacional de

Defesa Vegetal (Andef). A instituição representa 14 empresas que atuam em pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização de "defensivos agrícolas". O porquê das aspas: A Constituição Federal, na Lei 7.802, define como sendo agrotóxicos os "produtos e componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso nos setores de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas (...) cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa dos seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento".

De acordo com o advogado Alexandre Rossi, mestre em Direito Ambiental e professor da Universidade de São Paulo (USP) o termo "defensivo agrícola" foge muito à nomenclatura internacional ("pesticide"). Ele defende que o emprego da terminologia conforme a Constituição é importante nos aspectos da aplicabilidade jurídica, inclusive, das responsabilidades sobre os males que o uso incorreto possa causar.

### Marketing

"A palavra 'defensivos' está carregada de intencionalidade de marketing, para convencer os agricultores de que esses produtos atuam somente para impedir a ação de organismos que poderiam causar prejuízos econômicos, ocultando os riscos para o meio ambiente e a saúde humana", afirma Chelda Bedor, biofarmacêutica, doutora em Ciências da Saúde e professora da Universidade do Vale do São Francisco (Univasf), em Petrolina, Estado de Pernambuco.

O gerente de regulamentação da Andef, Guilherme Guimarães, vê exageros nesse tipo de afirmação. Ele acredita que existe um movimento político que, a favor de um outro modelo de produção, estaria prejudgando a finalidade dos produtos químicos. "É preciso separar ciência de ideologia, é o uso de 'defensivos' que tem garantido o crescimento agrícola no Brasil e assegurado a produtividade".

Para Sayonara Fook, doutora em Toxicologia e gerente do Ceatox de Campina Grande (PB), há desrespeito ao princípio da pre-

caução - um dos 27 princípios que a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92).

O documento diz: "quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental". Ou seja, mesmo se não comprova que faz mal, não quer dizer que não possa fazer. Mas há produtos autorizados no mercado nacional considerados carcinogênicos pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer (Iarc).

### Análise de Alimentos

Não é só o trabalhador rural que prepara, faz aplicação, ou as comunidades rurais mais próximas expostas aos agrotóxicos. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para), da Anvisa, fiscaliza o quanto de veneno pode estar nas nossas mesas. Os últimos resultados divulgados são do ano de 2010 - veja infográfico ao lado.

Desde 2001, quando começou o programa, surgiram mais questões quanto à qualidade do que comemos. Os agrotóxicos foram para a berlinda mas, em 2011 e 2012, as reavaliações foram prejudicadas por uma série de ações judiciais movidas por empresas agrícolas e fabricantes de venenos descontentes com o Para. Em 2013, além de apontar os tipos de alimentos com maiores índices de contaminação, a Anvisa pretende localizar e punir os fornecedores dos produtos fora dos padrões permitidos.

### Mal necessário

"Temos uma bancada ruralista no Congresso Nacional muito forte que é contrária à atuação da Anvisa. A preocupação deles não é a saúde protetiva das pessoas, é muito mais da proteção do que pode ter mais rendimento na agricultura e nas empresas de agronegócio", afirma Agenor Álvares, diretor da Anvisa. Mas ele pondera que, usado corretamente, "o agrotóxico é um mal necessário. Mas devemos ser bastante rigorosos e é esse o papel da Anvisa. No entanto, enquanto nos Estados Unidos cerca de 900 pessoas trabalham no setor de registro de veneno, no Brasil o número não chega a 40 pessoas nesse setor".

**"É preciso separar ciência de ideologia. O uso de 'defensivos' tem garantido o crescimento agrícola no Brasil", afirma gerente da Andef**

**Há agrotóxicos autorizados no País considerados carcinogênicos pela Agência Internacional de Pesquisa em Câncer**

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

É como se Melquíades propusesse um diálogo entre as entidades envolvidas no assunto, mas, mesmo afeto, não se sentisse autorizado a interferir nas falas, não tanto quanto o faz nas das viúvas, por exemplo. Em entrevista, o repórter dá pistas das decisões tomadas na página. Justifica a não inclusão de aspectos das vidas dos pesquisadores no material por falta de espaço.

Olha... A decisão foi por espaço. Não tinha. Eu tive que tirar muita coisa. Eu escrevia, no Regional, pensando: 'eu tenho que escrever x caracteres'. Quando eu fui escrever as Viúvas, eu só escrevia. (...) Eu decidi escrever todas essas matérias fora da forma, no *Word* mesmo, e só depois eu jogava no Hermes [programa de edição do Diário do Nordeste] e passava mais de 50%! Então, se você leu Viúvas, imagina o não dito? Ou o não lido? Muita coisa ficou de fora (informação verbal)<sup>107</sup>.

Já o trato mais objetivado com as fontes oficiais (quando o repórter se atém basicamente às declarações, sem incluir no texto, por exemplo, descrições de bastidores da entrevista) se deu por um motivo bastante comum à apuração jornalística contemporânea<sup>108</sup>: a falta de contato *in loco*, seja por questões logísticas (como a não autorização de deslocamento do repórter, resultando em entrevistas por telefone ou e-mail) ou porque a fonte não pode/quis recebe-lo presencialmente. Entrevistas não-presenciais, de modo geral, também colaboram para a produção de textos em que há maior possibilidade de anulação dos sujeitos, já que parte da narrativa processual (de saída e chegada do repórter ao local da entrevista, de apreensão do cenário, da espera, de interferências do acaso e improvisações) se perde.

Há ainda uma questão própria da abordagem complexa do assunto, possivelmente muito mais relativa à condução da apuração e à angulação do conteúdo do que à escrita do material em si: pelas declarações, percebe-se que as empresas justificam os males dos pesticidas a partir dos seus benefícios à produção de alimentos para as populações, como se os riscos compensassem. Aqui, como propõe Fairclough (2001), é preciso considerar os embates hegemônicos das práticas sociais na construção dos discursos: o fato é que são debates aproximados, mas não da mesma ordem, e a fusão simplista deles, promovida pelas empresas produtoras de agrotóxicos, possui intencionalidades, possivelmente numa atitude compensatória, como se nota na seguinte passagem:

O gerente de regulamentação da Andef, Guilherme Guimarães, vê exageros nesse tipo de afirmação. Ele acredita que existe um movimento político que, a favor de um outro modelo de produção, estaria prejulgando a finalidade dos produtos químicos. "É preciso separar ciência de ideologia, é o uso de 'defensivos' que tem garantido o crescimento agrícola no Brasil e assegurado a produtividade" (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.2).

<sup>107</sup> Entrevista concedida por MELQUÍADES JÚNIOR, Antônio. Entrevista III. [mai. 2018]. Entrevistadora: Mayara de Araújo. Fortaleza, 2018. 1 arquivo .mp3 (129 min.)

<sup>108</sup> O jornalismo feito sem contato presencial e saída do repórter pode ser nomeado como 'jornalismo sentado'. A aplicação do conceito e suas implicações identitárias no jornalismo online podem ser observados em: PEREIRA, Fabio. O jornalista on-line: um novo status profissional? Uma análise sobre a produção da notícia na internet a partir da aplicação do conceito de 'jornalista sentado'. Dissertação (mestrado em Comunicação), Universidade de Brasília. Biblioteca On-line Ciência da Comunicação, 2003. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/pereira-fabio-jornalista-on-line-novo-status.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2019.



Curiosamente, para o presidente da associação das empresas produtoras de agrotóxicos, os esforços de pesquisas sobre o impacto do veneno à saúde humana são ‘ideológicos’, mas a defesa ao crescimento agrícola independentemente dos riscos não é (o que aponta para o debate sobre discurso e ideologia já realizado na análise à matéria “Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil”, página 4 do dia 17 de abril).

Melquíades revela-se ciente da complexidade do tema (já no primeiro parágrafo afirma: “(...) na produção de alimentos, há interesses econômicos, políticos e de saúde, além, é claro, da própria fome” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.2)), mas, textualmente, não aparenta conseguir abarcar-la. Uma coisa é o impacto dos venenos à saúde e outra é a sustentabilidade alimentar do planeta. Há aí duas pautas igualmente complexas (já que multifacetadas, envolvendo ações de diversos setores). É preciso pensar: 1. Em como reduzir o consumo de veneno ou a toxicidade dele e, portanto, o impacto desse consumo à saúde humana; 2. Em como alimentar sete bilhões de habitantes. Fundir essas pautas pode implicar numa atitude reducionista/simplificadora por parte do repórter, que não chega a aderir integralmente à visão de compensação das empresas, mas pende para ela ao encerrar a matéria com o intertítulo ‘Mal necessário’, cujo título se origina de uma citação do próprio diretor da Anvisa.

Vale reforçar, ainda no âmbito desta matéria, as intencionalidades de ‘redução de críticas’ presentes no plural institucional adotado pelas próprias empresas produtoras de veneno: a não-personalização dos debates, a anulação de autoria, dificulta, inclusive, a culpabilização direta de sujeitos em caso de comprovação de irregularidades por parte das empresas.

### **c) Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei**

O texto dedicado à última viúva da série consolida algumas marcas de subjetivação comuns às demais narrativas, reforçando as características de autoria próprias de Melquíades neste conteúdo. Já no subtítulo, duas delas saltam aos olhos – uso dos verbos no tempo presente, dinamizando a narrativa; e a corporeidade: “Quando o marido morre, Gerlene precisa esquecer, mas as evidências no corpo não deixam” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.3).

Figura 26 – Página 3: Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei

COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA

# Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei

Quando o marido morre, Gerlene precisa esquecer, mas as evidências no corpo não deixam

MELQUIADES JUNIOR  
Repórter

**Límoeiro do Norte.** Ressentir a dor talvez seja a comprovação de que ela nunca saiu dali. Como esquecer é ato vão, Gerlene Silva tenta superar a dor da perda de Vanderlei. Ela não acredita em superação, mas na possibilidade de conviver melhor com a dor da separação eterna. E a dor aumenta todas as vezes em que o filho, Davi, pergunta "cadê meu pai?"

Desde que Vanderlei Matos foi para o céu de Davi, Gerlene é tensa, depressiva. Não quer viver de pesar. Luta contra o luto. E, nesta batalha, ganha o nervosismo. Perde 35 quilos, mas ganha amigos a apoiar neste momento de pesar que já dura três anos. Perde um pedaço de sua própria identidade: aquela história de que existe a outra metade é verdade para a viúva, estranha alcinha para quem só tem 23 anos de idade.

Vanderlei é seu primeiro e único amor. Cresceram juntos nas ruas da Cidade Alta, bairro mais populoso de Límoeiro do Norte. Tiveram Davi e, depois, carteira assinada para garantir o sustento.

## Produtos químicos

Vanderlei manipulava fertilizantes e agrotóxicos. Separa os produtos de acordo com a especificação e quantidades indicadas na guia para repassá-los ao setor de mistura. Também é sua tarefa guardar o estoque restante do produto. É assim por três anos, sempre no período da noite, desde 2005. Mas com o tempo, algumas coisas vão mudando no trabalhador rural.

"Vanderlei, tá acontecendo alguma coisa?", Gerlene não pergunta para saber, ela já sabe, só quer a sinceridade. O esposo está com uma cor diferente, se ele concorda que é estranho, pode ser um sinal de que ele também está preocupado e, portanto, aceita ajuda. "Ele sempre foi uma pessoa calada, não comentava nada com ninguém", "não, eu tô bem, não tem cor esquisita não", afirma.

## Sintomas

Depois, a situação vai piorando e não é possível negar nem para si mesmo: rachaduras nos dedos, sangramento pelo nariz e ressecamento dos lábios. As primeiras consultas são com o médico da empresa. Vanderlei sente tontura, fraqueza nas pernas. Nem parece o rapaz de porte atlético que quando chega do trabalho tranca-se no quarto a fazer exercícios aeróbicos e levantamento de peso. Está sempre em forma para jogar futebol, sua diversão predileta. Fora o trabalho, suas duas "saídas" são para o campo jogar e para os passeios com a família no fim de semana.

## Testemunha

"Macho, vá pra casa". É o agricultor Anaildo Silva tentando fazer alguma coisa pelo amigo, vizinho e colega de trabalho. Hoje, é testemunha das atividades exercidas por Vanderlei, bem como

Três médicos especialistas e uma médica perita do Ministério do Trabalho apontam o veneno como causa da morte



“Quanto menos eu me lembrar, melhor. Quero viver só o hoje. Quero lembrar dele, as coisas boas que passei, nada de coisas ruins, do tempo em que ele estava doente

“Hoje o menino começa a perguntar onde está o pai. É complicado dizer. Eu evito, não quero mentir. Mas ele vai saber

GERLENE SILVA  
Viúva de Vanderlei Matos

Gerlene Silva tornou-se depressiva e evita falar com o filho sobre a morte do pai  
FOTO: WALESKA SANTIAGO

das crises doentias que ele tem e não conta em casa e nem fora dela. "Eu pensei que ia melhorar, mas foi cada vez piorando", lembra Gerlene. E ninguém sabe o que é. Daí a razão do "não, meu filho, vá mais pra lá, vá" que ele diz toda vez que o menino se aproxima.

Só perde o medo de contaminar quando, após exames realizados no Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), em Fortaleza, percebe-se a grave discrasia sanguínea, uma séria alteração venosa e, ainda mais, o comprometimento das funções do fígado, exigindo um transplante com urgência.

Com filho de pouco mais de 1 ano de idade, Gerlene não pode sair da cidade. Acompanha por telefone os 23 dias de internação hospitalar de Vanderlei. Da entrada no dia 7 de novembro de 2008. O dia 30 do mesmo mês, especificamente à 1h40, é uma data para se esquecer. Melhor, superar, ou, ao menos, conviver com a realidade da dor, que, se não sair, ao menos doa menos.

## Evidências

A morte de Vanderlei Matos causa medo em dezenas de homens do bairro Antônio Holanda, a Cidade Alta, em Límoeiro do Norte. O lugar até hoje fornece boa parte dos trabalhadores rurais para a região. Até então, os relatos comuns de enjoos e fraquezas não eram associados à exposição diária aos agrotóxicos, menos ainda que isso pudesse causar a morte. A família não tem dúvidas de que o veneno contaminou o homem.

"Eu só quero que não aconteça com outras pessoas o que aconteceu com meu marido. Eu queria que tudo isso se resolvesse em paz. É tão ruim, depois dele morrer ainda vejo gente passando por esses problemas", afirma a jovem viúva.

A Universidade Federal do Ceará (UFC) realizava desde 2006 o "Estudo Epidemiológico da População da Região do Bairo Jaguaribe Exposta à Contaminação Ambiental em Área de Uso de Agrotóxicos". É neste contexto que conhecemos o caso de Vanderlei.

Diante das especulações sobre a causa mortis, três médicos especialistas decidem investigar: Maria Terezinha, doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade de São Paulo (USP); Alberto Novaes, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); e José Milton de Castro Lima, Gastro-Hepatologista e doutor em Gastroenterologia pela Escola Paulista de Medicina. O diagnóstico: morte por hepatopatia grave induzida por substâncias tóxicas.

Resultado parecido vem de investigação paralela de Ayla Maria Cavalcante Sales, perita médica do Ministério do Trabalho. O caso ainda aguarda resposta da Justiça do Trabalho.

## Seu céu

A jovem viúva Gerlene não esperava que acontecesse, muito menos tão cedo, mas, como a mãe, sente a dor de ser viúva. Dona Maria do Socorro Silva dos Santos preenche, junto com seu filho, Davi, uma parte do vazio deixado por Vanderlei. Hoje, a família é formada pelas duas viúvas, Davi e o retrato de um homem que nunca sairá da parede da sala.

Ela nos conta que espera que o filho cresça um pouco mais para entender que, antes de ir para o céu, "seu pai trabalhava com o veneno. Ai, ele não se deu bem e morreu", de uma forma silenciosa e crônica, como ocorreu com outros trabalhadores abordados nesta série especial de Reportagens.

A interposição de presentes, aliás, é uma das principais características dos primeiros parágrafos, antes do intertítulo “Produtos químicos”.

Ressentir a dor talvez seja a comprovação de que ela nunca saiu dali. Como esquecer é ato vão, Gerlene Silva **tenta superar** a dor da perda de Vanderlei. Ela não **acredita** em superação, mas na possibilidade de conviver melhor com a dor da separação eterna. E a dor aumenta todas as vezes em que o filho, Davi, **pergunta** “cadê meu pai”?

Desde que Vanderlei Matos foi para o céu de Davi, **Gerlene é tensa**, depressiva. Não **quer viver** de pesar. **Luta** contra o luto. E, nesta batalha, **ganha** o nervosismo. **Perde** 35 quilos, mas **ganha** amigos a apoiar neste momento de pesar que **já dura três anos**. **Perde** um pedaço de sua própria identidade: **aquela história de que existe a outra metade é verdade para a viúva**, estranha alcunha para quem só tem 23 anos de idade.

Vanderlei **é seu primeiro e único amor**. Cresceram juntos nas ruelas da Cidade Alta, bairro mais populoso de Limoeiro do Norte. Tiveram Davi e, depois, carteira assinada para garantir o sustento (JÚNIOR, 20/04/2013, p.3. Grifos nossos).

Algumas temporalidades se revelam nesse primeiro trecho, em que o repórter como que compila a vida da família em *flashes*: o momento em que Davi pergunta pelo pai; a luta de Gerlene contra o luto; a juventude do casal, ‘nas ruelas da Cidade Alta’; o nascimento do filho; a carteira assinada de Vanderlei – tudo isso no presente ou numa superposição de presentes. Interessante perceber o dinamismo conseguido pela alternância dos verbos ‘perder’ e ‘ganhar’, no segundo parágrafo, reafirmando, de outro modo, a ‘luta contra o luto’ travada pela viúva – que ora vence, ora é derrotada, um dia de cada vez. Ainda neste parágrafo, o repórter recorre à hipertextualização (FAIRCLOUGH, 2001) ao lançar mão do ditado popular para registrar o desajuste identitário da viúva.

Importante perceber como as afirmações em discurso indireto, tão presentes já nos primeiros parágrafos da matéria, contrastam com a cautela em forma de uso das aspas adotada pelo repórter na página anterior. Aqui, ao tratar da história de Gerlene, Melquíades se autoriza a mescla de autoria, o que não acontece com as declarações de pesquisadores e representantes de instituições.

No segundo parágrafo do intertítulo “produtos químicos”, ao reproduzir, como narrador onisciente e onipresente, um diálogo entre a esposa e o marido, Melquíades transgride inclusive o discurso direto, pois chega a abrir uma aspa de Vanderlei (já falecido!), dando pistas do conteúdo e da afetação durante as entrevistas com Gerlene e sua família. Nesse caso, não interpretamos as aspas como cautela ou receio a críticas, pelo contrário: elas dizem da liberdade que o repórter sentiu, a ponto de transportar-se para a cena. O recurso de citação confere vivacidade ao instante narrado:

“Vanderlei, tá acontecendo alguma coisa?” Gerlene não pergunta para saber, ela já sabe, só quer a sinceridade. O esposo está com uma cor diferente, se ele concorda que é estranho, pode ser um sinal de que ele também está preocupado e, portanto, aceita ajuda. “Ele sempre foi uma pessoa calada, não comentava nada com ninguém”: “não, eu tô bem, não tem cor esquisita não”, afirma (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.3).

Ao longo do texto, outras citações de Vanderlei vão surgindo (“Daí a razão do ‘não, meu filho, vá mais pra lá’ que ele diz toda vez que o menino se aproxima” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.3)). Assim, através da narrativa jornalística, o agricultor como que volta à vida.

Uma particularidade deste texto é a presença da comunidade. O caso de Vanderlei representa o temor de homens e mulheres da Cidade Alta e um desafio de diagnóstico e comprovação científica para os pesquisadores da UFC. A fim de abarcar esses personagens que margeiam a narrativa, o repórter decide resumir a saga do agricultor e deixar espaço para inseri-los no intertítulo “Evidências”. Nele, a singularidade do caso Vanderlei atravessa a universalidade das pesquisas sobre contaminações de agricultores nos sertões nordestinos, num movimento complementar, entre ciência e arte. Aliás, este caminho, do particular ao universal, é adiantado ao leitor já no título da reportagem, que pretende deslocar-se ‘da morte silenciosa’ aos ‘gritos nas evidências’. Essa complementaridade, realizada pelo jornalismo enquanto fenômeno, é assim explicada por Genro Filho (2012, pp.60-61):

Nas ciências, os fatos ou eventos são relevantes à medida que vão constituindo a universalidade. Quanto à arte, os fenômenos que a compõem são significativos na exata proporção de sua ambiguidade enquanto realidades irrepetíveis (singulares) e, ao mesmo tempo, enquanto representação ‘sensível’ da universalidade social onde historicamente estão situados (...). O jornalismo não produz um tipo de conhecimento, tal como a ciência, que dissolve a feição singular do mundo em categorias lógicas universais, mas precisamente reconstitui a singularidade, simbolicamente (...). Tampouco elabora uma espécie de representação cujo aspecto singular é arbitrário, projetado soberanamente pela subjetividade do autor, tal como acontece na arte (...). O processo de significação produzido pelo jornalismo situa-se na exata contextura entre duas variáveis: 1) as relações objetivas do evento, o grau de amplitude e radicalidade do acontecimento em relação a uma totalidade social considerada; 2) as relações e significações que são constituídas no ato de sua produção e comunicação.

Interpretamos que, ao ampliar o horizonte da última reportagem de página ímpar, saindo da particularidade de Valderi em direção à problemática dos agricultores da Cidade Alta, o repórter adota um movimento de retomada/síntese da grande narrativa, dividida em três edições, que ali se consuma. Ainda que haja uma última matéria depois desta, “Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei” é a derradeira ‘história de viúva’, com o mesmo trato subjetivado das demais, e talvez por isso a escolhida para encerrar

o ciclo narrativo. Tal conclusão fica evidente nas palavras finais do texto, que ensaiam um fechamento institucional:

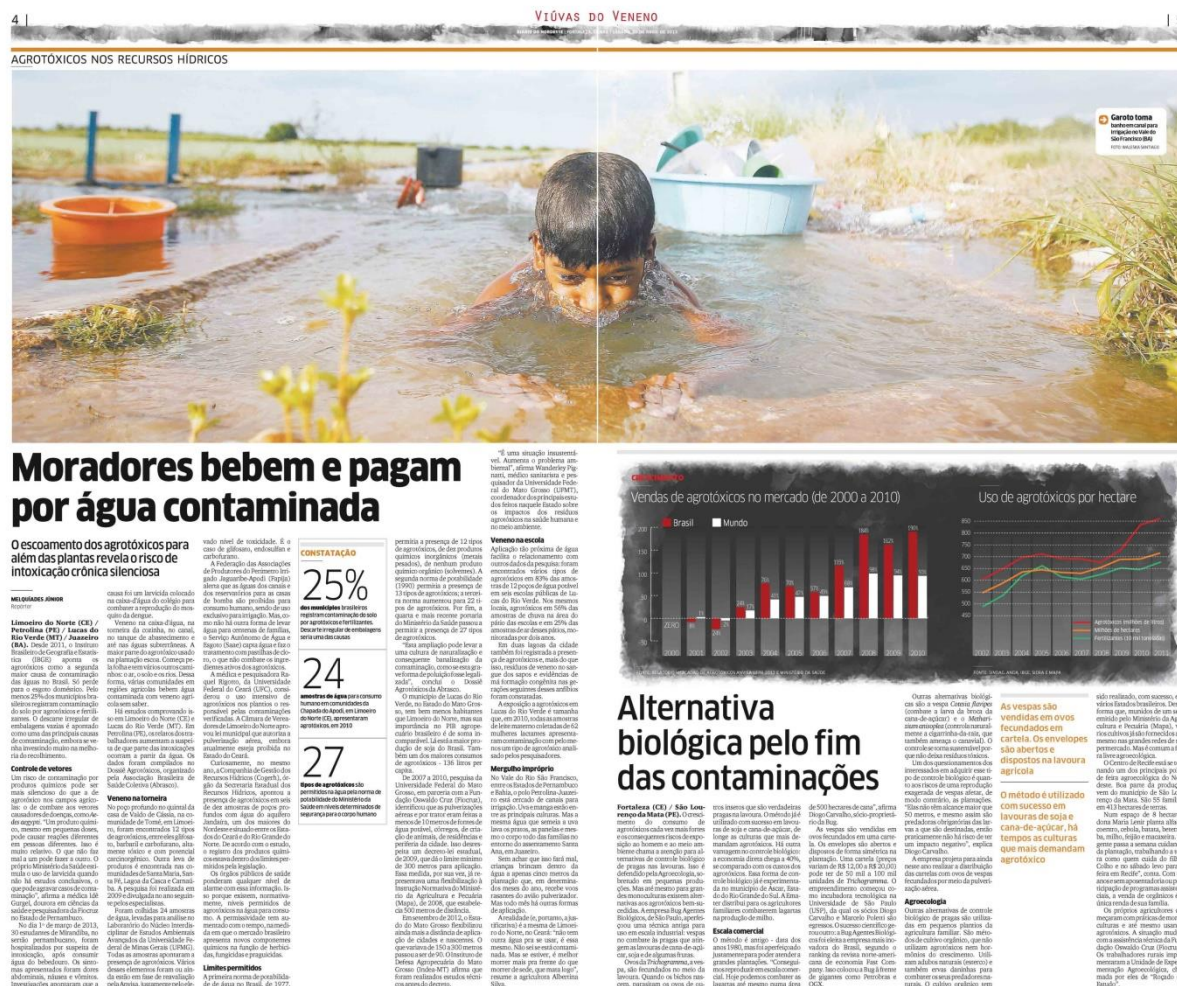
Ela nos conta que espera que o filho cresça um pouco mais para entender que, antes de ir para o céu, “seu pai trabalhava com veneno. Aí, ele não se deu bem e morreu”, de uma forma silenciosa e crônica, como ocorreu com outros trabalhadores nesta série especial de Reportagens (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.3).

#### **d) Moradores bebem e pagam por água contaminada**

Melquíades encerra o especial com uma reportagem de página dupla dedicada, em grande medida, à divulgação científica. Dados relatoriais de estudos realizados em Ceará, Pernambuco, Mato Grosso e Bahia são articulados nesta última reportagem. Como fontes, Melquíades reúne: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fiocruz de Pernambuco, o Dossiê Agrotóxicos, realizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), o Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Federação das Associações de Produtores do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (Fapija), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), o Ministério da Saúde, a Universidade Federal de Mato Grosso, o Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea-MT) e uma única fonte independente: a agricultora Albertina Silva.



Figura 27 – Páginas 4 e 5: Moradores bebem e pagam por água contaminada



Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Além da presença de Albertina, que encerra o último parágrafo da matéria principal, as pesquisas são alternadas com a exposição de casos de contaminação, num movimento pendular, do singular ao universal (GENRO FILHO, 2012), como se pode perceber em trechos como: “No dia 1º de março de 2013, 30 estudantes de Mirandiba, no sertão pernambucano, foram hospitalizados por suspeita de intoxicação, após consumir água do bebedouro” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.4), no terceiro parágrafo; em: “Veneno na caixa-d’água, na torneira da cozinha, no canal, no tanque de abastecimento e até nas águas subterrâneas” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.4), no parágrafo seguinte; ou ainda no sexto parágrafo: “No poço profundo do quintal da casa de Valdo de Cássia, na comunidade de Tomé, em Limoeiro, foram encontrados 12 tipos de agrotóxicos” (MELQUÍADES JÚNIOR, 20/04/2013, p.4).

No entanto, os casos (que, em tese, garantiriam a presença de sujeitos e romperiam com a ideia de uma matéria restrita à interpretação de dados) são apenas citados brevemente, sem qualquer imersão. O garoto que ilustra a reportagem de página dupla não tem nome, não é identificado. Valdo de Cássia, citado no sexto parágrafo, não é retomado durante o texto, sequer há uma fotografia da fonte, o que auxiliaria na identificação/afetação com o sujeito.

Figura 28 – Página 4: texto em detalhe

# Moradores bebem e pagam por água contaminada

O escoamento dos agrotóxicos para além das plantas revela o risco de intoxicação crônica silenciosa

MELQUIADES JÚNIOR  
Repórter

**Limeiro do Norte (CE) / Petrolina (PE) / Lucas do Rio Verde (MT) / Juazeiro (BA).** Desde 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta os agrotóxicos como a segunda maior causa de contaminação das águas no Brasil. Só perde para o esgoto doméstico. Pelo menos 25% dos municípios brasileiros registram contaminação do solo por agrotóxicos e fertilizantes. O descarte irregular de embalagens vazias é apontado como uma das principais causas de contaminação, embora se veja investindo muito na melhoria do recolhimento.

## Controle de vetores

Um risco de contaminação por produtos químicos pode ser mais silencioso do que a de agrotóxico nos campos agrícolas: o de combate aos vetores causadores de doenças, como *Aedes aegypti*. "Um produto químico, mesmo em pequenas doses, pode causar reações diferentes em pessoas diferentes. Isso é muito relativo. O que não faz mal a um pode fazer a outro. O próprio Ministério da Saúde estimula o uso de larvicida quando não há estudos conclusivos, o que pode agravar casos de contaminação", afirma a médica Idé Gungel, doutora em ciências da saúde e pesquisadora da Fiocruz no Estado de Pernambuco.

No dia 1º de março de 2013, 30 estudantes de Mirandiba, no sertão pernambucano, foram hospitalizados por suspeita de intoxicação, após consumir água do bebedouro. Os sintomas apresentados foram dores abdominais, náusea e vômitos. Investigações apontaram que a

causa foi um larvicida colocado na caixa-d'água do colégio para combater a reprodução do mosquito da dengue.

Veneno na caixa-d'água, na torneira da cozinha, no canal, no tanque de abastecimento e até nas águas subterrâneas. A maior parte do agrotóxico usado na plantação escoou. Começa pela folha e tem vários outros caminhos: o ar, o solo e os rios. Dessa forma, várias comunidades em regiões agrícolas bebem água contaminada com veneno agrícola sem saber.

Há estudos comprovando isso em Limeiro do Norte (CE) e Lucas do Rio Verde (MT). Em Petrolina (PE), os relatos dos trabalhadores aumentam a suspeita de que parte das intoxicações ocorram a partir da água. Os dados foram compilados no Dossiê Agrotóxicos, organizado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

## Veneno na torneira

No poço profundo no quintal da casa de Valdo de Cássia, na comunidade de Tomé, em Limeiro do Norte, foram encontrados 12 tipos de agrotóxicos, entre eles glifosato, barbatril e carbofurano, altamente tóxico e com potencial carcinogênico. Outra leva de produtos é encontrada nas comunidades de Santa Maria, Santa Fé, Lagoa da Casca e Carnaúba. A pesquisa foi realizada em 2009 e divulgada no ano seguinte pelos especialistas.

Foram colhidas 24 amostras de água, levadas para análise no Laboratório do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Ambientais Avançados da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Todas as amostras apontaram a presença de agrotóxicos. Vários desses elementos foram ou ainda estão em fase de reavaliação pela Anvisa, justamente pelo ele-

vado nível de toxicidade. É o caso de glifosato, endossulfan e carbofurano.

A Federação das Associações de Produtores do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apioti (Fapija) alerta que as águas dos canais e dos reservatórios para as casas de bomba são proibidas para consumo humano, sendo de uso exclusivo para irrigação. Mas, como não há outra forma de levar água para centenas de famílias, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saee) capta água e faz o tratamento com pastilhas de cloro, o que não combate os ingredientes ativos dos agrotóxicos.

A médica e pesquisadora Raquel Rigotto, da Universidade Federal do Ceará (UFC), considerou o uso intensivo de agrotóxicos nos plantios o responsável pelas contaminações verificadas. A Câmara de Vereadores de Limeiro do Norte aprovou lei municipal que autoriza a pulverização aérea, embora atualmente esteja proibida no Estado do Ceará.

Curiosamente, no mesmo ano, a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh), órgão da Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos, apontou a presença de agrotóxicos em seis de dez amostras de poços profundos com água do aquífero Jandaíra, um dos maiores do Nordeste. O estudo, entre os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. De acordo com o estudo, o registro dos produtos químicos estava dentro dos limites permitidos pela legislação.

Os órgãos públicos de saúde ponderam qualquer nível de alarme com essa informação. Isso porque existem, normativamente, níveis permitidos de agrotóxicos na água para consumo. A permissividade tem aumentado com o tempo, na medida em que o mercado brasileiro apresenta novos componentes químicos na função de herbicidas, fungicidas e praguicidas.

## Limites permitidos

A primeira norma de potabilidade de água no Brasil, de 1977,

## CONSTATAÇÃO

25%

dos municípios brasileiros registram contaminação do solo por agrotóxicos e fertilizantes. Descarte irregular de embalagens seria uma das causas

24

amostras de água para consumo humano em comunidades da Chapada do Apodi, em Limeiro do Norte (CE), apresentaram agrotóxicos, em 2010

27

tipos de agrotóxicos são permitidos na água pela norma de potabilidade do Ministério da Saúde em níveis determinados de segurança para o corpo humano

permitia a presença de 12 tipos de agrotóxicos, de dez produtos químicos inorgânicos (metais pesados), de nenhum produto químico orgânico (solventes). A segunda norma de potabilidade (1990) permitia a presença de 13 tipos de agrotóxicos; a terceira norma aumentou para 22 tipos de agrotóxicos. Por fim, a quarta e mais recente portaria do Ministério da Saúde passou a permitir a presença de 27 tipos de agrotóxicos.

"Esta ampliação pode levar a uma cultura de naturalização e consequente banalização da contaminação, como se esta grave forma de poluição fosse legalizada", conclui o Dossiê Agrotóxicos da Abrasco.

O município de Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso, tem bem menos habitantes que Limeiro do Norte, mas sua importância no PIB agropecuário brasileiro é de soma incomparável. Lá está a maior produção de soja do Brasil. Também um dos maiores consumos de agrotóxicos - 136 litros per capita.

De 2007 a 2010, pesquisa da Universidade Federal do Mato Grosso, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), identificou que as pulverizações aéreas e por trator eram feitas a menos de 10 metros de fontes de água potável, córregos, de criação de animais, de residências e periferia da cidade. Isso desrespeita um decreto-lei estadual, de 2009, que dá o limite mínimo de 300 metros para aplicação. Essa medida, por sua vez, já representava uma flexibilização à Instrução Normativa do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), de 2008, que estabelecia 500 metros de distância.

Em setembro de 2012, o Estado do Mato Grosso flexibilizou ainda mais a distância de aplicação de cidades e nascentes. O que variava de 150 a 300 metros passou a ser de 90. O Instituto de Defesa Agropecuária do Mato Grosso (Indea-MT) afirma que foram realizados estudos técnicos antes do decreto.

"É uma situação insustentável. Aumenta o problema ambiental", afirma Wanderley Pignatti, médico sanitário e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), coordenador dos principais estudos feitos naquele Estado sobre os impactos dos resíduos agrotóxicos na saúde humana e no meio ambiente.

## Veneno na escola

Aplicação tão próxima de água facilita o relacionamento com outros dados da pesquisa: foram encontrados vários tipos de agrotóxicos em 83% das amostras de 12 poços de água potável em seis escolas públicas de Lucas do Rio Verde. Nos mesmos locais, agrotóxicos em 56% das amostras de chuva na área do pátio das escolas e em 25% das amostras de ar desses pátios, monitoradas por dois anos.

Em duas lagoas da cidade também foi registrada a presença de agrotóxicos e, mais do que isso, resíduos de veneno no sangue dos sapos e evidências de má formação congênita nas gerações seguintes desses anfíbios foram constatadas.

A exposição a agrotóxicos em Lucas do Rio Verde é tamanha que, em 2010, todas as amostras de leite materno coletadas de 62 mulheres lactantes apresentaram contaminação com pelo menos um tipo de agrotóxico analisado pelos pesquisadores.

## Mergulho impróprio

No Vale do Rio São Francisco, entre os Estados de Pernambuco e Bahia, o polo Petrolina-Juazeiro está cercado de canais para irrigação. Uva e manga estão entre as principais culturas. Mas a mesma água que semeia a uva lava os pratos, as panelas e mesmo o corpo todo das famílias no entorno do assentamento Santa Ana, em Juazeiro.

Sem achar que isso fará mal, crianças brincam dentro da água a apenas cinco metros da plantação que, em determinados meses do ano, recebe voos rasantes do avião pulverizador. Mas todo mês há outras formas de aplicação.

A realidade (e, portanto, a justificativa) é a mesma de Limeiro do Norte, no Ceará: "não tem outra água pra se usar, é essa mesmo. Não sei se está contaminada. Mas se estiver, é melhor morrer mais pra frente do que morrer de sede, que mata logo", resume a agricultora Albertina Silva.

Fonte: Diário do Nordeste, 2013

Considerando o limite de espaço como fator relevante para explicar, por exemplo, o não aprofundamento das histórias dos sujeitos (como o próprio Melquíades aponta anteriormente), vale reforçar que, havendo o interesse de se produzir um material que tenda à subjetivação, o processo de edição precisa também estar afeto à pauta e interessado em romper com a lógica objetivada, já que, muitas vezes, o repórter aborda sujeitos tanto quanto interpretações de

dados, mas a edição do material (que acaba sendo feita pela chefia da editoria ou por um terceiro) reorienta a hierarquização de informações em função dos números.

É possível, no entanto, perceber, como em outras reportagens mais objetivadas, elementos de parcialidade, presentes sobretudo no uso do termo ‘veneno’ (presente em dois dos cinco intertítulos da matéria principal) e no recurso estilístico de ‘alastramento’ do veneno ao longo da reportagem. O risco de contaminação, que inicia nas torneiras, espalha-se para as folhas (“Começa pela folha e tem vários outros caminhos: o ar, o solo, os rios. Dessa forma, várias comunidades agrícolas bebem água contaminada sem saber” (p.4)), lagoas, poços profundos (“foram vários tipos de agrotóxicos em 83% das amostras de 12 poços de água potável em seis escolas públicas de Lucas do Rio Verde” (p.4)), água da chuva (“agrotóxicos em 56% das amostras de chuva na área do pátio das escolas” (p.4)) e até pelo leite materno (“todas as amostras de leite materno coletadas de 62 mulheres lactantes apresentaram contaminação” (p.4)). Interpretamos aqui mais um episódio de complementaridade entre atos de objetivação e subjetivação, já que a estruturação da informação em sequência apropriada (TUCHMAN, 1999) tem intenção de identificação com os sujeitos, conferindo sensação de proximidade.

Ainda sobre a interação entre sujeitos e dados nessa página, segundo Genro Filho (2012, p.64), “o significado social de uma informação jornalística está intimamente relacionado tanto ao aspecto quantitativo quanto qualitativo”. Desse modo, a significação (ou ainda a angulação) de um acontecimento, segundo o autor, leva em consideração tanto a probabilidade quanto a liberdade. Quanto menos provável o acontecimento, mais clara/óbvia (e, de certo modo, restrita) será angulação. Quanto mais provável/esperado o evento, maior a parcela de liberdade do repórter na decisão sobre como o conteúdo será explorado<sup>109</sup>.

No caso da contaminação por agrotóxicos, não se pode dizer que se trate do inesperado, do menos provável, mas do esperado, ainda que ignorado. De acordo com Genro Filho (2012), em um evento de alta probabilidade, pesam elementos qualitativos no processo de significação, daí o esforço do repórter – assim interpretamos – em aproximar essa realidade do leitor, revelando onde também pode estar o veneno que interrompeu a vida dos agricultores

---

<sup>109</sup> “Um evento com probabilidade próxima de zero é jornalisticamente importante mesmo que não esteja vinculado às contradições fundamentais da sociedade. Por exemplo, um homem que conseguisse voar sem qualquer tipo de aparelho ou instrumento. Um evento de elevada probabilidade, como novas prisões políticas no Chile de Pinochet, é significativo e importante em virtude de seu enraizamento amplo e radical num processo que expressa tendências reais do desenvolvimento social. A significação desse fato (...) depende também do aspecto subjetivo: a solidariedade ou oposição às tendências e possibilidades nas quais os eventos estão inseridos. Aqui entra não só a margem de importância que ideologicamente é atribuída aos fatos, como também um espaço determinado de arbítrio ideológico para a própria significação em termos qualitativos” (GENRO FILHO, 2012, p.64).



e enlutou as viúvas do especial. Entendemos essa tentativa de aproximação como um ato de parcialidade e de denúncia, como se Melquíades buscasse estimular a empatia do leitor aos casos apresentados ao longo de todo o especial, a partir do fato de que a contaminação não acontece apenas mantendo contato direto com o veneno.

Tabela 8 – Atos de objetivação/subjetivação na edição do dia 20 de abril

<b>Análise da narrativa textual – edição de 20 de abril de 2013</b>		
<b>Atos</b>	<b>Como se indiciam</b>	<b>Trechos</b>
<b>Página 1 – Viúva aos 23 anos, Gerlene luta para superar a ausência</b>		
Tendência à subjetivação/valorização dos sujeitos;	Alteração do projeto gráfico a fim de valorizar as fontes retratadas na narrativa e representar ruptura;	Página majoritariamente em preto e branco, conferindo dramaticidade; fotos das fontes em destaque; alteração da logomarca do caderno;
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Grandezas numéricas utilizadas para reportar gerar efeitos catárticos/empatia;	“Órfão de pai com apenas um ano de idade”
<b>Página 2 - A escalada dos “defensivos” e a produção de mais alimentos</b>		
Tendência à objetivação/síntese, categorização;	Referenciação de condições de verdade: Exposição de dados estatísticos e levantamentos de fontes institucionais;	“um mercado nacional que em 2002 representava R\$2,5 bilhões chega, passados dez anos, à cifra de R\$ 8,9 bilhões”
Duplicidade: tendências à objetivação e subjetivação;	Infografia utilizada como recurso de precisão (para conferir credibilidade pela via da objetivação) quanto para fins catárticos: de promover identificação/impacto visual;	Infografia;
Tendência à objetivação;	Referenciações de autoridade;	“Luiz Guimarães, gerente técnico e de regulamentação federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)”, “advogado Alexandre Rossi, mestre em Direito Ambiental e professor da Universidade de São Paulo (USP)...”;
Tendência à objetivação;	Uso das aspas como forma de proteger-se contra possíveis críticas;	Citações ao longo de todo o texto;
Tendência à simplificação/disjunção;	Restrição dos debates sobre uso de agrotóxico apenas a fontes especialistas, sem escuta a fontes independentes/subalternas;	
Tendência à objetivação/anulação dos sujeitos;	Presença de declarações das fontes oficiais obtidas através de entrevistas não-presenciais, nas quais se perdem elementos de corporeidade e dos bastidores das entrevistas; o uso do plural institucional por parte das empresas produtoras de veneno dificulta, inclusive, a responsabilização direta de sujeitos em caso de comprovação de irregularidades.	“não quer dizer que não reconheçamos a palavra ‘agrotóxico’, mas o objetivo desse produto é defender as lavouras”
Tendência à simplificação/redução;	O repórter pende para a fusão de pautas distintas, numa atitude compensatória e simplista das empresas produtoras de agrotóxicos;	Intertítulo “Mal necessário”
<b>Página 3 - Da morte silenciosa aos gritos nas evidências e saudades de Vanderlei</b>		
Tendência à subjetivação;	Borramento entre vozes de narradores;	Ressentir a dor talvez seja a comprovação de que ela nunca saiu dali.
Tendência à subjetivação/	Corporeidade (relação da fonte com o corpo),	

valorização dos sujeitos;	reforçada por descrições pormenorizadas;	
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Recorrência do tempo verbal no presente: apontado como marca de objetivação, pelo efeito de atualidade, é usado, neste caso, para vivificar a memória das fontes;	Ela não acredita em superação, mas na possibilidade de conviver melhor com a dor da separação eterna. E a dor aumenta todas as vezes em que o filho, Davi, pergunta “cadê meu pai”?
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Citação como indício de liberdade do repórter para transportar o agricultor já falecido para a cena;	“não, eu tô bem, não tem cor esquisita não”, afirma.
Tendência à subjetivação/ valorização dos sujeitos;	Verbos de sentimento: alternância dos verbos ‘perder’ e ‘ganhar’ para garantir dinamismo à narrativa;	“Perde 35 quilos, mas ganha amigos a apoiar neste momento”
Tendência à complexidade;	Ampliação e amplificação da problemática da fonte, percebendo os contextos em que ela está inserida: relação com o trabalho e a comunidade;	Intertítulo “Evidências”
Tendência à objetivação;	Institucionalidade encerrando a narrativa, fechando o ciclo;	“como ocorreu com outros trabalhadores nesta série especial de Reportagens”
<b>Páginas 4 e 5 – Moradores bebem e pagam por água contaminada</b>		
Tendência à objetivação/ síntese, categorização;	Referenciação de condições de verdade: Exposição de dados estatísticos e levantamentos de fontes institucionais;	“‘Na percepção dos índios, o agrotóxico foi relacionado ao significado de remédio, mas também foi percebido como veneno’, afirma Glaciene Gonçalves”;
Tendência à objetivação;	Referenciações de autoridade;	Fontes especialistas identificadas por nome, sobrenome, cargo e currículos;
Duplicidade: tendências à objetivação e subjetivação;	Infografia utilizada como recurso de precisão (para conferir credibilidade pela via da objetivação) quanto para fins catárticos: de promover identificação/impacto visual;	Infografia;
Tendência à simplificação/ disjunção;	Restrição dos debates sobre uso de agrotóxico apenas a fontes especialistas; Escuta a apenas uma fonte independente;	
Tendência à complexidade;	Apresentação de contaminações coletivas, movimento pendular entre particularidade e universalidade;	“No dia 1º de março de 2013, 30 estudantes de Mirandiba, no sertão pernambucano, foram hospitalizados por suspeita de intoxicação, após consumir água do bebedouro”
Complementaridade/ subversão: objetivação para fins subjetivos;	Indicador de estruturação da informação em sequência apropriada (TUCHMAN, 1999) usado com intenção de identificação com os sujeitos;	Efeito de ‘alastramento’ do veneno;
Tendência à subjetivação/ parcialidade;	Tentativa de aproximar a realidade dos agrotóxicos da vida cotidiana dos leitores pode ser interpretada como parcialidade justificada;	Explicitação dos casos de agrotóxicos;

Fonte: Tabela desenvolvida pela pesquisadora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Charron e Bonville (2016) pontuam, categóricos: “o jornalismo não pode, sem deixar de existir, escapar dessa imposição essencial: representar o real” (p. 188), sob o risco de “se negar como prática discursiva específica” (p. 188). O trato da realidade, porém, pode se dar de modos diversos: “da deferência à crítica, da objetividade à subjetividade” (2016, p. 188-189). No ‘jornalismo de informação’ (início do século XX), os jornais pretendem esclarecer o leitor sobre o real, estabelecendo, para isso, certa distância dos fatos. Na contemporaneidade, no entanto, a realidade é, a todo tempo, criticada e ressignificada pelos sujeitos – “o real não é apenas objetivado, mas relativizado” (2016, p.199), o que impacta no modo como, no ‘jornalismo de comunicação’, este real será apreendido.

Neste paradigma que se apresenta, “os jornalistas estão conscientes de poder ‘criar’ algo real a partir do real, por exemplo, escolhendo o ângulo sob o qual abordar as ocorrências (...) ou ainda se interessando por partes menos evidentes do real, como as ‘vivências’ das pessoas comuns” (2016, p.199). A dinamicidade dos paradigmas na organicidade das práticas deve, no entanto, ser considerada: a eclosão do ‘jornalismo de comunicação’ não necessariamente arruína e desarticula integralmente o ‘jornalismo de informação’, podendo ocorrer de ambos os conjuntos de práticas serem percebidos em um mesmo veículo ou produto jornalístico, estimulados pelos contextos social, político, mercadológico e cultural em que se manifestam.

Após análise das narrativas processuais do jornalista Melquíades Júnior e textuais, relativas ao especial *Viúvas do Veneno*, é possível realizar apontamentos sobre como objetivação e subjetivação interagem na apreensão da realidade pela narrativa jornalística em questão. Através da análise à narrativa processual, observamos considerável recorrência de atos de objetivação durante o planejamento e a apuração da pauta, componentes de uma rotina convencional de produção adotada pelo repórter: verificação de fatos e apresentação de versões conflitantes e de provas auxiliares (TUCHMAN, 1999) se manifestam, inclusive, como modo de sustentação da pauta durante a negociação com a empresa jornalística, num ato de reverência às pesquisas acadêmicas que aponta para uma cultura positivista ainda presente na *práxis* de Melquíades e do narrador-jornal (entenda-se *práxis*, nesse contexto, não apenas como a rotina produtiva do jornalista, mas como o conjunto de deliberações por ele adotado: a escolha de angulação, de fontes, o peso que intenta conceder a cada uma das instâncias narrativas, etc.).

Entre os atos de subjetivação mais recorrentes nas rotinas de produção, podemos destacar a parcialidade justificada (MIGUEL; BIROLI, 2010) e a corporeidade (MEDINA, 2014;

MAROCCO, 2018). As manifestações de parcialidade do repórter, valorizando as famílias dos agricultores e as pesquisas acadêmicas contrárias ao uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras e ao afrouxamento da fiscalização do poder público, expressas tanto durante os procedimentos de produção da pauta quanto textualmente (nas matérias de páginas pares e ímpares), incitam ainda outros atos de subjetivação – que percebemos relacionados: a resistência à compressão do tempo e os enfrentamentos à política editorial da empresa. Ambos são como que animados pelo desajuste da balança discursiva (MIGUEL; BIROLI, 2010) em favor dos sujeitos trabalhadores, promovido pelo repórter.

Vale ressaltar ainda os fenômenos de reorientação de atos de objetivação em função da valorização dos sujeitos, que indiciam atravessagem/dinamismo dos indicadores: por exemplo, a extensa verificação de fatos, que, por um lado, sugere pensamento disjuntivo e reverência à divulgação científica (como se as histórias dos trabalhadores e das famílias não fossem o bastante para justificar a pauta), é utilizada, em algumas passagens, para fortalecer a parcialidade, visando o cumprimento do princípio de responsabilidade social da matéria.

Textualmente, identificamos atos e comportamentos, assim divididos: tendências à objetivação, subjetivação, complexidade e simplificação; além de complementaridades/subversões e duplicidades. A objetivação se manifesta ora com intenção de anulação do sujeito, ora de síntese e categorização; a anulação do sujeito se expressa quando, por exemplo, grandezas numéricas homogeneízam histórias, orientando-as ao generalismo e, portanto, minando-lhes as particularidades. Já a síntese (o comportamento mais recorrente) se revela principalmente nas referências (geográficas, de atualidade, de lugar, de condição de verdade) e na utilização de dados estatísticos e pesquisas para conferir credibilidade ao conteúdo. Quanto a isto, percebemos que a noção de credibilidade ainda está atrelada à objetivação: ordenamento e precisão, manifestados em grandezas numéricas e/ou a partir de fontes especialistas adensam o conteúdo e conferem ao caderno um *ethos* de profissionalismo.

A tendência à subjetivação se expressa em função da valorização dos sujeitos. Corporeidade, revisão de critérios de noticiabilidade, lexicalizações e parcialidade justificada são as indicações mais recorrentes. Contudo, mais do que tendências a uma ou outra lógica, nota-se principalmente movimentos de complementaridade entre os atos (em que indicadores de objetivação e subjetivação se completam), de subversão (em que atos originalmente mapeados como objetivos são utilizados para fins subjetivos ou vice-versa) ou de duplicidade (quando um mesmo indicador pode constar como objetivação e subjetivação).

Em “Viúvas do Veneno”, a complementaridade se manifesta principalmente na adoção

do tempo verbal no presente (a fim de dinamizar a narrativa e vivificar a memória das fontes) e no uso das aspas, consideradas ato de objetivação, mas utilizadas em função da valorização dos sujeitos da narrativa ou do desajuste da balança discursiva.

Esse fenômeno se observa também num movimento contrário: atos de subjetivação reorientados para fins objetivos. Por exemplo, quando o repórter faz uso de elementos catárticos/emocionais para referenciar temporalmente a narrativa (como no caso de Valderi (MELQUÍADES JÚNIOR, 17/04/2013, p.3), em que o tempo é medido pela perda de partes do corpo, ou de Rosália (MELQUÍADES JÚNIOR, 19/04/2013, p.5), em que a gestação de Samuel atua como referência temporal). Já a duplicidade está expressa, sobretudo, nos infográficos. Enquanto linguagem, a infografia atua tanto como recurso de precisão (conferindo credibilidade pela via da objetivação) quanto como estratégia catártica, para promover impacto visual e identificação com o leitor.

Além de objetivação e subjetivação, ensaiamos apontar na narrativa textual uma segunda camada de análise, que pretendemos aprimorar em estudos futuros: as tendências à complexidade e simplificação. Segundo Morin (2007), de maneira resumida, a complexidade se revela na interdependência entre sujeito e objeto e na capacidade de se constituir um pensamento coeso aglutinando elementos, estabelecendo conexões, considerando a pluralidade e a diversidade dos fenômenos. O paradigma complexo, portanto, refuta o pensamento simplificador e disjuntivo, que tende a sintetizar/reduzir o fenômeno a uma única perspectiva ou ainda a fragmentá-lo, percebendo-o em partes e não em sua totalidade. A simplificação atua separando o que está ligado (disjunção) e unificando o que é diverso (redução).

Desse modo, em “Índios aderem ao uso intensivo de agrotóxicos e causam polêmica” (página 4 do segundo dia de especial), quando o repórter reduz o pensamento da comunidade indígena ao seu próprio discurso e ao das fontes especialistas, age de forma simplificadora. Ao passo que, em “Depois de três meses no canavial, são apenas três meses no hospital” (página 3 do segundo dia), quando amplia e amplifica a história do trabalhador Luiz, conectando-a com a de outros agricultores do aldeamento de Capim de Cheiro, atua de modo complexo. De acordo com Morin (2007) – e com o resultado da análise aqui promovida – complexidade e simplificação não estabelecem relação sinônima com objetivação e subjetivação. Ao afirmar que “a ordem e a desordem cooperam para organizar o universo” (MORIN, 2007, p.60), Morin alerta para o fato de que nem toda tendência ao ordenamento implica simplificação. Às vezes, elementos de objetivação garantem complexidade justamente porque ordenam o caos, não necessariamente fragmentando-o. Por exemplo, quando

Melquíades pontua, no primeiro texto da série, a importância de se perceber o fenômeno dos agrotóxicos de forma plural (“Há respostas de cunho político, econômico, social ou científico. Todas elas são consideradas nesta série”), adota um pensamento complexo, pois ambiciona a multiplicidade do acontecimento, ainda que isso aparente dividi-lo em ‘editorias’.

Quando em “A escalada dos ‘defensivos’ e a produção de mais alimentos” (página 2 do último dia) o repórter decide limitar o debate sobre o uso de agrotóxicos apenas a fontes especialistas, sem escuta a fontes independentes naquela matéria, não se pode dizer que tenha agido de modo objetivo, mas sim simplista. A apresentação de argumentos conflituais é indicador de objetivação, mas pode apontar para uma abordagem complexa – que opta pela diversidade de fontes (em número e em pluralidade de argumentos) – ou para um pensamento simplificador – em que as vozes são reduzidas ou os discursos escolhidos são pouco diversos.

Além disso, como explicitamos durante a análise processual, alguns fatores são preponderantes na manifestação de textos não necessariamente mais objetivados, mas sim menos subjetivados. Tratam-se de atos que estimulam a negação da subjetividade, o que não necessariamente representa a adoção da objetividade: a compressão do tempo de apuração, a falta de informações prévias, a desarmonia com a equipe de trabalho e a falta de afetação/conexão com o entrevistado (a sua história ou mesmo o ambiente da entrevista) podem interferir no trato sensível dos acontecimentos, culminando em um texto menos subjetivado. No entanto, também como já foi dito durante a análise, tais ocorrências não são por si só determinantes e, em alguns casos, uma vez solucionadas ou amenizadas algumas dessas intempéries, é possível, apesar das adversidades, fazer nascer um produto jornalístico mais subjetivado. De todo modo, pode-se convencionar que relações afetivas, que respeitam e valorizam a alteridade (LEVINAS, 2014) entre repórter-equipe e repórter-fonte, são frequentemente associadas a textos e processos produtivos mais subjetivados. Melquíades, por exemplo, reforça a importância do tom de voz no contato com a fonte e de reorganizar a sequência de perguntas, durante a entrevista, para não romper o contrato de confiança/alteridade que ali vai se estabelecendo.

Encontramos nas interações entre objetivação e subjetivação observadas no percurso produtivo e nos textos de *Viúvas do Veneno* aproximações com o binômio convenção-inovação, apontado por Pereira (2011) em suas pesquisas sobre jornalistas-intelectuais brasileiros (binômio este que, por sua vez, dialoga com os recursos normativos/criativos de Fairclough (2016)). Valendo-se da teoria de mundo social (Becker (1982), Strauss (1992),

Travancas (1992))<sup>110</sup>, Pereira (2011) aponta que o mundo social dos jornalistas é marcado por um conjunto de convenções. Ao partilharem de procedimentos, linguagens e condutas comuns, os atores sociais estabelecem uma relação de cooperação entre si, o que garantiria maior eficiência ao trabalho por eles desenvolvido. Assim, “a periodicidade de um veículo, as rotinas de uma redação (...) e as técnicas jornalísticas (*lead* e pirâmide invertida) se constituem em convenções correntes no mundo dos jornalistas” (PEREIRA, 2011, pp.34-35). Tais convenções são consolidadas e transmitidas aos jornalistas por diversos meios, sejam manuais de redação, códigos deontológicos, livros adotados nas faculdades, sejam conversas no ambiente de trabalho (como apontam Charron e Bonville (2016)). Pereira (2011), inclusive, faz referência direta à “noção de objetividade, a regra de ouvir os dois lados” (p.35) como exemplo de convenção no mundo dos jornalistas. No entanto,

(...) as convenções dificilmente conseguem cobrir todos os contextos vivenciados pelos participantes no exercício de uma atividade. Isso abre margem para a introdução de inovações destinadas a resolver situações específicas. Algumas delas podem ser incorporadas ao mundo social, desde que aceitas pelos demais membros (PEREIRA, 2011, pp. 35-36).

Inovar ou adotar convenções são escolhas dos atores sociais e, segundo o autor, elas dependem da forma como eles conciliam o interesse de experimentar com a aceitação dos demais membros da comunidade. O modo como a inovação será recebida, aliás, também está relacionado às escolhas do ator social, pois são elas que moldam a sua reputação. Assim, “o mundo social pode ser visto como uma combinação de aspectos convencionais e inovadores. Sem aqueles, o mundo seria ininteligível; sem estes, chato” (PEREIRA, 2011, p. 36).

Nesse sentido, é possível pensar nos atos de subjetivação adotados por Melquíades como inovações (dentro do seu contexto de atuação, na redação do Diário do Nordeste), empreendidas ao longo do processo por motivações diversas (entre elas: afetação do repórter à pauta, valorização dos sujeitos, divulgação das pesquisas científicas etc.) e, em certa medida, aceitas pelos demais narradores.

As resistências à compressão do tempo, exigindo da chefia maior prazo para aguardar as respostas das fontes acadêmicas; a liberdade de assumir as suas impressões ao longo da apuração como informações relevantes à narrativa, assim como as marcas de parcialidade justificada, são viáveis, sobretudo, pela construção de sua reputação, originária das escolhas que fez ao longo de sua trajetória profissional. O acompanhamento extensivo à pauta, por exemplo, através de procedimentos convencionais (como verificação dos fatos, apresentação

---

<sup>110</sup> *apud* PEREIRA, 2011

de possibilidades conflituais etc.), concedeu-lhe certa autoridade para inovar textualmente e também no uso desses mesmos procedimentos. As escolhas estilísticas de Melquíades, feitas desde o início de sua atuação como colaborador, culminaram em uma escrita autoral (com tom de assinatura) e abriram caminho para as experimentações ainda mais profundas, empreendidas no especial.

Contudo, é importante perceber como o jogo de poder entre os narradores interfere na viabilidade das inovações. As normas adotadas pelo narrador-jornal e/ou impostas pela influência de determinados narradores-fonte determinam fronteiras, algumas delas intransponíveis. Assim, como explica Pereira (2011), “existe, na verdade, uma relação entre o que é aceitável em termos de mundo social, a reputação dos atores envolvidos e a decisão de manter ou romper com determinado conjunto de convenções” (p.37).

Importante ressaltar que o “aceitável” não deve ser associado necessariamente àquilo que é ético ou justo, mas ao que se impõe no jogo de poder, após as negociações. Tem-se, portanto, que, se na contemporaneidade se acenam demandas (inclusive mercadológicas) por subjetivação nos textos e nos processos (CHARRON; BONVILLE, 2016; MEDINA, 2014), por outro lado, a cultura de vinculação do conceito de objetividade jornalística às noções de ética e profissionalismo (MIGUEL; BIROLI, 2010; SCHUDSON, 2010) prejudica a construção de reputação das práticas subjetivadas, interferindo na credibilidade de processos e produtos mais subjetivos. Um exemplo é a forma como os indícios de parcialidade justificada presentes ao longo da construção da narrativa ajudam a desequilibrar a balança discursiva, mas não substituem integralmente o ideal de imparcialidade consolidado pela lógica objetivada que rege o Diário do Nordeste enquanto veículo hegemônico.

Assim como o diálogo com o binômio convenção-inovação apresentado por Pereira (2011), é possível traçar um paralelo com o conceito de *habitus*, de Bourdieu, aplicado à Comunicação, no Brasil, por Barros Filho<sup>111</sup>. Segundo o autor, “Todo *habitus* é um tipo de saber prático, ou seja, de conhecimento voltado para a ação, para a *práxis*” (BARROS FILHO, 2004)<sup>112</sup>. Assim, as condutas adotadas pelos repórteres se caracterizam como *habitus* das redações. De acordo com Pereira Júnior (2006, p.37),

Premidos pelas exigências dos prazos-limites e da periodicidade, os locais de trabalho se organizam para conseguir antecipar procedimentos e, assim, reduzir

<sup>111</sup> BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O *habitus* na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

<sup>112</sup> BARROS FILHO, Clóvis. **Habitus**. São Paulo: Observatório da Imprensa, 27 jan. 2004. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/habitus>>. Acesso em: 01 dez. 2018. O artigo não possui paginação.



esforço. (...) Tais condutas são um saber prático resultado da observação repetida de situações similares, que levam a uma reação espontânea de quem se insere num determinado campo social. É assim que a realidade inédita se deixa apreender em categorias, que os fatos se moldam a condutas editoriais, em “sínteses passivas” moldadas pelas rotinas produtivas, pela organização jornalística e pelo campo social.

A essa lógica objetivada maquinal, aprendida pela repetição e igualmente repetida, se opõem circunstâncias em que a *práxis* “pode ser precedida de um cálculo, de uma reflexão consciente com base em efeitos presumidos e fins a alcançar” (BARROS FILHO, 2004), que seriam momentos de suspensão ao padrão, porque não foram incorporados ao *habitus*. Nesse sentido, “(...) o investimento em demoradas e custosas investigações para grandes reportagens ou o respeito ao compromisso assumido com alguma fonte em detrimento de um furo tentador são exemplos de decisões jornalísticas calculadas” (BARROS FILHO, 2004).

À luz das reflexões de Pereira Júnior (2006) e Barros Filho (2004), interpretamos que Melquíades rende-se, muitas vezes, a procedimentos de síntese, de apresentação de provas e de cessão a imposições editoriais da empresa jornalística, moldado que é à lógica dicotômica e positivista de uma longa cultura de saberes hegemônicos, adquiridos no ambiente organizacional ou aprendidos durante a formação acadêmica. Este *habitus* objetivado é o que, muitas vezes, lhe aparenta garantir uma sensação de credibilidade à apuração e ao material produzido, além de legitimação da pauta junto à empresa jornalística.

No entanto, pelos indícios apontados por esta pesquisa, pode-se dizer que o jornalista subverte esse *habitus* – no texto e nas práticas jornalísticas, em momentos de “reflexão consciente”, como pontua Barros Filho (2004), mas também a partir de certos atos de subjetivação que, acreditamos, são também não-refletidos, integrantes de um outro *habitus*, como que externo e antecedente ao jornalístico (como que um *habitus*-indivíduo, anterior ao *habitus*-profissional).

À gana de agendar o problema dos agrotóxicos sob a perspectiva de pesquisadores, Melquíades adota princípios de alteridade e empatia como basilares da sua *práxis*, muitas vezes, de forma orgânica, instintiva. Durante a apuração, por exemplo, o repórter se coloca em campo a partir do que entende ser sujeito que visita a casa de um desconhecido para ouvir a sua história e que, portanto, aceita um café se o Outro oferecer; olha-o nos olhos, ouve com atenção, deixa que fale sem pressa ou que simplesmente não fale se não quiser. Entendemos que tais procedimentos configuram também um *habitus*, pois dispensam reflexão, “não podendo, assim, depender de nenhuma decisão do sujeito, nem ser objeto de seu controle. Ao contrário, impõe-se a ele” (BARROS FILHO, 2004).

Essa complementaridade objetivação-subjetivação que aqui se insinua é legitimada por Barros Filho (2004) ao afirmar que a compressão do tempo relativa ao *habitus* e a descompressão, equivalente à reflexão, “não são excludentes, mas complementares. Qualquer reflexão ou cálculo se apoia numa prática reflexiva, profundamente interiorizada durante uma longa trajetória de reflexões”, associando “novas experiências sensoriais a referenciais anteriores” (BARROS FILHO, 2004). Chaparro (2008), por sua vez, também chega à complementaridade como resultado de sua pesquisa sobre gêneros e formatos jornalísticos recorrentes na imprensa brasileira. Para o autor, “Informação e Opinião integram – como partes solidárias, interativas, complementares reciprocamente inevitáveis – o TODO do jornalismo e o INTRÍNSECO de cada tipo de texto” (CHAPARRO, 2008, p.160. Grifos do livro). Importante ressaltar, contudo, que, em nenhum desses estudos, a complementaridade está posta como equilibrada e ordenada. Pelo contrário. Trata-se de uma dinâmica interposição e, sobretudo, de um deslocamento do lugar do sujeito frente ao já ocupado pelo objeto ou, por outra, uma tentativa de realocar o sujeito, num movimento contra hegemônico.

A complementaridade entre objetivação e subjetivação presente no conteúdo de Viúvas do Veneno aponta justamente para uma alternativa menos polarizada, na qual elementos teoricamente objetivos são subvertidos para fins subjetivos (como a separação das narrativas das viúvas em espaços específicos do jornal) e vice-versa (ainda que em menor recorrência). Pelo que observamos até o momento, esse comportamento de fusão entre os conceitos é mais perceptível no texto do que nos processos produtivos (o que, possivelmente, reforça a afirmação de Resende (2005) sobre a maior liberdade do narrador-jornalista dentro do texto do que enquanto profissional componente de um ecossistema trabalhista, portanto extradiegético). Nas rotinas, o que se nota são atos de objetivação ‘compensando’ tentativas de subjetivação empreendidas pelo repórter, por diversos fatores, entre eles as influências do narrador-jornal ou do narrador-fonte. As inovações subjetivadas precisam de certo amparo dos atos de objetivação, sob o risco de serem desacreditadas. Isto porque a ideia de profissionalismo ainda está atrelada a uma lógica objetivada.

No mais, acreditamos que a continuidade desta pesquisa se encaminha para o aprimoramento dos indicadores de subjetivação/objetivação e simplificação/complexidade aqui apontados. O aprimoramento do procedimento metodológico desenvolvido para este estudo (através da identificação de novos indicadores e revisão dos atuais, a partir de pesquisas bibliográficas, e da ampliação do *corpus*) pode contribuir, de modo geral, para a adoção dessas ações, dando vazão a uma lógica complexa de produção jornalística, na qual se orientem texto e prática em função da desconstrução/reorientação de princípios canônicos que

já não atendem às demandas da contemporaneidade. Mais do que apenas categorizar, esta pesquisa versa sobre a possibilidade de se ampliar a perspectiva do que sejam os processos de trabalho do sujeito jornalista, entendendo a importância de permitir que as cargas cultural e afetiva desse indivíduo (que o constituem sujeito) integrem espontaneamente as rotinas produtivas e demandem a subversão do *habitus* jornalístico em função da valorização do Outro. Segundo Barros Filho (2004): “Experiências análogas, na medida em que são flagradas sensorialmente, se sobrepõem. (...) A tradução de um aprendizado contínuo num saber prático instantâneo e gerador de comportamento, não é uma reflexão e sim uma síntese do tempo, de uma trajetória num instante”. Em outras palavras: a repetição constrói. A princípio, suspende-se a ordem, reflete-se sobre os atos. Depois, cabe à subjetividade promover essa espécie de síntese temporal, incorporando as práticas complexas. Daí a importância das pequenas-grandes resistências repetidas no ambiente das redações.

Como dito no segundo capítulo, uma ordem discursiva subjetivada oferece ao paradigma atual importantes insumos simbólicos, como a ampliação de possibilidades narrativas do conteúdo – a partir da inserção do jornalista na narrativa ou da reorientação das angulações, como sugerido por Charron e Bonville (2016); a transformação do jornalismo em um exercício de empatia e compreensão entre os sujeitos. Do mesmo modo, também o trato objetivo dos acontecimentos, manifesto nos procedimentos de checagem, no ordenamento de informações e em um certo distanciamento em relação ao acontecimento, garante, muitas vezes, o combate ao reducionismo, a oportunidade de se perceber as diversas angulações de um fenômeno. Essa visada complexa, residente na complementaridade das lógicas objetivada e subjetivada, confere a oportunidade de uma representação mais ‘real’ da sociedade (MIGUEL; BIROLI, 2010; CHARRON; BONVILLE, 2016), fortalecendo o vínculo entre jornalismo e democracia; e ainda a imersão e a fidelização do público leitor.

Alertamos, no entanto (encaminhando o debate para uma outra via), que o sustentáculo dessa valorização da complexidade se mostra atrelada no aprimoramento dos princípios éticos do jornalismo e dos jornalistas. Em todos os indicadores propostos nesta pesquisa, percebem-se atos de liberdade, revisão, relativização e desconstrução que poderiam ameaçar (e ameaçam, como já pontuado) a credibilidade dos narradores (jornalista e jornal) caso a ética não seja assumida como condição ontológica e *sine qua non*: parcialidade, imprecisão, impressões subjetivas, mescla de discursos e enfrentamentos à política editorial não são considerados valores convencionais da prática jornalística e, possivelmente, dificilmente se sustentem sem construção de reputação e complementaridade com atos de objetivação, pois se a tradição objetivada do positivismo, ao tentar definir a todo custo a verdade, deixa heranças

reducionistas ao trato dos acontecimentos e à construção social da notícia (MORIN, 2007; MEDINA, 2008), também a absoluta relativização da verdade, a descrença nos processos objetivados de checagem e na reputação/conduita de quem desenvolve e difunde o acontecimento, e a ultravalorização dos atributos subjetivos das informações (LLORENTE, 2017) gera prejuízos à construção diversa dos fenômenos e à leitura complexa da realidade.

## POSFÁCIO

Tenho 31 anos. E, segundo os padrões da classe social a que pertenço, do lugar em que vivo, da condição financeira que possuo, um ‘apenas’ deveria compor a frase anterior. Tenho ‘apenas’ 31 anos. Sim, porque, considerando os padrões enumerados, sou jovem, tenho a vida inteira pela frente. Rosália e Vanderlei, duas das cinco vítimas do veneno retratadas nesta série eram mais novos do que eu. Gerlene, a viúva de Vanderlei, e Marizaldo, esposo de Rosália, também eram mais jovens quando perderam suas companhias. Se eu tenho a vida toda pela frente, eles também deveriam ter o direito de ter.

Em todas as entrevistas concedidas a esta pesquisadora, por duas vezes apenas Melquiades chorou. Uma, lembrando de Valderlei, de como era saudável, um verdadeiro atleta (jogava bola, fazia musculação numa academia improvisada no quintal). E a outra foi com a lembrança de uma declaração de Helena, a viúva de Seu Liba, bem ao final da conversa. Ela disse: “eu bem poderia prometer que, se meu marido voltasse, a gente não ia usar veneno nunca mais. Mas não é verdade. A gente ia usar. Porque é o jeito”. E Melquiades embargou a voz, logo depois de me reproduzir a citação. Penso agora que era a impunidade lhe fechando a glote.

No debate sobre o uso de agrotóxicos, os trabalhadores, de tão pequenos, são imensos. Eles são a ponta puída, o elo mais fraco para o qual em geral a corda se rompe. E assim, discursivamente, constroem-se como vítimas e ao mesmo tempo algozes: morrem por uso em quantidades indevidas, porque não seguiram as instruções das embalagens. Morrem por ignorância, desconhecimento, desobediência ou desleixo. Entram com pedido de aposentadoria por invalidez porque querem ganhar sem trabalhar. E as famílias? Processam as fabricantes porque querem viver de indenização. E o morto morre um tanto mais a cada calúnia, e se torna, assim, imenso de tão diminuto.

Este trabalho, entre outras coisas, é sobre como estudos acadêmicos comprometidos com a realidade dos sujeitos podem transformar vidas e mitigar calúnias. As pesquisas da Universidade Federal do Ceará (UFC) anteciparam diagnósticos de dezenas de trabalhadores e foram cruciais para a comprovação da *causa mortis* de Vanderlei, esposo de Gerlene, a primeira viúva a ganhar na justiça o direito à indenização de uma empresa produtora de veneno. Estudos desenvolvidos pela Universidade de São Paulo (USP) buscam alternativas para o uso de agrotóxicos em plantações e implantam o ‘Roçado do Estudo’ junto a comunidades agrícolas do interior do estado.

Para além das questões próprias do campo jornalístico, preciso saudar a coragem dessas pesquisas socialmente afetas e encerrar esse ciclo de investigação transformando a afirmativa de Helena em pergunta: por que é o jeito? Por que homens e mulheres tão jovens, com toda uma vida pela frente, precisam se submeter à exposição a substâncias tóxicas para sustentar suas famílias? Por que precisam – contraditoriamente – arriscar o futuro para ter um?

E é assim que assumo aqui a parcela de parcialidade e de subjetivação que reivindico para mim nesta conclusão. Não deixar que falte boca nas palavras é garantir que culpados/omissos/corruptos não se escondam atrás de um plural institucional ou de uma fria nota de esclarecimento. Não deixar que falte boca nas palavras é, por outro lado, também permitir que gritos sigam ecoando. E que mais bocas – antes oprimidas – permaneçam falantes.

Meu desejo é de que esta pesquisa ecoe. Que salte os muros da universidade e seja útil ao fazer jornalístico – fio fundamental à trama da sociedade, que costura e enlaça a democracia; construção que é, assim como a pesquisa, por vezes penosa, noutras prazerosa, e sem prazo de conclusão.

Faltarão páginas, faltarão sempre, mas sigamos, jornalistas. Sigamos, pesquisadores.

Não nos caemos.

## REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABIB, Tayane Aidar; VENTURA, Mauro de Souza. Elementos para um jornalismo compreensivo: marcas de afeto e reciprocidade nas produções de Eliane Brum. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, número, 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2016.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1996.

AZUBEL, Larissa Lauffer Reinhardt. Jornalismo de revista: um olhar complexo. **Rumores**, São Paulo, v. 7, n. 13, p. 257-274, 2013.

BAHIA, Juarez. **História, jornal e técnica**: história da imprensa brasileira. 5. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 2009. v. I.

BATISTA, R.; PATRÍCIO, E. Elementos de identidade jornalística em autonarrativas de grupos de produção de jornalismo independente em plataformas digitais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 15, nov. 2017, São Paulo. **Anais....** São Paulo, 2017. Disponível em: <http://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2017/paper/viewFile/1511/934>. Acesso em: mai. 2018.

BARROS FILHO, Clóvis. **Habitus**. São Paulo: Observatório da Imprensa, 27 jan. 2004. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/habitus>. Acesso em: 01 dez. 2018.

BARROS FILHO, Clóvis; MARTINO, Luís Mauro Sá. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2003.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo interpretativo**: filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BENJAMIN, W. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**: magia, técnica, arte, política. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. v 1.

BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do jornalismo moderno no Brasil. **História**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007.

BONI, V.; QUARESMA, S. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Santa Catarina, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005.

BORSOI, Izabel Cristina. O impacto psicológico do acidente de trabalho em trabalhadores aposentados por invalidez. In: SAMPAIO, Jackson; RUIZ, Erasmo; BORSOI, Izabel Cristina. **Trabalho, saúde e subjetividade**. Fortaleza: Inesp, 1999.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BUBER, Martin. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

CASTILHO, Marcio. Um patrimônio dos próprios jornais. as escolhas do campo jornalístico sob a ótica do Prêmio Esso. *In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA*, VII, ago 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009.

CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar**: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos. São Paulo: Grupo Editorial Summus, 2008.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel**: escritores jornalistas no Brasil (1904-2004). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE ASSIS, Evandro et al. Autonomia, ativismo e colaboração: contribuições para o debate sobre a mídia independente contemporânea. **Pauta geral**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 3-20, 2017.

DE MELO, Isabelle Anchieta. A defesa de uma nova objetividade jornalística: a intersubjetividade. *In: Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <http://bocc.ufp.pt/pag/melo-isabelle-intersubjetividade.pdf>

DEUZE, Mark. Além do jornalismo. Leituras do Jornalismo. **Parágrafo**, São Paulo, v. 2, n. 4, 2015.

DEUZE, Mark. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 6-21, 2016.

DIAS, Robson. Meritocracia na midiocracia: reflexões sobre Prêmios em Jornalismo na cultura profissional jornalística. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 2, 2014.

DINES, Alberto. **O papel do jornal**. São Paulo: Summus, v. 7, 1986.

VAN DIJK, Teun A. **La noticia como discurso**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1980.

VAN DIJK, Teun A. Notícias e Conhecimento. **Estudos em jornalismo e mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 13-29, jan. 2005. ISSN 1984-6924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2138>. Acesso em: 29 jan. 2019.

DOS SANTOS, Mário Ferreira. **Dicionário de filosofia e ciências culturais**. São Paulo: Logos, 1964.

ERBOLATO, Mário. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação captação e edição no jornalismo diário. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.

ESSENFELDER, Renato. Inovação narrativa na grande reportagem de internet//narrative



innovation in long-form internet journalism. **Contemporanea-Revista de comunicação e cultura**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 182-206, 2017.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001; 2016.

FENAJ. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/01/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros.pdf>. Acesso em: 13 ago 2018.

FIGARO, Roseli. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista**. São Paulo: Editora Atlas SA, 2013.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GRISCI, Carmem Lígia Iochis; RODRIGUES, Paulo Henrique. Trabalho imaterial e sofrimento psíquico: o pós-fordismo no jornalismo industrial. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v.19, n. 2, p. 48-56, ago. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822007000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822007000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 29 jan. 2019.

JAPIASSÚ, Hilton. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da reportagem**. São Paulo: Ática, 1995.

KÜNSCH, Dimas A. Compreendo ergo sum: Epistemologia complexo-compreensiva e reportagem jornalística. **Communicare**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 43-54, 2005.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LAGE, Nilson. **A estrutura da notícia**. São Paulo: Editora Ática, 1987

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Amsterdã: Elsevier, 2005.

LEVINAS, E. **Totalidade e infinito**. São Paulo: Edições 70, 2014

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Barueri: Manole, 2009.

LOBATO, Augusto; LOBATO, Mayara. Alteridade, empatia e afetividade no jornalismo: por uma des-instrumentalização do olhar sobre o outro na narrativa de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. 40, set. 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba, Set. 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-3036-1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2019.

LLORETE, José Antonio. A era da pós-verdade: realidade *versus* percepção. **Revista Uno**, São Paulo, v. 27, p.7-8, 2017.

LUCAS, Ricardo Jorge de Lucena. Hulk esmaga homenzinhos. Ou: do que ensinar na infografia para o jornalismo e por quê. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DE JORNALISMO, 13, 2010, Recife. **Anais...** Recife, 2010. Disponível em: <[www.fnpij.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=610&cf=19](http://www.fnpij.org.br/soac/ocs/viewpaper.php?id=610&cf=19)>. Acesso em: 29 jan. 2019.

MAIA, Marta Regina; BARRETOS, Dayane. Metacrítica: experiências jornalísticas que configuram narrativas da diversidade. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 123-144, 2018.

MAINGENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MAROCCO, Beatriz. Crítica das práticas jornalísticas forja o “novo intelectual”. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS. XXVII, Minas Gerais, jun. 2018. **Anais...** 2018, Minas Gerais.

MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo: da herança positivista ao diálogo dos afetos**. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente: narrativa e cotidiano**. São Paulo: Summus, 2003.

MEDINA, Cremilda. **Atravessagem: reflexos e reflexões na memória de repórter**. São Paulo: Summus, 2014.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom-Revista brasileira de ciências da comunicação**, São Paulo, v. 21, n. 1, 1998.

MELO, José Marques. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 25, n. 73, 2010.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. XXVIII, São Paulo, 2005. **Anais...** 2005, São Paulo.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: UnB, 2013.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013

PATRÍCIO, Edgard; SILVA, N. R. Territorialidade e ethos em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. 16, São Paulo, nov. 2018. **Anais...** 2018, São Paulo. Disponível em <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1511/934>. Acesso em: dez. 2018.

PEREIRA, Fábio Henrique. **Jornalistas-intelectuais no Brasil**. Summus Editorial, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **Guia para a edição jornalística**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

PONTES, Felipe Simão; MICK, Jacques. Jornalistas que foram jornalistas: um estudo sobre a docência a partir do “Perfil do jornalista brasileiro”. **Revista brasileira de ensino de jornalismo**, Brasília, v. 3, n. 12, p. 57-78, 2013.

PONTES, F. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, 18 maio 2017.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e a enunciação: perspectivas para um narrador-jornalista. **Revista Contracampo**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 85-102, 2005.

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices redimensionados no jornalismo. **Fronteiras-estudos midiáticos**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 81-90, 2007.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, Dec. 2009

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SALGADO, Ronaldo. **A crônica reporteira de João do Rio**. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Oralidade UFC/UECE e Expressão Gráfica e Editora Ltda, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia**: uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Vozes, 2010.

SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em jornalismo e mídia**, Santa Catarina, v. 6, n. 2, p. 33-44, 2009.

SODRÉ, M.; FERRARI, M. **Técnica de reportagem**: notas sobre a narrativa jornalística. São Paulo: Summus, 1986.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. A reconfiguração das vozes narrativas no jornalismo midiaticizado. **Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v.3, n.1, p.23-35 jul. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010

TANIKAWA, Miki. What is news? What is the newspaper? The physical, functional, and stylistic transformation of print newspapers. **International Journal of Communication**, California (USA), v. 11, p. 3519-3540, 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1982.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. *In*: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e histórias. Lisboa: Vega Editora, 1999.

VILLAS-BOAS, Sérgio. **Biografias e biógrafos**. São Paulo: Summus, 2006.

WOLFE, Tom. **Radical chic e o novo jornalismo**: o espírito de uma época em que tudo se transformou radicalmente, inclusive o jeito de fazer reportagem. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.